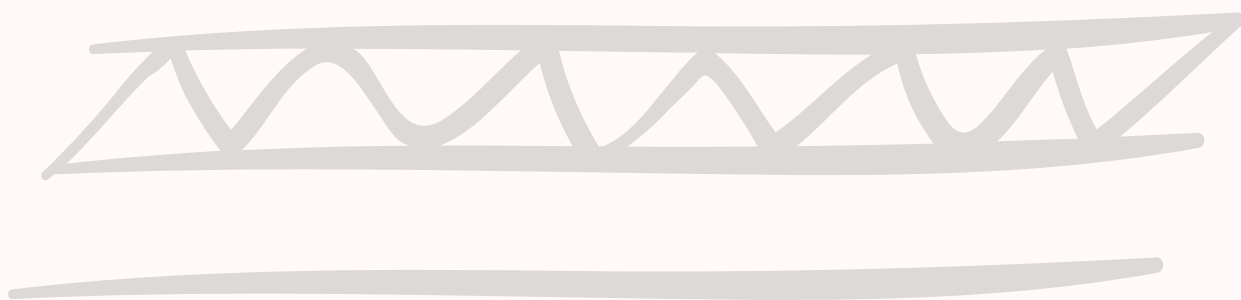




RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO 2019/2020

Antropologia Brasileira: saberes e diálogos na
defesa de direitos e diferenças

Associação Brasileira de Antropologia
<http://aba.abant.org.br>

SUMÁRIO

QUEM SOMOS	04
APRESENTAÇÃO	10
EVENTOS	12
WEBINARES DA ABA	12
DEMAIS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ABA	24
EVENTOS APOIADOS PELA ABA.....	25
REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS	28
32ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	32
PRÉ-EVENTOS	32
Capítulo Brasil do II Congresso Internacional de Antropologias do Sul ...	32
Pré-RBA do Comitê Patrimônios e Museus.....	33
Prêmio Pierre Verger	33
CERIMÔNIA DE ABERTURA	33
CONFERÊNCIAS	34
ATIVIDADES ESPECIAIS	35
Tributo a Florestan Fernandes	35
Homenagem e Honra aos Mortos – 02/11	36
EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS	37
As duas vidas do Museu Nacional, por Cristiano Mascaro.....	37
Claudia Andujar: a luta Yanomami	37
Em Luta	37
Entre fotos e falas: “pequena história da Antropologia no Brasil	38
Ogbón	39
REUNIÕES DE TRABALHO	39

ESTATÍSTICAS	40
PROGRAMAÇÃO DA DIRETORIA DA ABA	45
COMUNICAÇÕES DA ABA	48
MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS	48
2019	48
2020	59
MOÇÕES	68
TV ABA E REDES SOCIAIS	69
BOLETINS INFORMATIVOS	71
2019	71
2020	73
ASSOCIADOS	76
1ª CHAMADA 2019	76
2ª CHAMADA 2019	77
1ª CHAMADA 2020	78
2ª CHAMADA 2020	79
PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	80
MEDALHA ROQUETTE PINTO	80
PRÊMIO ABA DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA	80
PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS	81
PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES	81
PRÊMIO LÉLIA GONZÁLEZ	82
PRÊMIO LÉVI-STRAUSS	82
PRÊMIO PIERRE VERGER	83
PUBLICAÇÕES DA ABA	85
E-BOOKS	85
LIVROS IMPRESSOS	88
VIBRANT	89

NOVOS DEBATES	90
PROJETO FORD	91
RELATÓRIOS DE COMITÊS E COMISSÕES	95
COMISSÕES	95
Assuntos Indígenas	95
Direitos Humanos	104
Educação, Ciência e Tecnologia	112
Laicidade e Democracia	116
COMITÊS	124
Antropólogas/os Negras/os	124
Antropólogos Indígenas	135
Antropologia Visual	137
Cidadania, Violência e Gestão Estatal	145
Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas	146
Gênero e Sexualidade	148
Inserção Profissional do/a Antropólogo/a	150
Laudos Antropológicos	158
Migrações e Deslocamentos	164
Patrimônios e Museus	170
Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos	187
Quilombos	196
OUTROS RELATÓRIOS	205
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	205
Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Março de 2019)	212
Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Agosto de 2019)	218

QUEM SOMOS

Presidente

Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Vice-Presidente

Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Secretária Geral

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Secretário Adjunto

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

Tesoureiro

João Miguel Manzolillo Sautchuk (UnB)

Tesoureira Adjunta

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Diretora

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)

Diretora

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Diretora

Patrice Schuch (UFRGS)

Diretora

Patricia Silva Osorio (UFMT)

Comissão de Assuntos Indígenas – CAI

Coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Vice-coordenador: Ricardo Verdum (UFRJ)

Secretária: Elaine Moreira (UnB)

Antonella Tassinari (UFSC)

Edviges Marta Ioris (UFSC)

Estevão Palitot (UFPB)

Gersem José dos Santos Luciano (UFAM)

Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (UFSC)

Luis Roberto de Paula (UFABC)
Luiz Henrique Eloy Amado (UFRJ)
Maria Luiza Garnelo Pereira (FIOCRUZ/AM)
Pablo Tibor Quintero Mansilla (UFRGS)
Stephen Baines (UnB)

Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)

Ana Paula da Silva (UFF)
Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR)
Gisele Fonseca Chagas (UFF)
Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)
Katiane Silva (UFPA)
Patrice Schuch (UFRGS)
Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Coordenador: Guillermo Vega Sanabria (UFBA)
Suzana Cavalheiro de Jesus (UNIPAMPA)
Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP)
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (UFPI)
Tatiana Arnaud Coutinho Cipiniuk (UFF)

Comissão de Ética

Coordenadora: Carmen Silvia Rial (UFSC)
Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)
Lia Zanotta Machado (UnB)

Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Laura Moutinho (USP)
Vice-coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar)
Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Comissão Laicidade e Democracia

Coordenador: Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp)
Vice Coordenadora: Christina Vital da Cunha (UFF)
Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)
Carlos Alberto Steil (UFRGS/Unifesp)
Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)
Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM)

Comitê Antropologia Visual

Coordenadora: Lisabete Coradini (UFRN)
Aina Guimarães Azevedo (UFPB)
Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro (UERJ)
Denise Machado Cardoso (UFPA)

Fabiene de Moraes Vasconcelos Gama (Navisual/UFRGS)
Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)
Vitor Pinheiro Grunvald (USP)

Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal

Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ)
Gabriel de Santis Feltran (UFSCAR)

Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Coordenadora: Luciana de Oliveira Dias (UFG)
Vice-coordenador: João Batista de Jesus Felix (UFT)
Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)
Ana Paula da Silva (UFF)
Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ)
Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (UFSC)
Flávia Maria Martins Vieira (UFPE)
Flavia Medeiros Santos (UFF)
Gilson José Rodrigues Júnior (IFRN)
Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ)
Maíra Samara de Lima Freire (MN/UFRJ)
Nathália Dothling Reis (UFSC)
Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)

Comitê de Antropologxs Indígenas

Rute Moraes Souza (Povo Anacé/CE)
Eriki Aleixo (Povo Wapichana/RR)
Felipe Cruz (Povo Tuxá /BA)
Kuawá Kapukaya – M. de Fátima N. Urruth (Povo Apurinã/AM)
Ywmuniry-Francisco de Moura Cândido (Povo Apurinã/AM)
Jozileia Daniza Jagso Kaingang – Jozileia Daniza Inácio Schild (Povo Kaingang/SC)
Hipamaalhe – Braulina Aurora (Povo Baniwa /AM)
Luiz Henrique Eloy Amado (Povo Terena/MS)
Tonico Benites (Povo Guarani Kaiowá /MS)
Putira Sacuena – Eliene dos Santos Rodrigues (Povo Baré/AM)

Comitê de Assuntos Internacionais

Coordenadora: Carmen Silvia Rial (UFSC)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Renato Monteiro Athias (UFPE)

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Coordenador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Vice-coordenadora: Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)
Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)
Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)

Comitê Deficiência e Acessibilidade

Coordenadora: Anahi Guedes de Mello (UFSC)
Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)
Carolina Branco de Castro Ferreira (Unicamp)
Clarice Monteiro Machado Rios (IMS/UERJ)
Débora Diniz Rodrigues (UnB)
Fagner Carniel (UEL)
Helena Moura Fietz (UFRGS)
Julian Simões Cruz de Oliveira (INSPER)
Kamilla Sastre da Costa (UFPA)
Luciana Campelo de Lira (UFPE)
Olivia von der Weid (UFF)
Pedro Lopes (USP)
Silvana Sobreira de Matos (UFPE)
Valéria Aydos (UFRGS)

Comitê Estudos Africanos

Coordenador/as: Andrea de Souza Lobo (UnB), Laura Moutinho (USP) e Wilson Trajano Filho (UnB)
Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Comitê Gênero e Sexualidade

Coordenadora: Heloísa Buarque de Almeida (USP)
Vice-coordenador: Carlos Eduardo Henning (UFG)
Ana Paula da Silva (UFF)
Camilo Albuquerque de Braz (UFG)
Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA)
Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)
Fabíola Rohden (UFRGS)
Fátima Weiss de Jesus (UFAM)
Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)
Isadora Lins França (Unicamp)
Laura Lowenkron (UERJ)
Regina Facchini (Unicamp)
Rozeli Maria Porto (UFRN)
Sergio Luís Carrara (UERJ)

Comitê Inserção Profissional do/a Antropólogo/a

Coordenadora: Mariana Balen Fernandes (UFRB)
Vice-coordenador: Leonardo Leocádio da Silva (MPF)
Breno Trindade da Silva (IEPHA/MG)
Cristian Jobi Salaini (UFRGS)

Januaria Pereira Mello (INCRA)
Julia Marques Dalla Costa (INCRA)
Renata Curcio Valente (FUNAI/Museu do Índio)
Ugo Maia Andrade (UFS)
Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB)

Comitê Laudos Antropológicos

Coordenadora: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)
Vice-coordenador: Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE)
Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)
Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Fabio Mura (UFPB)
Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Comitê Migrações e Deslocamentos

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Vice-coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar)
Adriana Gracia Piscitelli (UNICAMP)
Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)
Denise Fagundes Jardim (UFRGS)
Liliana Lopes Sanjurjo (UERJ)
Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)
Natalia Corazza Padovani (UNICAMP)

Comitê Patrimônio e Museus

Coordenadora: Simone Pondé Vassallo (UFF)
Vice-coordenadora: Julie Antoinette Cavnac (UFRN)
Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Izabela Maria Tamaso (UFG)
José do Nascimento Junior (UNIRIO/FIOCRUZ)
Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Emilio Goeldi)
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)
Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)
Marília Xavier Cury (USP)
Patrícia Silva Osorio (UFMT)
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)
Renata de Sá Gonçalves (UFF)
Renato Monteiro Athias (UFPE)

Representações regionais:

Carla da Costa Dias (UFRJ)

Daniel Roberto dos Reis Silva (Museu do Folclore)
Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes (UFBA)
Geslline Giovana Braga (UFPR)
Luciana Magalhães Portela (UnB)
May Waddington Telles Ribeiro (UFSB)
Rosângela Marques de Britto (UFPA)

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Coordenadora: Deborah Bronz (UFF)
Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Andrea L. M. Zhouri (UFMG)
Benedito Souza Filho (UFMA)
Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)
Stephen Grant Baines (UnB)

Comitê Quilombos

Coordenadora: Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)
Vice-coordenador/a: Raquel Mombelli (UFSC) e Sandro José da Silva (UFES)
Consultores/as: Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSEA-UEA/UFAM), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Ilka Boaventura Leite (UFSC) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA)
Aderval Costa Filho (UFMG)
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)
Cíntia Beatriz Muller (UFBA)
Cynthia Carvalho Martins (UEMA)
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA)
Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Sônia Regina Lourenço (UFMT)

APRESENTAÇÃO

Caras associadas e caros associados,

Apresentamos a vocês o Relatório de Atividades da Gestão 2019/2020 da Associação Brasileira de Antropologia. Nessa gestão, demos continuidade às ações e propostas de gestões anteriores que, por sua inegável relevância, permaneceram no horizonte de nossa atuação: estimulamos o planejamento de ações, a captação de recursos e a comunicação de resultados de trabalho de comitês, comissões e representações da ABA; continuamos e aperfeiçoar os diálogos transnacionais da ABA, no sentido de melhor veicular a produção antropológica de seus associados; estreitamos diálogo com entidades e associações científicas nacionais e internacionais; asseguramos a realização da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e apoiamos as demais reuniões e encontros que visem estimular e qualificar a pesquisa e a prática antropológicas.

De fato, dado o contexto de pandemia institucional e política que tivemos que enfrentar, nossa atuação esteve muito voltada a fortalecer laços e a ação conjunta com as demais associações do campo científico brasileiro e internacional, tendo como parceria a SBPC – Associação articuladora de toda a Ciência Nacional e com a qual a ABA estabelece relacionamento contínuo e vigoroso e as associações das ciências sociais, como ANPOCS, ABCP, SBS, com as quais promovemos iniciativas de modo a intensificar nossas Relações Institucionais, somando esforços para aprimorar o diálogo com o Congresso Nacional e demais órgãos da administração pública, tentando resistir a toda sorte dos ataques às Ciências, e em particular, as Ciências Humanas e Sociais. Participamos muito de perto das ações promovidas pela SBPC nas Marchas pela Ciência, nas Marchas em defesa da Democracia, do GT da SBPC da Capes.

Com as A4 (Anpocs, SBS, ABCP), elaboramos um projeto chamado Democracia e Resistências Acadêmicas e nele estabelecemos 3 frentes de trabalho: apoio às relações institucionais com apoio às reuniões conjuntas e eventos; apoio a iniciativas de proteção jurídica e estímulo à formação de redes de apoio jurídico para associados de todas as associações; e, finalmente, algo muito importante e estratégico, uma frente de atuações em estratégias de comunicação. Esse projeto foi apoiado e aprovado nesse ano pela Fundação Ford. Para esse projeto conjunto, com recursos, montamos um conselho gestor do qual dois membros da diretoria atual fazem parte e, a partir de janeiro, dois membros da próxima diretoria.

Fazer frente aos desafios políticos, bem como no sentido de um maior desvendamento dos processos em reação aos direitos arduamente conquistados exigiu de nossa diretoria, tarefa à qual nos comprometemos, a atuar em três eixos principais: em primeiro lugar, dando maior vigor às articulações interinstitucionais como referido acima; em um segundo eixo, uma atuação em que, se é preciso reconhecer a riqueza e competência com a qual conseguimos estabelecer diálogos entre antropólogos, bem como com uma diversidade de instituições públicas, ainda precisamos criar estratégias de comunicação que consigam aproximar as abordagens, os resultados dos conhecimentos que produzimos para uma escala mais abrangente de interlocutores, dando a conhecer, bem como nos expor ao debate de todo o repertório de conceitos, abordagens, noções e concepções que nos posicionam em defesa dos direitos e na preservação, sobretudo, do direito à diferença. Se, em uma hipótese bem plausível, estamos vivenciando em nosso país manifestações de reação à consolidação de direitos, é preciso desvendar melhor essas reações e as moralidades que a sustentam. O terceiro eixo implicou a criação de novas comissões, acompanhando de modo a articular a já densa contribuição da antropologia brasileira em temáticas como violência, segurança, questão dos refugiados, as intrincadas relações entre vertentes do neopentecostalismo e a política, bem como os efeitos de novos processos sobre o campo mais complexo de manifestações religiosas.

Também fizemos esforços, gerando uma maior participação de antropólogas negras e negros, indígenas, quilombolas, e LGBTIs, e de fato consolidar, pelo menos entre nós, a circulação e trocas que não eliminam a força das diferenças e das singularidades, mas possam restituir parâmetros mais igualitários e horizontais.

Maria Filomena Gregori

Presidente da ABA (Biênio 2019/2020)

EVENTOS

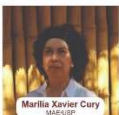
EVENTOS REALIZADOS PELA ABA

Webinares da ABA

PATRIMÔNIOS, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS: OS MUSEUS SOCIAIS

 18.06
16h às 18h

tvaba


 Comitê de Patrimônios e Museus | Julie Cavignac (UFRN)
 Associação Brasileira de Antropologia (ABA) | Simone Vassallo (UFF)
ABA Associação Brasileira de Antropologia Fundada em 1955
UFF Universidade Federal Fluminense
UNIRIO Universidade do Rio de Janeiro
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: os museus sociais

18/06/2020

TV ABA

Organização:

 Comitê Patrimônios e Museus
 Associação Brasileira de Antropologia

 Link: <https://www.youtube.com/watch?v=gqoyi2iV7MY>

2) Webinar População Negra em Contextos de Pandemia

25/06/2020

TV ABA

Organização:

 Comitê de Antropólogos/as Negras/os
 Associação Brasileira de Antropologia

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=wI8VLWIP5OY>

Webinar: População Negra em Contextos de Pandemia

Prof. Dr. Osmundo Pinho - UFRB
 Prof. Dr. Carlos Benedito Silva - UFMA
 Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Rodrigues - UFPE

Mediadora:
Prof.ª Dr.ª Luciana Dias - UFG

Organização:
 Comitê de Antropólogos/as Negras/os
ABA Associação Brasileira de Antropologia Fundada em 1955

25/06/2020
 15h às 17h
 YouTube da ABA (TV ABA)

PATRIMÔNIOS MUSEUS E REEXISTÊNCIAS: AS FESTAS POPULARES

02/07
15h às 17h
tvaba



Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)



3) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: as festas populares

02/07/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=03caj_5PVes

4) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: monumentos e espaços públicos

16/07/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia

PATRIMÔNIOS, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS: MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

16/07
15h às 17h
TVaba



Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ddtnrYK0hcc&t=5s>



5) Webinar População Negra em Contextos de Pandemia

23/07/2020

TV ABA

Organização:

Comitê de Antropólogos/as Negras/os
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=tmmsFc_snN8

6) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: lugares e devoções

30/07/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=pryYbleOwr8>



7) Webinar Estratégias e experimentações metodológicas em Antropologia Audio-Visual

06/08/2020

TV ABA

Organização:

Comitê de Antropologia Visual

Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=54Sy7HEu8Ak&t=5s>

8) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: lugares e devoções

13/08/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus

Associação Brasileira de Antropologia



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=kxq3riEGY-o>



NOVOS DEBATES LIVES

atenção nova data!

Internacionalização da Antropologia em Tempos (Pós-)Pandêmicos

QUA | 19 AGO | 14H

youtube.com/TVABA

Carmen Sílvia Rial
UFSC/WCAA

Gustavo Lins Ribeiro
UAM - Lerma

Debatedores:
Vinicius Kauê Ferreira (UFRJ)
Mariane Pisani (UFT)

ABA
Associação Brasileira de Antropologia

9) Webinar Internacionalização da Antropologia em Tempos (Pós-)Pandêmicos

19/08/2020

TV ABA

Organização:

Revista Novos Debates
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=lkBXE1tXiQ>

10) Webinar População Negra em Contextos de Pandemia

20/08/2020

TV ABA

Organização:

Comitê de Antropólogos/as Negras/os
Associação Brasileira de Antropologia



3º Webinar: População Negra em Contextos de Pandemia

Profª Drª Marilú Campelo UFPA

Profª Drª Samara Lima UEPB

Profª Drª Ângela Figueiredo UFRB

Doutoranda Ântonia de Araújo UFRJ

20/08/2020
(quinta)
15h às 17h

Mediação:
Doutoranda Juliana Lima e Silva - UFRJ

Organização:
Comitê de Antropólogos/as Negras/os

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Nh8HeNJUocA>

PATRIMÔNIO, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS

27/08 | 19h às 17h | TVABA | **PROCESSOS PARTICIPATIVOS**



Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

ABA **UFF** **UFG** **UFPE**

11) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: cultura, democracia e processos participativos

27/08/2020
TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ahEnFIAlic0>

12) Webinar Emoções e trabalho acadêmico durante a pandemia

01/09/2020
TV ABA

Organização:

Revista Novos Debates
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-Eoc3GQpM5M&t=13s>



Emoções e trabalho
acadêmico durante
a pandemia

TER | 01 SET | 14H

youtube.com/TVABA



Maria Claudia Coelho
UERJ

Debatedores:

Vinicius Kauê Ferreira (UFRJ)
Bruno Zilli (UERJ)
Mariane Pisani (UFT)





13) Webinar Experiências de antropologia áudio-visual na rede

03/09/2020

TV ABA

Organização:

Comitê de Antropologia Visual
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=aCn_FvJXyFw

14) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: coleções etnográficas: os povos indígenas nos museus

10/09/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3ys16QUadrY>



15) Webinar Experiências de antropologia áudio-visual na rede

17/09/2020
TV ABA

Organização:

Comitê de Antropologia Visual
Associação Brasileira de Antropologia

16) Webinar População Negra em Contextos de Pandemia: masculinidades negras no Brasil e suas implicações para pesquisas em antropologia

24/09/2020
TV ABA

Organização:

Comitê de Antropólogos/as Negras/os
Associação Brasileira de Antropologia



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JkdqY4PDVLs>

PATRIMÔNIOS, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS

01/10
15h às 17h

TV **aba**

SAMBAS E RODAS



Simone Vassallo (UFF)



Renata Gonçalves (UFF)



Maria Laura Cavalcanti (UFPA)



Carlos Sandroni (UFPE)



Nilcemar Nogueira
Museu do Samba-RJ



Rosildo do Rosário
Rede de Samba
de Roda-BA



Marquinho China
Cantor e Compositor-RJ

Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)



17) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: sambas e rodas

01/10/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=DrFMHren37k>

18) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: culturas e territórios

08/10/2020

TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia

PATRIMÔNIOS, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS

08/10
15h às 17h

TV **aba**

CULTURAS E TERRITÓRIOS



MARILDA DE SOUSA
Grã do quilombo,
Barragem, Angola das Fies



DAURO PRADO
Liderança do Fandango,
Calçadão Vole da Ribeira-SP



MESTRE PAULO KIKONGO
Mestre de Capoeira, Grupo de
Salvador da Bahia



REGINA ABREU (UNIRIO)



JULIE CAVIGNAC (UFRN)



MAURICIO BARROS
Historiador e Professor da UERJ



ALEXANDRE PIMENTEL
Geógrafo e Professor da UFF

Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Zln4zGUmXiA>



18) Webinar Geopolíticas do conhecimento, Ciência e a Internacionalização da Antropologia

14/10/2020
TV ABA

Organização:

Comitê de Relações Internacionais
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mReEoDOQc-w>

19) Webinar População Negra em Contextos de Pandemia: educação, ações afirmativas e a construção de uma sociedade antirracista

22/10/2020
TV ABA

Organização:

Comitê de Antropólogos/as Negras/os
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JkdqY4PDVLs>





20) Webinar Mesa de Costura: Antropoéticas, outras (etno)grafias

10/11/2020
TV ABA

Organização:

Comitê de Antropologia Visual
GT Antropoéticas (RBA)
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=YbMzhmgFtd8&ab_channel=TVABA

21) Webinar Locked Up en las fronteras

12/11/2020
TV ABA

Organização:

Comitê Migrações e Deslocamentos
Associação Brasileira de Antropologia



Link: https://www.youtube.com/watch?v=t2YJFQ8p6-Q&ab_channel=TVABA



NOVOS DEBATES LIVES

atenção nova data!

Perspectivas globais sobre migrantes e refugiados durante a pandemia de COVID-19

QUA | 18 NOV | 10H
youtube.com/TVABA

Handerson Joseph
UNIFAP

Leonardo Schiocchet
Academia Austríaca de Ciências

Debatedores:
Vinicius Kauê Ferreira (UFRJ)
Livia Verena Cunha do Rosario (UEAP)

ABA

22) Webinar Perspectivas globais sobre migrantes e refugiados durante a pandemia de COVID-19

18/11/2020
TV ABA

Organização:

Revista Novos Debates
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=ZQC4WemxX_g&ab_channel=TVABA

23) Webinar Patrimônios, Museus e Reexistências: territórios negros

26/11/2020
TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia



PATRIMÔNIOS, MUSEUS E REEXISTÊNCIAS
TERRITÓRIOS NEGROS

26/11 15h às 17h TVaba

Gracy Mary Moreira
Casa de Tia Clara

Pedro Neto
USP/ Rê Alce Pólopo Marimbó Sessu

Brenda dos Santos
Clubes Sociais Negros/PR

Simone Vassallo (UFF)

Geslaine Braga (UFPR)

Angélica Ferreira (UERJ)

Jocélio Teles (UFBA)

Comitê de Patrimônios e Museus
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

ABA **UFPR** **UFF** **UFBA**

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nu0Rm9kbz-Y>

DEMAIS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ABA

1) IX Fórum APA em colaboração com a ABA

a) *Antropologia e pandemias: a propósito da Covid-19*

Data: 09/04/2020

Zoom

Organização:

APA e ABA

Participantes: Cristiana Bastos (ULisboa/APA), Sérgio Carrara (UERJ/ABA), Jean Segata (UFRGS), Mônica Saavedra (Univ. Coimbra) e Clara Saraiva (ULisboa/APA).

2) Marcha Virtual pela Ciência da SBPC

Programação da ABA:

a) *Educação, saúde e democracia: povos e populações indígenas em seus territórios e nas cidades*

Moderação: Ricardo Verdum (Comissão de Assuntos Indígenas/ABA)

Participantes: Alfredo Wagner Berno de Almeida (Nova Cartografia Social da Amazônia, UEMA), Ana Lucia Pontes (coordenadora GT Saúde Indígena da Abrasco, Fiocruz), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Josiléia Daniza Jagso Kaingang (Coord. Pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Sandra Caponi (Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC).

b) *Violência de Estado e cidadania: Covid-19 nas prisões brasileiras*

Moderação: Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ e Comitê ABA Cidadania, Violência e Gestão Estatal).

Participantes: Fábio Candotti (UFAM), Fábio Mallart (UERJ), Luiz Eloy Terena (APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Martinho Silva (UERJ e Abrasco), Natália Damázio (Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura/RJ), Patrícia Oliveira (Rede de Comunidades contra a Violência/Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ).

Link: https://www.youtube.com/watch?v=1WO7J9BV3g0&ab_channel=TVABA

4) Assembleia Geral Extraordinária – ABA

13/07/2020

TV ABA

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=ktrAqKjreM0&t=32s&ab_channel=TVABA

5) Webinar Raça e gênero nas Ciências Sociais: desigualdades na pós-graduação e alternativas para superá-las

15/07/2020

TV ABA

Organização:

Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)

Link: https://www.youtube.com/watch?v=Jss-RaMGsl&ab_channel=TVABA

EVENTOS APOIADOS PELA ABA

1) Lançamento do Estudo Soluções Duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil

Data: 10/06/2020

Facebook da OIM Brasil

Organização:

OIM/ONU Migração

Mediação: Daniel Belik (assistente de assuntos indígenas da OIM)

Participantes: Elaine Moreira (antropóloga/consultora OIM), Bela Feldman-Bianco (ABA), Flávio de Bastos (Mackenzie) e Sebastian Roa (ACNUR)

2) O Novo Qualis

Adriana Amado (Professora Titular da UnB e coordenadora da área de Economia da Capes)

Data: 28/09/2020

Google Meet

Mediação: Laura Moutinho (USP) e Maria Inês Campos (USP)

Organização: CPG-FFLCH/USP

3) Marcha pela Vida – Cientistas Sociais e o Corona Vírus

Data: 09/06/2019

TV ABA

Organização:

Miriam Grossi (Anpocs/UFSC)

Rodrigo Toniol (ACSRM/Unicamp)

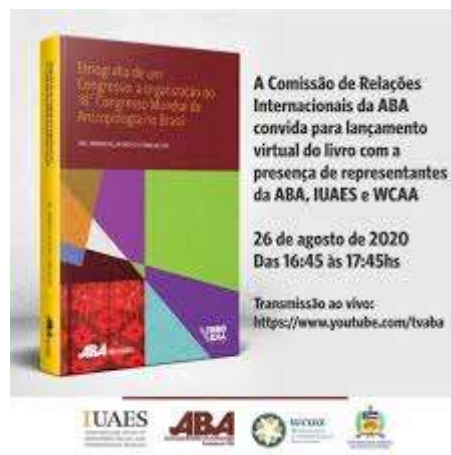
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=jQbquJDqi1A&t=1s>

4) Lançamento de livro Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil

Data: 26/08/2020

TV ABA

Organização: Miriam Grossi (UFSC), Tania Welter (UFSC) e Felipe Fernandes (UFBA)



5) Webinar Cultura do Acesso e Acessibilidade Cultural em Ambientes Virtuais

Data: 19/08/2020

Facebook Parabolicamará (ICHF/UFF)

Organização:

Conatus – Laboratório de pesquisa sobre Corpos, Naturezas e Sentidos (GAP/UFF)

Comitê Deficiência e Acessibilidade (ABA)



Link:

https://www.facebook.com/watch/live/?v=4200282940013368&ref=watch_permalink

REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS

2019

1) Lançamento do “Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas”

Data: 02/04/2019

Local: Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

2) Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas

Data: 04/04/2019

Local: Câmara dos Deputados

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

3) Debate “Interface do SUAS com o Sistema de Justiça”

Data: 09/04/2019

Local: Conselho Nacional de Assistência Social

Representação da ABA: Luiz Eduardo Abreu (Secretário-Adjunto/ABA)

4) Solenidade de Abertura da exposição “Respeito ou repetição? A história que não se quer reviver”

Data: 09/04/2019

Local: Memorial do Ministério Público Federal

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

5) II Seminário JUSDIV - Reunião de Trabalho “Demarcação de Terras Indígenas e Marco Temporal”

Data: 06/05/2019

Local: Faculdade de Direito/UnB

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB) e Fábio Mura (CAI/ABA).

6) Seminário “Mesa de Diálogo sobre Territórios Tradicionalmente Ocupados”

Data: 08/05/2019

Local: Memorial do Ministério Público Federal

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB) e Stephen Grant Baines (CAI/ABA)

7) Cerimônia de Lançamento: Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento

Data: 08/05/2019

Local: Câmara dos Deputados

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

8) III Oficina de Construção da Plataforma de Territórios Tradicionais

Data: 13 e 14/05/2019

Local: Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

9) Encontro Nacional da ANPUR

Mesa: “Diálogos Inter (multi e trans) Disciplinares dos Estudos Urbanos e Regionais: o lugar das Humanidades na Ciência Brasileira”.

Data: 05/2019

Local: Natal/RN

Representação da ABA: Angela Facundo (Diretora da ABA)

10) VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia

Data: 04 a 07/06/2020

Local: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA) e Sérgio Luis Carrara (Vice-Presidente da ABA)

11) Inauguração do Centro de Apoio da ESMPU

Data: 07/06/2019

Local: ESMPU, São Paulo/SP

Representação da ABA: Laura Moutinho (USP)

12) IV Oficina da Plataforma de Territórios Tradicionais

27 a 29/08/2019

Local: Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

13) II Congresso da Associação Brazilianistas na Europa (ABRE)

Data: 18 a 21/09/2019

Local: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris/França

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

14) Comissão Geral em defesa das universidades públicas, institutos federais e CNPq

Data: 15/10/2020

Local: Câmara dos Deputados

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

15) Audiência Pública na Câmara dos Deputados – discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.082, de 2017, que dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos

Data: 16/10/2019

Local: Câmara dos Deputados

Representação da ABA: Luiz Fernando Dias Duarte (GT Ética em Pesquisa do Fórum de Associações das Ciências Humanas e Sociais).

16) Audiência Pública da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Data: 17/10/2019

Local: Conselho Federal OAB

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

17) Abertura da Exposição 7 povos – Retratos de um território

Data: 24/10/2019

Local: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan)

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

18) V Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología (V EMBRA)

Mesa-Redonda “Las asociaciones antropológicas ante los retos actuales: diálogo ABA-CEAS”.

Data: 18 a 20/11/2019

Local: Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México.

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

2020

19) Entrega do Prêmio Carolina Bordi – Ciência & Mulher

Data: 11/02/2020

Local: Salão Nobre do Centro Universitário Maria Antonia da USP

Representação da ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA)

20) Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Data: 05/03/2020

Local: Sala da Liderança da Minoria, Câmara dos Deputados

Representação da ABA: Elaine Moreira (OBIND/ELA/UnB)

21) Entrega do título de Professora Emérita à Mariza Gomes e Souza Peirano

Data: 24/03/2020

Local: Auditório da Reitoria – Universidade de Brasília

Representação da ABA: Prof. Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

22) Atividade da ABA na 72ª Reunião Anual da SBPC

Data: 04/12/2020

Mesa-redonda: VIOLÊNCIA ESTATAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (ABA)

Coordenadora: Maria Filomena Gregori (USP)

Palestrantes: Deborah Bronz (UFF), Adriana de Resende Barreto Vianna (UFRJ) e Natália Corazza Padovani (UNICAMP)

Ementa: Considerando as propostas de revisão dos direitos constitucionais em curso no Brasil, a presente Mesa colocará em exame, a partir de casos empiricamente delineados, as práticas de violência estatal e seus efeitos sociais, nos territórios de ocupação tradicional e nos espaços urbanos.

23) Apresentação da Exposição Redes, Saberes e Ocupações: 50 anos do Museu Antropológico/UFG

Data: 15/12/2020

Local: Museu Antropológico/UFG

Representação da ABA: Izabela Maria Tamasso (UFG e Tesoureira Adjunta da ABA)

32ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

PRÉ-EVENTOS

Capítulo Brasil do II Congresso Internacional de Antropologias do Sul

Como um pré-evento da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA), esse capítulo foi parte do conjunto de atividades reunidas em torno ao 2º Congresso Internacional de Antropologias do Sul, organizado pela Rede de Antropólogos do Sul. Foram 11 capítulos organizados no total, distribuídos em quatro países: Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela.

A Rede de Antropologias do Sul, criada em 2016, agrega pesquisadores das ciências sociais, principalmente da antropologia, oriundos de países da América Latina e do Caribe. O objetivo da rede é reunir pesquisadores engajados em processos sociais de afirmação de direitos, para troca de experiências de pesquisa em contextos engajados.

Organização: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Grupo de Estudos Amazônicos y Ambientales / Universidade Federal Fluminense (UFF).

No capítulo Brasil, foram realizados dois painéis, nos **dias 15 e 27 de outubro**, exibidos pela TV ABA no Youtube.

- Programação completa:
https://www.32rba.abant.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=36
- Link para o painel do dia 15/10/2020:
https://www.youtube.com/watch?v=yFY46SbjfKY&ab_channel=TVABA
- Link para o painel do dia 27/10/2020:
https://www.youtube.com/watch?v=KXsCJy3U1wQ&t=950s&ab_channel=TVABA

Pré-RBA do Comitê Patrimônios e Museus

"Este Simpósio pretende trazer para a roda narrativas de experiências vividas em contextos museológicos entre diferentes sujeitos implicados na construção de um processo de conhecimento ativo e dinâmico que leve em consideração o conjunto de aspirações voltadas para a construção de uma sociedade diversificada e plural. Adotamos o formato de "Rodas de Conversa" com o objetivo de propiciar um ambiente propício à troca de experiências e à reflexão conjunta dos temas propostos" (Informações retiradas do caderno de programação).

1) Programação completa:

https://www.32rba.abant.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=31

2) Link para a TV ABA: <https://www.youtube.com/c/TVABA/videos>

Prêmio Pierre Verger

"Nessa 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, O PPV acontece como um pré-evento da Reunião Brasileira de Antropologia, entre os dias 26 e 30 de outubro. Pela primeira vez, e em função da pandemia ocasionada pelo vírus Corona, essa 13ª edição de Filmes Etnográficos e 10ª edição de ensaios fotográficos será realizada em formato remoto. Ao todo serão 21 filmes etnográficos e 20 ensaios fotográficos concorrendo na premiação de 2020.

Além de uma vasta programação que inclui Conferências, Oficinas e Simpósio Especiais, o Comitê de Antropologia Visual lançará também a I Mostra não competitiva de Desenhos Etnográficos" (informações retiradas do site do Prêmio Pierre Verger).

1) Programação completa:

https://www.32rba.abant.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=35

2) Site do Prêmio Pierre Verger: <https://ppv.abant.org.br/>

3) Instagram do Comitê de Antropologia Visual: <http://www.instagram.com/cav.aba/>

CERIMÔNIA DE ABERTURA

A Cerimônia de Abertura da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia ocorreu às 18:30h via TV ABA e pode ser vista pelo link:

<https://www.youtube.com/watch?v=zKqnAYbX3gE>.

O clipe de abertura com o Hino Nacional + História para Ninar Gente Grande (Samba-Enredo da Estação Primeira de Mangueira, 2019) pode ser acessado no link: https://www.youtube.com/watch?v=LWEReXIFYSQ&ab_channel=TVABA

CONFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA UNONGAYINDODA: FAZENDO O GÊNERO EM UM CONTEXTO SUL-AFRICANO Apresentação: LAURA MOUTINHO (USP) 31/10/2020 De 19h30 às 20h30 Transmissão: TV ABA (YouTube) ZETHU MATEBENI (University of Western Cape) 	CONFERÊNCIA AS CORES DO ANTIRRACISMO PARTE 1 Apresentação: VERA RODRIGUES (UNILAB), LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS (UFG) E GILSON RODRIGUES (IFRN) 01/11/2020 De 19h30 às 20h30 Transmissão: TV ABA (YouTube) ÉRIC FASSIN (Université Paris VIII) 
CONFERÊNCIA AS CORES DO ANTIRRACISMO PARTE 2 Apresentação: VERA RODRIGUES (UNILAB), LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS (UFG) E GILSON RODRIGUES (IFRN) 03/11/2020 De 19h30 às 20h30 Transmissão: TV ABA (YouTube) MARA VIVEROS VIGOYA (Universidad Nacional de Colombia) 	CONFERÊNCIA TOM, O NATURALISTA Apresentação: CAROLINA PARREIRAS (USP) 04/11/2020 De 19h30 às 20h30 Transmissão: TV ABA (YouTube) MICHAEL TAUSSIG (Columbia University) 



ATIVIDADES ESPECIAIS

Tributo a Florestan Fernandes

Data: 05/11

Horário: 17h às 19h30

Coordenadora:

Bela Feldman (UNICAMP/WCAA)

Etnologia Indígena

Participante(s):

Roque de Barros Laraia (UnB)

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ)

Susana Dores de Matos Viegas (ICS/Universidade de Lisboa)

Relações Raciais/Imigração

Angela Figueiredo (UFRB e coordenadora do coletivo Angela Davis)

Gustavo Takeshy Taniguti (IFMG)

Educação e Política

Barbara Freitag Rouanet (Defesa da Educação Pública)

Rosana Cebalho Fernandes (Escola Nacional Florestan Fernandes, centro de formação criado pelo Movimento dos Sem Terra)

Resumo: O ano de 2020 marca o centenário de nascimento de Florestan Fernandes, figura de proa na construção de ciências sociais no Brasil, com obras que se inscrevem tanto no âmbito da antropologia quanto da sociologia e da política. Para além de sua participação ainda na década de 1950 na defesa da escola pública, após a sua cassação pelo AI 5 e redemocratização do país, Florestan Fernandes se tornou deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, com forte atuação na Assembleia Nacional Constituinte, notadamente na área da educação. Neste tributo da ABA ao grande mestre, serão revisitadas as suas contribuições à etnologia indígena e ao estudo das relações raciais, assim como sua militância em prol da educação pública e dos movimentos sociais.

Link para acessar o Tributo na íntegra:

https://www.youtube.com/watch?v=BtzVghdyys&ab_channel=TVABA

Homenagem e Honra aos Mortos – 02/11

“O dia 02 de novembro é para muitas e muitos de nós uma data especialmente dedicada a lembrar pessoas cuja presença não mais compartilhamos e a oferecer tributos e honras a nossos antepassados.

Em meio a terrível crise sanitária e no contexto de recrudescimento da violência social e política nas periferias, campos e florestas brasileiras, o Dia dos Mortos reveste-se, em 2020, de especial densidade simbólica.

Por isso decidimos interromper nesse dia todas as atividades regulares da 32ª RBA. Além de lembrar colegas que se foram desde a nossa última reunião, buscaremos refletir sobre os sentidos das mortes que atualmente temos testemunhado no Brasil.

Hoje, nos reunimos no luto por essas mortes e também na luta para que os sentidos dessas vidas não se percam. Aos mortos que aqui homenageamos, pedimos proteção e licença para que amanhã, com sua renovada presença em nossas vidas, possamos retomar o fio do cotidiano.

Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia

Comissão Organizadora da 32ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 02/11/20”.

Link para a página “Evocação” em Homenagem e Honra aos Mortos:

<https://expo.abant.org.br/evocacao/>

Link para acessar a homenagem a antropólogos e antropólogas que faleceram entre 2019 e 2020: <https://expo.abant.org.br/falecimentos-2019-2020/>

MOSTRAS FOTOGRÁFICAS

Claudia Andujar: a Luta Yanomami

Exposição realizada no Instituto Moreira Salles, São Paulo (2018) e Rio de Janeiro (2019)

Curadoria IMS

Thyago Nogueira

Valentina Tong (assistência de curadoria)

Angelo Manjabosco (assistência de pesquisa)

Produção Executiva

Angelo Manjabosco (IMS)

Arheta Andrade (Subcomissão de Acessibilidade da 32ª RBA)

Daniele Queiroz (IMS)

Matheus França (UFG)

Link para acessar a exposição: <https://expo.abant.org.br/claudia-andujar-a-luta-yanomami/>

Em Luta

Curadoria coletiva:

Coordenação: Juliana Farias (Pagu/Unicamp)

Adriana Fernandes (Distúrbio/UERJ), Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ), Alexandre Magalhães (UFRGS), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ), Fabio Araujo (Fiocruz), Jeferson Scabio (Museu Nacional/UFRJ), Luciane Rocha (Kennesaw State University), Mariana Tavares Ferreira (psicóloga do SUS), Natalia Lago (Numas/USP e Pagu/Unicamp), Natasha Neri (Anistia Internacional), Patricia Oliveira (Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado), Paula Lacerda (UERJ), Rachel Barros (Fase e Fórum Social de Manguinhos).

AMAFVV - Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência / ES, AMPARAR – Associação de Amigos/as e familiares de presos/as (SP), Associação de Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade (MG), Coletivo do Amazonas (AM), Coletivo Mães do Rio Grande do Norte (RN), Mães de Brumados (BA), Mães de Maio do Cerrado (GO), Mães de Maio da Leste (SP), Mães de Maio do Nordeste (BA), Mães de Manguinhos (RJ), Mães do Cárcere (CE), Mães do Curió (CE), Mães em Luto da Leste (SP), Mães Mogianas (SP), Mães da Maré (RJ), Movimento Independente Mães de Maio (SP),

Movimento Moleque (RJ), Núcleo de Mães Vítimas da Violência (RJ), Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência (RJ), Rede Mães de Luta (MG), Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência de Estado na Baixada (RJ), Rede Nenhuma Vida a Menos (PR), Vozes do Socioeducativo e prisional (CE).

Apoio

COEXPA - Coordenação de Exposições (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Decult/PR-3)

Museu Afrodigital Rio de Janeiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Decult/PR-3)

Apoio técnico

Diogo Santos (UERJ - Coordenação COEXPA)

Henrique Barone (UERJ - Designer Decult)

Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ - Coordenação Museu Afrodigital Rio de Janeiro)

Link para acessar a exposição: <https://expo.abant.org.br/em-luta/>

Entre Fotos e Falas: “Pequena História” da Antropologia no Brasil

Curadoria da exposição e texto curatorial

Fabiana Bruno, Gustavo Rossi, Christiano Tambascia

Acervos fotográficos

Fundo Roberto Cardoso de Oliveira e Fundo da Associação Brasileira de Antropologia, Arquivo Edgard Leuenroth - <https://www.ael.ifch.unicamp.br/>

Centro de Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz -

<http://www.arch.coc.fiocruz.br/>

Acervo pessoal de João Pacheco de Oliveira - <http://jpoantropologia.com.br/pt/>

Acervo pessoal de Antonio Carlos de Souza Lima

Acervo pessoal de Alcida Rita Ramos

Link para acessar a exposição: <https://expo.abant.org.br/entre-fotos-e-falas/>

As duas vidas do Museu Nacional, por Cristiano Mascaro

Fotografias: Cristiano Mascaro

Curadoria: Luiz Fernando Dias Duarte e Victor Burton

Produção Executiva: Clarice Rios (Subcomissão de Acessibilidade) e Jane Russo

Entrevistas: Clarice Rios

Link para acessar a exposição: <https://expo.abant.org.br/as-duas-vidas-do-museu-nacional/>

OGBÓN

Título: Ogbón

Ano de Produção: 2020

País de Origem: Brasil

Duração: 8 minutos

Classificação: Livre

Gênero: Experimental

Direção

Ana Paula Silva e Juliana Cintia Lima

Roteiro

Aguessiano Ribeiro e Luiz Guilherme Assis

Produção Executiva

Ana Paula Silva e Juliana Cintia Lima

Link para acessar a exposição: <https://expo.abant.org.br/ogbon/>

REUNIÕES DE TRABALHO

RT 01 WCAA - World Council of Anthropological Associations

Data: 04/11/2020

Horário: 08h às 11h

RT 02 Comitê Patrimônios e Museus

Data: 04/11

Horário: 08h às 11h

RT 04 Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Graduação em Antropologia

Data: 05/11

Horário: 08h às 11h

RT 05 Comissão de Antropologia Visual

Data: 05/11

Horário: 08h às 11h

RT 06 Comitê Migrações e Deslocamentos

Data: 06/11

Horário: 08h às 11h

RT 07 Comissão Projeto Editorial / Reunião sobre métricas e financiamentos: desafios atuais dos periódicos nacionais

Data: 06/11

Horário: 08h às 11h

ESTATÍSTICAS**Informações sobre Inscrições¹****EVOLUÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

Mês	Novas Inscrições	Percentual
09/2019	96	2,8%
10/2019	493	14,5%
11/2019	91	2,7%
12/2019	44	1,3%
01/2020	110	3,2%
02/2020	248	7,3%
03/2020	1615	47,5%
04/2020	4	0,1%
05/2020	6	0,2%
06/2020	36	1,1%
07/2020	246	7,2%
08/2020	80	2,4%
09/2020	236	6,9%
10/2020	95	2,8%
11/2020	2	0,1%
Total*	3402*	100,0%

* Os dados referem-se ao total de inscrições efetuadas no sistema da 32ª RBA. No entanto, o número preciso de pessoas que efetivamente participaram do evento, tendo realizado o pagamento da taxa de inscrição foi de 1.724, com 789 isenções (45%).

¹ Informações retiradas diretamente da página de administração do site da 32ª RBA.

INSCRIÇÕES POR SEXO

Sexo	Inscrições	Percentual
Feminino	2075	61%
Masculino	1327	39,0%
Total	3402	100.0%

COBERTURA NACIONAL (por região)

Região	Inscrições	Percentual
Sudeste	1507	44,3%
Nordeste	711	20,9%
Sul	397	11,7%
Norte	326	9,6%
Centro-Oeste	314	9,2%
Endereço no exterior	106	3,1%
Sem informações	41	1,2%
Total	3402	100.0%

COBERTURA NACIONAL (por estados)

Estado	Inscrições	Percentual
Rio de Janeiro	889	26,1%
São Paulo	399	11,7%
Rio Grande do Sul	215	6,3%
Pará	196	5,8%
Minas Gerais	188	5,5%
Distrito Federal	158	4,6%
Bahia	136	4,0%
Ceará	116	3,4%
Pernambuco	111	3,3%
Paraíba	108	3,2%
Endereço no Exterior	106	3,1%
Maranhão	100	2,9%
Santa Catarina	100	2,9%
Paraná	82	2,4%
Goiás	76	2,2%
Rio Grande do Norte	63	1,9%
Mato Grosso do Sul	52	1,5%
Amazonas	50	1,5%
Sem Informação	41	1,2%
Roraima	37	1,1%
Alagoas	31	0,9%
Espírito Santo	31	0,9%
Mato Grosso	28	0,8%

Piauí	23	0,7%
Sergipe	23	0,7%
Amapá	20	0,6%
Tocantins	9	0,3%
Rondônia	8	0,2%
Acre	6	0,2%
Total	3402	100,0%

INSCRIÇÕES POR MODALIDADE

Modalidade	Quantidade	Percentual
Não associadas/os – Estudantes de Pós-Graduação	1164	34,2%
Associadas/os – Efetivo/a, Correspondente, Colaborador/a e Honorário	679	20,0%
Não associadas/os – Professoras/es e demais Profissionais	568	16,7%
Não associadas/os – Estudantes de Graduação	544	16,0%
Associadas/os – Pós-Graduandas/os	247	7,3%
Não associadas/os – Egressos de Graduação e Pós-Graduação	65	1,9%
Não associadas/os – Estudantes de Graduação - Cotistas	38	1,1%
Não associadas/os – Estudantes de Pós-Graduação - Cotistas	32	0,9%
Associados/as – Aspirante	28	0,8%
Não associadas/os – Membros de associações filiadas ao WCAA e membros da AIBR	24	0,7%
Associadas/os – Pós-Graduandas/os – Cotistas	7	0,2%
Associadas/os – Egressos de Graduação e Pós-Graduação	6	0,2%
Total	3402	100,0%

INSCRIÇÕES POR ATIVIDADE

Atividade	Reprovados	Aprovados	Total
Apresentação Oral em GT	584	1150	1734
Poster em GT	109	152	261
Grupo de Trabalho	33	81	114
Trabalho para Simpósio Especial	0	78	78
Trabalho para Mesa-Redonda	9	68	77
Mesa-Redonda	29	41	70
Trabalhos para Lançamentos de Livros	0	48	48
PPV – Ensaio Fotográfico	0	45	45
PPV – Filme Etnográfico	0	44	44
Prêmio Lévi-Strauss – Poster	0	40	40

Simpósios Especiais	5	34	39
Lançamento de Livros	0	35	35
Prêmio Lévi-Strauss – Artigo	0	23	23
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos – Mestrado	0	14	14
PPV – Mostra de Desenhos Etnográficos	0	13	13
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos – Doutorado	0	12	12
Trabalho para Oficina	5	6	11
Prêmio Lélia González – Mestrado	0	8	8
Oficinas	0	7	7
Prêmio Lélia González – Recém graduado/a	0	5	5
Prêmio Ensino de Antropologia – Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia	0	5	5
Prêmio Lélia González – Doutorado	0	5	5
Feira de Livros	0	5	5
Prêmio Heloísa Alberto Torres	0	5	5
Trabalhos para Minicurso	0	3	3
Minicurso	0	2	2
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos – Graduação	0	2	2
Prêmio Ensino de Antropologia	0	2	2
Total	774	1933	2707

INSCRIÇÕES POR TITULAÇÃO

Titulação	Inscrições	Percentual
Doutorando/a	717	21,1%
Doutor/a	678	19,9%
Mestrando/a	536	15,8%
Graduando/a	516	15,2%
Pós-Doutor/a	337	9,9%
Mestre/a	184	5,4%
Pós-Doutorando/a	135	4,0%
Graduado/a	103	3,0%
Pós-Graduando/a	59	1,7%
Sem Informação	41	1,2%
Ensino Médio	23	0,7%
Livre-Docência	23	0,7%
Especialização	21	0,6%
Pós-Graduado/a	15	0,4%
Especialização em curso	11	0,3%
Ensino Fundamental	2	0,1%
Não alfabetizado/a	1	0,0%
Total:	3402	100,0%

INSCRIÇÕES POR BOLSAS/BOLISTAS

Nível	Inscrições	Percentual
Iniciação Científica	150	12,8%
Mestrado	331	28,2%
Doutorado	469	40,0%
Produtividade CNPq	107	9,1%
Iniciação à Docência	9	0,8%
Supervisor/PIBID	8	0,7%
Pós-Doutorado	99	8,4%
Total:	1173	100,0%

INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES

Tipo de Atividade	Quantitativo
Grupos de Trabalho	81
Mesas-Redondas	43
Simpósios Especiais	36
Conferências	06
Oficinas	06
Minicursos	02
Premiações	07
Reuniões de Trabalho	07
Exposições	05
Lançamento de Livros	40
Feira de Livros	01
Pré-Eventos	03
Homenagem e Honra aos Mortos	01

INFORMAÇÕES SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA

Comissão organizadora	94 pessoas
Secretaria da ABA	03 pessoas
Equipe de monitoria	96 pessoas
Organização das exposições	103 pessoas
Acessibilidade*	60 profissionais
Equipe Técnica (Catálise)	13 pessoas

* Destaca-se a parceria com o curso de Letras/Libras da UFG, o Instituto Benjamim Constant e a equipe do podcast Mundaréu.

PROGRAMAÇÃO DA DIRETORIA DA ABA

1) Simpósio Especial 01 – "Direitos Humanos" e Moralidades em questão: lutas políticas e sentidos locais

Coordenadoras: Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS)

Sessão 1

Participantes: Vanessa Sander (Unicamp), Maria Victoria Pita (CONICET-UBA), Paulo Victor Leite Lopes (UFRN).

Debatedor/a: Taniele Cristina Rui (Unicamp)

2) Simpósio Especial 20 – O campo do patrimônio: desafios, tensões, experiências

Coordenadoras: Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminens), Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Sessão 1 - O campo dos patrimônios e dos museus: balanços e perspectivas

Participante(s): Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp), Antonio Carlos Motta de Lima e Izabela Maria Tamaso (UFG)

Debatedor/a: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Sessão 2 - Áfricas em redes – patrimônios, museus e educação

Participantes: Dragoss Ouedraogo (Université de Bordeaux, FRA) e Lívio Sansone (UFBA), Maria Alice Rezende Gonçalves (UERJ)

Debatedor/a: Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Sessão 3 - Processos de patrimonialização: tensões e experiências na perspectiva dos detentores

Participantes: Maria de Fatima da Silveira Santos (Jongo de Pinheiral), Paulo Henrique Menezes da Silva (Universidade da Capoeira), Raimunda Santana Azevedo (ASARISAN), Rogério Rodrigues Santos (G.R.E.S. Portela), Tayse Michelle Campos da Silva (UFRN) e Francisco Cândido Firmiano Júnior (PPGAS/UFRN)

Debatedora: Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

3) Simpósio Especial 28 – Articulações das Ciências Sociais no contexto atual

Coordenadora: Maria Filomena Gregori (ABA)

Sessão 1

Participantes: Miriam Pillar Grossi (UFSC/ANPOCS/CRI-ABA), Flávia Biroli (ABCP), Jacob Carlos Lima (UFSCar / SBS), Bruno Bolognesi.

Sessão 2

Participantes: Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (SBPC), Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (Academia Brasileira de Ciências), Gulnar Azevedo e Silva (Abrasco)

Sessão 3 - Os Direitos Humanos, a Democracia e as Ciências Sociais

Participantes: Patrícia Birman (UERJ), Lucia Eilbaum (UFF), Luiz Eduardo Bento de Mello Soares (UERJ) e Paulo Sérgio Pinheiro (USP).

4) Simpósio Especial 3 – Antropologia Brasileira face aos dilemas políticos atuais

Coordenadores: Izabela Maria Tamasso (UFG) e Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

Sessão 1

Participantes: Luiz Eduardo Bento de Mello Soares (UERJ), Rosana Pinheiro Machado (University of Bath), Marcia Anita Sprandel (Senado Federal) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM/UEA)

Sessão 2

Participantes: Débora Diniz Rodrigues (Débora Diniz), Henyo Trindade Barretto Filho (DAN/UnB), Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen Schild (UFSC) e Luciana de Oliveira Dias (Universidade Federal de Goiás)

5) Mesa-Redonda 02 – Democracia e diversidades em tempos de Covid-19 e discursos de ódio

Coordenado: Sérgio Luís Carrara (UERJ) e Claudio Nascimento (RJ – Movimento LGBT)

Participante(s): Jean Wyllys (Professor visitante do Instituto Afro-latinoamericano do Hutchins Center da Universidade de Harvard), Alessandra Ramos (Instituto Transformar Shelida Ayana) e Regina Facchini (Pagu/Unicamp)

6) GT 49 – Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenadores: Isadora Lins França (Unicamp) e Paulo Victor Leite Lopes (UFRN).

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedora: Heloisa Buarque de Almeida (USP) e

Sessão 2 – Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor: Júlio Assis Simões (USP)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Debatedor: Sérgio Luís Carrara (UERJ)

7) GT 15 – Antropologia, Performances e Patrimônios: saberes insubmissos

Coordenadores: Paulo Jorge Pinto Raposo (ISCTE) e Scott Head (UFSC)

Sessão 1

Debatedora: Izabela Maria Tamasso (UFG)

Sessão 2

Debatedor: Filipe Marcelo Correia de Brito Reis (ISCTE)

Sessão 3

Debatedora: Renata de Lima Silva (UFG)

8) Homenagem e Honra aos Mortos

Produção e realização: Adriana Vianna, Ana Paula Alves Ribeiro, Angela Facundo, Deborah Bronz, Eriki Aleixo, Flavia Medeiros, Hyppolite Brice Sogbossi, Lucía Eilbaum, Roberta Guimarães, Roberto Efrem Filho, Sérgio Carrara.

COMUNICAÇÕES DA ABA

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

2019

- 1) Nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de Repúdio ao Decreto nº 9.690

Data: 25/01/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190125_5c4b356d2cb9f.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190206_5c5afb4082a8a.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190204_5c583792eb0de.pdf

- 2) Nota de repúdio da ABA ao desastre da Vale em Brumadinho/MG e de solidariedade aos atingidos

Data: 29/01/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190129_5c509ff2d5931.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190129_5c509ff2d5931.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190204_5c5836c5acdcc.pdf

- 3) Carta aberta de pesquisadores que trabalham junto ao povo Tupinambá – Pela urgente investigação das ameaças e planos de extermínio contra os Tupinambá, pela garantia da segurança dos indígenas e pela imediata conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Bahia)

Data: 13/02/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190214_5c6583bd500c3.pdf

Pdf em Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190214_5c6583ec7ea8e.pdf

Pdf em Français: http://www.aba.abant.org.br/files/20190214_5c6583db22be6.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190219_5c6c2244e76a8.pdf

- 4) Nota Conjunta da ANPOCS, ABA, ABCP, SBS E Fórum Brasileiro de Segurança Pública em defesa do Censo Demográfico 2020

Data: 22/02/2019

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2019/02/26/nota-conjunta-da-anpocs-aba-abcp-sbs-e-forum-brasileiro-de-seguranca-publica-em-defesa-do-censo-demografico-2020/>

5) ABA assina Carta aberta à sociedade brasileira contra a intervenção na Venezuela

Data: 03/2019

Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR110834>

6) ABA é signatária ao documento da ALA que defende a autodeterminação e o princípio de nenhuma intervenção na Venezuela

Data: 14/03/2019

Pdf em español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190314_5c8a907ae0bf5.pdf

7) ABA assina recusa do Fórum De Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas, Letras e Artes (FCHSSALA) ao Convite da Conep

Data: 22/03/2019

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190325_5c990dcbc2d69.pdf

8) A ABA condena e repudia o brutal assassinio de um líder indígena na Costa Rica

Data: 25/03/2019

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2019/03/26/a-aba-condena-e-repudia-o-brutal-assassinio-de-um-lider-indigena-na-costa-rica-2/>

9) Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA pede justiça pelos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes

Data: 25/03/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a222dad2e4.pdf

10) Comissão de Direitos Humanos da ABA assina Campanha “Pacote Anticrime – uma solução fake”

Data: 27/03/2019

Pdf em Português:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a4cd3ca64c.pdf?fbclid=IwAR0z9-0W8AQ3qPcqI3T_dhGfWNY8sc45S4PnWHdXwo_3kkulEjkAWbshcoE

11) A ABA/CAI soma-se à APIB e à ABRASCO na denúncia à tentativa de desmonte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena por parte do ministro da saúde

Data: 28/03/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190328_5c9cd477742d6.pdf

12) Nota de apoio à Manifestação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal sobre festejar o Golpe de 1964

29/03/2019

Pdf em Português: http://aba.abant.org.br/files/20190330_5c9f69a9b06ff.pdf

13) Nota de apoio à Manifestação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal

Data: 29/03/2019

Pdf em Português: http://aba.abant.org.br/files/20190330_5c9f69a9b06ff.pdf

14) ABA assina Proposta para a inclusão de línguas indígenas da Bacia Amazônica brasileira como parte integrante do patrimônio material e imaterial da humanidade

Data: 02/04/2019

Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/proposta-para-a-inclusao-de-linguas-indigenas-da-bacia-amazonica-brasileira-como-parte-integrante-do-patrimonio-material-e-imaterial-da-humanidade/>

15) Nota do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a respeito da Minga Nacional pela Vida da Colômbia

Data: 08/04/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190408_5cab889c41ca9.pdf

16) Carta coletiva ABA, ABCP, Anpocs e ESOCITEBR – Corte orçamentário atinge desenvolvimento e soberania nacionais

Data: 11/04/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190411_5caf48d88385d.pdf

17) Nota de apoio do Comitê Patrimônios e Museus da ABA à decisão do Museu Americano de História Natural

Data: 16/04/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190416_5cb61d4e34c74.pdf

18) Nota de repúdio do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA e pedido de Revogação do Decreto 64.186

Data: 26/04/2019

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190426_5cc353c90617f.pdf

19) ABA apoia nota da ANPOF de repúdio a declarações do Ministro da Educação e do Presidente da República sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente filosofia e sociologia

Data: 06/05/2019

Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>

20) ABA, ABCP, SBS e Anpocs publicam nota à imprensa contra as ações da Presidência da República e do Ministério da Educação sobre os cortes orçamentários nas Universidades Públicas

Data: 08/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190426_5cc36aaa4c6b9.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190426_5cc36aaa4c6b9.pdf

Nota da ABA na rádio CBN: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/257762/em-nota-entidades-repudiam-ato-de-bolsonaro-de-cor.htm>

Conjunto de apoios recebidos:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190513_5cd98f547991d.pdf

21) ABA adere nota de repúdio à votação do licenciamento ambiental sem debate com a sociedade

Data: 08/05/2019

Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?70962/Nota-de-repudio-a-votacao-do-licenciamento->

22) Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia aos Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais em relação aos editais de concurso para provimento de cargo de professor de Antropologia

Data: 08/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190508_5cd2feebcada1.pdf

23) Nota do Comitê Deficiência e Acessibilidade de repúdio à extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 13/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190513_5cd9bf5e181cf.pdf

24) Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA em apoio ao mandato da Deputada Renata Souza (RJ) e em repúdio às práticas autoritárias do Governo de Estado do Rio de Janeiro

Data: 14/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190514_5cdb215d3abf5.pdf

25) Nota do Comitê Deficiência e Acessibilidade de repúdio pela retirada da ação de reparação de direitos violados por zika

Data: 27/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190527_5cec4955b5ac5.pdf

26) Nota da ABA; sua Comissão de Assuntos Indígenas; seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e seu Comitê Quilombos sobre o Projeto Barão do Rio Branco

Data: 28/05/2019

Pdf em português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190528_5ced59a68acca.pdf

27) Comitê Quilombos da ABA repudia a violação dos direitos das comunidades quilombolas de Alcântara

Data: 29/05/2019

Texto: "A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio do Comitê Quilombos, mais uma vez, repudia a violação dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas de Alcântara e apoia a regularização de seus territórios como previsto em lei".

28) Nota pública contrária à solicitação da AGU ao STF para realizar operações policiais nas Universidades Públicas e Privadas

Data: 31/05/2019

Pdf em português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190531_5cf1519a58cee.pdf

29) Nota de apoio e solidariedade da ABA ao povo Waimiri Atroari, reiterando a Nota Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns, datada de 04 de junho de 2019.

Data: 10/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190610_5cfe7bfa306ea.pdf

30) Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA apoia Nota “Reforma da Previdência e os graves prejuízos impostos às pessoas com deficiência.

Data: 06/2019

Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2019/06/NOTA-REFORMA-PREVID%C3%84NCIA-REDE-FINAL-2.pdf>

31) Nota do Comitê Deficiência e Acessibilidade de repúdio à declaração de juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Data: 10/06/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190611_5cffb52d75834.pdf

32) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas / ABA sobre declaração da Ministra Damares sobre recém-nascidos enterrados vivos em povos indígenas

Data: 11/06/2019

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190611_5cffdfc02f65b.pdf

33) Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA apoia Carta de Organizações do Movimento Negro Brasileiro ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira

Data: 12/06/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190614_5d039e768c208.pdf

34) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA ao Ministério Público Federal sobre a Medida Provisória n. 870/2019, que reconduz a competência das demarcações de terras indígenas ao Ministério da Agricultura.

Data: 24/06/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190624_5d10da858290e.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190626_5d138a3f3f003.pdf

35) Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA apoia Manifesto do Movimento de Luta das Pessoas com Deficiência contra o PL 1615/2019, que passa a considerar pessoas com visão monocular como pessoas com deficiência

Data: 24/06/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190624_5d10e7b0c5bdb.pdf

36) Nota do Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA aos Novos Ataques do Governo Bolsonaro aos Direitos Humanos e a Questões de Gênero e Sexualidade na ONU.

Data: 28/06/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190701_5d1a5f65448a4.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190701_5d1a5f8e1c1d0.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190701_5d1a5f7a33c9e.pdf

37) Nota pública sobre os direitos de família caiçara da comunidade tradicional do Rio Verde, localizada no Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (SP), sob ameaça de iminente expulsão e destruição de habitação

Data: 10/07/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200713_5f0c4cbfa648f.pdf

38) Nota do Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA sobre a Portaria no.666/2019 do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro.

Data: 26/07/2019

Pdf em Português: http://aba.abant.org.br/files/20190727_5d3bd9a6e6a34.pdf

Pdf en Español: http://aba.abant.org.br/files/20190727_5d3bd9bd38f41.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190729_5d3f0d0e81fc2.pdf

39) Nota da ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas sobre o assassinato de uma liderança do povo indígena Wajãpi do Amapá por garimpeiros e a escalada de violência contra povos indígenas no Brasil.

Data: 28/07/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190729_5d3f06dfdedae.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20190729_5d3f31adc8087.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190730_5d404e14e3d08.pdf

40) Nota do Comitê de Antropólogas/ Negras/os da ABA em defesa da autonomia universitária

Data: 30/07/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190730_5d409b56b3540.pdf

41) Comitê Quilombos da ABA repudia os atos de violência de que têm sido vítimas as famílias da Comunidade Quilombola de Quingoma

Data: 31/07/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190731_5d41a95f10ccb.pdf

42) Nota do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA contra o desmanche ambiental e a violência decorrente

Data: 01/08/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190731_5d41aa4aca672.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20190802_5d44899feb6a1.pdf

Artigo que deu origem à nota:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190802_5d446a738c8f9.pdf

43) Nota de repúdio da ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas às ações ilegais e violentas de segmentos do estado de Mato Grosso do Sul contra indígenas Kinikinau e a instauração de uma “justiça” à la faroeste

Data: 02/08/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afacd7b566.pdf

44) Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia às declarações do Presidente da República em relação ao trabalho das comissões da verdade

Data: 06/08/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afae7b7257.pdf

45) Nota da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia em repúdio ao massacre em Altamira, Pará, e à política de encarceramento em massa do estado brasileiro

Data: 06/08/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afb2f7a7f2.pdf

46) Nota de Repúdio do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA à Censura da Presidência da República a Filmes com Temática LGBTI no Contexto da ANCINE

Data: 19/08/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190822_5d5ebb6a53bb2.pdf

47) Nota de Repúdio do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA ao plano de proibição da discussão de gênero nas escolas 2020

Data: 09/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190910_5d77c95dae9f3.pdf

48) Nota técnica da ABA em apoio aos quilombolas de Alcântara e em defesa à soberania nacional face à aprovação do acordo de salvaguardas tecnológicas Brasil-EUA

Data: 12/09/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190912_5d7aaf64a0877.pdf

49) Nota da ABA e seu Comitê Patrimônios e Museus – Iphan, patrimônio brasileiro

Data: 23/09/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190923_5d88cefbba61d.pdf

50) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA – o risco da presunção de impunidade

Data: 01/10/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191001_5d93bda4f3a9b.pdf

51) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA sobre os conflitos envolvendo os indígenas do aldeamento do Cachimbo (municípios de Itambé e Ribeirão do Largo)

Data: 23/20/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191028_5db6ece61328f.pdf

52) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA - a FUNAI na desconstituição dos direitos territoriais indígenas

Data: 01/09/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191104_5dc0623331835.pdf

53) Nota da ABA via Comissão de Assuntos Indígenas, Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e o Comitê de Quilombos sobre a construção da Central Nuclear do Nordeste.

Data: 06/11/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191112_5dcac6cf5f034.pdf

54) Manifestação da ABA e sua Comissão Projeto Editorial referente ao Resultado da Chamada CNPq No 19/2019

Data: 19/11/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191125_5ddc0eb6b0771.pdf

55) Nota sobre assassinato de Elitânia Souza da Hora, comunidade quilombola Tabuleiro da Vitória, Cachoeira, Bahia.

Data: 29/11/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191204_5de7c5d70bc44.pdf

56) Nota sobre assassinato de Seu Vermelho, comunidade quilombola de Rio dos Macacos, Simões Filho, Bahia

Data: 29/11/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191204_5de7c5e56fdd5.pdf

57) Nota da ABA via Comissão de Assuntos Indígenas e Comitê Quilombos contra a manifestação do Ouvidor Geral do Ministério Público Estadual do Pará.

Data: 29/11/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191204_5de7c5fc2e1a0.pdf

58) Nota de repúdio da ABA via Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia às declarações do Ministro da Educação Avraham Weintraub

Data: 09/12/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20191209_5dee59be39399.pdf

59) Nota da ABA via Comissão de Assuntos Indígenas – a presunção de impunidade segue seu curso: até quando vamos permitir?

Data: http://www.aba.abant.org.br/files/20191220_5dfcd501b15f5.pdf

2020

60) Nota de denúncia da ABA via Comissão de Assuntos Indígenas sobre o risco de iminente genocídio e etnocídio de povos indígenas isolados no Brasil

Data: 03/02/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200203_5e38671f789fe.pdf

61) Nota do Comitê de Laudos e da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA sobre retrocessos à vista no processo de regularização de terras indígenas no Brasil

Data: 19/02/2020

Pdf em Português: http://aba.abant.org.br/files/20200219_5e4d41fc693c0.pdf

62) Nota sobre o Projeto de Lei (PL) Nº 191/2020

Data: 19/02/2020

Pdf em Português: http://aba.abant.org.br/files/20200219_5e4d421e8d279.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20200221_5e4fcfa603c4a.pdf

63) NOTA DE REPÚDIO da ABA via Comissão de Assuntos Indígenas à invasão da Terra Indígena Waimiri-Atroari por parte do Deputado Estadual Jefferson Alves (PTB-RR)

Data: 02/03/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200303_5e5e6505c8b95.pdf

64) ABA assina com mais de 60 entidades manifesto pela liberação de recursos do FNDCT para o CNPq

Data: 20/03/2020

Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/manifesto-pela-liberacao-de-recursos-do-fndct-para-o-cnpq-recebe-apoio-de-mais-de-90-entidades-cientificas/>

65) Nota Abrasco e ABA – Covid-19 e os povos indígenas do Brasil

Data: 21/03/2020

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-os-povos-indigenas-desafios-e-medidas-para-controle-do-seu-avanco/45866/>

66) ABA assina com mais de 60 entidades científicas carta que pede revogação da portaria da Capes n. 34/2020.

Data: 23/03/2020

Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/mais-de-60-entidades-cientificas-subscvem-carta-que-pede-revogacao-da-portaria-da-capes/#:~:text=Mais%20de%2060%20entidades%20cient%C3%ADficas%20endossam%20a%20carta%20enviada%20ao,e%20%E2%80%9Cenorme%20preocupa%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%20com%20a>

67) Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA – o “coronavírus” e a desigualdade brasileira

Data: 24/03/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200325_5e7bb0f4acb6e.pdf

68) ABA assina com entidades científicas manifestação sobre portaria do MCTIC

Data: 27/03/2020

Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/entidades-cientificas-manifestam-preocupacao-com-portaria-do-mctic-especialmente-por-omitir-apoio-a-ciencia-basica/>

69) ABA assina com mais de 60 entidades manifestação da SBPC sobre pronunciamento de Bolsonaro

Data: 27/03/2020

Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/mais-de-50-entidades-cientificas-subscrevem-manifestacao-da-sbpc-sobre-o-pronunciamento-de-bolsonaro/>

70) ABA é signatária de Relato e reflexões sobre a reunião SBPC/Sociedades Científicas e Governo – o futuro da ciência brasileira?

Data: 30/03/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200327_5e7e3f4205c77.pdf

71) Nota Técnica da ABA em parceria com a Sociedade Latinoamericana de Etnobiologia (SOLAE) e a Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE) em apoio à não remoção das famílias quilombolas do território de Alcântara.

Data: 30/03/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200330_5e823b562924b.pdf

72) ABA assina manifestação de entidades científicas e da área da saúde sobre o plano estratégico de retomada das atividades econômicas anunciado pelo governo do estado de Santa Catarina

Data: 27/03/2020

Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/03/coronavirus-entidades-cientificas-e-da-saude-manifestam-preocupacao-com-plano-de-retomada-de-santa-catarina/>

73) Nota da ABA e da Abrasco sobre a Covid-19 e a situação alimentar entre povos indígenas: recomendações para o enfrentamento da pandemia

Data: 17/04/2020

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-a-situacao-alimentar-entre-os-povos-indigenas-recomendacoes-para-o-enfrentamento-da-pandemia/47017/>

74) ABA assina manifesto pela integridade e independência do Ministério Público

Data: 04/2020

Disponível em: <http://www.proam.org.br/acontecimento.asp?ID=188>

75) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA sobre a construção de três centrais hidrelétricas no Rio das Mortes/MT

Data: 27/04/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200428_5ea886f41cb7f.pdf

76) ABA assina nota do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro sobre as recentes nomeações para o Iphan

Data: 20/04/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200429_5ea97610b0c44.pdf

77) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA em repúdio à Instrução Normativa No 9/2020 da FUNAI, que desconsidera parte maciça dos processos de regularização fundiária do próprio órgão indigenista, acentuando os riscos aos povos indígenas e a seus territórios no País

Data: 30/04/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200430_5eab0093b0002.pdf

78) Nota da ABA sobre a importância de antropólogos do SESAI

Data: 04/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200504_5eb0519d148b2.pdf

79) Nota da ABA e da SBPC em defesa e promoção dos direitos territoriais e da vida dos povos indígenas

Data: 04/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200506_5eb322bdd2337.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20200508_5eb5ba5f89a30.pdf

80) Nota do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA em apoio à nota “Todas as Vidas Importam”, que versa sobre o risco de exclusão ilegal no atendimento a pessoas com deficiência durante a pandemia da Covid-19

Data: 11/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200511_5eb9be3566cec.pdf

Pdf com a nota “Todas as Vidas Importam”:

http://www.aba.abant.org.br/files/20200511_5eb9be6e30722.pdf

Comunicado do GT Estudos críticos em discapacidad – pessoas com deficiência e Covid-19: http://www.aba.abant.org.br/files/20200511_5eb9be912a08c.pdf

81) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA sobre a mineração na produção de doenças crônico-degenerativas e no agravamento dos efeitos da Covid-19 entre Povos Indígenas

Data: 11/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200511_5eb9b60662bc0.pdf

82) Manifesto em defesa do Iphan

Data: 12/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec5606c8f533.pdf

Pdf en Español: http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec56107a81a5.pdf

Pdf en Français: http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec560c9cc281.pdf

Pdf in English: http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec56084968c5.pdf

83) Manifesto do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA de repúdio ao conteúdo divulgado pela Fundação Cultural Palmares no dia 13 de maio de 2020.

Data: 14/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200514_5ebdbbb873505.pdf

84) Nota pública de agradecimento à Procuradora Federal Dra. Deborah Duprat

Data: 22/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200526_5ecd0741c99af.pdf

85) Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia, diante as operações policiais no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia

Data: 25/05/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200525_5ecbf9bf340d3.pdf

86) ABA assina nota pública sobre MP 910/2019 e PL 2.633/2020 – projeto de Lei amplia injustiças, desmatamento e caos agrário

Data: 26/05/2020

Disponível em: <https://justicapaz.org/index.php/notas-publicas/265-nota-publica-sobre-mp-910-2019-e-pl-2-633-2020>

87) Nota do Comitê Quilombos da ABA de pesar ao assassinato de liderança quilombola de Barroso, Camamu/BA

Data: 28/05/2020

Texto: “O Comitê Quilombos manifesta seu pesar pelo assassinato de Antônio Corrêa dos Santos, agricultor familiar e liderança da comunidade Quilombola do Barroso, município de Camamu, Baixo Sul da Bahia. Surpreendido em sua própria residência, foi atingido com quatro tiros no dia 08/05/2020. Solicitamos as autoridades que procedam com as apurações para determinar os responsáveis pelo crime, assim como celeridade no processo de regularização do território, uma vez que foram as disputas em torno dele que motivaram ameaças a essa liderança e seu assassinato”.

88) Nota do Comitê Quilombos da ABA de repúdio a aprovação da MP 910/2019

Data: 28/05/2020

Texto: O Comitê Quilombos repudia a aprovação da Medida Provisória n. 910, de 10 de dezembro de 2019, e solicita sua impugnação pelos deputados federais, uma vez que a mesma pode incentivar as ações de invasores nas terras de comunidades tradicionais, dentre elas as quilombolas, significando, dentre outras coisas, a elevação do risco de contaminação e mortes por coronavírus nesses territórios.

89) Nota do Comitê Quilombos da ABA de repúdio à retomada das obras da BR 135 em meio a pandemia do Covid-19

Data: 28/05/2020

Texto: O Comitê Quilombos repudia a retomada das obras da BR 135, entre os municípios de Macabeira e Miranda do Norte, no estado do Maranhão, sem realização de consulta prévia as dezenas de comunidades quilombolas atingidas, conforme compromisso assumido anteriormente pelo governo federal, e em plena pandemia do

Covid -19, quando já existem seis quilombolas da região com infecção confirmada, situação que poderia se agravar com o envio de centenas de trabalhadores para as obras da duplicação da estrada.

90) Nota do Comitê Quilombos da ABA sobre risco iminente de rompimento da Barragem na Comunidade de Rio dos Macacos

Data: 28/05/2020

Texto: O Comitê Quilombos repudia a omissão e pede providências as autoridades competentes em relação a barragem existente no interior do território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho, estado da Bahia, que se encontra sob a iminência de rompimento devido ao grande volume de chuvas na região nos últimos dias e a sua conexão com outras quatro barragens que estão operando no limite da capacidade no momento.

91) ABA assina manifestação de entidades científicas por mais discussão sobre projetos de lei que tratam de desinformação, liberdade, responsabilidade e transparência na Internet.

Data: 02/06/2020

Disponível em: <https://anped.org.br/news/manifestacao-de-entidades-cientificas-por-mais-discussao-sobre-projetos-de-lei-que-tratam-de>

92) Nota da Comissão de Direitos Humanos da ABA em repúdio à Portaria GM/MS n. 1.325/2020

Data: 08/06/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200608_5ede9e3a0a17c.pdf

93) Comissão de Direitos Humanos da ABA assina Ofício enviado ao CNJ pedindo veto às audiências de custódia por videoconferência

Data: 19/06/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200623_5ef23bada0581.pdf

94) Nota de pesar da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA pelos 325 óbitos de indígenas ocorridos no Brasil até essa data

Data: 19/06/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200623_5ef2591f9fb9f.pdf

95) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA em repúdio ao PLC 17/2020 em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Data: 24/06/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200629_5efa359eac11e.pdf

96) Nota pública sobre os direitos de família caiçara da comunidade tradicional do Rio Verde, localizada no Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (SP), sob ameaça de iminente expulsão e destruição de habitação

Data: 10/07/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200713_5f0c4cbfa648f.pdf

97) Nota de repúdio da ABA através de sua Comissão de Direitos Humanos à ação do Ministério da Justiça de controle político ideológico

Data: 27/07/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200728_5f204fc7d496e.pdf

98) Nota da Comissão de Assuntos indígenas da ABA sobre a “Missão de Saúde Xavante”.

Data: 17/08/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200817_5f3ae5e4c1df7.pdf

99) Nota da ABA através do Comitê Laudos Antropológicos e o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos em solidariedade ao Procurador da República Wilson Rocha.

Data: 18/08/2020

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2020/08/19/nota-publica-da-aba/>

100) Nota de apoio à decisão do Povo Terena de receber ajuda humanitária dos Médicos Sem Fronteiras.

Data: 22/08/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200824_5f44058d010ab.pdf

101) Alerta da ABA junto à suas comissões de Assuntos Indígenas, de Educação, Ciência e Tecnologia e seus Comitês de Laudos, de Quilombos, de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e de Inserção Profissional, a respeito do curso lato sensu em Antropologia proposto pela Funai.

Data: 25/08/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200824_5f442b7b25ec3.pdf

102) Nota da ABA por meio de seus comitês Quilombos e de Antropólogas/os Negras/os, junto ao Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (Ceiafrica/Unilab) de apoio ao Ipeafro e de respeito à memória de Abdias Nascimento.

Data: 22/09/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20200924_5f6cbcc452d06.pdf

103) Nota pública da ABA em apoio às Católicas pelo Direitos de Decidir

Data: 28/20/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20201028_5f99bd748de12.pdf

104) Nota da ABA através de seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os e com apoio da Comissão de Direitos Humanos, do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e do Comitê de Estudos Africanos sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas

Data: 24/11/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20201124_5fbd2d0828fee.pdf

105) Nota de repúdio do Comitê Patrimônios e Museus da ABA da destituição de Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à sua substituição por Tassus Lycurgo Galvão Nunes.

Data: 04/12/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20201207_5fce77d89edb7.pdf

106) Ofício da ABA em relação ao calendário para a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) de Pós-Graduação

Data: 04/12/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20201204_5fcac1f8277f0.pdf

107) ABA assina carta enviada ao Presidente da Câmara dos Deputados a respeito da apreensão de associações científicas sobre a perspectiva de cortes nos investimentos da União para o setor de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Data: 16/12/2020

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20201217_5fdb4e7d3986.pdf

MOÇÕES

Moções apresentadas, e aprovadas, durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia:

1) Moção contra o desmanche ambiental e pela proteção dos territórios tradicionais do Brasil.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc9615cdd6f6.pdf

2) Moção contra o desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, omissões e violações de direitos no contexto pandêmico.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc961e654a83.pdf

3) Diversificar a (in)formação sobre as antropologias mundiais de pesquisadores estrangeiros e estudantes de antropologia.

Link para acessar o texto integral em português:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc9623beab86.pdf

Link para acessar o texto integral em inglês:

http://www.aba.abant.org.br/files/20210108_5ff8624aac67c.pdf

4) Antropólogos para garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes indígenas.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc96283c31fc.pdf

5) Criação do Fórum de Coordenadores/as de Cursos de Graduação em Antropologia.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc962e076a03.pdf

6) Moção contra o desmonte das políticas de implementação dos direitos dos Povos Indígenas no Brasil.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc963a7012ff.pdf

7) Moção de Apelo da ABA ao STF contra o estabelecimento de um marco temporal para o reconhecimento de Terras Indígenas no Brasil.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc963f23a347.pdf

8) Moções do Comitê de Gênero e Sexualidade.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc964887af78.pdf

TV ABA E REDES SOCIAIS

Relatório elaborado por Carolina Parreiras (Unicamp) e Matheus França (UFG), responsáveis pela gestão dos canais de comunicação entre julho e dezembro de 2020, vinculados à Comissão de Tecnologia, Informação e Comunicação (CTIC) da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, coordenada pela Profa. Izabela Tamasso (UFG).

No dia 30 de julho de 2020, entregamos um plano de comunicação que valeria para a 32ª RBA. Naquele momento, apresentamos um diagnóstico de todos os canais da ABA existentes (Facebook, Twitter, Instagram e TV ABA), com números que ajudam a observar o crescimento das redes e do alcance no período entre agosto e novembro. Além de buscar aproveitar melhor as redes já existentes, criamos canais da ABA no *LinkTree* (ferramenta agregadora de links) e no *SoundCloud* (ferramenta para armazenamento de áudios).

A partir disso, a avaliação é de houve um crescimento importante das redes da ABA e da interação com nossos perfis nas plataformas e a partir deles. Os números abaixo atestam esse crescimento:

Facebook

Inicialmente, o perfil contava com 62.575 seguidores. A partir do novo gerenciamento, passou para 63.520. Houve um aumento de mais de 350% de interações e ações com a página, 158% de aumento no alcance das publicações, 7155% de aumento nas visualizações de vídeos e 133% de aumento no engajamento com as publicações. Uma métrica rápida da página, seguindo a hashtag #32rba, mostra que durante o congresso, a *tag* teve pico de alcance de mais de 37 mil perfis.

Twitter

Inicialmente, o perfil contava com cerca de 2.500 seguidores. A partir do novo gerenciamento, o perfil conta hoje com 2916 seguidores, o que representa um aumento de 16%. No final da gestão 2019/2020, o perfil conta com 3.134 seguidores. Durante o congresso, a *tag* #32rba teve pico de alcance de 2480 perfis.

Instagram

Criado em maio de 2020, o perfil contava com 2.274 seguidores quando passamos a geri-lo, no final de julho de 2020. A partir do novo gerenciamento, o perfil contava com 4441 seguidores no final da RBA, o que representou um aumento de 195%. Em meados de janeiro de 2021, no final da gestão que apresenta este relatório, o perfil contava com cerca de 4.960 seguidores. Foram feitas cerca de 250 postagens, todas referentes à 32ª RBA. Antes do trabalho de comunicação da RBA, o perfil já contava com 98 publicações. Além disso, fizemos um incontável número de stories, próprios e compartilhados a partir de marcações de seguidores. Temos hoje uma conta empresarial, o que é ótimo para acesso a esses dados. Durante o congresso, houve um aumento de 63% nas contas alcançadas, 2,3% de aumento nas interações com nosso conteúdo e um aumento de 7,5% no número de seguidores. Compartilhamos, durante o congresso, mais de 200 stories.

TV ABA

A ABA conta atualmente com duas contas no YouTube, ambas da TV ABA (um canal principal e outro alternativo). No canal oficial, tivemos 1226 novos seguidores durante a RBA, atingindo o número total de 4432. Também houve aumento no alcance dos vídeos e no número de visualizações. No canal alternativo, temos hoje cerca de 635

seguidores, considerando que mais de 200 destes surgiram após um imprevisto ocorrido no canal oficial TV ABA durante a realização da 32ª RBA.

A partir da experiência gerindo as redes da ABA entre julho/agosto e novembro/dezembro de 2020, apontamos para a centralidade das redes sociais em uma proposta de política de comunicação estruturada da ABA enquanto instituição. Especialmente devido ao caráter remoto das atividades realizadas pela Associação em 2020 em decorrência da pandemia de Covid-19, o aumento da relação entre a ABA e seus associados e suas associadas por meio digital sugere uma atenção especial a esse campo.

BOLETINS INFORMATIVOS

2019

Informativo n. **01/2019** | 14/01/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/01/16/informativo-n-01-2019-14-01-2019/>

Informativo n. **02/2019** | 14/02/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/02/20/informativo-n-02-2019-14-02-2019/>

Informativo n. **03/2019** | 28/02/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/02/28/informativo-n-03-2019-28-02-2019/>

Informativo n. **04/2019** | 14/03/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/03/14/informativo-n-04-2019-14-03-2019/>

Informativo n. **05/2019** | 28/03/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/03/28/informativo-n-05-2019-28-03-2019/>

Informativo n. **06/2019** | 12/04/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/04/12/informativo-n-06-2019-12-04-2019/>

Informativo n. **07/2019** | 25/04/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/04/25/informativo-n-07-2019-25-04-2019/>

Informativo n. **08/2019** | 16/05/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/05/16/informativo-n-08-2019-16-05-2019/>

Informativo n. **09/2019** | 30/05/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/05/30/informativo-n-09-2019-30-05-2019/>

Informativo n. **10/2019** | 13/06/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/06/13/informativo-n-10-2019-13-06-2019/>

Informativo n. **11/2019** | 28/06/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/06/28/informativo-n-11-2019-28-06-2019/>

Informativo n. **12/2019** | 12/07/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/07/12/informativo-n-12-2019-12-07-2019/>

Informativo n. **13/2019** | 02/08/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/08/02/informativo-no-13-2019-02-08-2019/>

Informativo n. **14/2019** | 16/08/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/08/16/informativo-no-14-2019-16-08-2019/>

Informativo n. **15/2019** | 30/08/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/08/30/informativo-n-15-2019-30-08-2019/>

Informativo n. **16/2019** | 16/09/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/09/17/informativo-n-16-2019-16-09-2019/>

Informativo n. **17/2019** | 31/10/2019

<http://www.aba.abant.org.br/conteudo/informativo.php?00202>

Informativo n. **18/2019** | 11/10/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/10/11/informativo-n-18-2019-11-10-2019/>

Informativo n. **19/2019** | 31/10/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/10/31/informativo-no-19-2019-31-10-2019/>

Informativo n. **20/2019** | 14/11/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/11/14/informativo-no-20-2019-14-11-2019/>

Informativo n. **21/2019** | 03/12/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/12/03/informativo-n-21-2019-03-12-2019/>

Informativo n. **22/2019** | 19/12/2019

<http://www.portal.abant.org.br/2019/12/23/informativo-no-22-2019-19-12-2019/>

2020

Informativo n. **01/2020** | 17/01/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/01/17/informativo-no-01-2020-17-01-2020/>

Informativo n. **02/2020** | 31/01/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/01/31/informativo-no-02-2020-31-01-2020/>

Informativo n. **03/2020** | 14/02/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/02/14/informativo-no-03-2020-14-02-2020/>

Informativo n. **04/2020** | 27/02/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/03/04/informativo-no-04-2020-27-02-2020/>

Informativo n. **05/2020** | 04/03/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/03/04/informativo-no-05-2020-04-03-2020/>

Informativo n. **06/2020** | 05/03/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/03/05/informativo-no-06-2020-05-03-2020/>

Informativo n. **07/2020** | 19/03/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/03/19/informativo-no-07-2020-19-03-2020/>

Informativo n. **08/2020** | 02/04/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/04/02/informativo-no-08-2020-02-04-2020/>

Informativo n. **09/2020** | 20/04/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/04/20/informativo-no-09-2020-20-04-2020/>

Informativo n. **10/2020** | 30/04/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/04/30/informativo-no-10-2020-30-04-2020/>

Informativo n. **11/2020** | 15/05/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/05/15/informativo-no-11-2020-15-05-2020/>

Informativo n. **12/2020** | 28/05/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/05/28/informativo-no-12-2020-28-05-2020/>

Informativo n. **13/2020** | 09/06/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/06/10/informativo-no-13-2020-09-06-2020/>

Informativo n. **14/2020** | 10/06/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/06/10/informativo-no-14-2020-10-06-2020/>

Informativo n. **15/2020** | 23/06/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/06/23/informativo-no-15-2020-23-06-2020/>

Informativo n. **16/2020** | 25/06/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/06/25/informativo-no-16-2020-25-06-2020/>

Informativo n. **17/2020** | 09/07/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/07/09/informativo-no-17-2020-09-07-2020/>

Informativo n. **18/2020** | 14/07/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/07/14/informativo-no-18-2020-14-07-2020/>

Informativo n. **19/2020** | 27/09/2019

<http://www.aba.abant.org.br/conteudo/informativo.php?00200>

Informativo n. **20/2020** | 06/08/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/08/06/informativo-no-20-2020-06-08-2020/>

Informativo n. **21/2020** | 20/08/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/08/21/informativo-no-21-2020-20-08-2020/>

Informativo n. **22/2020** | 01/09/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/09/03/informativo-no-22-2020-01-09-2020/>

Informativo n. **23/2020** | 17/09/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/09/17/informativo-no-23-2020-17-09-2020/>

Informativo n. **24/2020** | 01/10/2020

<http://www.aba.abant.org.br/conteudo/informativo.php?00229>

Informativo n. **25/2020** | 15/10/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/10/16/informativo-no-25-2020-15-10-2020/>

Informativo n. **26/2020** | 12/11/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/11/27/informativo-no-26-2020-12-11-2020/>

Informativo n. **27/2020** | 27/11/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/11/27/informativo-no-26-2020-12-11-2020/>

Informativo n. **28/2020** | 10/12/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/12/10/informativo-no-28-2020-10-12-2020/>

Informativo n. **29/2020** | 23/12/2020

<http://www.portal.abant.org.br/2020/12/23/informativo-no-29-2020-23-12-2020/>

ASSOCIADOS/AS

1ª CHAMADA 2019

59 Novos/as associados/as e 18 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (19 efetivos/as, 32 pós-graduandos/as, 03 colaboradores/as e 05 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Alberto Fidalgo Castro, Alexandra Eliza Vieira Alencar, Alexsânder Nakaóka Elias, Anderson Vicente da Silva, Asher Grochowalski Brum Pereira, Cristiano Guedes de Souza, Daniel Belik, Flora Clarissa Cardim Pimentel, Juliana Cintia Lima e Silva, Luiz Alberto Alves Couceiro, Maria Aparecida Webber, Marcelino Conti de Souza, Nayra Joseane e Silva Sousa, Odile Elise Augusta Rgeinensi, Omar Souza Nicolau, Priscila de Santana Anzoategui, Rejane Valvano Corrêa da Silva, Sílvia Monnerat Barbosa e Thomas Jacques Cortado;

Pós-graduandos/as - Alana Aragão Ávila, Amanda Bartolomeu Santos, Amanda Jardim da Silva Rezende, Ana Patrícia Reis da Silva, Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Andressa dos Santos Alves, Calvin Da Cas Furtado, Clarisse Drummond Martins Machado, Daniele Lemos Moreira, Érico de Souza Brito, Felipe Pereira Jucá, Gabriela Cleveston Gelain, George Feitosa Carvalho, Glécio Ísavo de Araújo, Herbert Walter Hermann, Ilana Magalhaes Barroso, José Welington de Jesus, Leonardo de Oliveira Cruz, Livia Ferraz da Costa Duarte, Luiza Giordani, Marcelle Schimitt, Maria da Penha da Silva, Maria Elizandra Lopes Torekureuda, Marielda Barcellos Medeiros, Marlise Mirta Rosa, Matilde Quiroga Castellano, Maurício Marinho da Silva, Natália Bouças do Lago, Paula Alegria Bento, Paulo Airtton Maia Freire, Walderes Coctá Pripra de Almeida e Zacarias Milisse Chambe;

Colaboradores/as – Anelise Rizzolo de Oliveira, Maurice Seiji Tomioka Nilsson e Weslei Lopes da Silva;

Aspirante – Antonio Jeovane da Silva Ferreira, Giovanna Barros Gomes, Humberto Bismark Silva Dantas, Mathêus Sampaio da Silva Lima e Wertton Luís de Pontes Matias;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Arlindo José de Souza Neto, Bernardo Fonseca Machado, Cauê Fraga Machado, Celso de Brito, Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro, Gleicy Mailly da Silva, Guilherme Gitahy de Figueiredo,

José Maria Ferreira Costa Júnior, Juliane Bazzo, Leonildo Nazareno do Amaral Guedes, Luana Zambiazzi dos Santos, Lucas Neiva Peregrino e Mônica da Silva Araujo;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para colaboradores/as) – Victoria Puntriano Zuniga de Melo e William de Almeida Corbo;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Ana Carolina Ramos de Oliveira, Jéssica Zaramella e Wemerson Ferreira da Silva;

2ª CHAMADA 2019

42 Novos/as associados/as e 09 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (30 efetivos, 05 colaboradores, 30 pós-graduandos e 02 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Aline Fonseca Iubel, Isis Ribeiro Martins, Kamilla Sastre da Costa, Luciana Campelo de Lira, Maria Audirene de Souza Cordeiro, Marina Vanzolini Figueiredo, Nathalie Genevieve Anna Le Boulter Santos, Palloma Cavalcanti Rezende Braga, Silvana Sobreira de Matos, Adailton da Silva, Alexandre Ferraz Herbetta, Elizeu Pinheiro da Cruz, Joéverson Domingues Evangelista, Luís Guilherme Resende de Assis, Luis Marcelo Balvoa, Maximiliano Wanderley Carneiro da Cunha e Wladimir da Silva Blos;

Pós-graduandos/as - Camila Galan de Paula, Cauane Gabriel Azevedo Maia, Joanna Munhoz Sevaio, Luísa Valentini, Morena Barroso Martins de Freitas, Nathalia Bianca da Silva Martes, Pamela Iris Mello da Silva, Thaynara Martins Freitas, Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle, Bruno Neris Basto, Cleiton de Jesus Rocha, Diego Fernandes Dias Severo, Diego Pérez Ojeda del Arco, Douglas Ferreira Gadelha Campelo, Guilherme Eugênio Moreira, Igor Holanda Vaz Arcoverde, Leopoldo Barbosa Dias, Lucas Barreto de Souza, Luciana da Silva Sales Ferreira, Pedro Silva Rocha Lima e Lucas Bártolo Martins de Oliveira;

Colaboradores/as - Gilberto Geribola Moreno, Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Fernanda Melo da Escóssia e Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild;

Mudanças de categoria (colaboradores/as para efetivos/as) - Rafael Palermo Buti;

Mudanças de categoria (correspondentes para efetivos/as) - Ushi Arakaki Alves de Oliveira;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para colaboradores/as) - Josiane Carine Wedig;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) - Mariane da Silva Pisani, Michele Escoura Bueno, Viviane Fernandes Conceição dos Santos, Márcio De Paula Filgueiras e Raoni Borges Barbosa;

1ª CHAMADA 2020

53 Novos/as associados/as e 14 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (25 efetivos, 04 colaboradores, 20 pós-graduandos e 02 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Adalton Jose Marques, Alexandre Magno de Aquino, Ana Caroline Amorim Oliveira, Andressa Lewandowski, Cauê Kruger, Daniele Borges Bezerra, Dayana Zdebsky de Cordova, Emmanuel Duarte Almada, Ezequias Freire Milan, Felipe Sales Magaldi, Fernanda Marcon, Francisco de Moura Cândido, João Dantas Dos Anjos Neto, João Vicente Marques Lagüéns, Júlia Otero dos Santos, Júlia Vilaça Goyatá, Julian Simões Cruz de Oliveira, Leonardo Carbonieri Campoy, Nicole Soares Pinto, Nilson Oliveira Santa Brígida, Paola Lins de Oliveira, Pedro Alvim Leite Lopes, Rafael Antunes Almeida, Robson Cardoso de Oliveira e Vinicius da Silva Machado;

Pós-graduandos/as – Alejandro Escobar Hoyos, Aline Feitoza de Oliveira, Ana Paula Marcelino da Silva, Clémentine Ismérie Maréchal, Daniel Luiz Arrebola, Diógenes Braga Ramos, Eveline Lúcia da Silva Torres, Fladney Francisco da Silva Freire, Isabelle Jablonski, Jonathan Madeira Rocha, José Raimundo Torres dos Santos, Juliana Loureiro Silva, Levy Felix Ribeiro, Maiara Damasceno da Silva Santana, Maria Carmencita da Felicidade Job, Maynara Costa de Oliveira Silva, Roberta do Nascimento Mello, Roberta Filgueiras Mathias, Socorro de Souza Batalha, Waldson de Souza Costa;

Colaboradores/as – Carlos Alberto Corrêa Dias Júnior, Fabiana Bom Kraemer, Priscila Lini e Raquel Litterio de Bastos;

Aspirante – Alana Pacheco dos Reis Verani e Geissy dos Reis Ferreira de Oliveira;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Ana Letícia de Fiori, Ana Paula Luna Sales, Daniela Caruza Gonçalves Ferreira, Euzalina da Silva Ferrão, Patricia Martins, Tatiana Arnaud Coutinho Cipiniuk, Fernando José Ciello, Guilherme Ramos Cardoso, Guilherme André Aderaldo, Miguel Aparicio Suárez e Rafael Fernandes Mendes Júnior;

Mudanças de categoria (colaboradores/as para efetivos/as) – Patrícia dos Santos Pinheiro;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Antonio Jeovane da Silva Ferreira e Wertton Luís de Pontes Matias.

2ª CHAMADA 2020

67 Novos/as associados/as e 14 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (30 efetivos, 05 colaboradores, 30 pós-graduandos e 02 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Amanda Horta Campos, Beatriz de Almeida Matos, Bruno Ribeiro Marques, Caio Csermak, Caroline de Brito Santos, Cristiane Sobrinho Costa, Eduardo Martinelli Leal, Erik Petscheli, José Carlos Matos Pereira, José Renato de Carvalho Baptista, José Valdir Jesus de Santana, Júlia Morim de Melo, Kátia Medeiros de Araújo, Lucas Riboli Besen, Luciana Duccini, Luis Guillermo Meza Álvarez, Magda dos Santos Ribeiro, Marcelo da Silva Araujo, Márcia Leitão Pinheiro, Márcia Maria Nóbrega de Oliveira, Marcio Bressiani Zamboni, Maria Amália Silva Alves de Oliveira, María Elvira Díaz Bnítez, Nina Graeff, Palloma Valle Menezes, Rafael Bezerra Gaspar, Raquel Sant'Ana da Silva, Sílvia Michele Lopes Macedo de Sá, Simone Santos Oliveira e Thiago Barcelos Soliva;

Pós-graduandos/as - Alik Nascimento de Araújo, Anderson Rocha de Almeida, Camille Giraut, Claudia Cristina Rezende Puentes, Daniel Vilhas Mauricio da Silva, Fabricio Campos Longo da Silva, Fernanda Batista dos Santos, Frederico Luiz Moreira, Gil Marcos dos Santos Carvalho, Gleidson Wirllen Bezerra Gomes, Ivonete Pinheiro, Jade Alcântara Lôbo, Janaina de Souza Bujes, José Batista Franco Junior, José Valterdian Mesquita Xavier, Juliana Cardoso Fidelis, Leonardo Oliveira de Almeida, Lícia Cristina Viana Silva Santos, Lidia Ribeiro Bradymir dos Santos, Lucas Bulgarelli Ferreira, Luiza Freire Nasciutti, Marina Bordin Barbosa, Milena da Silva Magalhães, Nathanael Araujo da Silva, Nicole Kunze Rigon, Peti Mama Gomes, Sara Caumo Guerra, Sheila Gouveia dos Passos, Sthefanye Silva Paz e Thais Henriques Tiriba;

Colaboradores/as - Hugo Ferreira Netto Loss, Luceni Medeiros Hellebrandt, Otaviano de Oliveira Filho e Patrícia Marinho de Carvalho;

Aspirante - Hugo Virgilio de Oliveira e Marcus Vinícius Martins da Silva;

Mudanças de categoria (Aspirantes para pós-graduandos/as) - Geissy dos Reis Ferreira de Oliveira e Leonardo Palhano Cabreira;

Mudanças de categoria (Aspirantes para efetivos/as) - Nathália Dothling Reis;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Amanda Cristina Danaga, Emilia Juliana Ferreira, Fabiane Vinente dos Santos, Luísa Valentini, Maria Alice Costa de Oliveira, Michelle Carlesso Mariano, Tatiane dos Santos Duarte, Valéria Oliveira Santos, Edimilson Rodrigues de Souza e Pedro Lopes;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para colaboradores/as) - Miguel De Nazaré Brito Picanço.

PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

AGRACIADOS/AS COM A MEDALHA ROQUETTE PINTO 2020

Prof. Dr. Luis Fernando Dias Duarte

Entrega: Profa. Dra. Jane Russo

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Entrega: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

Prof. Dr. Kabengele Munanga

Entrega: Profa. Dra. Luena Nascimento Nunes e Prof. Dr. Alex Ratts

Profa. Dra. Lia Zanotta Machado

Entrega: Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk

Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

Entrega: Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

RESULTADO DO PRÊMIO ABA DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA

Categoria "Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil"

Profa. Neusa Maria Mendes de Gusmão (Unicamp).

Categoria "Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil"

"História Quilombola no Chão: no caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida", de autoria do Prof. Rafael Palermo Buti (Unilab).

MENÇÃO HONROSA

"ETNOQUÊ? Vídeos de Introdução ao Método de Pesquisa-Ação Etnográfica", de autoria dos antropólogos John Burdick (in memoriam, Universidade de Syracuse), Jeffrey Garmany (Universidade de Melbourne), Michelle Lima Domingues (UFF), Priscila Tavares dos Santos (UFF), Roberto Gomes dos Santos (Central de Movimentos Populares, Quilombo da Gamboa e Vitto Giannotti), Rolf Ribeiro de Souza (UFF) e Émilie B. Guérette (cineasta pelo Institut de l'Image et de Son, Montréal).

RESULTADO DO IX PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Graduação

"Direitos humanos em pajubá?: Controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público", de Brume Dezembro Iazzetti (Unicamp), sob orientação da Profa. Regina Facchini (Unicamp).

MENÇÃO HONROSA

"PUNIÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SÉCULO XIX: uma análise histórica-antropológica dos Annaes do Parlamento Brasileiro e do Código Criminal de 1830", de Izabel Cristina Luz Castro (Univasf) / Colegiado de Ciências Sociais (Licenciatura), sob orientação do Prof. Adalton José Marques (Univasf).

Mestrado

"Sumir do mapa e outros scripts: táticas de matar e de resistir no confronto de indígenas e quilombolas com a central nuclear em Itacuruba", de Whodson Robson da Silva (UFPE), sob orientação da Profa. Vânia Fialho (UFPE).

MENÇÃO HONROSA

"Por que não podemos ser mães?: gestão da maternidade de mulheres com trajetória de rua como questão pública através de regulamentações e práticas", de Caroline Silveira Sarmiento (UFRGS), sob orientação da Profa. Patrice Schuch (UFRGS).

Doutorado

"Minha vida por um fio: mobilização social e os itinerários de mulheres ribeirinhas vítimas de escalpelamento na Amazônia Paraense", de Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro, (UFRN), sob orientação do Prof. Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN).

MENÇÃO HONROSA

"Mulher não precisa de registro: de invisíveis a tutoras sociais, as trajetórias de mulheres sem documento em busca de identidade, direitos e cidadania", de Fernanda Melo da Escóssia (CPDOC/FGV), sob orientação da Profa. Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV).

RESULTADO DA IV EDIÇÃO DO PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES

"Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida": uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)", de Daniela Ramos Petti, orientada pelo Prof. Fernando Rabossi (UFRJ).

RESULTADO DA I EDIÇÃO DO PRÊMIO LÉLIA GONZÁLEZ

Artigos Científicos

“Território falante: uma escrevivência das experiências e (r)existências do Quilombo Dom Joao”, de Naiane Jesus Pinto (UNILAB).

MENÇÕES HONROSAS

“A era da prevenção farmacológica ao HIV: uma etnografia da implementação do PreP em Joao Pessoa”, de Werton Luis de Pontes Matias (UFPB).

“Conscientização identitária de Mulheres Negras no Ensino Médio e Magistério em Florianópolis”, de Giovanna Barros Gomes (UFSC).

Mestrado

“Negras, Nós! Entre eleitas, candidatas e não-candidatas da Região Sul do Brasil”, de Pamela Iris Mello da Silva (UFRGS).

Tese

“A luta por modo de vida: as narrativas e as estratégias de enfrentamento ao racismo religioso do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)”, de Roseane Rodrigues de Almeida (UFF).

MENÇÕES HONROSAS

“No Ile Oggun e Yemaya: Reglas afro-cubanas, redes e tramas espirituais em Bogota, Colombia”, de Luis Guillermo Meza Alvares (UFRJ).

“Fogos Gerais: transformacoes tecnopoliticas do Cerrado (Jalapão, TO)”, de Guilherme Moura Fagundes (UnB).

RESULTADO DO PRÊMIO LÉVI-STRAUSS

Modalidade Poster

“Quem são os pesquisadores que nos pesquisam? O antropólogo e seus efeitos no trabalho de campo”, de Hugo Virgilio de Oliveira (UFF), sob orientação da Profa. Lucía Eilbaum (UFF).

“Dança da cova: a comemoração da morte nas mídias do Amapá”, de Jade Figueiredo Costa (UFAP), sob orientação do Prof. José Maria da Silva (UFAP).

“A constituição do corpo e da localidade no maracatu de baque virado: uma abordagem a partir da antropologia multimodal”, de Kelwin Marques Garcia dos Santos (USP), sob orientação da Profa. Rose Satiko (USP).

“Os desafios enfrentados por estudantes indígenas para a conclusão do ensino superior na Universidade Federal do Pará”, de Kleberson Almeida de Albuquerque, Elma Alves de Lima (UFPA), sob orientação da Profa. Michele Escoura Bueno (UFPA).

“Os Yanomami e o xamanismo pelas fotografias de Claudia Andujar”, de Laila Zilber Kontic (USP), sob orientação da Profa. Sylvia Caiuby Novaes (USP).

MENÇÕES HONROSAS

“Contrastando culturas e sobrepondo razões: o movimento de direito e proteção animal e o racismo religioso”, de Evelyn Marcele Ribeiro Mota (UFS), sob orientação do Prof. Ugo Maia Andrade (UFS).

“Wikifavelas: a tecnologia da informação na descolonização do conhecimento”, de Gabriel Wellington Nunes Nobre e Gabriel Barbedo (UFF e Fiocruz), sob orientação da Profa. Palloma Valle Menezes (UFF).

“O corpo como arena: uma etnografia sobre velhice institucionalizada em um asilo da Baixada Fluminense-RJ”, de João Pedro de Oliveira Medeiros (UFF), sob orientação do Prof. Luiz Fernando Rojo Mattos (UFF).

Modalidade Artigo

3º Lugar: “Espaço de encontros, espaço de conflitos: Reflexões sobre a ocupação do viaduto do Brooklyn em Porto Alegre”, de Nicole Rigon (UFRGS), sob orientação da Profa. Cornelia Eckert (UFRGS).

2º Lugar: “Disputando categorias: os embates e as narrativas políticas/militantes, midiáticas e jurídicas em torno de um caso público”, de Ana Carolina Braga Azevedo (USP), sob orientação da Profa. Heloisa Buarque de Almeida (USP).

1º Lugar: “Técnica e aprendizagem: a bykyrè e as esteiras inỹ da Coleção William Lipkind (1938)”, de Marília Caetano Rodrigues Moraes (UFG), sob orientação do Prof. Manuel Ferreira Lima Filho.

RESULTADO DO PRÊMIO PIERRE VERGER

X edição de Ensaio fotográfico

1º Lugar

Trabalhadores de Pikine, Cristiano Sabroza.

2º Lugar

A ausência como representação: um ensaio sobre a memória Carandiru, Gabriela Carvalho.

MENÇÃO HONROSA

Jaexá va'e jo hete re - O corpo que enxergamos ou SERES SEM UMBIGO, Sophia Pinheiro.

A arranca do capim no gerais do Jalapão (TO), Guilherme Moura Fagundes.

Ensaio sobre a Obrigação, Bruno Florencio.

Aida, Debora Wobeto e Karen Käercher.

XIII Edição de Filme Etnográfico

1º Lugar longa-metragem

Favela É Moda, Emílio Domingos.

2º Lugar longa-metragem

No rastro das cargueiras, Ana Carolina Matias.

1º Lugar média-metragem

Woya Hayi Mawe - Para onde vais?, Rose Satiko Gitirana Hikiji e Jasper Chalcraft.

2º Lugar média-metragem

Artistas Cazumbas, Angela Mascelani, Flora Moana Van de Beuque, Lucas Van de Beuque.

1º Lugar curta-metragem

A sentença de Pawa, de Shãtsi Piyãko, Juliana Amorim e José Pimenta.

2º Lugar curta-metragem

Monocultura da Fé, Joana Moncau e Gabriela Moncau.

MENÇÃO HONROSA

Ãjãí: o jogo de bola dos Myky e Manoki, André Lopes e Typju Myky.

Loss e Renam: Etnobiografias de artistas urbanos, Cornelia Eckert, Debora Wobeto, Leonardo Palhano Cabreira e Thayanne Freitas.

PUBLICAÇÕES DA ABA

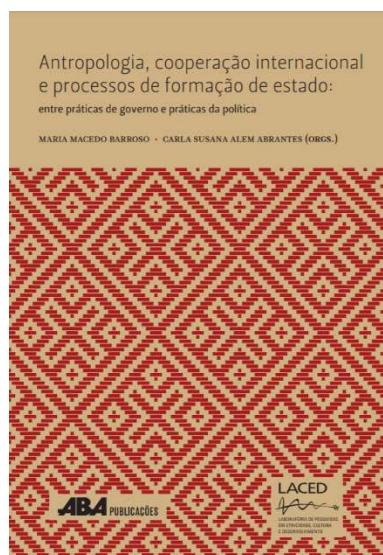
E-BOOKS



1) Antropologia da Política Indígena - Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina)

Organizadores:

Ricardo Verdum
Luís Roberto de Paula.



2) Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de estado: entre práticas de governo e práticas da política

Organizadoras:

Maria Macedo Barroso
Carla Susana Alem Abrantes



3) A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus

Organizadoras:

Izabela Tamaso
Renata de Sá Gonçalves
Simone Vassallo



4) Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais

Organizadores/as:

Carla Costa Teixeira
Andréa Lobo
Luiz Eduardo Abreu



5) À procura do bom viver: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa

Autor:

Fabio Mura.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.



6) Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia

Autor:

Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.



7) Políticas Etnográficas no Campo da Ciência e das Tecnologias da Vida

Organizadores:

Theophilos Rifiotis
Jean Segata.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.



8) Memórias, Violências e Investigação Colaborativa com Povos Indígenas: contribuições teóricas, metodológicas, éticas e políticas ao fazer etnográfico

Organizadores:

Ricardo Verdum
Ana Margarita Ramos

LIVROS IMPRESSOS

1) Antropologia da Política Indígena – Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina)
Organizadores: Ricardo Verdum e Luís Roberto de Paula.

2) Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de estado: entre práticas de governo e práticas da política.
Organizadoras: Maria Macedo Barroso e Carla Susana Alem Abrantes.

3) À procura do bom viver: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa.

Autor: Fabio Mura.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.

4) Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia

Autor: Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.

5) Políticas Etnográficas no Campo da Moral

Organizadores: Theophilos Rifiotis e Jean Segata.

Obs: publicação da Gestão 2017/2018, mas recebemos somente na Gestão 2019/2020.

VIBRANT



1) Vibrant Vol. 16 - 2019

<http://vibrant.org.br/downloads/v16/1809-4341-vb-16.pdf>

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima

Co-editora:

Andréa de Souza Lobo



2) Vibrant – v. 17 – 2020

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-17-2020/>

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima

Co-editor:

Andrea de Souza Lobo

NOVOS DEBATES



1) Novos Debates – v. 5 n. 1-2, 2019

<http://novosdebates.abant.org.br/2020/10/07/v5n1-2/>

Editores-chefe:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes



2) Novos Debates – v6, n.1-2, 2020

<http://novosdebates.abant.org.br/2021/02/04/v6-n1-2-2020/>

Editores-chefe:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

PROJETO FORD

Introdução

O terceiro período de doação da Fundação Ford continuou as ações e estratégias desenvolvidas no período anterior, visto que o contexto político conservador não se alterou no período. Assim, a ABA concentrou-se fortalecer estratégias de assistência jurídica e de comunicação em face aos ataques ofensivos aos antropólogos e a seu trabalho na defesa dos direitos socioculturais no Brasil externados por autoridades brasileiras. Cada uma delas era essencial para apoiar e orientar a preparação e promoção de materiais informativos e análises sobre as questões relacionadas à defesa dos direitos fundamentais.

No período deste relatório, por conta da pandemia causada pelo COVID 19, a ABA esforçou-se por aumentar sua presença na internet, com a participação e a organização de eventos virtuais. Entre estas ações, incluem-se a transformação da 32ª Reunião Antropológica Brasileira (RBA) em um evento realizado pela internet, a organização de eventos virtuais e a produção de manifestações públicas que expressassem o posicionamento da instituição e da comunidade face à conjuntura política.

Objetivos e Resultados efetivamente alcançados com o apoio dos recursos da Fundação Ford

1) Assessoria jurídica com relação ao processo aberto pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) contra o Termo de Cooperação Técnica celebrado pela ABA e o Ministério Público Federal (MPF), que compreende a indicação de antropólogos para atuar em casos de defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas. Graças a assessoria jurídica o processo conseguiu alcançar um fim que preservou não apenas a Associação com os seus associados, salvaguardando o livre exercício da profissão e a idoneidade da cooperação técnica celebrada entre a ABA e o MPF para a efetivação dos direitos socioculturais no Brasil.

2) Investiu-se nas manifestações da ABA nos diversos assuntos que de sua competência sempre no sentido de colocar a posição da comunidade antropológica face às políticas contrárias aos direitos das minorias e que visam a desestruturação dos mecanismos institucionais de apoio aos indígenas, aos direitos culturais e às minorias. Neste sentido, ressaltamos a importância da assessoria contratada para a elaboração

de artigos voltados para o grande público através de publicações em jornais de grande circulação e redes sociais. Entrevistas dadas pela diretoria para rádio, televisão e imprensa contra as ameaças aos direitos de diversidade cultural, de gênero e de raça. Notas e Informações contínuas pelo Portal, Facebook e Twitter da ABA.

As evidências dos resultados alcançados se mostram através dos indicadores de aumento de acesso às manifestações da ABA nas redes sociais, assim como na intensa circulação da diretoria da ABA em reuniões envolvendo instituições como o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União, o Supremo Tribunal Federal, além de reuniões com os movimentos sociais organizados.

Evidências e Indicadores dos Resultados efetivamente alcançados

- 1) O Portal da ABA apresenta atualização de layout com a disponibilização mais dinâmica de conteúdos para downloads gratuitos das publicações pelo selo ABA.
- 2) Entre os participantes das atividades virtuais promovidas pela Associação e que contaram com a sua participação, houve a expressiva presença de representantes de Associações Científicas, militantes da Sociedade Civil Organizada para a promoção de Direitos Humanos e Fundamentais e Procuradores do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e entidades religiosas.
- 3) Articulação institucional com o Ministério Público Federal para renovação do Convênio de cooperação e a criação da Resolução sobre Laudos Antropológicos, e uma estratégia jurídica mais abrangente, ambas descritas abaixo.

Atividades produzidas com o apoio da Fundação Ford

- 1) Participação da ABA na 43º Encontro da Associação Brasileira de Ciências Sociais por meio do Fórum “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal: Fórum de debates sobre o acirramento dos conflitos socioambientais e urbanos”. Apoio Ford: diárias, passagens (aéreas e terrestres) e taxas de inscrição.
- 2) Participação da ABA na mesa de abertura do Seminário Internacional Viva Língua Viva. Apoio Ford. Passagens e diárias.
- 3) Tradução da nota ABA e SBPC “Em defesa e promoção dos direitos territoriais e da vida dos Povos Indígenas” para o inglês. Apoio Ford: tradução.

- 4) Revista Vibrant. Apoio Ford: tradução e revisão de artigos
- 5) Boletins Cientistas Sociais e o coronavírus: ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM).

Considerações Finais

A demarcação de territórios de populações indígenas e quilombolas tem sido objeto de uma acirrada luta judicial. Nos últimos anos tem surgido a figura dos contralaudos. Os contralaudos, são produzidos por pessoas que embora tenham formação antropológica não estão associados à ABA; eles têm argumentos genéricos, não se baseiam em pesquisas de campo, realizadas nos territórios reivindicados pelas populações indígenas e/ou quilombolas, são produzidos em massa (enquanto um laudo antropológico pode demorar um ano ou mais os contralaudos são terminados em dias). Além disso, a ABA foi objeto de um processo movido pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná com o objetivo de desqualificar os laudos produzidos pelos antropólogos, usando como argumento o convênio de cooperação técnica firmado entre a ABA e a Procuradoria Geral da República. Os artigos do convênio anterior acabaram servindo de argumento para que a Federação pusesse em dúvida a lisura do trabalho exercido pelos antropólogos. Como resultado dessas duas experiências, a ABA e a PGR renegociaram o convênio de forma a torná-lo mais resistente a possíveis intervenções judiciais de mesmo tipo; e, a ABA produziu uma resolução interna (citada no convênio com a PGR) que estabelece os requisitos de formação, competência e experiência profissional para a indicação de associadas/os por esta associação para a realização de laudos antropológicos. Embora faça parte da estrutura normativa do Estado brasileiro, a resolução pode servir de régua para os futuros laudos e de argumento jurídico contra os contralaudos, tendo em vista o seu caráter técnico científico. É preciso enfatizar também que a resolução foi o resultado de um processo de diálogo com a comunidade antropológica, a partir dos comitês pertinentes.

A ABA também tem se preocupado em desenvolver estratégias jurídicas mais eficazes. Um exemplo desta preocupação foi o pedido da Associação para atuar como Amicus Curiae que discute o marco temporal para demarcação de terras indígenas. O marco temporal foi um ganho importante para a luta pelo reconhecimento do direito às terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas. Em relação à Terra Indígena Ibirama-Laklanõ, terra de ocupação tradicional Xokleng, à margem do rio Itajaí do Norte, em Santa Catarina, o Supremo Tribunal Federal foi instado a rediscutir em cede

de Recurso Extraordinário (RE nº 1017365) o Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU e seus efeitos. O referido parecer interpreta o marco temporal como a efetiva ocupação do território por ocasião da promulgação da Constituição de 1988, com óbvios impactos para os processos de demarcação em curso. A ABA entende que além de falaciosa em termos legais, a reinterpretação do marco temporal pelo parecer supracitado é também equivocada em considerar que os indígenas não estariam nos lugares em contestação quando da promulgação da CF de 1988. De fato, a conceituação e o uso desses lugares, embora não exclusivos, demonstram uma clara continuidade de ocupação territorial, inclusive durante o momento da própria promulgação da Constituição.

O período autoritário pelo qual passa a política brasileira trouxe mudanças na organização do Estado, na qual destacamos: a agenda ultraconservadora do atual presidente, o desmonte e/ou desaparecimento dos órgãos de Estado que garantiam a proteção de direitos indígenas, quilombolas e direitos culturais (no qual incluímos as questões relativas ao patrimônio). Dado este contexto, muitas das manifestações e canais de participação que antes encontravam sua expressão em uma política de governo, agora encontram-se represados na sociedade civil. Alguns dos assuntos subrepresentados no debate público acabaram por incentivar os membros da associação a proporem novos comitês e uma comissão.

Embora o comitê de Antropólogas/os Negras/os tenha sido criado no início de 2019, seus membros foram indicados e ele começou a atuar neste último período. Também foram formados o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e a Comissão Laicidade e Democracia, a partir do diagnóstico de que é crescente a presença da religião (instituições, atores, pautas, moralidades, controvérsias etc.) no espaço público, em grande medida, resultado do contexto cada vez mais plural no país. Por fim, iniciaram-se as tratativas para criação do Comitê de Indígenas Antropólogos, reivindicado pelo Coletivo de Antropólogos Indígenas. É importante ressaltar o apoio da ABA as reivindicações democráticas das populações indígenas e que entendemos que a proposta é o resultado das ações afirmativas promovidas no âmbito dos cursos de graduação e dos programas de pós graduação em antropologia, abrindo um espaço institucionalmente dedicado à formação de antropólogas/os das comunidades indígenas, iniciativa apoiada pelas sucessivas diretorias da associação.

No mesmo sentido, está em processo de criação a posição de Ombudsman para a Associação, com o objetivo de aumentar os espaços democráticos e servir para sistematizar as demandas pontuais e difusas da comunidade antropológica.

RELATÓRIOS DE COMISSÕES E COMITÊS

COMISSÕES²

Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas³

Coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Vice-coordenador: Ricardo Verдум (Laced/Museu Nacional/UFRJ)

Secretária: Elaine Moreira (UnB)

Membros: Antonella Tassinari (UFSC), Edviges Marta Ioris (UFSC), Estevão Palitot (UFPB), Gersem José dos Santos Luciano (UFAM), Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (UFSC), Luis Roberto de Paula (UFABC), Luiz Henrique Eloy Amado (UFRJ), Maria Luiza Garnelo Pereira (FIOCRUZ/AM), Pablo Tibor Quintero Mansilla (UFRGS), Stephen G. Baines (UnB).

AGRADECIMENTOS

Além dos agradecimentos a todos e todas, e cada um e uma dos e das participantes da Comissão de Assuntos Indígenas, um agradecimento especial à colega e presidenta da Associação Maria Filomena Gregori (UNICAMP) e ao vice-presidente Sérgio Luís Carrara (UERJ), dois importantes e imprescindíveis interlocutores e incentivadores da atuação da Comissão no biênio 2019-2020. Também à coordenadora do Grupo Temático Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GTSI/Abrasco), Ana Lúcia Pontes, uma parceira de reflexão, produção e incidência política, em particular em 2020 e diante do desafio de contribuir para que os efeitos da pandemia da COVID-19 não fossem mais graves do que foram na e para as populações indígenas no país. Ainda, aos colegas das demais Comissões e Comitês temáticos da ABA, em particular o Comitê Laudos Antropológicos, o Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e o

² O Relatório da Comissão Projeto Editorial constará no site da ABA, na seção específica desta comissão, por meio de acesso ao pdf na íntegra do documento. Não foi apresentado relatório da Comissão de Ética por não ter havido demanda no período 2019/2020.

³ Os anexos mencionados no Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas estarão disponíveis na seção específica desta comissão no site da ABA.

recentemente criado Comitê de Antropologxs Indígenas, que entendemos é um importante avanço político e institucional da e para a ABA.

REFLEXÃO GERAL

A gestão da CAI 2019-2020 coincidiu com os dois primeiros anos da administração Bolsonaro e com suas políticas, decisões e atuação em relação aos povos indígenas e seus territórios. Em 2020, a uma administração explicitamente anti-indígena tivemos a ocorrência da pandemia da COVID-19, que chegou ao país e se expandiu pelo território e alcançou famílias e comunidades indígenas vivendo em contextos urbanos e em regiões afastadas e relativamente isoladas. Em relação aos denominados grupos indígenas isolados, ainda se sabe pouco ou até se algum desses grupos foi alcançado pela pandemia e quais foram os seus efeitos. Há notícias de que missionários evangélicos fundamentalistas, com beneplácito da direção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), contataram ou tentaram fazer contato com alguns desses grupos na Amazônia brasileira. Se conseguiram e que efeitos teriam gerado é algo para ser averiguado.⁴ Enfim, o ano de 2020 se encerra com mais de 43.500 casos confirmados de indígenas contaminados com o vírus SARS-CoV-2. Desses, mais de 900 foram a óbito. E há um número de pessoas (talvez dezena de milhares, o número exato ainda não é sabido) com sequelas com diferentes graus de gravidade.⁵

O direito das populações indígenas à terra e ao território (e aos recursos naturais aí existente) foi um dos principais alvos do governo nestes dois anos. Isso atendendo aos interesses agroextrativistas e minerários, setores importantes da sua base de sustentação política e econômica, inclusive no Congresso Nacional. Desde que assumiu o governo em janeiro de 2019, e mesmo antes, a administração Bolsonaro tentou de diferentes formas influir no processo de delimitação e reconhecimento das denominadas Terras Indígenas. A começar pela tentativa de transferir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou, ao menos, de algumas das suas atribuições (regulamentação fundiária e licenciamento ambiental), para outros ministérios que não o Ministério da Justiça. Foi necessária uma ampla mobilização social e uma forte incidência política junto ao Congresso Nacional (CN) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar tal feito. Isso, todavia, não impediu que ocorresse da parte da FUNAI a paralização do processo de delimitação, demarcação e homologação de Terras Indígenas em 2019 e 2020. Como foi ameaçado por Jair Bolsonaro, em diversas ocasiões, durante sua campanha eleitoral, nem um único metro quadrado foi demarcado aos povos indígenas no período. Além disso, persiste o risco da implantação do ano de 1988 como “marco temporal” no

⁴ Ver nota do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), disponível em: <https://apiboficial.org/2020/08/17/nota-do-opi-sobre-situacao-de-contato-com-indios-isolados-no-acre/>

⁵ A lista de notas que anexamos ao final dá uma ideia das questões trabalhadas ao longo dos dois anos. Em relação a incidência na COVID-19 na população indígena ver <https://covid19.socioambiental.org/>, com dados atualizados diariamente.

estabelecimento do direito à terra e dos limites da Terra Indígena; tema, apesar de ser inconstitucional, ainda na pauta de julgamento e deliberação do STF em 2021.

Outras duas iniciativas do governo federal lançadas no período 2019-2020 que seguem vigendo e tramitando, e que necessitam de atenção redobrada no próximo período:

- 1) Projeto de Lei 191/2020 de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em Terras Indígenas, institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas, e autoriza outras atividades como turismo, plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) etc. nas Terras Indígenas.⁶
- 2) Instrução Normativa da FUNAI Nº 9 de 16 de abril de 2020, que “disciplina” o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites de Terras Indígenas em relação a imóveis privados. A IN leva em consideração somente Terras já homologadas, abrindo a possibilidade da regularização para terceiros, inclusive sua comercialização e a reivindicação de indenização etc., de porções de terras tradicionais indígenas que ainda não chegaram a este estágio de reconhecimento jurídico e administrativo. Isso mesmo em relação às TIs já delimitadas pela própria FUNAI, mas pendentes de homologação.⁷ Um mês após a edição da IN, foram emitidas pelo órgão indigenista 72 novas declarações.⁸
- 3) Apesar de ainda não normatizada na dimensão jurídica⁹ (no caso, projeto de emenda constitucional), no último mês do ano tomamos ciência de denúncias enviadas por lideranças de dois grupos indígenas – principalmente dos Xavante, mas também dos Xerente – sobre a pressão de coordenações regionais da FUNAI em parceria com governos estaduais para a implantação informal das famigeradas parcerias agrícolas em terras indígenas¹⁰. Curiosamente, trata-se dos dois grupos indígenas que durante o final

⁶ Mais informações, ver a nota da ABA indicada no Anexo 1. Nota de repúdio de organizações indígenas, indigenistas, socioambientais e de defesa de direitos humanos contra o Projeto de Lei nº 191/20 em: <https://apiboficial.org/2020/02/12/nota-de-repudio-contra-o-projeto-de-lei-no-19120-que-regulamenta-exploracao-de-bens-naturais-nas-terras-indigenas/>.

⁷ Mais informações, ver a nota da ABA indicada no Anexo 1. Também a nota técnica da Indigenistas Associados (INA), associação de servidores da Funai (<https://apiboficial.org/2020/04/28/nota-tecnica-a-instrucao-normativa-da-funai-no-092020-e-a-gestao-de-interesses-em-torno-da-posse-de-terras-publicas/>); e a nota de Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental (<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/funai-edita-medida-que-permite-ocupacao-e-ate-venda-de-areas-em-237-terras-indigenas>).

⁸ Ver <https://apublica.org/2020/05/com-bolsonaro-fazendas-foram-certificadas-de-maneira-irregular-em-terras-indigenas-na-amazonia/>

⁹ https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/sem-permissao-para-arrendamento-de-terras-indigenas-pec-187-sera-votada-so-na-terca-278?gclid=Cj0KCQiA3NX_BRDQARIsALA3fIKLBWSPNUetJr2F-etc0aE6GOJAXdbhEcrg1-c9zywAqm41jkiySMaAreREALw_wcB

¹⁰ Ver: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=25652&fbclid=IwAR2UT9oFICWRPj-xx3KT9Bjqe2POWNUvs451fksPdidEGJuJ2g5UUtccTw>

do regime militar tiveram projetos de agricultura mecanizada (arroz) implantados em suas terras então já regularizadas e que ainda hoje sofrem os efeitos das mudanças tanto pela degradação dos ecossistemas nativos do cerrado em que vivem, como em suas dietas tradicionais¹¹.

Também houve tentativas políticas e administrativas do governo federal de fragilizar e até desmontar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SASI-SUS). A realização da Conferência Nacional de Saúde Indígena, marcada para ser realizada em 2019, foi inviabilizada pelo Ministério da Saúde e jogada para um futuro incerto com o advento da pandemia. Os mecanismos de transparência e controle social indígena foram desativados em níveis distrital e central. As fragilidades do Subsistema e o desinteresse do governo de enfrentá-las, implementando e investindo no seu fortalecimento, com a pandemia se mostraram evidentes. Novamente é no Congresso Nacional e no STF, em resposta à mobilização e a pressão dos movimentos sociais e de direitos humanos, onde um contraponto se fez, mas com limitado poder de influir nas práticas e na obtenção de resultados práticos para a população beneficiária.¹²

Em 8 de julho passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso deferiu parcialmente medida cautelar à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709. A arguição foi protocolada no STF pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com seis partidos políticos com assento no Congresso Nacional. A medida cautelar se baseou no direito assegurado aos indígenas pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que é norma interna no Brasil. A decisão cautelar determina que a União, entre outras coisas: a) crie barreiras sanitárias para evitar que a pandemia chegue até os indígenas em isolamento voluntário e de contato recente; b) contenha as invasões e proceda a retirada de dezenas de milhares de invasoras das terras indígenas; c) crie condições para que todos os indígenas que vivem nas Terras Indígenas, estejam elas homologadas ou não, tenham acesso ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde, e que na falta de disponibilidade do SUS geral, os que vivem fora desses territórios devem ser atendidos pelo Subsistema; e) elabore e implemente um plano pormenorizado e concreto de enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas brasileiros, com a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas. O ano de 2020 chegou ao final e o governo federal muito pouco fez de concreto para atender ao decidido pelo STF, e as três versões de plano de enfrentamento da COVID-19 encaminhadas ao STF foram rejeitadas devido às suas evidentes fragilidades no que diz respeito ao cumprimento das demandas indígenas referendadas pelo próprio STF.

No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos Indígenas protagonizou a elaboração do Projeto de Lei Nº 1.142 aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e, posteriormente, sancionado como Lei Nº 14.021

¹¹ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CENARGEN/24713/1/bp059.pdf>

¹² Mais informações, ver a nota da ABA indicada no Anexo 1.

em 7 de julho de 2020 pela Presidência da República com vetos, que foram na sequência parcialmente derrubados pelos parlamentares. Na ementa da Lei nº 14.021/2020 lê-se que ela “Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública”.

Foi na mobilização, nas ações e no comportamento das próprias comunidades locais onde residiu a principal base de resistência e relativa proteção da saúde local da população. A FUNAI, já controlada pelo “indigenismo bolsonarista”, atuava inclusive contra a auto-organização das comunidades locais e ao estabelecimento por elas de barreiras sanitárias nas principais vias de acesso aos seus territórios e comunidades locais¹³.

Uma parte importante da população indígena, cerca de 40%, vive em contextos urbanos e em suas periferias, em sua grande maioria em condições precárias. Essa foi exposta a condição de enfrentar as desigualdades e o racismo geradas pelo colonialismo e pelo modelo capitalista de produção e relações sociais dominação associadas. Em nível local, no contexto da pandemia da COVID-19, não foram poucas as situações em que lhes foi negado nas unidades de saúde o direito de se identificarem, e serem registrados em prontuários de saúde, como pertencentes a determinado povo (ou etnia, ou cor, ou raça) indígena. De outro lado, a Secretaria Especial de Saúde Indígena Sesai (SESAI/Ministério da Saúde) alegava que o SASI-SUS não dispunha de instrumentos legais para prestar atendimento aos indígenas em áreas urbanas. Além de gerar subnotificações, isso deixou a população à própria sorte. Felizmente algumas contaram com a solidariedade de pessoas e organizações sociais. Este cenário pode se repetir para população indígena urbana no acesso as vacinas contra a covid 19. É importante acompanhar.

As políticas de educação escolar, inclusive em nível superior também foram afetadas. Minguaram os recursos financeiros e a gestão da política adquiriu um status bem subordinado dentro da estrutura e das decisões políticas e estratégicas do Ministério da Educação.

O desmonte das políticas de proteção aos povos indígenas; de educação escolar; de atenção à saúde; de gestão territorial e ambiental; de demarcação e proteção territorial etc. tiveram início antes do início da Pandemia. O histórico das notas da CAI, algumas conjuntamente com o Grupo Temático Saúde Indígena da ABRASCO, outras elaboradas e assinadas com Comitês da ABA, dá uma ideia, em boa medida, do desmonte em 2019-2020 das já fragilizadas estruturas de promoção e proteção dos

¹³ Ver o relatório da APIB <https://bit.ly/lancamentoNossaLuta>.

direitos dos povos indígenas na esfera governamental. Importante destacar ainda que se em governos anteriores já era bastante problemático implementar na prática as premissas presentes na Convenção 169 sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada para Povos Tribais, sob o Governo Bolsonaro a possibilidade de implementação dos protocolos de consulta praticamente desapareceu junto com o fechamento dos poucos espaços de interlocução existentes anteriormente. Aparentemente, e de maneira confusa, o próprio decreto de ratificação da Convenção de 2002 (legislativo) e 2004 (executivo) sofreram alterações¹⁴.

Nesta conjuntura a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) se associou a várias iniciativas desenvolvidas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), com reuniões quase que semanais e apoio técnico para iniciativas da organização indígena. Por exemplo para o relatório lançado pela APIB no final de 2020, que tratou da COVID-19 entre a população indígena.¹⁵ Esteve presente nos Acampamentos Terra Livre (ATL) realizados nos dois anos, o segundo de forma remota. Também colaborou com a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que tem na presidência a deputada federal Joenia Wapichana, a primeira mulher indígena a ter assento no Congresso Nacional brasileiro.

A CAI também protagonizou e subsidiou a decisão da presidência da ABA de participar como Amicus Curiae no processo junto ao STF relativo ao denominado Caso Xokleng. Essa atividade envolveu o apoio do advogado Paulo Guimarães, da comissão de assuntos indígenas da OAB. Agradecemos em especial aos colegas João Pacheco, Manuela Carneiro da Cunha e Deborah Duprat, que deram inestimável colaboração participando de reuniões e fazendo a leitura da manifestação da ABA ao STF.¹⁶

Atendemos várias demandas de associados da ABA, como também respondemos às demandas de manifestação do Ministério Público Federal, e de juízes e procuradores nos estados relativas à direitos indígenas em questões específicas: indicação de especialistas antropólogos, manifestação sobre a intenção da FUNAI de criar um curso de formação de “especialistas em antropologia”, manifestação sobre pseudolaudos elaborados sem atender aos requisitos básicos de um trabalho científico¹⁷ etc.

Ainda neste final de gestão realizamos uma reunião entre a coordenação da CAI e Comitê de Laudos para uma primeira discussão sobre a Resolução nº 287 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente a situação de pessoas indígenas em conflito com a lei. Disso deverá ser ainda concluído um encaminhamento que visa uma aproximação entre a ABA e o CNJ. O ofício foi encaminhado na semana do dia 04 de janeiro e merecerá atenção na próxima gestão.

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm

¹⁵ Ver <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/>

¹⁶ Ver anexo 2

¹⁷ Ver “Protocolo de Brasília. Laudos antropológicos: Condições para o exercício de um trabalho científico” em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/82_00121696.pdf

EVENTOS SIGNIFICATIVOS

- 1) Reunião em Brasília, em abril de 2019, entre xs cordenadorxs da CAI e do Comitê de Laudos e a presidenta da ABA junto com o Coordenador da 6ª Camara do MPF, com a pauta de a) discutir as características da resolução aprovada pelo Conselho Diretor da ABA sobre as modalidades de indicação de sócixs para a realização de pericias antropológicas em processos judiciais; b) Incentivar a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a ABA e o MPF. A partir dessa data, junto com o Comitê de Laudos Antropológicos, a CAI tem acompanhado esse processo de renovação do Acordo, cuja firma e publicação no Diário Oficial da União ocorreu em junho de 2020.
- 2) Organização de reunião que deveria ter ocorrido em maio de 2020 em Brasília, com a pauta de discutir a situação dxs profissionais em antropologia na atual conjuntura política, atividade promovida junto com o Comitê de Laudos e do Comitê de Inserção Profissional. Em decorrência dos efeitos da pandemia, tal encontro foi adiado para uma data a ser ainda determinada.
- 3) Participação, em Julho de 2019, na 71ª Reunião da SBPC, em atividade promovida pela ABA no âmbito da programação da SBPC Afro e Indígena, integrando a Mesa-Redonda Violência e desterritorialização: indígenas, quilombolas, agricultores familiares e o crescimento de tensões sociais no campo brasileiro: Coordenador: Sérgio Luís Carrara (UERJ); Palestrantes: Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ) e Fabio Mura (UFPB)
- 4) Participação em 2019 e 2020, a pedido da presidente da ABA da construção da Plataforma do Ministério Público Federal junto ao Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais (iniciado por Elaine Moreira e em seguida assumido pelo Professor Stephen Baines).
- 5) ABA na Marcha Virtual pela Ciência da SBPC, em 2020. Realização da mesa intitulada “Educação, saúde e democracia: povos e populações indígenas em seus territórios e nas cidades”, com exposições dos colegas Alfredo Wagner Berno de Almeida (Nova Cartografia Social da Amazônia, UEMA), Ana Lucia Pontes (coordenadora GT Saúde Indígena da Abrasco, Fiocruz), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Joziléia Daniza Jagso Kaingang (Coord. pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Sandra Caponi (Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC); a participação de Bibia Gregori e Sérgio Carrara (diretoria da ABA); e moderação de Ricardo Verдум

(CAI/ABA).¹⁸ Também foi elaborada e assinada pela ABA e SBPC uma carta aberta conjunta em defesa e promoção dos direitos territoriais e da vida dos Povos Indígenas¹⁹

6) Simpósio Especial na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia: Intitulado A situação dos direitos indígenas em tempos difíceis: balanço, desafios e contribuição à ação pública, e coordenado por Fabio Mura (UFPB) e Ricardo Verдум (Museu Nacional / UFRJ), o Simpósio teve como objetivo apresentar um balanço sobre a situação indígena no Brasil contemporâneo, principalmente no tocante aos direitos territoriais, aos fluxos transfronteiriços e à atenção à saúde. Parte-se da constatação de que, a partir de 2019, a hostilidade à implementação dos direitos indígenas consagrados na Constituição Federal de 1988 tornou-se política explícita e formal do governo federal, com estratégias e ações voltadas a desmontar as frágeis conquistas políticas e institucionais obtidas ao longo de décadas. O ataque ao direito à terra tradicionalmente ocupada passa por tentativas não apenas de frear o processo de demarcações, como também descaracterizar a própria relação dos indígenas com seus territórios e ambientes, a ponto de a atual FUNAI destituir GTs de identificação e delimitação com o intuito de rever ou mesmo anular procedimentos administrativos. A gestão das fronteiras torna-se pretexto para o controle populacional, tratando a mobilidade, a diáspora ou os refugiados indígenas como sendo atentados à soberania nacional. Finalmente, o subsistema de atenção à saúde indígena, resultado de mais de duas décadas de experiências e refinamentos de políticas públicas, está ameaçado de ser extinto, por meio da tentativa de municipalização. É justamente um aprofundamento deste quadro que o presente simpósio e roda de conversas pretende realizar. O Simpósio se desdobro em três sessões, a saber:

a) *Direito territorial e situação fundiária: uma análise do panorama atual*, com a participação de João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Estêvão Martins Palitot (UFPB) e como debatedor Fabio Mura (UFPB);

b) *Povos indígenas e fronteiras estatais: mobilidade, diáspora, migração e refugiados*, com a participação de Pablo Quintero (UFRGS) e Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília) e Elaine Moreira (ELA-UNB) comodebatedora;

c) Roda de Conversa: *Saúde indígena em debate*, com a participação de Ailson dos Santos (APOINME), Ana Lucia de Moura Pontes (Fiocruz), Esther Jean Langdon (INCT IBP/UFSC), Fernando da Silva Souza (UFGD) e Ricardo Verдум (Museu Nacional / UFRJ).

¹⁸ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eW5wj0Nt-hw>

¹⁹ Disponível em <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/em-defesa-e-promocao-dos-direitos-territoriais-eda-vida-dos-povos-indigenas/>

7) Ainda no contexto da RBA a coordenação da CAI se reuniu com o Comitê de Migrações e deslocamentos da ABA, para discutir a criação de um GT sobre a presença dos povos indígenas em contextos fronteiriços e nos fluxos migratórios sul-sul, o GT foi aprovado em assembleia e inaugura uma nova frente de trabalho e intersecção entre as comissões e comitês da ABA.

8) Reunião com a coordenação do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI) – No dia 24 de outubro a coordenação da CAI se reuniu com Beatriz de Almeida Matos (UFPA), Clarisse Jabur e Leonardo Lenin. O OPI é uma iniciativa que articula uma rede de especialistas interessados em acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar a promoção dos direitos humanos dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. A ideia é proporcionar informações aos profissionais da área, estudantes e interessados sobre a questão diminuindo, assim, o grau de desconhecimento da sociedade brasileira sobre o assunto. Fizeram um relato das atividades que vem sendo desenvolvidos pelo Observatório, que inclui pesquisa e documentação de situações específicas, colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), assessoramento a organizações indígenas e desenvolvem atividades em cooperação com a Coordenação das Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira (Coiab) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Desenvolvem atividades de pesquisa básica e aplicada. O grupo mantém uma página na internet: <https://povosisolados.com/>. Um importante parceiro para futuras atividades relacionadas com os povos indígenas em isolamento e de recente contato no país.

RECOMENDAÇÕES À PRÓXIMA GESTÃO

Relembrando que algumas destas ações exigem acompanhamento no tempo como o caso dos Amicus Curiae no STF, outras são situações que se apresentam como desafios ou ainda como propostas a serem construídas.

1) Acompanhar e promover a aproximação da ABA e o CNJ. Entre os principais objetivos está a realização de atividades de sensibilização e qualificação de juízes, sobre questões indígenas, através de reuniões sistemáticas e minicursos a serem planejados e conduzidos junto com o Comitê de Laudos.

2) Dar início ao GT composto pela CAI e o Comitê de migrações e deslocamentos da ABA.

3) Acompanhar o processo sobre a T.I. Ibirama-La Klãnõ (SC), no qual a ABA está como amicus curiae, e cuja repercussão geral diz respeito à importantíssima pauta sobre o denominado “marco temporal”, em diálogo com o advogado Paulo Guimarães que nos representa no STF.

- 4) Acompanhar o tema da moção aprovada na RBA sobre “adoção” irregular de crianças indígenas.
- 5) Seguir no diálogo com a sexta câmara do MPF.
- 6) Usar o espaço da TVABA na promoção dos temas atuais relacionados aos direitos dos povos indígenas.
- 7) Promover junto com aos Comitê de Laudos, Comitê de Inserção Profissional dx Antropologx, Comitê Quilombos, Comitê de Antropologxs Indígenas e Comitê Povos Tradicionais e Meio Ambiente e Grandes Projetos uma reunião para discutir a inserção profissional dxs antropólogos na atual conjuntura política, reunião esta que já havia sido planejada e que, devido à pandemia, acabou por ser adiada por tempo indeterminado.
- 8) Promover a formação de um GT ABA/ABRASCO, com o intuito de discutir e acompanhar as políticas públicas no tocante à saúde indígena.
- 9) Atenção especial ao Projeto de Lei 191, e as denúncias que nos chegam sobre pressões em diversas TI assediadas por projetos denominados “etnodesenvolvimento” que na verdade visam o uso da terra para monoculturas, incluindo plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

Relatório da Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF).

Membros: Ana Paula da Silva (UFF), Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR), Gisele Fonseca Chagas (UFF), Hippolyte Brice Sogbossi (UFS), Katiane Silva (UFPA), Patrice Schuch (UFRGS) e Taniele Cristina Rui (Unicamp).

INTRODUÇÃO

Dando continuidade ao trabalho de coordenação iniciado nas duas gestões anteriores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (2015-2017 e 2017-2019), a Comissão de Direitos Humanos (CDH/ABA) teve nova composição a partir de janeiro de 2019 com a gestão dos professores Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, mantendo a participação das professoras Patrice Schuch (UFRGS) e Gisele Fonseca Chagas (UFF) e incorporando a colaboração das professoras Ana Paula da Silva (UFF), Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR), Katiane Silva (UFPA), Taniele Cristina Rui (Unicamp) e do professor Hippolyte Brice Sogbossi (UFS). A composição representa diversidade temática e regional, visando uma abordagem mais completa das problemáticas e situações tratadas.

Em termos gerais, é necessário manifestar que o cenário político vivenciado ao longo do período de nossa gestão na CDH/ABA tem apresentado diversos desafios e graves situações nas quais consideramos importante e significativo nos manifestar. O avanço de uma frente conservadora, não apenas em termos políticos e de direitos, mas também morais, foi oficializada no governo a partir de janeiro de 2019. Esse cenário tem aprofundado o recorte de direitos e políticas sociais, a discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais, as denúncias por violações de direitos, atos de violência institucional e de racismo, bem como a constante enunciação pública de discursos políticos que agredem direitos, movimentos sociais e conquistas já alcançadas.

A partir de março de 2020, somou-se a esse quadro, o avanço no país da pandemia devida ao Covid-19 e as medidas de distanciamento e isolamento social. Esse cenário, por um lado, limitou nosso planejamento de atividades presenciais. Por outro lado, de modo mais amplo e mais relevante, a pandemia afetou a vida de todos e todas, mas principalmente agravando os índices de pobreza, fome, desemprego e atingindo os grupos mais vulnerabilizados no seu estado de saúde e qualidade de vida, em especial a população negra, pobre e os grupos indígenas. Evidentemente, esse cenário apresentou novos desafios e pautas de atuação.

Por fim, ao longo de toda nossa gestão, gostaríamos de reforçar que a CDH/ABA tem-se orientado e reafirmado seu compromisso com a importância de uma antropologia pública, em e para a ação, engajada nas suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e outras ações institucionais.

PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

1) Organização e realização do Seminário Internacional “Memórias, reparação e direitos. Experiências Argentina e Brasil”, com apoio do Edital APQ2/FAPERJ 2019. O seminário foi proposto e realizado em parceria entre o Grupo de Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM/NUFEP/UFF), integrante do o INCT-InEAC, e a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. O evento foi realizado na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ, nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019. Contou com a participação de pesquisadores, ativistas, familiares de vítimas de violência de estado da época da ditadura e do regime democrático, do Brasil e da Argentina, para debater temas em torno de experiências, processos e práticas de construção da memória, de demandas e políticas de reparação e de respeito por direitos humanos diante de situações de “violência institucional”. Além das mesas e debate de filmes, o evento contou a realização de uma homenagem em memória da vereadora, socióloga, militante de direitos humanos e civis, brutalmente

assassinada em 14 de março de 2018, Marielle Franco. Teve lugar uma cerimônia de nomeação do auditório da sala 516 do Bloco/O do ICHF/UFF com o nome dela.

O evento foi gravado e transmitido ao vivo, podendo ser acessado e consultado através dos seguintes links:

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-2>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/2019-11-19-13-17-24>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-3>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-4>

2) Organização e realização da Mesa “Operações policiais e pandemia: a luta de movimentos sociais contra a violência de estado”, durante o Ciclo “Justas Conversas. Diálogos entre a Antropologia, a Justiça e a Segurança Pública”. A mesa foi realizada em parceria da CDH/ABA, com o GEPADIM/UFF, do INCT/InEAC, e o PPGJS/UFF, no dia 9 de julho de 2020. Contou com a participação de Patrícia de Oliveira (defensora de Direitos Humanos, integrante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência); Thainã de Medeiros (museologia, jornalista e integrante do Coletivo Papo Reto) e Natasha Neri (antropóloga, documentarista e pesquisadora ISER). O evento foi realizado por modo remoto devido à pandemia Covid-19 através do canal youtbe do INCT-InEAC e pode ser acessado através do link:

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/justas-conversas-dialogos-entre-a-antropologia-a-justica-e-a-seguranca-4-edicao>

3) Atividades organizadas na 32 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada, de modo remoto, entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.

a) *Simpósio Direitos Humanos e Moralidades em questão: lutas políticas e sentidos locais*, coordenado por Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA) e Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA), com as exposições de Vanessa Sandler (Unicamp); Paulo Victor Leite Lopes (UFRN) e Lucía Eilbaum (CDH/ABA, UFF), com debate de Taniele Rui (Unicamp, CDH/ABA) e Matheus Gato (Unicamp), realizado no dia 31/10.

b) *Grupo de trabalho Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, “violência” e “direitos humanos”*, coordenado por Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA) e Flavia Medeiros (UFSC), nos dias 31/10, 1/11 e 3/11.

c) *Sessão 3 Os Direitos Humanos, a Democracia e as Ciências Sociais no Simpósio Articulações das Ciências Sociais no contexto atual*, coordenado por Maria Filomena Gregori (USP, ABA), com as exposições de Luiz Eduardo Soares (UERJ), Paulo Pinheiro (USP) e Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA) e comentários de Sérgio Carrara (UERJ, ABA), no dia 3/11.

d) *Simpósio "Direitos humanos e antirracismo: antropologia e movimentos sociais na construção de estratégias de lutas e resistências"*, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, no qual Lucía Eilbaum participou como debatedora da sessão - Direitos humanos e antirracismo: antropologia e movimentos sociais na construção de estratégias de lutas e resistências, coordenada por Flavia Medeiros (UFSC), com participação de Ivanir Mendes dos Santos (RENFA), Penha da Silva Souza Xavier e Luciano Norberto dos Santos (Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência)

e) *Conversa com os premiados do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos*, no dia 5 de novembro, coordenada por Lucía Eilbaum, Ana Paula da Silva e Taniele Rui.

f) *Simpósio Especial "Conservadorismos e Tráficos/Trânsitos de Pessoas"*, coordenado por Ana Paula da Silva (UFF, CDH/ABA) e Adriana Piscitelli (Unicamp).

f) *Simpósio Especial "Viver com deficiência: corpos, sentidos e a produção de modos de existência"*, coordenado por Anahi Guedes de Mello (UFSC) e Olivia von der Weid (UFF), com participação de Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA)

g) *Grupo de Trabalho 42 - Etnografias contemporâneas das diásporas médio-orientais na América Latina e no espaço global*, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, coordenado por Gisele Fonseca Chagas (UFF, CDH/ABA) e Silvia Montenegro (Universidade de Rosário)

h) *Grupo de Trabalho 80 - Transições democráticas e controle social; repensando marcações temporais* (Liliana Sanjurjo, Taniele Rui (Unicamp, CDH/ABA), Desiree Azevedo, Adalton Marques, Fabio Mallart)

i) *Mesa Redonda 28- Políticas da precariedade* (Taniele Rui, Adriana Fernandes, Fabio Mallart e Adriana Viana).

4) Mesa "Violencias de Estado, Derechos Humanos y moralidades", no âmbito do VI Congresso de la ALA, realizada de forma remota, no dia 25 de novembro de 2020, coordenada por Lucía Eilbaum (UFF, CDH) e Maria Pita (UBA), com a participação de Flavia Medeiros (UFSC), Desiree Azevedo (UNIFESP), Diego Zenobi (UBA) e Marcela Perelman (CELS).

5) Atividades organizadas no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2020:

a) *CL07: Políticas Públicas e Deficiência: Categorizações, Avaliações e Legibilidade na Busca por Direitos*, com participação de Valéria Aydos (UFRGS), Everton Luis Pereira (UnB), Marco Antônio Gavério (UFSCAR), Marcos Weiss Bliacheris (UERGS), e Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA)

EMIÇÃO E DIFUSÃO DE OPINIÕES INSTITUCIONAIS

1) Elaboração e difusão das seguintes notas de repúdio e apoio:

a) Assinatura conjunta com os Comitês Cidadania, Violência e Gestão Estatal e de Estudos Africanos da *Nota sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas*, elaborada pelo Comitê de Antropólogos/os Negras/os ABA.

A Nota se manifesta em repúdio e denúncia ao assassinato de João Alberto Silveira Freitas, assassinado no dia 20 de novembro de 2020, em Porto Alegre, por forças de segurança da empresa Carrefour. A Nota exige justiça e investigação do caso com a maior eficiência, rapidez e transparência possíveis, contribuindo não apenas para punir os culpados da morte de João Alberto, mas também para que se discuta a responsabilidade social e coletiva implicadas no racismo estrutural com suas inaceitáveis consequências.

http://www.aba.abant.org.br/files/20201124_5fbd2d0828fee.pdf

b) Elaboração e assinatura da Nota *O “coronavirus” e a desigualdade brasileira*

Através dessa Nota, a CDH manifestou sua preocupação com a situação pandêmica em relação aos grupos mais vulnerabilizados e com o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e étnico-raciais, exortando as autoridades a tomarem medidas específicas que atendam às necessidades singulares dos moradores de comunidades e periferias, da população de rua e das pessoas privadas de liberdade.

c) Elaboração e assinatura da *Nota de Repúdio à ação do Ministério da Justiça de controle político ideológico*

Nota em repúdio à existência de um dossiê elaborado, em junho, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para monitorar um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança pública – identificados pelo documento como integrantes do “movimento antifascismo” -, e ainda dois ex-secretários nacionais de segurança pública e um ex-secretário nacional de Direitos Humanos, sendo também eles professores universitários.

http://www.aba.abant.org.br/files/20200728_5f204fc7d496e.pdf

d) Elaboração e assinatura da *Nota de repúdio diante as operações policiais no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19*

Nota de denúncia e repúdio às operações policiais resultantes em mortes no Estado do Rio de Janeiro, cometidas durante a pandemia devida ao COVID-19. Desde 16 de março, tomado como data do início das medidas de isolamento social, até a data de emissão da nota, as ações policiais resultaram em, pelo menos, 70 pessoas mortas.

http://www.aba.abant.org.br/files/20200525_5ecbf9bf340d3.pdf

e) Elaboração e assinatura da *Nota de repúdio sobre as declarações do Presidente da República em relação ao trabalho das comissões da verdade*

A nota repudia as medidas e declarações do poder executivo nacional sobre a atuação em comissões da verdade ligadas à investigação e memória do ocorrido no período ditatorial. Em 29 de julho de 2019, o presidente da República fez declarações injuriosas sobre Fernando Santa Cruz, morto e desaparecido político durante a ditadura cívico militar brasileira (1964-1985). Três dias depois, no primeiro de agosto, foi anunciado no Diário Oficial o decreto que impôs uma mudança na composição da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), também assinado pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afae7b7257.pdf

f) Elaboração e assinatura da *Nota em repúdio ao massacre em Altamira, Pará, e à política de encarceramento em massa do estado brasileiro*

Na segunda-feira 29 de julho de 2019, pelo menos 58 pessoas foram mortas no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará. Mais quatro presos foram assassinados durante a transferência de Altamira para o presídio federal de Marabá, totalizando 62 mortes. Diante de mais um episódio de mortes no sistema carcerário, a Associação Brasileira de Antropologia, através de sua Comissão de Direitos Humanos, vem a público se posicionar no entendimento de que esse episódio de mortes massivas não é um caso isolado, mas efeito direto da política de encarceramento em massa e, portanto, das condições desumanas e degradantes do sistema prisional no Brasil.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afb2f7a7f2.pdf

g) Elaboração e assinatura da *Nota em apoio ao mandato da deputada Renata Souza (RJ) e em repúdio às práticas autoritárias do governo de Estado do Rio de Janeiro*

A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia manifesta seu apoio e solidariedade ao mandato desenvolvido pela deputada do estado do Rio de Janeiro, Renata Souza, em repúdio ao pedido de cassação protocolado no dia 9 de maio desse ano, por deputados do Partido Social Cristão. O pedido de cassação refere a uma suposta “falta de decoro” na ação da denúncia apresentada pela deputada perante a ONU e a OEA diante de “ações de violação dos direitos humanos promovidas pelo governador do estado e, em particular, pelo governador Wilson Witzel”.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190514_5cdb215d3abf5.pdf

h) Manifestação de apoio e assinatura do abaixo assinado em apoio à deputada Renata Souza através do Manifesto disponível nesse link:

<http://abaixoassinado.renatasouzapsol.com.br/>

i) Assinatura e apoio *Campanha “Pacote Anticrime: solução Fake”*

A Comissão de Direitos Humanos da ABA assinou como parceira a Campanha “Pacote Anticrime: solução Fake”, lançada no dia 27 de março, na Câmara dos Deputados, em Brasília, visando à derrocada do projeto de lei 882, de 2019, tendo em vista que as propostas são soluções que aprofundam o estado calamitoso da Segurança Pública no Brasil. O movimento, integrado e apoiado por diversos movimentos sociais, coletivos e associações, é resultado da preocupação com os problemas reais como a violência e o alto índice de homicídios, os quais as políticas de segurança pública implementadas historicamente não conseguem reduzir.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a4cd3ca64c.pdf

j) Elaboração e assinatura de *Nota que pede justiça há um ano do assassinato de Marielle Franco e Pedro Anderson Gomes*

Há um ano do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e do Pedro Anderson Gomes a Comissão de Direitos Humanos, apoiando e participando da luta por memória e justiça, exige justiça e saber quem mandou matar Marielle Franco, através de uma investigação célere e eficaz.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a222dad2e4.pdf

COORDENAÇÃO DO PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 2020 - IX EDIÇÃO – “Antropologia e Direitos Humanos: lutas sociais, mobilização política e alteridades”

Através do Edital 2020 – “Antropologia e Direitos Humanos: lutas sociais, mobilização política e alteridades”, a CDH/ABA lançou a nona edição do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos. Nessa edição, houve um total de 28 inscrições, 12 na categoria doutorado, 14 no mestrado e 02 na graduação. Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos melhor avaliados, conforme os critérios de: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação. Cada categoria foi coordenada por membros da comissão e contou para o trabalho de avaliação com 29 professores e pesquisadores que colaboraram como pareceristas às cegas de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. A saber:

1) Categoria Doutorado

Coordenadoras: Ana Paula da Silva e Taniele Rui

Pareceristas: Fernanda Barros, Flavia Cunha Melo, Joana Bahia, Jose Miguel Olivar, Larissa Nadai, Laura Murray, Livia Gimenes, Magda Ribeiro, Marco Tobon, Natânia Lopes, Thaddeus Blanchette, Thais Tartalha, Tilmann Heil e Vitor Andrade.

2) Categoria Mestrado

Coordenadores: Hippolyte Brice Sogbossi e Lucía Eilbaum

Pareceristas: Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, Cicero Cunha Bezerra, Claudia Mura, Fábio Mallart, Flavia Medeiros, Katiane Silva, Letícia Carvalho Mesquita Ferreira, Letícia de Luna Freire, Liliana Sanjurjo, Maria Raquel Passos Lima, Nádia Meinerz, Olivia von der Weid e Paula Lacerda

3) Categoria Graduação

Coordenadora: Gisele Fonseca Chagas

Pareceristas: Kátia Sento Sé Mello e Soraya Silveira Simões

Os trabalhos premiados representam instituições e estados diversos do Brasil e apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos.

O resultado pode ser conferido através desse link:

https://www.32rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=514

O resultado do IX Prêmio foi anunciado durante a 32 RBA, no dia 01 de novembro, e no dia 5 de novembro foi realizada a sessão de Conversa com os premiados no âmbito do evento, da qual participaram todos os autores premiados, como a coordenação de membros da comissão organizadora (como detalhado acima nas atividades da CDH na 32 RBA). Nessa fase, estamos organizando a coletânea a ser publicada com os artigos premiados.

OUTRAS ATIVIDADES

1) Participação da CDH, através de Lucía Eilbaum e Hippolyte Brice Sogbossi, na Comissão 2 de novembro, no âmbito da 32 Reunião Brasileira de Antropologia, para realização de Homenagem e Honra aos Mortos. O trabalho pode ser acessado através desse link: <https://expo.abant.org.br/evocacao/>

2) Apoio e consultoria popular permanente à Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência (RJ), através de diversas atividades. Em especial, destacamos no ano de 2020, a elaboração de projetos a serem submetidos em editais e chamadas relativas a auxílios durante a pandemia e de apoio em ações de luta contra o racismo e pelos direitos humanos, bem como a elaboração dos respectivos relatórios nos casos dos projetos aprovados. Trata-se das seguintes chamadas:

- a) *Fundo Emergencial Covid-19*, lançado pelo Fundo Brasil de DH (aprovado)
- b) Edital “*Comunidades ativas contra a Covid*”, do British Council (aprovado)
- c) Chamada Pública para *Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis*, lançado pela Fiocruz, 2020 (aprovado)
- d) Chamada da ONU Mulheres Brasil para apoio financeiro a *Organizações de Defensoras de Direitos Humanos – Pandemia COVID-19*, 2020 (aprovado)
- e) Edital *Mulheres em Movimento 2020*, do Fundo Social Elas.
- f) *Estratégia de Enfrentamento à Covid-19*, Open Society, 2020 (aprovado)
- g) Edital: *Enfrentando o racismo a partir da base – fortalecimento institucional e mobilização para defesa de direitos*, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2020.
- h) Edital: *Direitos humanos e justiça criminal – enfrentando a prisão provisória e o encarceramento em massa no Brasil*, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2020 (aguardando resultado)
- i) *Décima Quinta Rodada de doações do UNDEF - UNITED NATIONS DEMOCRACY FUND* (aguardando resultado)

Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Em atenção ao pedido da Presidente da ABA, Profa Maria Filomena Gregori, segue uma síntese das atividades desta Comissão que, na gestão 2019-2020, foi integrada pelos professores Marko Synésio Alves Monteiro (Unicamp), Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa), Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (Ufpi), Tatiana Arnaud Coutinho Cipiniuk (UFF) e Guillermo Vega Sanabria (UFBA, Coordenador). As atividades tiveram como referência inicial o Plano de Trabalho elaborado pela Comissão e apresentado à Diretoria da ABA em abril de 2019. Dito plano considerava duas linhas de ação principais, como segue:

- 1) Monitoramento de políticas e articulação institucional, visando manifestação e mobilização junto aos associados da ABA, outras associações científicas, órgãos estatais e a sociedade em geral. Nesse sentido, foram produzidos diversos documentos

que serviram para expressar posicionamento da ABA em matérias de interesse público e emitir opinião especializada quando solicitada. Esses documentos foram:

a) *Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia aos Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais em relação aos editais de concurso para provimento de cargo de professor de Antropologia* – 08/05/19. Disponível em http://www.aba.abant.org.br/files/20190508_5cd2feebcada1.pdf.

b) *Nota de repúdio às declarações do Ministro da Educação Abraham Weintraub*, publicada no Informativo no 22 da ABA – 19/12/2019. http://www.aba.abant.org.br/files/20191209_5dee59be39399.pdf.

c) *Nota O ensino superior e o coronavírus*, publicada pelo Núcleo de Estudos de Populações Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina e a Comissão de Ciência, Educação e Tecnologia da ABA – 27/03/20. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20200330_5e82255e67d68.pdf.

d) Parecer da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia encaminhado à Presidência da ABA, a propósito do pedido de indicação de especialistas para etapa avaliativa do Programa Nacional do Livro e do Material Didático para o Novo Ensino Médio (PNLD 2021), feito pela Cogeam/MEC – Comunicação interna em 17/04/2020.

e) *Gestão para divulgação da carta “Mulheres, ciência e comportamento”*, produzida pelo Observatório Cajuína, a respeito da inclusão de mães (com crianças) nos congressos e eventos científicos – comunicação interna em novembro/19.

f) *Ofício encaminhado ao Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação sobre a falta de informação na CAPES, a respeito da avaliação de propostas de cursos novos* – 04/12/20.

g) *Manifestação sobre consulta feita por associado da ABA, a propósito de reserva de vaga exclusiva para indígenas em concurso público para o magistério superior*. Comunicação interna em 04/12/20.

2) Organização e coordenação de atividades acadêmicas numa agenda pública de defesa e valorização da educação, da ciência e da tecnologia. Ao mesmo, que consolidassem as contribuições que antropologia vem fazendo, em termos teóricos e políticos, às discussões nessas áreas. Dentro de tais atividades incluem-se:

a) *Simpósio “Integração de Conhecimentos, Etnociências e Pesquisa Responsável”*, ocorrido de 20 a 22/11/2019, na Universidade Federal da Bahia. O evento reuniu pesquisadores das áreas de etnobiologia, filosofia da ciência, antropologia, ecologia e conservação para tratar temas como as relações entre pesquisa responsável, conhecimentos tradicionais, conhecimentos científicos e práticas de conservação e educação. O simpósio foi promovido pelos INCTs em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE)/UFBA e Etnobiologia,

Bioprospecção e Conservação da Natureza/UFPE, pelo Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia (GEICT)/UNICAMP e pelo Knowledge, Technology and Innovation Group/Universidade de Wageningen (Holanda), pelo Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio), Instituto de Biologia/UFBA e pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA. O prof. Marko Monteiro, da Comissão, foi co-organizador e palestrante no evento.

b) *V Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI)*, realizado em 23/10/20. O FNEEI é uma organização de educadores indígenas e indigenistas, criado em 2015. Possui como base os Fóruns Estaduais de Educação Escolar Indígena, organizações de professores indígenas e entidades parceiras. Dentre as pautas tratadas estiveram a infraestrutura das escolas indígenas, os processos de formação de professores indígenas, o financiamento da EEI, a ampliação do ensino médio e as políticas de ingresso e permanência de indígenas no Ensino Superior e Pós-Graduação. Para além dos temas relativos à escolarização, foi debatido o marco temporal, na perspectiva de defender a estreita relação entre educação e território. A profa. Suzana Cavalheiro de Jesus, participou pela Comissão. O documento final deste V FNEEI, encontra-se disponível em: <http://fneei.org/2020/11/03/carta-do-v-forum-nacional-de-educacao-escolar-indigena/>.

c) Minicurso “*A Plataforma Lattes e suas interconexões com o Sucupira: as adequações possíveis e os desafios frente a nova ficha de avaliação*”, na 32a. *Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada de 30/10 a 06/11/20. O objetivo foi apresentar as ferramentas de registro da produção acadêmica e profissional de docentes e discentes na Plataforma Lattes/CNPq, bem como apontar alguns problemas gerados pela adoção de categorias de produção com recortes distintos entre esta Plataforma e a Sucupira; além de problematizar a funcionalidade dessas plataformas e a geração de relatórios de erro criados a partir da importação de dados do Lattes. Frente as recentes mudanças e a pouca integração entre as plataformas, o minicurso buscou evidenciar as “novas” regras do jogo e chamar atenção para a nova lógica de produção de conhecimento imposta pelo Estado. A profa. Tatiana Arnaud Coutinho Cipiniuk (UFF), da Comissão, foi co-organizadora e ministrante.

d) *Simpósio Especial “A educação em tempos sombrios (e para além deles)”*, na 32a. *Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada de 30/10 a 06/11/20. O objetivo foi refletir sobre os fundamentos, alcances e limites que a educação como objetivo e processo da cultura tem no Brasil de hoje. Ainda que o nome remitisse, inevitavelmente, aos urgentes desafios da conjuntura política do país, o Simpósio visou identificar as contribuições da antropologia numa análise de mais fôlego. Assim, os trabalhos reunidos ecoam a tentativa secular de uma antropologia que seja capaz de interpretar e responder às diversas formas de sectarismo e fundamentalismo que têm como alvo privilegiado a educação, as artes e a ciência. As atividades propostas focalizam a profundam no sentido da escola numa sociedade atravessada pela desigualdade e a violência; no papel dos professores diante de múltiplas formas de anti-intelectualismo, populismo e

demagogia; e no ensino de ciências sociais e de humanidades como projetos de justiça e liberdade. Pela Comissão, o prof. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento apresentou comunicação e o prof. Guillermo Vega Sanabria atuou como coordenador do Simpósio.

e) *Prêmio ABA de Ensino de Antropologia*, nas suas duas categorias: “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil” e “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil”. A iniciativa retomou reconhecimento similar, criada pela ABA no início da década de 2000 e esteve sob a presidência do coordenador da Comissão, prof. Guillermo Vega Sanabria.

A Comissão Julgadora da primeira categoria foi composta pela profa. Ondina Fachel Leal (UFRGS), o prof. Gersem José dos Santos Luciano (UFAM) e o prof. Marko Monteiro (Unicamp, Presidente, pela Comissão). O prêmio ao melhor trabalho sobre ensino foi atribuído ao artigo “História Quilombola no Chão: no caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida”, de autoria do prof. Rafael Palermo Buti (UNILAB). Também foi atribuída menção honrosa ao trabalho intitulado “ETNOQUÊ? Vídeos de Introdução ao Método de Pesquisa-Ação Etnográfica”, iniciativa de várias universidades e de autoria dos professores John Burdick (in memoriam), Jeffrey Garmany, Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares dos Santos, Roberto Gomes dos Santos, Rolf Ribeiro de Souza e Émilie B. Guérette.

Na categoria “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil” foi premiada a profa. Neusa Maria Mendes de Gusmão (Unicamp), pelo mérito de sua trajetória e pioneirismo no âmbito do ensino de antropologia, com grande impacto na formação de diversos professores e pesquisadores, além de profícua produção acadêmica na área de antropologia e educação. Fizeram parte da Comissão Julgadora desta categoria o prof. Carlos Caroso (UFBA, Ex-Presidente da ABA), a profa. Dra. Grazielle Schweig e profa. Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa, Presidente, pela Comissão).

f) *Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação em Antropologia*, com o objetivo de partilhar experiências e desafios da formação em Antropologia no nível da graduação. O Fórum reúne, neste momento, 10 cursos de Universidades Públicas no Brasil, criados entre 2004 e 2014, a saber: Universidade Federal do Amazonas–Campus Benjamin Constant, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Paraíba – Campus Rio Tinto, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campi Redenção e Palmares, Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Universidade Federal de Santa Catarina. Após sua criação oficial durante a 32a. RBA, o Fórum voltou a se reunir durante o 43a. Reunião Anual da Anpocs para delinear uma agenda de trabalho para os próximos meses.

A propósito da discussão inicial, como foi apontado na moção de criação do Fórum na 32a. RBA, observamos que os cursos estão enraizados nas realidades locais dos vários campi, alguns abertos por iniciativas de interiorização do Ensino Superior, com

presença numerosa de estudantes indígenas, quilombolas e negros, o que demonstra a vitalidade e importância destes cursos para contribuir para o entendimento e superação de problemas locais e contemporâneos. Infelizmente, o cenário de desmonte das universidades públicas e de desvalorização da pesquisa e do pensamento científico ameaça a continuidade dos cursos, amiúde considerados “pouco produtivos” em suas universidades pelo baixo número de matrículas e formandos. A constituição do Fórum pretende criar um espaço de interlocução entre coordenadores dos cursos, para pensar estratégias de valorização e visibilização da graduação em antropologia, de inserção dos egressos no campo profissional, de mobilidade estudantil entre as instituições, de revisão de propostas curriculares, de dupla titulação e de cooperação internacional.

Dentre as atividades acima elencadas, gostaria de destacar a importância de se dar continuidade ao Prêmio ABA de Ensino de Antropologia, acolhido tão calorosamente pela comunidade antropológica na edição de 2020; de apoiar o trabalho incipiente do Fórum de Coordenadores da Graduação, assim como acompanhar o desenvolvimento das disposições do documento final do V FNEEI.

Aproveito para registrar meu sincero reconhecimento aos colegas da Comissão pelo seu compromisso com os trabalhos até aqui realizados, assim como à atual Diretoria da ABA pela confiança depositada e o apoio dado a nossas propostas e posicionamentos. Também desejo sucesso à nova Diretoria, em nome da Comissão, e, desde já, nos colocamos a disposição da nova gestão.

Relatório da Comissão Laicidade e Democracia

Coordenador: Ronaldo de Almeida

Christina Vital da Cunha (Vice-Coordenadora)

Membros: Carlos Steil, Fátima Tavares, Marcelo Camurça, Sérgio Ivan Gil Braga

Constituído no decorrer do ano de 2019, por iniciativa da Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, o Comitê Laicidade e Democracia atuou, no decorrer de 2019 e 2020, em diferentes frentes de ação sobre as quais vem prestar contas por meio deste relatório. Ao mesmo tempo, os membros colocam seus mandatos à disposição da atual Diretoria para sua renovação ou término, em vista do que lhe parecer mais adequado ao escopo de atuação da Associação no cumprimento de sua missão.

As principais ações desenvolvidas pelo Comitê por iniciativa própria estão descritas detalhadamente nos itens 1) e 2) deste relatório: 1) O Painele Racismo Religioso no Brasil, que aconteceu na Reunião Equatorial de Antropologia, que se realizou em

Salvador, em 2019 e 2) o Simpósio Laicidade e Democracia em Perspectiva, que teve lugar na 32a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de forma remota, em 2020. Ainda, estava previsto, para este mesmo período, tendo sido proposto e aprovado, o Colóquio Intolerância Religiosa na América Latina, que aconteceria na 20a. Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, a qual deveria ter acontecido presencialmente em julho de 2020, em São Paulo, mas que foi adiada sine die por causa da pandemia Covid-19.

Entre as instituições e grupos de pesquisa com os quais o Comitê manteve uma relação de colaboração e parceria elencamos: 1) o Instituto de Estudos da Religião – ISER, com destaque para a participação de diversos membros da Comissão nos Seminários sobre os 50 Anos do ISER, que ocorreram, de forma remota, no decorrer de 2020; 2) a Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul – ACSRM, que, promoveu uma série de eventos online, nos quais a Comissão esteve presente por meio de alguns de seus membros. 3) Em relação aos núcleos de pesquisa sobre religião, a Comissão manteve estreita relação com o Laboratório de Antropologia da Religião da Unicamp – LAR, com o Núcleo de Estudos da Religião – NER/UFRGS, e com o Núcleo de Estudos da Religião – NER/UFG, com o Observatório de Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais da Baía de Todos os Santos – ObservaBaía/UFBA, com o Laboratório de estudos sócio antropológicos em política, arte e religião - LePar/UFF e com o Núcleo Religião, Cultura e Sociedade da UFJF. Tanto nos eventos quanto nos grupos de pesquisa os membros do Comitê procuraram salientar, em suas respectivas participações, os três eixos temáticos que o articulam: a laicidade, a intolerância e a liberdade religiosas.

Ao trazer estas temáticas para o debate, o Comitê procurou incorporar como interlocutores e parceiros de pesquisa religiosos de diferentes tradições, assim como políticos e membros do poder judiciário, estabelecendo, desta forma, um diálogo profícuo entre acadêmicos e militantes dos direitos à diversidade religiosa e à livre expressão das crenças e das religiões no espaço público. Nesta mesma direção, o Comitê assinou, em nome da ABA, duas moções. A primeira resultou do Painel Racismo Religioso no Brasil, citado acima. A segunda foi em apoio à ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que teve o termo “católicas” do seu nome contestado judicialmente por setores católicos conservadores. As duas notas tiveram ampla divulgação nas redes sociais e estão transcritas no item 3 deste relatório.

Como última atividade do mandato deste Comitê que ora se encerra, convidamos diversos pesquisadores para contribuírem com relatos de até mil palavras sobre algum evento relativo ao Dia de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de janeiro de 2021. Nosso objetivo é dar visibilidade à diversidade de ações que ocorrem neste dia em todas as regiões do país contribuindo para o conhecimento e a multiplicação de iniciativas que ampliam a democracia. Estamos no momento recebendo os relatos e, em alguns dias, eles estarão agrupados em um formato de boletim para ser disponibilizado na página da ABA. O material reunido será acrescentado a este relatório assim que estiver finalizado.

Quanto aos desafios, destacamos dois que, a nosso ver, merecem uma especial atenção da Diretoria da ABA. O primeiro é sobre a incorporação de novos membros do Comitê, o que aponta para a necessidade de se estabelecer critérios e procedimentos para esta incorporação. O segundo, diz respeito à necessidade de cobrir as ações e os movimentos de combate à intolerância e de defesa da laicidade e da democracia religiosas em âmbito local. Para isto, seria importante garantir uma maior capilarização da Comissão por meio de sua ampliação e a articulação com os diretores regionais da ABA.

Por fim, relatamos que no final de 2020 duas associadas da ABA (Naara Luna e Tatiane dos Santos Duarte) expressaram um anseio em participar do Comitê.

1) Painel “Racismo religioso no Brasil” (REA, 2019)

Dentro de uma das atividades que se realizaram na Reunião Equatorial de Antropologia (REA) na cidade de Salvador em dezembro de 2019, estiveram presentes no “Painel 3: Racismo religioso no Brasil”, os membros da Comissão Laicidade e Democracia da ABA, os antropólogos, Marcelo Camurça na condição de expositor e Fátima Tavares enquanto mediadora. Além deles, compuseram o Painel: o colega Ordep Serra da UFBA e as lideranças das religiões afro-brasileiras, Ialorixá Nívia, da casa Ilé Aké Oyá, o Babalô Pai Cláudio de Oxalá e o Ogô Cleifson Pereira, advogado.

A Mesa Redonda apresentou reflexões e denúncias sobre a dramática situação de perseguição e vilipêndio religioso que vivem as religiões de matriz afro-brasileira na Bahia e em todo país. E localizou as iniciativas desta violência em grupos evangélico-pentecostais associados ao tráfico que proliferam nas periferias e bairros populares das grandes metrópoles do Brasil.

Ao final da Mesa foi mencionado o Projeto de Decreto Legislativo no 861, de 2017, que aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013. Algumas iniciativas foram apresentadas, como a organização de um Dossiê e a redação de uma Moção de Repúdio ao racismo religioso, que foi publicada em Flor de Dendê: site e revista eletrônica especializados em cultura afro-sertaneja. VI REA divulga moção de repúdio ao racismo religioso ~ Flor de Dendê - Uma aliança afro-sertaneja (flordedende.com.br).

A moção foi assinada pela ABA por meio do Comitê Laicidade e Democracia.

2) Simpósio Laicidade e Democracia em Perspectiva (RBA, 2020)

O Simpósio foi realizado entre os dias 31 de outubro e 03 de dezembro de 2020, no âmbito da 32a Reunião Brasileira de Antropologia "Saberes insubmissos: diferenças e direitos" Rio 2020, com a participação de todos os integrantes do comitê e organização de Ronaldo Almeida, Christina Vital da Cunha e Marcelo Camurça.

Este simpósio integra as atividades do Comitê Laicidade e Democracia, formado em 2019 no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia, com o interesse de observar e produzir reflexões sobre a crescente visibilidade da religião - instituições, atores, pautas, moralidades, controvérsias - no espaço público e de conflitos em torno de concepções de laicidade. De modo geral, a laicidade é reconhecida como um valor político assumido discursivamente pelos diferentes atores religiosos e não religiosos e seu conteúdo prático tem sido um campo em intensa disputa. Nas mesas propostas no Simpósio Laicidade e Democracia em Perspectiva serão abordadas interfaces entre religião, conservadorismo, questões raciais e poder judiciário. Em todas as mesas contamos com pesquisadores e ativistas.

a) Mesa 1: *Política e Religião: conservadorismos e discursos sobre o mal*

31 de outubro, das 10:30h às 12:30

Moderação: Christina Vital da Cunha (UFF)

Expositores: Ronaldo Almeida (UNICAMP), Regina Novaes (UNIRIO), Simony dos Anjos (UNICAMP), Magali Cunha (CONIC).

b) Mesa 2: *Racismo ou Intolerância: ativismo social e ações governamentais no combate à violência religiosa*

01 de novembro, das 10:30h às 12:30

Moderação: Fátima Tavares (UFBA)

Expositores: Marcelo Camurça (UFJF), Lusmarina Garcia (Pastora Luterana e Pesquisadora), Ivanir dos Santos (CEAP)

c) Mesa 3: *Performatividades laicas e religiosas no judiciário brasileiro*

03 de novembro, das 10:30h às 12:30

Moderação: Marcelo Camurça (UFJF).

Participações: Christina Vital da Cunha (PPGS-UFF), Fábio Leite (PUC-RJ), Mônica Francisco (PSOL-RJ)

Na mesa de abertura foram discutidas as faces do conservadorismo e progressismo político-religioso. O antropólogo Ronaldo Almeida, participante da Mesa em nome da Comissão Laicidade e Democracia da ABA, iniciou as atividades apresentando resultados de suas pesquisas e reflexões sobre o conservadorismo de face religiosa no

Brasil, sobretudo de evangélicos. Destacou estatísticas e informações qualitativas sobre atores individuais e coletivos com notável participação no âmbito político, social e jurídico. Em seguida deu sequência à apresentação de dados e reflexões sobre evangélicos chamados progressistas: suas pautas de interesse, modos de atuação destacando alguns atores e a menor estrutura organizacional presente neste segmento. Em sua apresentação, a antropóloga Regina Novaes fez uma reflexão sobre os discursos sobre o mal em termos das religiões e as mutações do capitalismo. Inicialmente apresentou como, no mundo contemporâneo, dada a tomada da secularização como um paradigma inquestionável, tornou-se compreensível que o “mal” da democracia se localizasse na presença da religião na política (e vice-versa). No entanto, prosseguiu, se é verdade que o conceito de secularização contribuiu para separar religião e política, o processo histórico de secularização produziu efeitos múltiplos (e nem sempre convergentes) e não atingiu com a mesma intensidade e da mesma forma todos os países, todas as classes, grupos sociais e todas as gerações. Ou seja, para além dos ideais acadêmicos, “militantemente secularizados”, as fronteiras que separam religião e política não são estaques e impermeáveis. Na religião e na política, inter cruzam-se expedientes para localizar (e circunscrever) o “mal” e localizar (e nomear) o bem. Finaliza chamando atenção para que hoje, em tempos de “capitalismo flexível”, torna-se cada vez mais difícil identificar as causas dos retrocessos democráticos no país insistindo que não há como simplesmente circunscrever o “mal” de hoje, que atinge o exercício da cidadania, ao “conservadorismo evangélico” ou à presença dos evangélicos na política brasileira. A doutora em Ciências da Comunicação e coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, Magali do Nascimento Cunha, fez uma apresentação em torno dos resultados da pesquisa “Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação”, uma iniciativa do Fórum Ecumênico da ACT Aliança na América do Sul (FESUR). A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2020, em quatro países da América do Sul (Argentina, Brasil, Colômbia e Peru). A partir da construção do conceito de fundamentalismos político-religiosos foi identificado que existe um padrão de ação sistemático desenvolvido por diferentes fundamentalismos, resultado de uma estratégia que ameaça e busca controlar as democracias dos países sul-americanos, tendo como alvo os direitos trabalhistas, sexuais e reprodutivos e de comunidades tradicionais. Esse padrão de ação afeta diretamente o exercício dos defensores dos direitos e reduz o ambiente ou o espaço propício para a sociedade civil na região, o que desafia as respostas desenvolvidas por organizações não-governamentais comprometidas com esta pauta. A doutoranda em Antropologia e então candidata à prefeitura de Osasco (SP) pelo PSOL, Simony dos Anjos analisou a relação entre discursos conservadores, Estado Laico e feministas cristãs. A dimensão do corpo ganhou destaque em sua fala que toma como ponto de partida a colonização do povo brasileiro pela via da catolicização dos povos originários e dos povos africanos. Apresentando as fortes raízes da arena pública brasileira no cristianismo, conecta-o às disputas presentes em torno de discursos da esquerda, das feministas, do movimento negro e LGBTQI+. Em meio ao crescente

conservadorismo e do destaque que este grupo ganhou entre evangélicos, Simony se interessou em analisar a movimentação de mulheres cristãs no âmbito do feminismo brasileiro, a luta destas religiosas pelo Estado Laico e pelo direito ao corpo. Ancorou seu debate sobre autodefinição e imagens de controle em Patrícia Hill Collins, sobre secularismos em Paula Montero, Talal Asad e Saba Mahmood, assim como a teologia feminista na perspectiva da teóloga Ivone Gebara.

A mesa seguinte teve como foco conflitos envolvendo religião no espaço público e ações governamentais e sociais de combate ao que vem sendo chamado de racismo religioso. O antropólogo Marcelo Camurça, participante da Mesa em nome da Comissão Laicidade e Democracia da ABA, iniciou sua fala, associando o regime de Laicidade a uma conquista das sociedades democráticas e que apesar das variações de sua presença na Europa, EUA, Índia, América Latina, etc. Este implica na emancipação do Estado dos poderes eclesiásticos, na neutralidade do mesmo em matéria religiosa; assim como na concessão por este de tratamento igualitário a todas as religiões e na garantia da liberdade religiosa e de consciência. Afirmou que a comissão está atenta e monitorando atentados recentes à laicidade no Brasil perpetrados pelo governo federal e por grupos religiosos hegemônicos de matriz cristã conservadora através de ações de introdução de dogmas religiosos em políticas públicas e de perseguição a minorias religiosas. Procurou identificar a luta contra intolerância religiosa à mesma contra o racismo religioso, enquanto duas facetas da garantia do Estado Democrático e Laico. Relatou diversos casos de violência a que foram submetidas as religiões de matriz afro-brasileira no Brasil; assim como expedientes de resistência a isto através de ações da sociedade civil, mobilizações, ações parlamentares e no âmbito jurídico, dentre as quais a Comissão da ABA se associa. Os convidados Lusmarina Campos Garcia, teóloga e pastora luterana, e o babalawó, articulador da CCIR – Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro e Pesquisador do Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER-UFRJ) Ivanir dos Santos tiveram falas apresentando suas atuações religiosas, acadêmicas e políticas no combate à intolerância religiosa no Brasil, apostando na força do movimento social e no diálogo inter-religioso. Lusmarina destacou a diversidade da atuação evangélica, trazendo a força do trabalho de líderes que, como ela, usam da fé cristã para dar as mãos os que são historicamente vilipendiados no Brasil por questões de raça, religião e classe social. apresentou inúmeros grupos que fortalecem a agenda dos direitos humanos a partir do incremento ao debate inter-religioso. Ivanir começa citando uma famosa frase de Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião”. A partir dela constrói uma reflexão conectando noções de raça, identidade e religião para afirmar que as diferenças existentes não podem servir para consolidar disputas políticas e desigualdades sociais fazendo um apelo aos acadêmicos e aos movimentos sociais para que, juntos, possam atuar em prol da Liberdade Religiosa e no combate ao racismo religioso.

Na mesa que encerrou este simpósio as reflexões recaíram sobre o sistema judiciário brasileiro, sua interface com a política institucional e os desafios que a presença

de religiões neste âmbito traz à laicidade no país. A antropóloga Christina Vital, participante da Mesa em nome da Comissão Laicidade e Democracia da ABA, apresentou reflexões a partir de uma pesquisa que vem conduzindo sobre associações de juristas religiosos no Brasil. Destacou a recente atuação da ANAJURE – Associação de Juristas Evangélicos – e a construção de uma noção de Liberdade Religiosa espelhada em um debate internacional cujos principais atores perseguidos seriam os cristãos. Baseados em estatísticas produzidas anualmente por diferentes institutos de pesquisa europeus e norte americanos, constroem o problema público da Liberdade Religiosa pautados na defesa do direito à liberdade de professar a fé cristã, afirmando um ambiente crescente, no Brasil e no Mundo, de um fenômeno identificado como “cristofobia”. Em torno desta questão, projetos de lei estão sendo formulados desde 2015, assim como pronunciamentos do presidente da República brasileiro, narrativa também presente em eventos de juristas cristãos ao longo do ano de 2020. Nestes projetos e narrativas observamos uma construção comum: a afirmação de uma perseguição à maioria cristã no Brasil. A reversão da noção de perseguição, normalmente direcionada a minorias, chama atenção. Ou seja, embora em inúmeros documentos esta associação e outros atores ligados a ela apresentem a força da maioria cristã no Brasil com vistas a colocar nos “devidos lugares” outras crenças e filosofias tomadas como minoritárias, começam a amplificar uma narrativa na qual são uma maioria perseguida, ameaçada e privada de suas liberdades civis. A cientista social e deputada estadual Mônica Francisco, trouxe uma importante reflexão sobre a diversidade. Destacou a presença ativa e plural de protestantes no Brasil. Por um lado, estimula um olhar para ações voltadas para a defesa e promoção da dignidade humana tais como a criação de entidades educacionais, de assistência e de saúde que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento do país. Neste sentido, marcaram e marcam uma presença no espaço público nacional pela afirmação de direitos e do reconhecimento das diversidades que compõem a sociedade brasileira, para a transformação social. Por outro lado, a partir de sua própria experiência parlamentar na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, apontou para uma outra face deste movimento no Brasil que aposta em relações políticas fisiológicas e autoritárias, no favorecimento próprio e de suas instituições prejudicando a vida pública e as populações mais pobres. Em sua atividade parlamentar mostrou os enfrentamentos constantes com estes atores para a construção de políticas públicas que correspondam de fato às necessidades da população. O professor associado da Faculdade de Direito da PUC-RJ e doutor em Direito Público, Fábio Leite, refletiu sobre como no direito brasileiro, em geral, não há regras muito específicas para lidar com temas como laicidade e liberdade religiosa. Curiosamente, disse, doutrinadores e operadores do Direito não parecem ver nisso um problema. Ao contrário, parecem legitimar um sistema mais principiológico, com dispositivos mais vagos e abstratos, com pouca densidade normativa – o que supostamente permitiria a construção de uma solução mais justa, adequada ou razoável em cada caso concreto, considerando-se as suas peculiaridades. Por outro lado, chama atenção, na academia não há um esforço para a construção de posições normativas prévias. Esta forma de dupla omissão é ainda mais notável e

prejudicial quando se trata do tema religião. Argumentou que, na ausência de regras mais concretas, as crenças de julgadores, por exemplo, podem exercer influência na tomada de decisão em casos relacionados à liberdade religiosa e/ou à laicidade. Em um experimento conduzido pela PLEB (Grupo de Pesquisa sobre Liberdade de Expressão no Brasil, da PUC-Rio), por exemplo, em que os participantes (profissionais do direito) tinham que julgar um caso fictício sobre ofensa religiosa (inspirado no episódio conhecido como “chute na santa”), aqueles que declararam que tinham alguma crença religiosa tenderam a condenar o ofensor mais do que aqueles que afirmaram que não tinham religião alguma. Recentemente, as duas turmas do STF julgaram casos semelhantes sobre ofensas proferidas por religiosos contra outra religião, mas com resultados distintos. Como saber se a religião dos ofensores (sacerdote católico num caso, pastor evangélico no outro) exerceu uma influência (indevida) no julgamento? Qual é a resposta do Direito para essas situações? Finaliza nos provocando a observar que, em um sistema jurídico baseado em dispositivos vagos e sem compromisso em firmar entendimentos normativos mais concretos, há muitas dúvidas a este respeito.

3) Moções e Notas

a) *Moção de Repúdio ao Racismo Religioso no Brasil*

Em painel sobre o Racismo Religioso no Brasil, que teve lugar na 6ª Reunião Equatorial de Antropologia, integrando sua programação, compuseram a mesa antropólogos e representantes do povo de santo que expuseram com detalhes a situação crítica vivida por adeptos das religiões de matriz africana em todo o Brasil, objeto de uma perseguição sistemática e violenta por parte de fanáticos ligados a igrejas neopentecostais. Nessas falas e em testemunhos dados pelo público presente ao referido painel ficaram evidenciados os múltiplos ataques às comunidades de terreiro, a sacerdotes do candomblé, do xangô, da umbanda e de outros cultos da mesma origem, num crescendo que vai da difamação, do achincalhe e do insulto gratuito a agressões físicas, chegando a assassinatos, tortura, flagelação, espancamento, depredação e incêndio de templos, com destruição de símbolos sagrados, sem falar de criação de óbices à realização de cerimônias religiosas. Destacou-se a aliança perversa entre narcotraficantes e pastores da mesma casta, aliança esta que tem resultado na formação de facções criminosas como os Bandidos de Cristo e o Bonde de Jesus, no Rio de Janeiro, por exemplo, assim como tem suscitado, em diversos Estados da Federação iniciativas de bandidos que se declaram evangélicos e se empenham em brutalizar pessoas e comunidades ligadas aos ritos afro-brasileiros e ameríndios em nome de suas supostas convicções religiosas. Frisou-se o descaso das autoridades, em particular dos responsáveis pela Segurança Pública, para com essas manifestações de racismo e terrorismo religioso que ferem a Constituição Brasileira e o Código Penal, entre outras normas de convivência que pautam a cidadania. Foram evocados os registros feitos por diversas agências, em nível federal, estadual e municipal, mostrando o aumento significativo dessas ocorrências nos últimos anos, em todo o país, fato que confirmam

estudos antropológicos e levantamentos diversos. No caso da Bahia, em particular, foram lembrados os registros feitos pelo Ministério Público, pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por organizações não governamentais, mostrando o incremento assustador de tais ataques que violam a paz, impedem a liberdade de culto e violentam o estado de direito, sem que a Secretaria de Segurança Pública tome as devidas providências. Em face dessas constatações, os participantes da 6a REA decidiram, por deliberação unânime dos presentes, encaminhar às autoridades esta moção e torná-la pública, ao mesmo tempo solicitando à Associação Brasileira de Antropologia que dê destaque aos graves problemas do racismo e do terrorismo religioso em suas reuniões e em todas as suas iniciativas em defesa da cidadania. À ABA solicita-se ainda que denuncie internacionalmente esses ataques sórdidos aos direitos dos negros e dos indígenas do país, que têm sua vida, sua segurança e sua liberdade ameaçadas por fundamentalistas criminosos, ante a indiferença do Estado brasileiro.

Salvador, 12 de dezembro de 2019

Participantes da 6a Reunião Equatorial de Antropologia

b) Nota Pública em apoio às Católicas pelo Direito de Decidir

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio do Comitê Laicidade e Democracia, declara indignação com a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo de proibir o uso do termo “católicas” pela organização “Católicas pelo Direito de Decidir”. A instituição faz parte de uma rede internacional de mulheres católicas que atuam pela promoção dos direitos reprodutivos há quase três décadas. Vemos com bastante preocupação tal medida judicial por ferir os princípios do estado laico consagrado na Proclamação da República e as liberdades civis asseguradas pela Constituição Brasileira. À organização Católicas pelo Direito de Decidir, prestamos nossa solidariedade e apoio.

Brasília, 28 de outubro de 2020.

COMITÊS²⁰

Relatório do Comitê de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros

Coordenadora: Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Vice coordenador: João Batista de Jesus Felix (UFT)

Membros: Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC), Ana Paula da Silva (UFF), Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA), Edilma

²⁰ Os relatórios do Comitê de Assuntos Internacionais, do Comitê Deficiência e Acessibilidade e do Comitê Estudos Africanos constarão no site da ABA futuramente, no link do respectivo Comitê.

do Nascimento Jacinto Monteiro (UFSC), Flavia Medeiros Santos (UFSC), Gilson José Rodrigues Júnior (IFRN), Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ), Maíra Samara de Lima Freire (MN/UFRJ), Nathália Dothling Reis (UFSC), Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab).

INTRODUÇÃO - BREVE HISTÓRICO

Criado durante a realização da 31ª RBA em Brasília, no ano de 2018, o Comitê de Antropólogas/os Negras/os tem buscado representação, representatividade e de um espaço permanente em lugares de reconhecimento científico. O Comitê assumiu a responsabilidade de colaborar de forma pedagógica e construtiva nos espaços de decisão da ABA e da Antropologia forma plena. Buscou ainda contribuir com as instâncias deliberativas da antropologia brasileira, com o intuito de assegurar que estejam permeadas por uma sensibilidade plural que incorpore sujeitos/as produtores/as de conhecimentos étnico-raciais diversos.

O Comitê buscou atuar no âmbito da representação, garantia de espaços e luta contra o racismo estrutural que corrói também os espaços acadêmicos. O não reconhecimento das diferentes trajetórias étnicoraciais, contribui para a negação de direitos adquiridos. Assim sendo, buscamos assessorar a ABA nos vários espaços de produção científica para combater construção de espaços que acabam reafirmando o racismo latente do país.

O ano de 2019 foi um ano de proposições e criações. Naquele ano foram realizadas reuniões de planejamento e atuação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os. Foram criadas as redes sociais do Comitê, no Facebook e no Instagram, canais importantes para articulação, interação e trocas. Foi buscada participação em eventos de forma a promover encontros entre integrantes do Comitê, objetivando afinar concepções acerca das implicações de fazer antropologia no Brasil, sendo uma pessoa negra e também acerca de como desenvolver formas de assessorar a ABA. Foi criado o Prêmio Lélia Gonzalez destinado ao reconhecimento de produções de jovens pesquisadoras/es negras/os em três níveis de formação na Antropologia.

O ano de 2020 foi mais caracteristicamente um ano de realizações no âmbito do Comitê. Foi um ano de atuar de maneira propositiva nos mais variados eventos acadêmicos da área, um ano de intervir na sociedade em geral por meio das moções e notas aos acontecimentos marcados pelo racismo e por violências correlatas, um ano de articulação com outros setores também marcados pelas presenças étnico-racialmente minoritárias.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

1) Articulação com o Coletivo de Antropólogas/os Negras/os

O Comitê esteve durante os anos de 2019 e 2020, acompanhamento e colaborando com as discussões no âmbito da Articulação Nacional de Antropólogas/os Negras/os (chamado inicialmente de Coletivo de Antropólogas/os Negras/os) com o objetivo de identificar demandas de estudantes e profissionais no que se refere a atuação no campo da Antropologia, bem como identificar interesses temáticos. Com o objetivo de construir uma pauta articulada no Comitê, foi buscado um engajamento em discussões e debates quanto aos desafios e possibilidades no campo de atuação das pessoas negras na Antropologia.

Houve uma participação ativa no grupo de discussões do WhatsApp do Coletivo pautando pontos relevantes para a superação de preconceitos e discriminações que vigoram no campo da Antropologia no Brasil; compartilhando materiais e experiências de antropólogas/os negras/os; trabalhando de maneira colaborativa, como por exemplo na geração de dados acerca das presenças negras na Antropologia no Brasil, a partir de uma pesquisa respondida pelos integrantes do Coletivo e do Comitê; participando da Reunião Geral, acontecida em dezembro de 2020, do Coletivo de Antropólogas/os Negras/os.

2) Elaboração de notas e moções e atuação política

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os esteve dedicado à elaboração coletiva de notas e moções diante de manifestações flagrantes de preconceito e discriminações raciais. Integrantes do Comitê também se envolveram em mobilizações antirracistas, anti-machistas, anti-homofóbias e em defesa dos Direitos Humanos em suas cidades de residência e atuação. Foram elaborados os seguintes documentos ao longo do biênio:

a) *Moção de antropólogas negras e antropólogos negros apresentada à Associação Brasileira de Antropologia - ABA durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (2018);*

b) *Carta de apresentação do comitê de antropólogas/os negras/os (2019), publicada no site da ABA;*

c) *Apoio à Carta de organizações do movimento negro brasileiro ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira (12 de junho de 2019);*

d) *Nota Contra Linchamentos e Violência Racial (setembro de 2019);*

e) *Manifesto de Repúdio ao conteúdo divulgado pela Fundação Cultural Palmares no dia 13 de maio de 2020 (14 de maio de 2020);*

f) *Nota do Comitê de Antropólogas/os Negras/os e com apoio da Comissão de Direitos Humanos, do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e do Comitê de Estudos Africanos sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas (24 de novembro de 2020).*

g) Foi iniciada em dezembro de 2020 a elaboração de uma *Carta de Cotas Epistêmicas* como demanda advinda da Reunião com ABIA. A carta foi compartilhada em drive e está aberta para contribuição e construção coletiva tanto no grupo de WhatsApp do Comitê como do grupo com a ABIA.

h) Integrantes do Comitê estiveram ocupando as ruas, em todo país, em *mobilizações políticas com caráter antirracista e em defesa dos Direitos Humanos* ao longo de todo ano de 2019 e 2020.

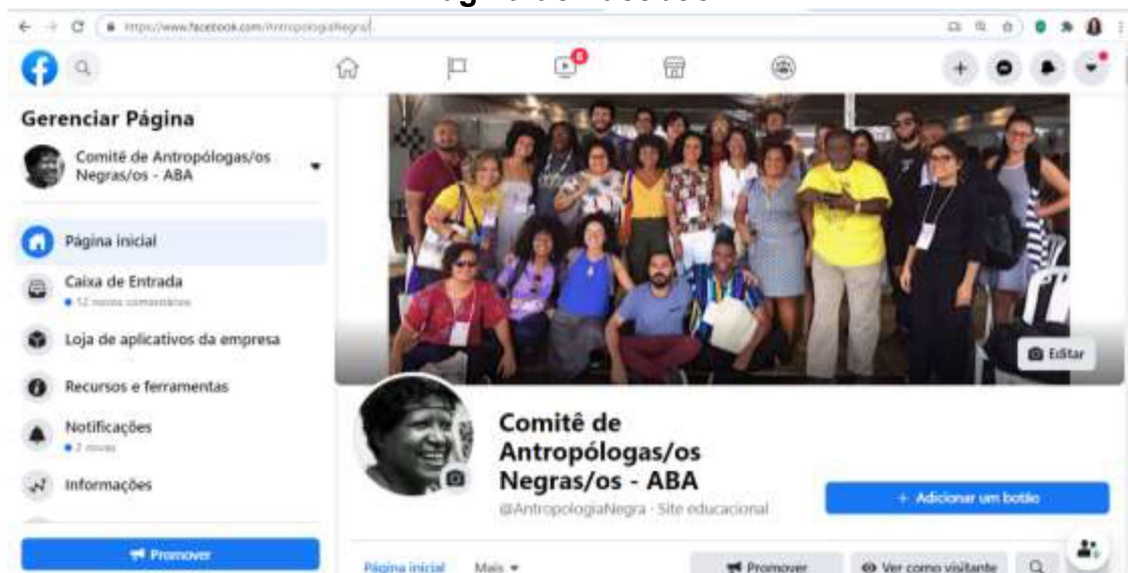
3) Atuação nas redes sociais – Instagram e Facebook

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os criou e alimenta páginas nas redes sociais desde 2019. Estas redes sociais têm se tornado importantes espaços de articulação, interação e intercâmbios de ideias, concepções e propostas de construção de uma Antropologia plural e diversa, que considere antropólogas/os negras/os importantes agentes e interlocutores fundamentais em todos os passos dados pela disciplina no Brasil e no mundo. O Comitê conta com dois potentes espaços nas redes sociais:

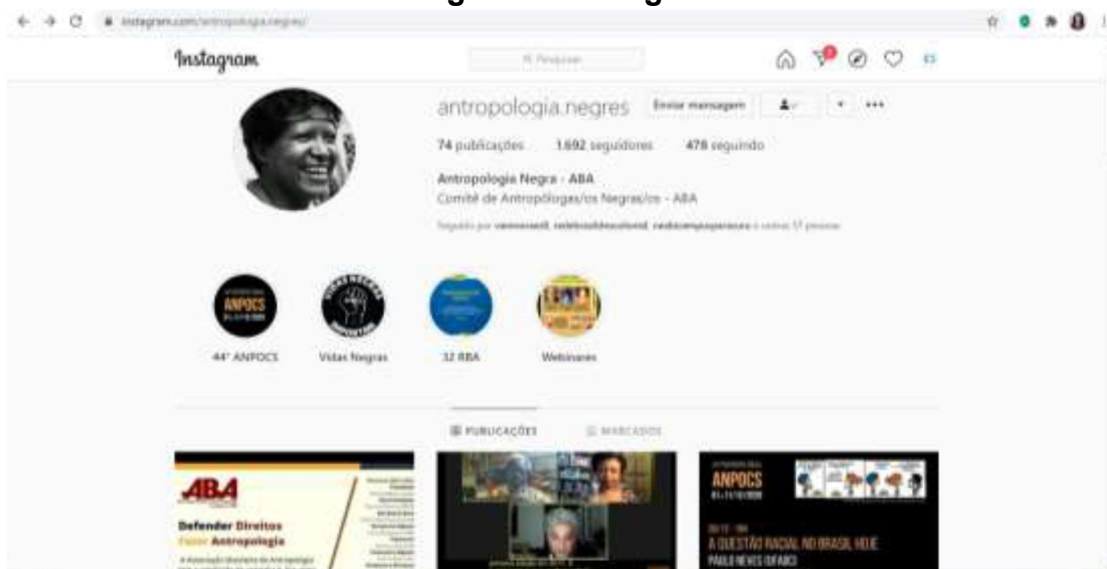
a) *Facebook* - <https://www.facebook.com/AntropologiaNegra/>

b) *Instagram* - <https://www.instagram.com/antropologia.negres/>

Página do Facebook



Página do Instagram



4) Mapeamento das presenças de antropólogas/os negras/os no Brasil

Mapeamento, coordenado por Juliana Cintia Lima e Silva (UFRJ/MN), das presenças de antropólogas/os negras/os no Brasil. Todo o trabalho foi feito por meio de um formulário on-line que recebeu o nome de: “Mapeamento das antropólogas e dos antropólogos negres no Brasil”. E uma boa parte dos dados encontrados foram disponibilizados durante a 32ª RBA, de 2020, na Exposição Ogbón que se encontra disponível em: <https://expo.abant.org.br/ogbon/>





5) Realização de Webinares

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os idealizou e realizou a partir do ano de 2020 um conjunto de Webinares intitulado: "População negra em contextos de pandemia", como um espaço/momento de apresentação de resultados de pesquisa, interlocução e debate.

O objetivo é fazer circular no campo da Antropologia saberes produzidos e mobilizados por antropólogas/os negras/os, bem como ser um espaço permanente de debates entre professores/as, pesquisadores/as e estudantes negras/os da grande área da Antropologia. Foram realizadas cinco edições desses Webinares, transmitidos pelo Canal do Youtube da ABA.

Além de reconhecer a emergência de uma antropologia brasileira cada vez mais diversa não apenas em suas temáticas, mas também na atuação das pesquisadoras e pesquisadores, ressaltando, nesse contexto, que negras e negros – sempre compuseram os quadros temáticos das mais variadas pesquisas - também vêm há tempos realizando pesquisas de maneira muito autônoma, por vezes, invisibilizadas nesse processo de branqueamento de uma ciência antropológica.

Ao longo desse ciclo foram organizadas cinco Webinares, envolvendo 23 pesquisadores/as atuando na condição de palestrantes e mediadores/as, além de 08 pesquisadores/as que atuaram na produção dos Webinares, produção de arte gráfica para divulgação e na comunicação com o público por meio do chat a cada edição.

Esta ação permanente do Comitê se tornou uma vitrine de reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho do Comitê, além de resultarem em excelentes materiais didáticos a serem utilizados no ensino de antropologia em nível de graduação e pós-graduação. A seguir a descrição de todos Webinares, acompanhadas de seus cartazes, links de acesso e total de visualizações:

25/06/2020 (1º Webinar)

Tema: População Negra em contexto de pandemia

Enfoque: População Negra e Saúde

Palestrantes:

Prof. Dr. Osmundo Pinho (UFRB), Profa. Dr. Carlos da Silva (UFMA), Profa. Dra. Ana Cláudia Rodrigues (UFPE)

Mediação: Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Público Atingido: 492 visualizações

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=wl8VLWiP5OY&t=3443s>



23/07/2020 (2º Webinar)

Tema: População Negra em contexto de pandemia

Enfoque: População Negra, mortes e saúde

Palestrantes:

Profa. Dr^a Flávia Santos (UFSC), Profa. Dr^a Rosana Castro (UNB), Prof. Dr. Alex Ratts (UFG), Mediação: Ana Paula da Silva (UFF)

Público Atingido: 623 visualizações

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=tmmsFc_snN8&t=4s



20/08/2020 (3º Webinar)

Tema: População Negra em contexto de pandemia

Enfoque: Mulheres Negras, interseccionalidades e experiências etnográficas

Palestrantes:

Samara Lima (UEPB), Marilu Campelo (UFPA), Ângela Figueiredo (UFRB), Antônia Gabriela (MN/UFRJ).

Mediação: Juliana Cinthia (MN/UFRJ)

Público Atingido: 390 visualizações

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=Nh8HeNJUocA&t=2s>



24/09/2020 (4º Webinar)

Tema: População Negra em contexto de pandemia

Enfoque: Masculinidades negras no Brasil e suas implicações para pesquisas em antropologia

Palestrantes:

Álvaro Pires (UFMA), Rolf Malungo (UFF), Milton Ribeiro (UEPA), Bruno Domingues (UFRGS).

Mediação: Gilson Rodrigues Jr (IFRN)

Público Atingido: 381 visualizações

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=JkdqY4PDVLs&t=1s>



22/10/2020 (5º Webinar)

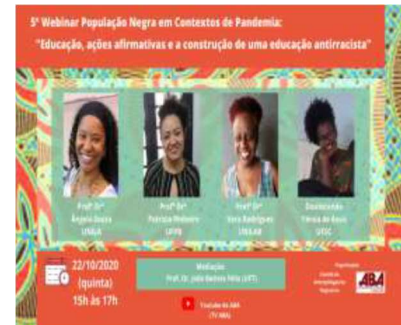
Tema: População Negra em contexto de pandemia
Enfoque: Educação, ações afirmativas e a construção de uma educação antirracista

Palestrantes:

Ângela Souza (UNILA), Patrícia Pinheiro (UFRRJ), Vera Rodrigues (UNILAB), Yérsia de Assis (UFSC).

Mediação: João Batista Félix (UFT)

Público Atingido: 246 visualizações



Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0DfZcEz7oVo>

6) Participação na XIII RAM – julho 2019

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os marcou presença na XIII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul realizada entre os dias 22 a 25/07/2019, na UFRGS, em Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/site/capa>. Destaque-se:

- a) *Participação ativa na condição de expectadoras/es, mas articuladas/os*, da Reunião de aberta da XIII RAM.
- b) Participação em *Mesa Redonda – MR 09 “Corpos e Campos Racializados: fazer antropológico a partir da perspectiva negra”*.
- c) Participação em Grupos de Trabalho a exemplo do *GT 59 - Feminismos Negro e Decolonial*, coordenado pela professora Luciana de Oliveira Dias (UFG); e do *GT 79 - Música e Dança e a Construção de Identidade*. Coordenadores: João Batista de Jesus Felix (UFT), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (NEAB-UFMA); *GT 94 - Reflexões em torno aos processos interseccionais. Possibilidades reais e limitações políticas atuais vinculadas às questões de raça, gênero e sexualidades*. Coordenado pela professora Vera Rodrigues (Unilab);
- d) *Simpósio Especial - Negras Antropologias: pesquisa, docência e militância de antropólogas negras e antropólogos negros*. Coordenado pelo professor Gilson Rodrigues Jr. (IFRN).
- e) Realização de *duas reuniões do Comitê de Antropólogas/os Negras/os* durante a XIII RAM.

7) Participação na 32ª RBA – novembro 2020

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os atuou de maneira engajada na 32ª RBA, extremamente desafiadora por seu formato totalmente remoto. Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/>. O engajamento do Comitê com a 32ª RBA se inicia com

a convocação de um integrante para a Comissão Organizadora do evento. Ainda em 2019, quando o evento estava confirmado para se realizar na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ de forma presencial, antes da pandemia da Covid-19 impedir a realização de eventos e congressos presenciais. O argumento da Comissão Organizadora, a participação de um/a integrante do Comitê seria importante nos debates acerca de uma RBA mais “inclusiva”. Após a decisão de se realizar o evento remotamente, a Comissão Organizadora manteve-se e decidiu-se que a sede do evento seguiria sendo a UERJ. Neste sentido, a professora Ana Paula da Silva, da UFF, foi escolhida representante do Comitê, sobremaneira por residir no Rio de Janeiro.

Para a organização da RBA remota a Comissão Organizadora se reuniu semanalmente desde julho de 2020 objetivando montar toda a estrutura do Congresso, cuidando de todas as deliberações. Destacamos aqui a seguir os formatos das atuações do Comitê de Antropólogas/os Negras/os no evento:

a) *Participação da coordenadora do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, professora Luciana de Oliveira Dias, da UFG, na Cerimônia de Abertura da 32ª RBA.*

b) *Idealização e realização da Exposição Ogbón* que apresenta uma abordagem sensível acerca do percurso das/os pesquisadoras/es negras/os no campo antropológico passando pela formação da Articulação Nacional de Antropólogas/os Negras/os e do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA. A Exposição Ogbón é uma videoinstalação como um exercício de aproximação imagética de um universo de questões, que compõem o cotidiano de antropólogas/os negras/os em diferentes momentos formativos e/ou profissionais, captadas a partir de um levantamento realizado, entre pesquisadoras/es que fazem parte da Articulação Nacional de Antropólogas/os do Brasil.

c) *Realização da 1ª Edição do Prêmio Lélia Gonzalez* destinado ao reconhecimento de produções de jovens pesquisadoras/es negras/os em três níveis de formação (graduação, mestrado e doutorado) no campo da antropologia. Vale destacar que foi constituída comissão de avaliação e seleção dos trabalhos inscritos, indicação dos trabalhos selecionados, reunião com premiados e planejamento de realização de um ciclo de Webinares com os/as premiados/as na 1ª Edição do Prêmio Lélia Gonzalez.

d) *Representação na Comissão de Isenções da 32ª RBA* – Representação do Comitê na Comissão com vistas a colaborar no processo de concessão de isenções tendo em vista a efetivação de ações afirmativas para pessoas negras, indígenas, trans e com deficiência garantindo, deste modo, a pluralidade e o acesso aos espaços de produção do conhecimento fomentados pela ABA.

e) *Moderação/Participação em Conferências*, tais quais: 1) “As cores do antirracismo” com a profª Drª Mara Viveros Vigoya e o prof. Dr. Eric Fassin. 2) “Unongayindoda: gender in the making in a South African context / Unongayindoda: fazendo o gênero em um contexto sul-africano” com a profª Drª Zethu Matebeni.

f) *Realização de Simpósios Especiais*, com destaque para 1) *SE 012 – Direitos Humanos e Antirracismo: antropologia e movimentos sociais na construção de estratégias de lutas e resistências*; 2) *SE 014 – Epistemologias e Corpos Negros e Indígenas: a urgência de “outras” formas de fazer Antropologia*; 3) *SE 015 - Estudos Etnográficos em/com feminismos negros: epistemologias, metodologias e práticas emancipatórias no conhecimento antropológico*; d) *SE 035 – Antropologia Brasileira face aos dilemas políticos atuais*.

g) *Ampliada participação de antropólogas/os negras/os*, vinculados ao Comitê e ao Coletivo nos Grupos de Trabalho, Oficinas e Minicursos, Mesas redondas e Conferências.

8) Atividades de representação do Comitê fora da ABA

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os atuou também em espaços fora da ABA, o que pode ser lido como um importante ente da ABA circulando, e buscando articulação, em relevantes espaços acadêmicos, de produção de conhecimento e da sociedade em geral. Mais especificamente, o Comitê esteve presente como um potente interlocutor:

a) *Representação na Chapa Aquilombar*, com Vera Rodrigues – Gestão da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os - ABPN 2020- 2021.

b) *Representação na ANPOCS*, com João Batista Felix – Participação em reuniões da diretoria da ANPOCS. Participação da coordenadora do Comitê, a professora Luciana de Oliveira Dias, na Mesa de Debates: ABA no cenário atual: balanço e desafios, acontecida no 44º Encontro Anual da Anpocs, de 01 a 11 de dezembro de 2020.

c) *Participação ativa e representação na ABIA* – Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos.

d) *Participação em conferências e mesas na RABA* – Rede Autônoma Brasileira de Antropologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço que o Comitê faz de suas ações no biênio 2019-2020 indica a eficaz construção de uma relação entre seus membros, caracterizada pelo reconhecimento, respeito e afeto. E foi assim que o Comitê buscou se estruturar na Associação. Ao mesmo tempo a articulação com um coletivo ampliado de antropólogas/os negras/os esteve pautando as ações do Comitê.

Uma ação a ser destacada é a que podemos chamar aqui de “ocupação curricular”. Ao longo destes dois anos destacou-se a ação de docentes negras e negros inserirem em seus planos de ensino nas universidades onde atuam, uma bibliografia com autoria negra. Estas manifestações marcaram os informes durante as reuniões do

Comitê e também durante os debates acontecidos no Coletivo, que conta com mais de 300 antropólogas/os negras/os. Destaco esta ação neste momento final deste relato porque identifico nele passos importantes dados em direção a uma necessária reparação epistêmica em decorrência do racismo estrutural que marca também o campo da Antropologia.

As ações do biênio, do Comitê, foram finalizadas em dezembro de 2020 com uma reunião geral na qual, além da realização de um balanço, houve a indicação da nova coordenação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA. Assim sendo, foi indicado e aceito o nome do professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA), como novo coordenador do Comitê; e o nome da professora Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab), como vice coordenadora. Mantiveram-se as/os demais integrantes no Comitê que se comprometeram a continuar envidando esforços para a consolidação do Comitê, o assessoramento cada vez mais eficiente e efetivo à Associação, e, a articulação com outros setores e seguimentos também caracterizados pelas presenças étnico-racialmente minoritárias.

Relatório do Comitê de Antropologxs Indígenas

O Comitê de Antropologxs Indígena da Associação Brasileira de Antropologia – ABA é formado pelos seguintes:

Rute Moraes Souza (Povo Anacé/CE), Eriki Aleixo (Povo Wapichana/RR), Felipe Cruz (Povo Tuxá /BA), Kuawá Kapukaya – M. de Fátima N. Urruth (Povo Apurinã/AM), Ywmuniry-Francisco de Moura Cândido (Povo Apurinã/AM), Jozileia Daniza Jagso Kaingang – Jozileia Daniza Inácio Schild (Povo Kaingang/SC), Hipamaalhe – Brailina Aurora (Povo Baniwa /AM), Luiz Henrique Eloy Amado (Povo Terena/MS), Tonico Benites (Povo Guarani Kaiowá /MS), Putira Sacuena – Eliene dos Santos Rodrigues (Povo Baré/AM).

O referido comitê foi criado no segundo semestre de 2020 a partir do diálogo estabelecido entre antropólogos e antropólogas indígenas, formados ou em processo de formação nos mais diferentes níveis de ensino e que compõe a Articulação Brasileira de Indígenas Antropologes – ABIA, e a atual diretoria da ABA.

No ano de 2020, para criação deste comitê foram realizadas reuniões para se discutir as funções de um comitê na referida associação bem como os anseios que estes indígenas tinham em relação a atuar junto à ABA. O comitê de antropologxs indígenas foi formado por estes antropologxs já associados à ABA, sendo estes os articuladores da relação entre a referida associação e a ABIA.

Nesse sentido, ocorreu uma reunião com a Diretoria da ABA no dia 02 de outubro de 2020. Nesta reunião, os antropólogos e antropólogas indígenas dialogaram com a

Diretoria da ABA, especificamente com os professores Dr^a. Maria Filomena Gregori, professor Dr. Sérgio Carrara, Professora Dr^a. Manuela Cordeiro, professora Dr^a Izabela Maria Tamaso e demais membros do comitê. A reunião consistiu numa apresentação dos membros do comitê e marcou o início de um diálogo sobre parcerias e em possíveis projetos para construção da ABA. A diretoria da ABA estendeu convite para os antropólogos e antropólogas indígena para participarem da 32^a Reunião Brasileira de Antropologia compondo um Simpósio Especial para apresentação do ABIA. Ainda foi estendido um convite para os membros do Comitê para participar junto com a diretoria da ABA para uma Mesa redonda que aconteceria na Anpocs, para o qual foi indicado a antropóloga Joziléia Kaingang.

1) O simpósio temático foi intitulado “ABIA – Indígenas na Antropologia Brasileira” coordenados pelos seguintes:

Professora Braulina Braniwa (UnB), Professor Ms. Felipe Tuxá (UnB), Professor Ms. Eriki Aleixo Wapichana (UFAM), Professor Dr. Luiz Eloy Terena (APIB)

O simpósio foi dividido em três sessões.

a) A primeira sessão foi composta pelos professores: Dr. Florêncio Maytapu, Dr^a Francisca Paresí, Dr. Francisco Apurinã e Dr. Tônico Benites Guarani-Kaiowá e foi intitulada Vozes e experiências na Antropologia. Foi coordenado por Felipe Tuxá.

b) A segunda sessão foi composta pelos seguintes professores: Ms. Luana Kumaruara, Joziléia Kaingang, Putira Sacuena Baré e Kuawa Kapukaya Apurinã. Foi intitulada O protagonismo da indígena mulher na Antropologia e coordenado por Braulina Baniwa.

c) A terceira sessão foi composta por Tarisson Nawa, Yara Macuxi, Taily Terena, Rute Anacé, Daniel Iberê Mbya-Guarani, Edgar Kanaykō Xaakriabá e Cassio Junior XukuruKariri. Foi intitulada: Perspectiva de futuro e novos desafios: projetos indígenas para Antropologia e coordenado por Eriki Aleixo Wapichana.

Todas as sessões tiveram um número bastante expressivo de participantes, chegando a quase 60 participantes assistindo simultaneamente a apresentação dos expoentes. O Comitê de antropólogos indígenas avalia positivamente a recepção que tiveram nesta 32^a RBA, pois mostra um início de diálogo que está sendo construído.

Gostaríamos de destacar que outros membros estiveram participando de outras atividades de planejamento do referido evento: Eriki Aleixo Wapichana participou da Comissão Ad hoc 02 de novembro, de Honra e homenagens aos mortos e Kuawa Apurinã esteve participando da organização da Exposição da Cláudia Andujar, na qual colaborou com a parte de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.

O comitê de antropologxs indígenas encerrou suas atividades no ano de 2020, uma vez que a recente criação não oportunizou um maior planejamento. Nesse sentido, além de mais uma reunião com o comitê de antropólogos negros e negras, não houve mais nenhuma atividade.

Relatório do Comitê de Antropologia Visual

Coordenadora: Lisabete Coradini (Navis/UFRN)

Presidente do PPV: Alexandre Fleming Câmara Vale (Leo/UFC)

Luis Felipe Kojima Hirano (UFG) – Coordenador da Comissão de Imagem da ANPOCS

Membros: Aina Guimarães Azevedo (UFPB), Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro (UERJ), Denise Machado Cardoso (VISAGEM-UFPA), Fabiene Gama (Navisual/UFRGS), Vitor Pinheiro Grunvald (Navisual/UFRGS).

Comitê de Antropologia Visual da ABA foi a denominação adotada pelo grupo de trabalho em Antropologia Visual (GTAV), cuja atuação remonta à 1996 quando se constituiu na 20ª RBA em Salvador. Desde então, reúne-se em todas as RBAs, assumindo os debates fundamentais sobre a institucionalização da Antropologia Visual no Brasil, sobre as questões e enfrentamentos de nosso campo, atuando, igualmente, na consolidação e continuação de nossa rede nacional de pesquisadoras. Além disso, o CAV é também responsável por levar adiante as demandas e os desenvolvimentos da principal mostra e concurso de filmes e ensaios fotográficos produzidos no âmbito a antropologia brasileira: o Prêmio Pierre Verger, cuja premiação relativa aos filmes completa 13 anos e àquela relativa à fotografia se encontra em sua 10ª edição.

Em termos de ações do CAV que visam à articulação de nossa rede de pesquisadoras, destacamos inúmeros fóruns, Grupos de Trabalho, Simpósios, Mesas Redondas e seminários/webinários que, em diversos momentos dos últimos dois anos, realizamos e/ou participamos:

1) RAM: 22 a 24 de julho 2019. Porto Alegre, RS

a) *Mesa Redonda Prêmio Pierre Verger: Imagem, visibilidade e internacionalização*

Coordenação: Alexandre Fleming Câmara Vale

Palestrantes: Paula Morgado (USP), Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS), Ana Lúcia Ferraz (UFF) e Vitor Grunvald (UFRGS);

b) *Grupo de Trabalho Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS) e Glauco Ferreira (UFG)

c) *Pré-RAM: Oficina ocupação antropológica: ética, política e poética em um ambiente interativo de rua*

Organização: LEPPAIS/ICH/UFPel

d) *Oficina 02: Antropológicas: etnografia, criatividade e outras grafias*

Coordenação: Claudia Turra Magni (UFPel), Aina Azevedo (UFPB), Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB), Alexsânder Nakaóka Elias (Unicamp)

e) *Oficina de narrativa fotográfica*

Coordenação: Fabiene Gama (UFRGS), Mariellen Baldissera (UFRGS), Fabrício Barreto (UFRGS) e Guilherme Gomez (UFRGS).

2) VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia - APA - 4 a 7 de julho 2019. Lisboa – Portugal

Participação: Vitor Grunvald (UFRGS)

3) Melgaço International Documentary – 29 de julho a 4 de agosto 2019-Portugal

a) *Curso de Verão Fora de Campo 2019.*

Orientadoras-palestrantes: Lisabete Coradini (UFRN) e Denise Machado Cardoso (UFPA)

4) 10th International Conference Cinema - Art, Technology, Communication Avanca-Portugal - 2019

a) *Membro do Júri:*

Denise Machado Cardoso (UFPA)

5) XIX Encontros de cinema de Viana do Castelo - 7 a 12 de maio 2019 - Viana do Castelo -2019

a) *Membro do Júri e palestrante Primeiro Olhar*

Lisabete Coradini (UFRN)

6) REA – VI Reunião Equatorial de Antropologia, Salvador - dezembro de 2019

a) *GT 20 – Desafios etnográficos: pesquisas e poéticas da imagem em contextos contemporâneos*

Jamile Borges Silva (UFBA), Denise Machado Cardoso (UFPA) e Lisabete Coradini (UFRN)

b) *GT 06: Antropologia & Experimentações Etnográficas*

Coordenação: Aina Azevedo e Fabiana Bruno. Debatedoras: Maíra Vale e Mariana Petroni

c) *Mesa Redonda - Título: Cinema, desenho e fotografia — experiências com imagem e antropologia*

Coordenação: Lisabete Coradini (PPGAS/UFRN- CAV-ABA). Expositores: Fabiana Bruno (UNICAMP), Aina Azevedo (UFPB/CAV-ABA), Marcelo Ribeiro (UFBA)

d) *Mostra de Filmes Etnográficos*

Comissão: Lisabete Coradini (UFRN), Renato Athias (UFPE), Alessandro Campos (UFPA), Marcelo Ribeiro (UFBA)

e) *Mostra de Ensaios Fotográficos*

Comissão: Lisabete Coradini (UFRN), Renato Athias (UFPE), Alessandro Campos (UFPA), Marcelo Ribeiro (UFBA)

7) Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

a) *Prêmio Pierre Verger (2019-2020) – 26 a 30 de outubro 2020*

XIII edição do Prêmio Pierre Verger de Filmes Etnográfico e X edição do Prêmio Pierre Verger de Ensaios Fotográficos

Comissão Prêmio Pierre Verger: Alexandre Fleming Câmara Vale (Presidente, UFC), Lisabete Coradini (Coordenadora CAV, UFRN), Fabiene Gama (UFRGS), Mihai Andrei Leaha (cineasta), Tatiana Bacal (UFRGS) e Vítor Grunvald (UFRGS).

Comissão Julgadora: Patrícia Monte-Mor (NAI/ICS-UERJ), Fabiana Bruno (UNICAMP) e Alberto Tupary (cineasta)

XIII edição do Prêmio Pierre Verger de Filmes Etnográfico e X edição do Prêmio Pierre Verger de Ensaios Fotográficos contou com 7 sessões de debates de filmes etnográficos e 4 sessões de debates sobre os ensaios fotográficos.

b) *I Mostra de Desenhos Etnográficos*

Coordenação: Aina Azevedo (UFPB)

Comissão: Aina Azevedo (UFPB), Lisabete Coradini (UFRN), Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB) e Karina kuschnir (UFRJ)

c) *Oficina: Autoetnografia*

Coordenação: Fabiene Gama (UFRGS)

Ministrantes: Anahi Guedes de Mello (Instituto Anis), Nelson Filice de Barros (UNICAMP), Gustavo Raimondi (UFU)

d) *Simpósio Especial "Sensorialidades e Decolonialidade: Imagens e Movimentos"*

1 sessão - Os sentidos, os corpos e a produção de conhecimento

Coordenação Fabiene Gama (UFRGS). Participantes: Fabiene Gama (UFRGS), Luciana Hartmann (UNB) e Rachel Barros (FASE)

2 sessão - Decolonialidade: Imagens e Movimentos

Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN) e Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ).

Participantes: Lisabete Coradini (UFRN), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ), Marcelo Ribeiro (UFBA)

e) *Simpósio Especial "Antropologia e acervos de imagem: condições de pesquisa, produção de acervos, devolução da produção"*

Coordenação: Patrícia Monte-Mór Alves de Moraes (UERJ) e Rachel de Rezende Miranda (Instituto Moreira Salles)

Participante(s): Roberta Mociaro Zanatta (Instituto Moreira Salles); Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto (UFF); Vincent Carelli (Vídeo nas Aldeias)

Debatedor/a: Renata de Castro Menezes (Museu Nacional / UFRJ)

f) *Simpósio Especial: Políticas e poética da realização audiovisual em antropologia*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS) e Alexandre Camara (UFC)

g) *GT 35 Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS) e Glauco Batista Ferreira (UFG)

h) *GT 03 Antropoéticas: outras (etno)grafias*

Coordenação: Alexsânder Nakaóka Elias (UNICAMP), Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB - Coordenador/a)

i) *Criação de um site com exibição dos trabalhos reunidos no GT 03 Antropoéticas: outras (etno)grafias*

Coordenador/a: Alexsânder Nakaóka Elias (UNICAMP) e Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB). Site: <https://www.antropoeticas.com/>

j) *Mesa de Costura Antropoéticas: outras (etno)grafias* (Webinário pós-RBA promovido pelo GT 03 Antropoéticas: outras (etno)grafias)

Participantes: Claudia Turra (UFPel), Daniele Borges (UFPel), Fabiana Bruno (Unicamp), Aina Azevedo (UFPB). Mediadores: Alexsânder Nakaóka Elias (Unicamp) e Patrícia Pinheiro (UFPB)

k) *Oficina 01. Não deixe que o realismo te confunda: não queremos convencer ninguém. Ensaio etnográfico da Reunião Brasileira de Antropologia*

Coordenadores: Patricia Reinheimer (UFRRJ) e Alexsânder Nakaóka Elias (UNICAMP). Ministrantes: Vitor Pinheiro Grunvald (UFRGS); Nathanael Araujo, (UNICAMP) e Sophia Pinheiro (Doutoranda em Cinema e Audiovisual do PPGCine da Universidade Federal Fluminense).

8) ANPOCS 2019

a) *Comissão de Imagem e Som da ANPOCS*

O Comis é constituído pelo prof. Luís Felipe Kojima Hirano (UFG), que foi o responsável pelo diálogo entre o CAV e a ANPOCS, Edson Faria (UnB), representante da sociologia, e Camila Risso Sales (UFLA), representante da Ciência Política. Essa comissão é responsável pela organização das mostras de Filmes, Ensaios Fotográficos e

Curadorias. Em 2019, iniciamos um projeto de extensão com a participação de discentes do Ensino fundamental e médio da cidade de Caxambu (MG) para assistirem as mostras e participarem de debates com autores/as e especialistas na área. As demais atividades realizadas, seguem abaixo:

b) *ST15 Imagens e Ciências Sociais: experiências de ensino e pesquisa*

Coordenação: Ana Paula Ribeiro Alves (UERJ) e Denise Machado Cardoso (UFPA)

c) *Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada: visualidades e políticas: diferenças e agenciamentos*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS) e Glauco Ferreira (UFG).

d) *Fórum da Comis*

1ª sessão: Mídia, imagem e nova direita com Lidianne Soares Rodrigues (UFSCar), Camila Maria Risso Sales (Unifap), Maria Caraméz Carlotto (UFABC);

2ª sessão: Feições da verdade em transfigurações das imagens com Edson Farias (UnB), Luis Felipe Hirano (UFG), Andréa Borges Leão (UFC);

3ª sessão: Gênero, Imagem e Política com Sylvia Caiuby Novaes (USP), Rachel Rezende (IMS), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ), Lisabete Coradini (UFRNmediadora).

9) ANPOCS 2020

a) *Comissão de Imagem e som da ANPOCS*

Por conta da pandemia de Covid-19, o encontro será remoto e o número de atividades foi diminuído. As mostras de fotografia e filmes serão on-line, o que abriu espaço para exibição de filmes de longa-metragem, atendendo uma demanda, que surgiu na última reunião do CAV na 31ª RBA de 2018. Infelizmente, não recebemos nenhuma proposta de curadoria, o que mostra a necessidade de um maior trabalho divulgação em nossa rede com pesquisadores que trabalham com imagens de acervos. Por fim, o projeto de extensão com as escolas do ensino fundamental e médio seguirá de modo remoto com instituições públicas de todo o Brasil.

b) *Grupo de Trabalho Arte, Cultura e Ciências Sociais: diferenças, agenciamentos e política*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS) e Glauco Ferreira (UFG)

c) *MR 27 - Enlaces contemporâneos entre música e política*

Participantes: Rose Satiko Gitirana Hikiji (USP), Vitor Grunvald (UFRGS), Paula Guerra (Universidade Porto, Portugal) e Adriana Facina Gurgel do Amaral (Museu Nacional/UFRJ)

d) *Fórum da COMIS: Imagem e Som na constituição de uma ciência pública*

Participantes :Luis Felipe Kojima Hirano (UFG); Edson Faria (UnB) e Camila Risso Sales (UFLA)

10) VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia - ALA

Com objetivo de promover com a rede de pesquisadores latino-americanos uma articulação para possíveis intercâmbios (México, Colômbia, Equador, Argentina e Uruguai) organizamos a seguinte:

a) *Mesa redonda: Fazer (áudio)visual: diálogos latino-americanos*

Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN, Brasil) e Olavo Ramalho Marques (UFRGS, Brasil). Participantes: Ana Lúcia Ferraz (UFF, Brasil), Ana Zanotti (IAP-Instituto Argentino de profesionales, Argentina), Alonso Quinteros (PUC, Peru), Gabriela Zamorano (Colégio de Michoacán, México). Debatedor: Oswaldo Giovanini (UFPB, Brasil)

b) *Simpósio Artes, políticas y la imaginación etnográfica*

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS), Glauco Ferreira (UFG) e Kaciano Gadelha

11) Webinários CAV/ABA

Organização e Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN) e Vitor Grunvald (UFRGS)

a) *1ª sessão - Novas estratégias metodológicas em antropologia (áudio)visual*

Dia 06 de agosto - Quinta-feira às 16h, transmissão TV ABA

Coordenação: Lisabete Coradini. Convidados/as: Vitor Grunvald (UFRGS), Aina Azevedo (UFPB), Filipe Reis (ISCTE-IUL-CRIA) e Fabiana Bruno (Unicamp)

b) *2ª Sessão - Experimentações de antropologia (áudio)visual na rede*

Dia 03 de setembro - Quinta-feira às 16h transmissão TV ABA

Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN). Convidado/as: Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (UFRGS), Claudia Turra (UFPEL) e Denise Machado Cardoso (UFPA)

c) *3ª sessão – Imagens urgentes: antropologia (áudio)visual e políticas da representação*

Dia 17 de setembro – Quinta-feira às 16h transmissão TV ABA

Coordenação: Vitor Grunvald (UFRGS). Convidado/as: Helena Vieira, Anahi Guedes, Edgar Xakriabá e Milena Manfredini

12) Eventos apoio do CAV

a) *Melgaço International Documentary* – 29 de julho a 4 de agosto 2019

b) *Lançamento site imagens e antropologia visual - Etienne Samain* – 2019
http://www.cchla.ufpb.br/etienne_samain_unicamp/introducao/

c) *9º Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife (FIFER)* 3- 6 de outubro no Auditório da Aliança Francesa. Coordenado por Renato Athias e Alex Vailati, com a participação de alunos vinculados ao LAV. Jurados: Carmen Rial, Dayvi Santos, Gabriela Zamorano, Graciela Guarani e José Ribeiro. site: <http://www.filmedorecife.com.br>

d) *VI Mostra de Antropologia Visual da UFPE*, realizada em novembro de 2019. Realizada internamente na UFPE com o apoio dos estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Filmes dos alunos estão no you tube do LAV <https://www.youtube.com/channel/UChcpMqITzZRqVvsxwIHOhUQ/videos>

e) *Festival de filme etnográfico do Pará* - 05 a 09 de novembro de 2019

f) Exposição Fotográfica "Descida do Rio Niger" (Fondation Jean Rouch/SESC Vero-peso/VISAGEM-UFPA) - 05 a 10 de novembro de 2019.

g) *I Colóquio de Antropologia e Cinema na Amazônia* (VISAGEM-UFPA) - 05 a 10 de novembro de 2019.

h) *III Mostra de Filmes Etnográficos Arandu* – 24 de agosto a 16 de outubro de 2020 <https://mostraarandu.blog>

i) *XVIII Semana de antropologia fazer audiovisual contemporâneo UFRN* – 5 a 9 de outubro 2020. <https://semantufrn2020.wordpress.com/>.

j) *Trajetórias Pessoais e História da Antropologia Visual* -Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas (LABOME/UVA).

k) *III Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica* – 17 a 20 de novembro 2020

l) *Redário Imagem-Grafia: nas controvérsias sobre a descrição em antropologia*. (Rede de pesquisa em antropologia audiovisual/RIAA) Participantes: Suely Kofes (La'grima/Unicamp), Fabiana Bruno (La'grima/Unicamp), Mariano Landa (CIESAS/México); Aina Azevedo (La'grima/UFPB), Oscar Gurín (Sensolab/Universidad Javeriana/Colômbia); Sylvia Caiuby Novaes (Lisa/USP), Cornélia Eckert (Navisual/UFRGS), Claudia Turra (LEPPAIS/UFPel).

m) *Minicurso: Filmes Etnográficos: Compreensão e Análise* (20hs/a) disponível no blog <<https://filmetnografico.blogspot.com/>> realizado nos dias 7,14 e 21 de maio de 2020, realização: AVAL/ PPGAS/ICS/UFAL.

n) *Curso Implicações da Etnografia OnLine* em julho de 2020. Coordenado por Alex Vailati (UFPE) - https://youtu.be/_kMxNa122w

o) *Rede de pesquisa em antropologia audiovisual/RIAA* – coordenação Mariano Baez (CIESAS) e Gabriel Alvarez (UFG)

13) Incremento e manutenção do site do Comitê de Antropologia Visual

a) Criação instagram @CAV/ABA – incrementar as informações da rede de pesquisadores.

b) Atualização do mapeamento CAV, <https://cavantropologiavis.wixsite.com/cavaba>, com os diferentes Grupos e Laboratórios de Antropologia Visual.

14) Qualis Artístico e cultural e GT artístico-cultural e eventos

Profa. Lisabete Coradini participou durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2018, do Grupo de Trabalho do Qualis Artístico e Classificação de Eventos, designado pela portaria Capes 172/2018, que se reuniu em cinco ocasiões elaborando o relatório de suas atividades, Gt artístico -cultural e eventos. (https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/10062019_Qualis-Artistico-Classifica%C3%A7%C3%A3o-de-Eventos.pdf). Com intuito de sustentar o relatório aprovado pela capes e CTC de adoção do nome Qualis Artístico-Cultural e da incorporação, na plataforma Sucupira, de uma categoria de produção intelectual agrupada na categoria: “Etnografias audiovisuais”, a referida profa foi convocada pelo coordenador da área de Antropologia e Arqueologia para participar da comissão de classificação de produção audiovisuais, juntamente com colegas Renato Athias (UFPE) e Mariana Petry Cabral (UFMG).

Em 2020, durante os meses de março, abril e maio, a prof.a Lisabete Coradini coordenou a comissão de classificação de produção audiovisuais, como parte do processo de revisão de avaliação quadrienal. Participou de 20 reuniões com a coordenação da área 35 de antropologia e arqueologia, comissões de classificação de livros, comissão de classificação de periódicos, comissão de classificação de técnica e tecnologia, Fórum de coordenadores e com membros do CAV. Durante o mês de maio, aconteceram quatro reuniões com técnicos da capes para a inclusão na plataforma sucupira dos seguintes itens:

Etnografias audiovisuais (a produção que engloba imagens, sons e textos)

- a) Audiovisual - filmes etnográficos, videodocumentários.
- b) Visual – ensaios fotográficos, ensaio gráfico
- c) sonora- etnografias sonoras, registro fonográfico, podcast
- d) hipermídia - dvds interativos, blogs, websites, sites, produtos interativos
- e) projetos transmídia - museus virtuais, canais on-line, webdocs

Conceito - produção audiovisual engloba produtos intelectuais inseridos em pesquisa antropológica, etnográfica, arqueológica vinculada aos Programas de PósGraduação, com aderência às suas áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Estas produções devem estar sustentadas por aportes conceitual, metodológico e temático que impliquem em processos de conhecimento criativos, poéticos, interpretativos através de linguagens artísticas, expressões sensíveis e/ou recursos tecnológicos audiovisuais, visuais sonoros, radiofônicos e afins, a exemplo de: filmes, vídeos, narrativas fotográficas e gráficas, hipermídias, transmídias, etnografias sonoras, etnografias visuais, DVDs, podcasts, sites, blogs, museus virtuais, jogos, instalações, videodocumentário.

Cabe destacar ainda que a avaliação não recai sobre a obra em si, mas sobre sua inserção no contexto de ensino, pesquisa e extensão do Programa de PósGraduação, considerando o desenvolvimento da Área e a abrangência do conhecimento produzido.

Somente serão aceitas como produções audiovisuais re-editadas aquelas que apresentarem alterações significativas em relação às edições anteriores, como: acessibilidade, tradução, incorporação de novas narrativas.

Finalmente, nossa produção terá a mesma pontuação de artigo.

Relatório do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal

O Comitê teve sua criação aprovada durante o 43º Encontro Anual da Anpocs, ocorrido em Caxambu, entre os dias 21 e 25 de outubro de 2019. Na ocasião, a temática que dá sentido à criação do Comitê motivou a organização do Fórum Desarticulação de direitos, Desregulação Ambiental e Violência Estatal: Fórum de debates sobre o acirramento dos conflitos socioambientais e urbanos. Na ocasião, buscamos colocar em diálogo pesquisas e reflexões realizadas por colegas que pesquisam políticas socio ambientais, muitos dos quais integrantes de outras comissões ou comitês da ABA, com discussões sobre violências estatais perpetradas prioritamente sobre populações urbanas. A terceira sessão do Fórum, Violência estatal: políticas e práticas de morte e encarceramento, contou com a participação de pesquisadora/es e ativistas envolvidos com o tema, a saber: Fábio Mallart (USP) e Roberto Efrem Filho (UFPB); Maria Dalva Correia da Silva (Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência); Luciano Norberto dos Santos (Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência), como palestrantes e Adriana Vianna (MN/UFRJ) e Fábio Araújo (IFRJ), como debatedores. Embora formalmente esta atividade não possa ser considerada como promovida pelo Comitê, que ainda estava em vias de aprovação, consideramos relevante deixá-la registrada aqui por representar um marco da intenção de ter um espaço mais destacado para as discussões sobre violência estatal de cunho urbano e carcerário na ABA.

Em 2020, o Comitê organizou algumas atividades visando aprofundar e dar mais visibilidades às discussões sobre violência estatal, destacando-se, como é proposta do Comitê, as ações estatais militarizadas e as políticas e práticas de encarceramento. Foram elas:

- 1) Mesa de debates: Violência de Estado e Cidadania: o Covid 19 nas prisões brasileiras. Atividade promovida pela ABA para a Marcha Virtual Pela Ciência da SBPC, dia 07 de maio de 2020. Integrantes: Fabio Candotti (UFAM); Fabio Mallart (UERJ); Luís Eloy Terena (APIB); Martinho Silva (UERJ e ABRASCO); Natáliza Damázio (Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura – RJ); Patrícia Oliveira (Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência/Frente Estadual de Combate e

Prevenção à Tortura- RJ). Moderação: Adriana Vianna (Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal-ABA)

2) Simpósio Especial Mães e Processos de Estado, na 32ª RBA, de 30 de outubro a 6 de novembro. O Simpósio contou com a participação de ativistas de movimentos de familiares de pessoas encarceradas e/ou vítimas de violência letal do Estado, bem como de pesquisadore/as com longa vinculação com a temática e, em especial, com os movimentos sociais presentes. Integraram o Simpósio: Natália Bouças do Lago (Unicamp); Roberto Efrem Filho (UFPB); Maria Dalva da Costa Correia da Silva (Rede contra Violência); Maria Railda Silva (Amparar); Alêssandra Félix Xavier (Vozes de Mães e Familiares CE); Eleonora Pereira da Silva (Mães Pela Igualdade); Monique de Carvalho Cruz (UFRJ); Patricia Oliveira (Rede contra Violência); Fábio Alves Araújo (IFRJ).

3) O Comitê também foi responsável pela organização da Exposição “Em Luta: Vítimas, Familiares, Terrorismo de Estado”, que contou com curadoria coletiva, envolvendo pesquisadore/as e ativistas, tendo sido coordenada por Juliana Farias. <https://expo.abant.org.br/em-luta/>

4) O Comitê também participou da organização e realização da Mesa redonda Violência Estatal, Violação de Direitos e Criminalização das Lutas Sociais no Brasil Contemporâneo proposta pela ABA como atividade na 72ª Reunião da SBPC. A mesa, realizada em 04 de dezembro de 2020, teve como coordenadora Maria Filomena Gregori e como palestrantes Deborah Bronz (UFF); Natália Padovani (UNICAMP) e Adriana Vianna (UFRJ)

Relatório do Comitê Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Coordenador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB).

Vice-coordenadora: Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Membros: Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) e Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ).

Neste último biênio o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas foi muito menos ativo do que no biênio anterior, durante o qual se estruturou melhor a estratégia de luta pela instituição de um sistema alternativo de avaliação ética para as pesquisas em nossa área. A frustração com o resultado final da Resolução 510/2016 provocou uma reação bem articulada do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA), no qual a ABA teve participação incisiva, conforme consta no relatório anterior, embora os resultados ainda estejam muito aquém do que seria necessário para uma regulamentação adequada de nossa atividade

de pesquisa. Como vem sendo discutido no âmbito de nossa Associação desde o final dos anos 1990, a regulamentação instituída pelo CONEP não apenas cerceia arbitrariamente as atividades de pesquisa nas áreas representadas pelo FCHSSALLA, mas não se dirige adequadamente às questões de ordem ética associadas às atividades de pesquisa dessas áreas.

De todo modo, o Comitê foi acionado em três oportunidades em 2019, e não recebeu nenhuma demanda em 2020, quando o impacto do COVID-19 limitou muito as atividades associativas de uma maneira geral. Segue um brevíssimo relato das 4 demandas recebidas pelo Comitê.

1) Em 24 de julho de 2019 a ABA foi representada por Thereza Cristina Cardoso Menezes na reunião do FCHSSALLA realizada durante a 71ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Além de questões administrativas do Fórum, discutiu-se a situação de uma série de Comissões criadas na reunião da SBPC em Maceió, conforme relato no link:

<https://blogfchssa.wordpress.com/2019/10/02/relata-reuniao-do-forum-deciencias-humanas-sociais-sociais-aplicadas-linguistica-letras-e-artes-sbpc-jul2019/>.

A presidente da Comissão de Ética do Fórum também fez um relato das difíceis negociações com o CONEP, desde a recusa de participação na reunião CONEP2018 à proposta de criação de uma Comissão independente, que ficaria assentada na Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Proposta similar já havia sido feita antes, durante a gestão de Marco Antonio Raupp à frente do Ministério (janeiro/2012 - março/2014), mas até hoje não tivemos sucesso.

2) Em 16 de agosto de 2019 o Comitê respondeu positivamente ao questionamento de nossa associada Abda Medeiros, professora na Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) se a ABA apoiaria sua participação como relatora de projetos cadastrados na Plataforma Brasil no Comitê de Ética de sua instituição.

Reiteramos a posição da ABA de que “enquanto não houver uma regulamentação específica para a nossa área, devemos ocupar os espaços que nos são oferecidos nos Comitês vigentes”.

3) Em 2 de setembro de 2019 o Comitê apoiou a indicação dos nomes de Claudia Fonseca (vice-coordenadora de nosso Comitê) e Martinho Silva como membros suplentes no Conep/Fórum.

4) Em 16 de outubro de 2019 Luiz Fernando Dias Duarte representou o Comitê na mesa de debate da audiência pública convocada pelo relator da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para tratar do Projeto de Lei (7082) de regulação da pesquisa clínica no país. Nossa área também foi representada na mesa por Fernanda Sobral, pela SBPC. A tramitação deste projeto acabou se constituindo em grande ameaça para a regulação de ética em pesquisa na nossa área, a partir do momento em que o texto passou a confundir “pesquisa clínica” e “pesquisa com seres humanos” de uma maneira geral. A confusão, assim como a sua superação são bem explicadas no relato que Luiz Fernando fez sobre a audiência, e que está disponível nos arquivos da ABA. Resumidamente, a confusão foi provocada devido a inserção de 11 ocorrências da locução “pesquisa clínica com seres humanos”, quando o texto original se referia exclusivamente a “pesquisa clínica”. Felizmente as 11 ocorrências foram consensualmente corrigidas no texto, cuja versão final refere-se apenas à pesquisa clínica.

Relatório do Comitê Gênero e Sexualidade

Coordenadora: Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Vice-coordenador: Carlos Eduardo Henning (UFG)

Membros: Ana Paula da Silva (UFF), Camilo Albuquerque de Braz (UFG), Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA), Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS), Fabíola Rohden (UFRGS), Fátima Weiss de Jesus (UFAM), Flávio Luiz Tarnovski (UFMT), Isadora Lins França (Unicamp), Laura Lowenkron (UERJ), Regina Facchini (Unicamp), Rozeli Maria Porto (UFRN) e Sergio Luís Carrara (UERJ).

O Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA em sua gestão 2019-2020 apresenta aqui o seu relatório sucinto de atividades desenvolvidas no biênio. Considerando os enormes desafios político-epistemológicos que o Brasil e o mundo vêm enfrentado, sobretudo quanto às múltiplas ofensivas ideológicas das cruzadas anti-gênero e direitos sexuais e reprodutivos, aliados à crise pandêmica contemporânea, nosso comitê se articulou e atuou nos últimos dois anos de modo a dar respostas a inúmeras e frequentes demandas.

Nosso foco esteve em algumas pautas: ataques aos estudos de gênero e sexualidade, e ao uso do termo “gênero” na educação e em outras searas; o desmonte paulatino de políticas públicas voltadas à proteção de mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e sexual, assim como políticas de apoio à população LGBTI. Reagimos a falas e propostas que vieram do próprio presidente, assim como da Ministra dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família, do Ministro das Relações Exteriores, e mesmo na postura pública do governador de São Paulo.

Considerando o excesso de absurdos e ataques a direitos estabelecidos formalmente no país, inclusive aos direitos ao aborto após estupro de uma criança de 10 anos, as notas foram feitas juntando algumas dessas pautas em determinados períodos. Nesse sentido, nosso comitê produziu coletivamente, publicou e fez circular um conjunto de cinco (5) notas de repúdio relativas às seguintes temáticas e acontecimentos:

- 1) Nota de Repúdio da ABA aos Novos Ataques do Governo Bolsonaro aos Direitos Humanos e a Questões de Gênero e Sexualidade na ONU (publicada em junho de 2019);
- 2) Nota de Repúdio da ABA à Censura da Presidência da República a Filmes com Temática LGBTI no Contexto da ANCINE (publicada em agosto de 2019);
- 3) Nota de Repúdio da ABA ao plano de proibição da discussão de gênero nas escolas (publicada em setembro de 2019);
- 4) Nota da ABA acerca de Campanhas e Declarações do Governo Federal sobre Políticas de Prevenção e Saúde Pública (publicada em fevereiro de 2020);
- 5) Nota da ABA em repúdio às violações de direitos cometidas por autoridades e em defesa da vida das meninas, em 21 de agosto de 2020.

Nosso comitê também contou com a atuação de seus membros em atividades, iniciativas variadas relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade em publicações e associações científicas, apoiando notas de outras associações. O comitê esteve presente também à reunião do Fórum CHSSALLA - Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, em São Paulo, em setembro de 2019.

Organizamos o Simpósio Especial “Desafios e Resistências no Campo de Gênero e Sexualidade no Brasil Contemporâneo” para a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia ocorrida entre 30 de outubro e 06 de novembro de 2020 contando com as duas sessões de mesas redondas e uma roda de conversa abaixo:

a) Sessão 1 – *Ofensivas: “Ideologia de Gênero”, ataques a Direitos Humanos, Pânicos morais*

Coordenadora: Heloisa Buarque de Almeida

Expositoras(es):

Sonia Corrêa (Sexuality Policy Watch), Jacqueline Moraes Teixeira (USP) e Vitor Grunvald (UFRGS)

Debate: Cecilia Sardenberg (UFBA)

b) Sessão 2 - *Agenciamentos e Formas de Resistência Contemporânea*

Coordenador: Carlos Eduardo Henning

Expositoras(es):

Fátima Weiss (UFAM), Camilo Braz (UFG) e Horácio Sivori (UERJ)

Debate: Heloisa Buarque de Almeida (USP)

c) Roda de Conversa – *Retrocessos “inovadores” e resistências possíveis*

Gleicy Mailli Silva (Unicamp), Ana Paula da Silva (UFF) e Guilherme Almeida (UFRJ)

A partir do Simpósio Especial, o comitê e os participantes do simpósio propuseram 6 moções à Assembleia, aprovadas no dia 5 de novembro, e encaminhadas ao Ministério Público Federal.

Além dos debates, interlocuções e exposições que foram frutos do referido Simpósio Especial, nosso comitê está organizando um livro cujo título preliminar é “Desafios e Resistências em Gênero e Sexualidade no Brasil Contemporâneo”. A obra, organizada por Heloísa Buarque de Almeida (USP) e Carlos Eduardo Henning (UFG), congregará parte das exposições presentes no Simpósio Especial. O livro reunirá também outros capítulos de membros do comitê e de convidadas/os cuja produção contribua para fazer compreender, analisar e traçar horizontes, a partir de investigações sócio-antropológicas variadas, frente à conjuntura adversa que enfrentamos, de modo a lançar luz sobre as respostas, resistências e agenciamentos de inúmeros sujeitos frente às ofensivas anti-gênero e direitos sexuais e reprodutivos nos dias atuais. A expectativa da publicação da obra é o segundo semestre de 2021.

Relatório do Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a

Coordenação: Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Membros: Breno Trindade da Silva (UnB), Januária Pereira Mello (Incra/RJ), Julia Marques Dalla Costa (Incra/DF), Renata Curcio Valente (Funai/RJ).

Envolvidos em debates a respeito de questões relativas à prática profissional e às ameaças ao exercício dos/as antropólogos/as nas diferentes esferas de atuação no país, seja estatal (no Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública), estaduais e municipais, ONGS, consultorias (licenciamentos, atividades de regularização fundiária via empresas ou instituições diversas) ou na área acadêmica (Universidades e Institutos Federais), envolvendo pesquisadores de pós-graduação e professores universitários, esta gestão do Comitê procurou construir diálogos com redes de antropólogos/as e

instituições que agregam profissionais da Antropologia no Brasil e, ainda, com coletivos informais recentemente criados, instâncias mais flexíveis. Foram realizadas reuniões bimestrais em função de demandas e contextos que exigiam debate e posicionamento. Do mesmo modo, promoveu a necessária articulação com demais Comitês da ABA (Laudos, Quilombos, Assuntos Indígenas e Articulação Institucional).

Os membros do Comitê participaram e organizaram atividades em eventos, como parte do trabalho desenvolvido, abaixo discriminados:

ATIVIDADES REALIZADAS

1) Apoio na elaboração da Nota de “Alerta da ABA ao Curso Lato Sensu em Antropologia proposto pela FUNAI”, realizada em Agosto de 2020 (Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2020/08/24/alerta-da-aba-curso-lato-sensu-em-antropologia-proposto-pela-funai/>);

2) Identificação de Projeto de Lei nº 4.385/2020, apresentado pelo deputado federal Camilo Capiberibe PSB/AP, e, posteriormente, retirado de pauta pelo próprio autor, com base no art. 104, caput, c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Agosto de 2020). O Comitê está buscando mais informações para apresentar à ABA acerca da questão. Link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261161>);

3) Articulação e debate com os membros dos Comitês de Assuntos Indígenas e de Laudos Antropológicos a respeito das restrições estabelecidas pela Controladoria Geral da União (CGU) na participação de servidores públicos como colaboradores em processos administrativos de regularização de terras indígenas, reduzindo ainda mais a capacidade de efetivação da política de direitos territoriais. Foi consensuada a proposta de ofício-denúncia por parte dos Comitês da ABA, a ser encaminhado à diretoria e, posteriormente, à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF). O documento está em fase de elaboração;

4) Participação no Comitê de Articulação Institucional da Associação Brasileira de Antropologia, no que se propôs, nas conversas que antecederam à realização da 32ª RBA, a maior aproximação das atividades deste Comitê com as diferentes redes de antropologia regionais, como a do Rede do Sudeste, que organizou um seminário durante a 32ª RBA, sendo avaliada a importância de se retomar as conversas com as diferentes redes;

5) Articulação com membros da Rede de Antropologias do Sul e participação no Capítulo Brasil do 2º Congresso Internacional de Antropologias do Sul, em formato

virtual, disponível na TV ABA (<https://www.youtube.com/watch?v=yFY46SbjfKY&feature=youtu.be>) que teve como objetivo potencializar a articulação de redes de pesquisadores da América Latina do Sul e Caribe engajados em processos sociais que buscam afirmar direitos. O evento buscou articular conhecimentos e aprimorar as condições sociais e políticas de agentes sociais interlocutores desse fazer antropológico, reforçando suas organizações representativas promover reflexão sobre abordagens da antropologia em contextos pós-coloniais (outubro de 2020);

6) Contatos e trocas informais com outras categorias profissionais (historiadores, sociólogos, arqueólogos) sobre seus processos de regulamentação. Destacamos que durante o período de 2019/2020 ocorreu a regulamentação da profissão de historiador no Congresso Nacional (Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020), que contou com apoio da ANPUH (Associação Nacional de História). Mais informações sobre o posicionamento da instituição à proposta de regulamentação ver: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/454-porque-vale-a-pena-regulamentar-a-profissao-de-historiador>;

7) Levantamento prévio sobre possibilidade e interesse de registro de domínio virtual profissional. Sobre esse tema, encaminhamos à direção da ABA o seguinte pedido: “Durante as atividades da nossa Oficina na 32ª RBA de experiências da prática profissional antropológica, nos foi sugerido criar e/ou registrar o domínio na internet “ant.br” com objetivo de garantir o uso exclusivo de informações sobre antropologia no Brasil. O registro do domínio pela ABA poderia colaborar com a divulgação adequada sobre a prática profissional da antropologia em tempos de inúmeros ataques à ciência e profissionais da Antropologia. Pelo que sabemos o registro desses domínios, assim como ocorre com outras carreiras profissionais (“soc.br”, “psi.br”, etc) não exige a regulamentação da profissão. <https://www.cgi.br/noticia/releases/dominio-br-completa-30-anos-um-marco-para-a-internet-no-brasil/>. Nesse sentido, tentando criar mecanismos e estratégias para nos resguardarmos de possíveis novos assédios, gostaríamos de saber se a ABA tem conhecimento ou algum encaminhamento no sentido de providenciar o registro desse domínio para garantir um espaço tão importante de comunicação e divulgação.” A resposta foi um pedido de maiores informações sobre as implicações profissionais em relação a não existência do domínio “ant.br”. Nesse sentido, para o registro de domínio na Internet, gostaríamos de sugerir a extensão “ANT.BR”, referente à “Categoria” profissional de antropólogo, tomando por referência outras categorias de atuação profissional já reconhecidas, como por exemplo ADV.br (advogados) ARQ.br (arquitetos), BIO.br (biólogos), ENG.br (engenheiros), entre outras. A ideia de garantir uma extensão específica para a categoria pode ser estratégico para que antropólogos possam exercer a profissão com certa autonomia, sendo a Associação Brasileira de Antropologia a instituição que deve autorizar (ou não) e controlar o uso desta extensão por instituições, acadêmicos e profissionais eticamente reconhecidos pela sociedade

brasileira e internacional na prática e reflexão antropológica, mesmo que não seja usado no presente momento, tendo em vista os inúmeros ataques sofridos pelas ciências sociais nos tempos atuais. Uma vez solicitado o domínio de categoria, a ABA poderá futuramente delegar a outra instituição reconhecida ou mesmo utilizar para divulgar informações específicas sobre a prática profissional - Código de Ética, Protocolo de Brasília, Publicações e Legislações referentes à Laudos e Perícias Antropológicas, bem como eventos e ações conjuntas com instituições parceiras, como MPF, DPU, organizações não governamentais, entre outras campanhas, resultados, e diversas ações positivas. Acreditamos que com esse registro, a ABA não permitirá que o domínio seja usado futuramente por instituições ou grupos envolvidos com interesses contrários aos direitos humanos e minoritários ou que tenham interesses ou fins religiosos. Apenas isso já representaria uma grande contribuição para nossa ciência e para o exercício profissional. Além disso, em caso de regulamentação a longo prazo, o domínio poderá ser útil para um conselho ou outra instituição que futuramente venha a representar a categoria profissional, garantindo uma boa relação da ABA com uma possível instituição responsável. A não concretização atual deste domínio não apresenta consequências negativas imediatas que podem ser previstas, mas, a longo prazo, se tal registro for adquirido por outra associação ou representação de classe duvidosa, poderá acarretar sérias implicações.

8) Articulação com diferentes coletivos de antropólogos/as – APROA, RABA, ABIA – antes e durante a realização da 32ª RBA e reuniões dos respectivos coletivos, a saber:

a) *Associação dos Profissionais em Antropologia (aPROA)*;

b) *Rede Autônoma Brasileira de Antropologia (RABA)*; • Representante do Comitê participou na organização e em atividades realizadas no I Encontro da RABA, ocorrido em novembro/2019, na Mesa Redonda e Grupo de Trabalho “Experiências Contemporâneas do Trabalho Antropológico”. O Coletivo Rede Autônoma Brasileira de Antropologia (RABA) é formado por estudantes dos cursos de bacharelado, pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, professores, pesquisadores autônomos que atuam no terceiro setor, profissionais vinculados a órgãos públicos e privados, além de outros que se dedicam aos campos de vivências da antropologia. A Rede Autônoma Brasileira de Antropologia não é uma associação científica, entidade do terceiro setor, de representação profissional ou político-partidária. • *A Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA)* tem a proposta de articular indígenas da graduação ao doutorado, formados ou em processo de formação, em diferentes áreas de conhecimento da Antropologia. A organização surge em direção à construção de uma sociedade antirracista com visão crítica à colonização. Reivindicam a criação do Comitê dos Indígenas Antropólogos na ABA. De acordo com a organização, a ABIA tem como finalidade congregar a expertise acadêmica e científica dos indígenas antropólogos com os Movimentos Indígenas e os diferentes projetos de autodeterminação de territórios. Nesse sentido, busca consolidar a presença indígena na antropologia através da

divulgação científica do conhecimento oriundo de produções acadêmicas próprias, potencializando os saberes indígenas, as culturas e o protagonismo, bem como a valorização e defesa dos povos indígenas, para ocupar e construir uma antropologia a partir desses lugares. Membros do Comitê participaram do lançamento online da Associação: https://www.youtube.com/watch?v=6yPP04ofXXM&feature=emb_err_woyt

9) Organização de Oficina na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia: Oficina 03 - Encontros de fazeres dos profissionais em antropologia (https://www.32rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1438), realizada durante os dias 31/10/2020 e 01/11/2020; Oficina 32ª RBA.

Dentre as atividades realizadas pelo Comitê, a Oficina se apresentou como uma oportunidade positiva de demonstrar as questões específicas que permeiam o exercício profissional para estudantes de antropologia (especialmente da graduação), como também uma aproximação de profissionais interessados em colaborar com o Comitê, com rica experiência na prática profissional. Teve a coordenação de Januária Melo.

O objetivo da Oficina: Considerando o contexto atual de ataques ao exercício e à prática profissional antropológica, a oficina se propôs a ser um espaço de debate e reflexão entre profissionais de antropologia de diferentes áreas de atuação, visando a proposição de ações e encaminhamentos de diretrizes para formalização de intersecções e sobreposições das áreas de atuação. A partir do debate desses atores, a oficina teve como objetivo consolidar redes em âmbito nacional e regional no Brasil para fortalecimento dos objetivos da categoria profissional de antropologia, esperando assim colaborar para o aprofundamento do debate no cenário atual. A metodologia adotada baseou-se em uma abertura com um breve histórico das discussões sobre atuação profissional no âmbito da ABA (Comitê de Inserção Profissional) e outras redes de coletivos de antropólogas/os (como a aProa e a rede do Sudeste). Pontou-se os desafios macro da prática profissional da antropologia, como eventos que marcaram pontos de inflexão nas discussões sobre os desafios e avanços da profissão: investigações parlamentares e judiciais, debate sobre regulamentação da carreira, concursos públicos, espaços conquistados, entre outros. Foi feita uma divisão de grupos a partir dos perfis de atuação dos inscritos, com orientação dos debates a partir de perguntas orientadoras pré-definidas, que tocaram em questões como a descrição das dificuldades e dos avanços da prática antropológica, bem como possibilidades de ações, inclusive com a discussão sobre a regulamentação.

Os temas abordados e discutidos foram:

Formação e atuação antropológica em contextos de produção técnica Tendo em vista o contexto atual de ataques ao exercício e à prática profissional antropológica e a proposta da oficina de ser um espaço de debate e reflexão entre profissionais de antropologia de diferentes áreas de atuação, buscarei versar sobre a importância dos trabalhos técnicos como prática antropológica e sua relação como o processo de aprendizado de um fazer,

muitas vezes, marginalizado dentro da formação profissional do(a) antropólogo(a). Nas últimas décadas, cada vez mais, a atuação antropológica é demandada nos mais diversos setores da sociedade ao mesmo tempo em que é colocada à prova enquanto fazer científico. Nesse sentido, até que ponto, nós profissionais de antropologia, estamos sendo qualificados para uma atuação que requer especificidades diferentes daquelas das práticas acadêmicas.

A CPI da Funai e do Incra e seus desdobramentos para a prática antropológica A atual conjuntura política e econômica tem sido ambiente propício para a eclosão de movimentos que vinham sendo gestado há algum tempo. Junto aos demais colegas participantes da oficina, discutimos sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a Funai e o Incra, em suas atribuições de demarcação de terras indígenas e quilombolas, respectivamente, a fim de refletir sobre seus desdobramentos e pensar novos caminhos a partir dessa experiência, assim como de outras iniciativas legislativas que dialogam diretamente com a prática antropológica. Ainda, discutimos as ações do Executivo e suas (tentativas de) intervenções nas áreas de atuação das/os antropólogas/os. Esses debates estão intimamente ligados aos relativos à regulamentação, às redes profissionais, à formação, entre outros. Encontros de fazeres dos profissionais em antropologia Tendo em vista o contexto atual de ataques ao exercício e à prática profissional antropológica e a proposta da oficina de ser um espaço de debate, reflexão e constituição de redes entre profissionais de antropologia de diferentes áreas de atuação, buscamos versar sobre a importância dos trabalhos técnicos e de consultoria envolvendo, especificamente, processos de licenciamento ambiental, como prática antropológica e sua relação como o processo de aprendizado de um fazer, muitas vezes, marginalizado dentro da formação profissional do(a) antropólogo(a). Nas últimas décadas, cada vez mais, a atuação antropológica é demandada nos mais diversos setores da sociedade ao mesmo tempo em que é colocada à prova enquanto fazer científico. Refletimos sobre os diversos espaços de nossas atuações, sem perder de vista aspectos éticos e metodológicos que norteiam nossa profissão.

Apresentamos a seguir uma sistematização com base nos principais registros elaborados coletivamente, por meio de documentos Google Docs, com os participantes da referida oficina:

E-mails: darllandarocha@gmail.com, c.g.nogueira@gmail.com,
marzanepsouza@gmail.com, laramatoscs@gmail.com, juliadallacosta@gmail.com,
balen.mariana@gmail.com, januariaincra@gmail.com, breno.trindade26@gmail.com,
biafer576@gmail.com, vanessamel@alu.ufc.br

Perguntas norteadoras do primeiro dia de Oficina: Quais os desafios atuais da atuação profissional e regulamentação da antropologia?; Quais estratégias/perspectivas/caminhos futuros para a regulamentação e situação atual?

1) Regulamentação: foco na formação/ atuação profissional/ prática antropológica;

2) Ataques à antropologia – externos;

3) Coletivos/ redes:

a) Mapear redes/coletivos;

4) Legislativo - pensar junto à regulamentação e acompanhar os ataques;

5) Assessoria Jurídica da ABA, de Procuradores e Defensores envolvidos com questões trabalhistas e instituições classistas para auxiliar na retomada da construção de um processo de regulamentação.

Metodologia: Laudos - produção de documentos a partir do arcabouço teórico e metodológico da disciplina

Dilemas x Estratégias:

a) Dilemas da formação/atuação: maior diálogo entre teoria e realidade de práticas profissionais; número reduzido de disciplinas voltadas para documentos técnicos;

b) Dilemas coletivos: pode diluir mobilizações que têm questões comuns que a regulamentação traz;

c) Dilemas dos ataques à antropologia: continuar apagando incêndios de tentativas e assédios dentro da administração pública e outras esferas do Estado contra os antropólogos e políticas públicas de garantia de direitos culturais/étnicos; propostas de legislações contrárias à atuação;

d) Dilemas gerais: aumento da demanda em vários espaços na sociedade brasileira, especialmente nas políticas públicas e consultorias para licenciamentos ambientais, a regulamentação pode colaborar para formalizar esses espaços.

e) Desafios: trabalho do antropólogo muito desassistido, sem apoio, sem espaço para discutir e recorrer, se necessário.

Estratégias: curto - médio - longo prazo?

a) *Curto*

- Rodadas de formação para melhorar e aprofundar uma nova proposta de regulamentação;

- Criar um Grupo de trabalho (?) ou fortalecer o Comitê para que possa apresentar tal proposta;

- Mapear a proposta apresentada pelo Dep. Camilo Capiberibe;

- Encontro para discutir com historiadores e arqueólogos para narrar suas experiências com a regulamentação da profissão.

b) *Médio* - apresentar uma minuta de PL; costurar redes dentro do Congresso Nacional;

c) *Longo* – Contar com apoio jurídico, político, institucional da ABA para a criação de uma instituição de classe profissional

Estratégias: pensar espaços e funções específicas para a ABA e universidade nesse processo de institucionalização da regulamentação (responsável pelas provas anuais de validação - tipo OAB; responsável pelo comitê de ética do conselho para casos mais complexos, etc).

Sugestões e Reflexões:

É claramente percebido pelos membros do Comitê uma retomada positiva do interesse entre colegas profissionais de discutir, aprofundar e apresentar proposições referentes à questão da profissionalização e/ou regulamentação.

Há interesse de novos colegas em participarem do próximo Comitê, possibilitando uma renovação saudável.

Essa sensação pode ser percebida tanto na oficina, como no diálogo constante com membros do Coletivo de Profissionais de Antropologia - aPROA (página do Facebook), por meio de contatos de grupo de Whatsapp, bem como de outros coletivos de antropólogos/as que os membros do Comitê participam e/ou acompanham em objetivo de somar e agregar.

O surgimento de novos coletivos de antropólogos/as foi recorrentemente discutido durante a 32ª RBA, mas destacamos aqui a breve análise sobre a explosão de novos coletivos feita pela Professora Alexandra, no chat no final da discussão do Seminário “Antropologia Brasileira face aos dilemas políticos atuais”:

“Uma questão fundamental é que não deixa de chamar a atenção que essa pluralidade, extremamente salutar, a partir das múltiplas inserções nossas, se encontra hoje com o desafio de enfrentar o mais forte ataque que já sofremos. Esse estado de coisas coloca a necessidade de um debate interno de como respondermos coletivamente, como antropólogos.”

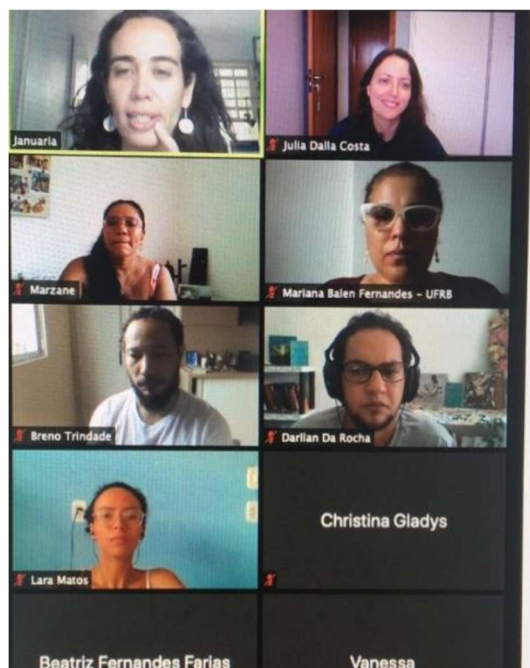
Além destas, outras questões preocupam os membros do Comitê.

a) Baixa participação dos demais membros do Comitê;

b) Pouca participação de profissionais do Ministério Público e Defensorias no Comitê, que poderia colaborar sobremaneira em especial com a interface jurídica;

c) Necessidade de estabelecer uma sistemática de acompanhamento e elos com assessores e representantes legislativos que acompanharam outros processos de regulamentação profissional para evitar surpresas ou propostas inesperadas;

Registros da Oficina realizada durante a 32º RBA



Relatório do Comitê de Laudos Antropológicos

Coordenadora: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB);

Vice coordenador: Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE).

Demais Integrantes: Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ), Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA), Fabio Mura (UFPB), Jane Felipe Beltrão (UFPA) e Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL).

De início, vale notar que o Comitê de Laudos Antropológicos foi criado durante a gestão 2017-2018 da ABA. O intuito com sua criação foi dar continuidade, de forma mais sistemática e com uma agenda mais ampla, às atividades realizadas nas gestões anteriores, pela então existente “assessoria da presidência”, destinada às questões que envolvem os laudos, em suas demandas diversas à ABA. Com a sua criação, o Comitê passou a ter como objetivos acompanhar as atividades relativas aos laudos antropológicos, seja na esfera administrativa, seja na judicial. Assim, entre suas competências é previsto:

- 1) Atender a demandas postas à ABA de modo geral, por órgãos de justiça e o MPF, concernentes aos laudos antropológicos (relatórios técnico-científicos, perícias e informes técnicos);

- 2) Realizar e fomentar reflexões sobre os laudos como modalidade específica de produção antropológica, considerando aspectos metodológicos e éticos;
- 3) Promover e/ou participar de cursos e oficinas voltados a oferecer subsídios à esfera do Direito (Procuradores e Juízes Federais e Estaduais), governamental (órgãos administrativos) e/ou ONGs, sobre metodologia e teoria antropológicas na confecção de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas e quilombolas, na elaboração de perícias sobre questões e temáticas territoriais, ambientais, criminais, adoção e tutela etc.
- 4) Dialogar com os órgãos de justiça e com o MPF no tocante às temáticas acima indicadas;
- 5) Discutir e elaborar documentos e/ou notas da ABA, no tocante às temáticas acima indicadas;
- 6) Prestar eventual suporte a instituições de ensino superior que busquem implementar disciplinas e/ou debates (palestras, oficinas etc.) sobre laudos antropológicos.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A GESTÃO 2019-2020

Na atual gestão da ABA, o Comitê realizou as atividades apresentadas a seguir.

- 1) Elaboração, em colaboração com a CAI, de resposta ao Poder Judiciário do estado do Paraná (Guarapuava), a respeito de indicação de antropólogo/a para realização de perícia judicial envolvendo o povo Kaingang - Março de 2019.
- 2) Discussão interna do Comitê de Laudos sobre resposta a ser enviada no âmbito de processo na Justiça Federal do estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) demandando laudo, a partir de processo seletivo da UFRGS envolvendo cotas para pessoas negras – Abril 2019.
- 3) Discussão interna do Comitê de Laudos sobre resposta a ser enviada pela colega Ana Flávia Santos (UFMG), integrante do comitê de laudos, no âmbito de processo na Justiça Federal de Minas Gerais demandando laudo, a partir de concurso público envolvendo cotas para pessoas negras – Abril 2019.

- 4) Diálogo e apoio para a elaboração de um laudo antropológico por Ana Flávia Santos, por imposição do magistrado no processo acima referido – Abril de 2019.
- 5) A partir destas demandas de laudos envolvendo cotas, em diálogo com a presidência da ABA, realização de reunião interna do Comitê, para discussão de um documento da ABA a respeito. Encaminhamento resultante: a partir das reflexões realizadas na reunião, elaboração de documento detalhado, entregue à presidência da ABA – Abril de 2019.
- 6) Elaboração, em colaboração com a CAI, de resposta à Justiça Federal em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) para indicação de antropólogos/as para realização de perícia judicial sobre terra indígena Kaiowa (MS) – Maio de 2019.
- 7) Reunião com o subprocurador-geral da República Antonio Carlos Bigonha, então coordenador da 6ª Câmara, na PGR, com a participação da presidenta da ABA e dos coordenadores do Comitê de Laudos e da CAI, além da secretária da CAI, para discussão da renovação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a ABA e o MPF, com análise da Resolução da ABA a respeito dos laudos antropológicos²¹ - Junho de 2019.
- 8) Elaboração, em colaboração com a CAI, de resposta à Justiça do estado de Tocantins, para indicação de antropólogos/as para realização de perícia judicial envolvendo o povo indígena Apinajé - Agosto de 2019.
- 9) Elaboração, em colaboração com a CAI, de resposta à Justiça Federal do Amazonas, para indicação de antropólogos/as para realização de perícia judicial envolvendo o povo indígena Sateré-Mawé – Setembro de 2019.
- 10) Elaboração de nota conjunta do Comitê Quilombos, Laudos, e da CAI, de repúdio ao ouvidor-geral do MPE do Pará, a respeito de sua afirmação de que indígenas no país “não gostam de trabalhar” e de que não haveria uma dívida histórica com relação à escravidão - Novembro de 2019.

²¹ Tratou-se de resolução normativa para os laudos/perícias, aprovada na reunião do Conselho Diretor na 31ª RBA (09 a 12 de dezembro de 2018). Esta resolução “estabelece requisitos de formação, competência e experiência profissional para a indicação de associadas/os por esta associação para a realização de laudos antropológicos”.

11) Elaboração, em colaboração com a CAI, de resposta à Justiça do estado de Mato Grosso (Aripuanã), para indicação de antropólogos/as para realização de perícia criminal envolvendo o povo indígena Cinta Larga - Novembro de 2019.

12) Consulta/solicitação feita à 6ª Câmara sobre o encaminhamento da renovação do ACT ABA-MPF – Novembro de 2019.

13) Elaboração de proposta de Simpósio Especial do Comitê de laudos para a RBA, intitulado “O ataque a direitos etnicamente diferenciados como política de governo, a questão da efetividade do Estado como garantidor de direitos e os laudos antropológicos: análise de um quadro de retrocessos”. Resumo: O propósito deste Simpósio Especial, do Comitê de Laudos da ABA, é integrar experiências de análise e de produção de respostas (desde dentro e de fora da academia) a uma ampla ação de ataque a direitos etnicamente diferenciados, bem como de desmonte de instrumentos estabelecidos para viabilização/ garantia destes direitos, como uma política de governo, ora em marcha. Neste quadro, bastante amplo, também a expertise e os laudos antropológicos ganham nova luz, ao se tornarem alvos de estratégias diversas, desde tentativas de desqualificação de antropólogos e antropólogas peritos/as, até aquela de forjar especialistas antropólogos/as, os/as quais, por um lado, carecem de uma formação antropológica legítima, nos termos reconhecidos pela ABA, e, por outro, têm atuado claramente como antagonistas dos povos e comunidades etnicamente diferenciados/as. Ao lado disto, ainda, as ações do Judiciário no País têm sido uma via fundamental por onde se avaliar a efetividade do Estado como garantidor dos direitos. Isto tendo-se em vista, de modo marcante, a judicialização dos conflitos territoriais, com o questionamento dos laudos na seara jurídica, e a interposição de sérias dificuldades para o acesso das comunidades aos territórios étnicos identificados e delimitados nos processos administrativos dos órgãos governamentais (FUNAI e INCRA).” – Dezembro de 2019.

14) Elaboração, em conjunto com a CAI, de nota sobre retrocessos no processo de regularização de terras indígenas no Brasil, em face de manifestações públicas do presidente Jair Bolsonaro - Fevereiro de 2020.

15) Elaboração, em conjunto com a CAI, de resposta à Justiça Federal do Amazonas (Tabatinga), para indicação de antropólogos/as para realização de perícia judicial sobre adoção de crianças envolvendo o povo indígena Ticuna – Fevereiro de 2020.

16) Elaboração, em conjunto com a CAI, de resposta à Justiça Federal de Pernambuco, para indicação de antropólogos/as para realização de perícia judicial sobre terra indígena do povo Pankararu – Fevereiro de 2020.

17) Elaboração, em conjunto com a CAI, de nota da ABA de repúdio à Instrução Normativa nº 9/2020 da FUNAI, apontando que esta desconsidera parte maciça dos processos de regularização fundiária do próprio órgão indigenista, acentuando os riscos aos povos indígenas e a seus territórios no país – Abril de 2020.

18) Discussão interna do comitê sobre honorários de peritos antropólogos/as, a partir de situação posta pela Procuradoria do estado do Paraná – Abril de 2020.

19) Elaboração conjunta com a 6ª Câmara/MPF do texto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a ABA e a 6ª Câmara/MPF – Maio de 2020.

20) Acompanhamento do trâmite da renovação do ACT junto com as secretarias da ABA e da 6ª Câmara/MPF – Maio/Junho de 2020. (OBS: o ACT foi publicado no DOU em 24 de junho de 2020).

21) Elaboração, em conjunto com a CAI, da resposta da ABA ao ofício do MPF-PE para que a ABA esclareça sua afirmação de que novos integrantes do GT para demarcação da T.I. Tuxi e Pankará, pela FUNAI, “são pessoas que estão envolvidas com setores econômicos e políticos incomodados e contrariados à implementação do estabelecido na Constituição Federal de 1988 no tocante aos Direitos dos Povos Indígenas no país” – Julho de 2020.

22) Discussão, conduzida pela coordenação do Comitê de Laudos, sobre proposta da FUNAI de criação de um curso de pós-graduação latu sensu em Antropologia. Discussão realizada em diálogo com: a presidência da ABA, Antonio Carlos de Souza Lima, João Pacheco de Oliveira, Deborah Duprat, Marco Antonio Delfino de Almeida (procurador da República), Paulo Machado Guimarães (advogado colaborador da ABA), Eloy (“Terena”) Amado, e com integrantes dos seguintes comitês e comissões da ABA: a CAI e os comitês de: Laudos; de Inserção profissional; de Quilombos e de Povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos – Agosto de 2020;

23) Colaboração na elaboração de nota da ABA sobre o assunto acima (enviada à FUNAI) – Agosto de 2020.

24) Realização de reuniões conjuntas da coordenadora do Comitê de laudos, do coordenador e da secretária da CAI, com o advogado Paulo Machado Guimarães e com Deborah Duprat, para discussão a respeito do processo no STF envolvendo o povo indígena Xokleng na Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ (SC), no qual a ABA entrou na condição de Amicus Curiae – Julho a Outubro de 2020.

25) Elaboração do Memorial da ABA como Amicus Curiae no processo acima referido. Autores: Fabio Mura (CAI), Alexandra Barbosa da Silva (Comitê de Laudos) e Elaine Moreira (CAI) – Julho a Outubro de 2020.

26) Realização do Simpósio Especial do Comitê de Laudos na 32ª RBA (UERJ, de 30 de outubro a 06 de novembro de 2020) “O ataque a direitos etnicamente diferenciados como política de governo, a questão da efetividade do Estado como garantidor de direitos e os laudos antropológicos: análise de um quadro de retrocessos”. Coordenação: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) e Sérgio Brissac (MPF-CE); Expositores(as): Antonio Hilário Aguilera (UFMS), Marco Antonio Delfino de Almeida (procurador do MPF-Dourados/MS), Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) e Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA); Debatedores: Antonio Carlos de S. Lima (MN/UFRJ) e Deborah Duprat (ex-vice procuradora-geral da República) – 30 de outubro/ 06 de novembro de 2020.

27) Elaboração de Moção conjunta com a CAI, dirigida ao STF, na 32ª RBA, intitulada “Moção de apelo da ABA ao STF, em relação ao julgamento do estabelecimento de um marco temporal para o reconhecimento de Terras Indígenas no Brasil e sua regularização pelo Estado brasileiro” – Novembro de 2020.

28) Reposta à demanda da Defensoria Pública da União do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), em colaboração com a coordenação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, para indicação de antropólogos/as para realização de perícia em processo sobre concurso público, envolvendo a questão de cotas para pessoas negras – Novembro de 2020.

29) Reunião entre as/os integrantes do Comitê de Laudos e a coordenação e a secretaria da CAI, para discussão e definição de encaminhamento a respeito da Resolução nº 287/2019 do CNJ (sobre indígenas presos ou réus em processos judiciais) - Dezembro de 2020.

30) Elaboração de ofício da ABA a ser enviado ao CNJ, solicitando diálogo a respeito da referida “Resolução 287/2019”.

OBSERVAÇÕES DO COMITÊ DE LAUDOS PARA A GESTÃO 2021-2022 DA ABA

Como praxe da ABA, esta associação, via seu Comitê de Laudos, deverá dar prosseguimento de modo rotineiro a uma série de atividades, como as seguintes:

1) Avaliação de demandas encaminhadas rotineiramente à ABA, referentes a laudos, com sua consequente manifestação a respeito delas;

- 2) Em diálogo com procuradores(as) da República e/ou com procuradores(as) da República que atuam especificamente na 6ª Câmara do MPF/PGR, realizar discussão sobre o Código de Ética da ABA, no que tange a suas implicações para as perícias judiciais – conforme indicação aprovada pelo Conselho Diretor da ABA durante a 31ª RBA. Tendo em vista o volume de demandas recebidas e sobretudo o contexto da pandemia de Covid 19, esta questão não foi conduzida ainda na atual gestão da ABA (2019-2020);
- 3) Dar continuidade e aprofundamento à discussão sobre a proposta da FUNAI de um curso de especialização em antropologia – agregando a presidência da ABA, representantes da CAI e dos comitês de Inserção profissional e de Quilombos da ABA, tendo sido planejada (e posteriormente adiada) uma reunião com este objetivo;
- 4) Realizar discussão a respeito da atualização da Resolução da ABA sobre os laudos antropológicos, no sentido de passar a considerar normatização para os diferentes propósitos dos laudos demandados (i.e, territorial, para adoção de crianças, laudos em processos criminais etc.);
- 5) Realização de diálogo/reuniões da ABA com a coordenação atual da 6ª Câmara/MPF (Dra. Eliana Torelly) sobre as temáticas dos laudos antropológicos e os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais a estes relacionados;
- 6) Realização de diálogo/reuniões da ABA com membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a respeito da sua “Resolução 287/2019”, considerando os direitos específicos de indígenas réus ou presos, bem como sua recomendação de formação de cadastro de peritos antropólogos(as) nos estados do país;
- 7) De modo também rotineiro, dar continuidade à proposição de (e participação em) atividades científicas em âmbito nacional (ANPOCS, RBA, RAM, SBPC etc.), pelo Comitê como representação da ABA, para discussão dos laudos, bem como sobre o papel da Associação nesta seara.

Relatório do Comitê Migrações e Deslocamentos

Coordenação: Bela Feldman-Bianco (Unicamp).

O Comitê Migrações Internacionais, formado em 2009, foi renomeado como Migrações e Deslocamentos durante a gestão de Carmen Rial (2013-2014) para melhor captar processos sociais que estão ocorrendo nesta conjuntura do capitalismo global. Essa renomeação foi feita a partir da experiência de Bela Feldman-Bianco à frente da ABA durante o biênio 2011-2012 que a levou a formular uma noção mais ampla de deslocamentos para a compreensão, teorização e ação social no que tange às variedades, escalas e espaços das mobilidades incluindo restrições e limitações às mobilidades (Feldman-Bianco 2015, 2017, 2018). Com esse fim, durante este último biênio, o Comitê foi formado por especialistas em questões relacionadas às migrações e refúgio, incluindo trabalhadoras do sexo e mulas transnacionais (que estão ou passaram tempo encarceradas), assim como prisões, remoções, assassinatos e movimentos sociais nas periferias urbanas. Dessa perspectiva, combinando pesquisa e ação social, foram realizadas várias atividades em reuniões acadêmicas (RAM, RBA, ANPOCS) que, em alguns casos, abrangeram interlocuções seja com colegas da América Latina, Ministério Público ou Movimentos Sociais. Ao mesmo tempo, prosseguindo com o acompanhamento crítico de políticas migratórias e de refúgio, foram realizados pronunciamentos em forma de notas de repúdio e pedidos de esclarecimento sobre portarias e outras decisões governamentais inconstitucionais e ainda endossos de petições sobre a questão migratória (uma delas inclusive em articulação com a Comissão de Assuntos Indígenas), como segue:

ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO, MESAS REDONDAS, SIMPÓSIOS ESPECIAL E VIRTUAL

1) Grupos de Trabalho

a) *Migraciones y Desplazamientos: Perspectivas Latinoamericanas en tiempos de giro a la derecha* (XIII Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM 2019)

Coordenação e Debate: Liliana Sanjurjo (UERJ), Igor José de Renó Machado (UFSCar), Desirée Azevedo (Unifesp)

GT proposto em conjunto pelo Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA e o GT Migraciones, desigualdades y tensiones da CLACSO, o GT reuniu 13 trabalhos, organizados em 2 sessões. O objetivo do GT foi estimular uma perspectiva comparativa dos deslocamentos para analisar a produção de desigualdades e suas relações com a violência de Estado e a despossessão na atualidade. Os trabalhos discutiram tanto as formas e as múltiplas regulações promovidas por distintas agências (não apenas estatais), que limitam/proíbem certos deslocamentos e instigam/obrigam outros, quanto relevar as estratégias de pessoas e populações afetadas para resistir e construir pertencimentos sociais em situações de violência.

b) *Migrações e Deslocamentos* (32º Reunião Brasileira de Antropologia 2020)

Coordenação: Natália Padovani (PAGU/UNICAMP) e Ángela Facundo (UFRN)

No marco da 32ª RBA o comitê organizou o GT 57 “Migrações e Deslocamentos” que foi coordenado por Natália Padovani e Angela Facundo e que aceitou 21 trabalhos dentre 30 propostas recebidas. Os trabalhos discutidos giraram em torno de diferentes “regimes de mobilidades”, tensionando categorias como “permanência e mobilidade” nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. As discussões também examinaram a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais.

2) Mesas Redondas

a) *Políticas migratórias no Brasil contemporâneo: desafios, retrocessos e perspectivas* (43º Encontro Anual da Anpocs 2019)

Coordenação: Igor José de Renó Machado (UFSCar), com apresentações de Igor José de Renó Machado, Ângela Mercedes Facundo Navia (UFRN), Marcelo Enes (UFS) e Denise Fagundes Jardim (UFRS)

b) *Mobilidades, fronteiras e controle da circulação: perspectivas etnográficas* (32º Reunião Brasileira de Antropologia 2020)

Coordenação: Igor José de Renó Machado (UFSCar), com apresentações de Igor José de Renó Machado, Guilherme Mansur Dias, Denise Fagundes Jardim (UFRGS) e Bela Feldman-Bianco (UNICAMP/WCAA), como debatedora.

c) *Pandemia, Conservadorismo e Militarização no Brasil: Impactos na política migratória* (44º Encontro Anual da ANPOCS 2020)

Coordenação: Igor José de Renó Machado (UFSCar), com apresentações de Leonardo Cavalcanti (UnB) Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira (UFPR) e Natália Corazza Padovani (Unicamp – PAGU)

3) Simpósio Especial

a) *Deslocamentos, Desposseção e Violências* (32º Reunião Brasileira de Antropologia 2020)

Coordenação: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP) e Liliana Sanjurjo (UERJ)

O objetivo do Simpósio foi discutir, comparativamente e em duas sessões, as relações entre deslocamentos, desposseção e violência na vida cotidiana, através de diferentes espacialidades, temporalidades e interseccionalidades. A intenção foi problematizar tanto a produção e disseminação de políticas de securitização, criminalização, militarização e desumanização da pobreza, quanto os processos plurais de subjetivação, resistência e mobilização empreendidas por diferentes protagonistas contra formas diversas de violência e dominação, com foco na articulação entre processos globais e locais no cenário brasileiro contemporâneo. Enquanto a primeira sessão apresentou

como esses processos incidem sobre povos indígenas, migrantes, refugiados e populações atingidas por desastres ambientais, a segunda sessão focalizou os impactos da militarização e do recrudescimento da violência institucional nas periferias urbanas.

A primeira sessão, intitulada “Capitalismo Neoliberal, Despossessão e Violências” foi coordenada por Bela Feldman-Bianco (UNICAMP/WCAA) contou com apresentações de João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), Andrea L. M. Zhouri (UFMG) e Bela Feldman-Bianco, tendo Deborah Duprat (Ministério Público Federal) como debatedora.

A segunda sessão, intitulada “Deslocamentos, Militarização e Violências” foi coordenada por Liliana Sanjurjo (UERJ), e contou com apresentações de Gizele de Oliveira Martins (ALERJ), Daniel Veloso Hirata (UFF), e Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp), tendo Gabriel de Santis Feltran (UFSCar/CEBRAP) como debatedor

4) Seminário Virtual

a) *Locked up en las fronteras: Sul-africanos e colombianos presos nas fronteiras Estado nacionais brasileiras em meio à pandemia.*

Organização: Angela Facundo (UFRN) e Natália Corazza Padovani (PAGU/Unicamp)

A atividade integrou a programação de seminários dos comitês da ABA, promovidos durante o ano de 2020 pela diretoria da ABA. Foi realizado em 12 de novembro e divulgado pela TV ABA. O debate e mediação esteve a cargo de Natália Corazza Padovani e Angela Facundo e as palestrantes principais foram Indira Sthefany Mogollón, integrante do coletivo Roda A Palavra Paz e Natasha Adelaide Anyanwu da organização Por Nós – Mulheres Sobreviventes do Cárcere. A discussão girou em torno da dificuldade de sujeitos migrantes retornarem a seus países de origem durante o período de pandemia e o que essa situação nos diz sobre direitos, cidadania, classe e fronteiras dos estados-nacionais.

PRONUNCIAMENTOS/ NOTAS/ OFÍCIOS

1) Nota de repúdio do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia à Portaria no.666/2019 do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro <http://www.portal.abant.org.br/2019/07/27/nota-do-comite-demigracoes-e-deslocamentos-da-associacao-brasileira-de-antropologia-sobre-a-portaria-no-666-2019-do-ministro-de-estado-da-justica-e-seguranca-publica-sergio-moro/>

Ao evocar as “novas ameaças” estabelecidas pela comunidade internacional, como o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de pessoas e de ilícitos e até a pornografia ou exploração sexual infanto/juvenil, a portaria 666/2019 trata a priori migrantes como pessoas perigosas e suspeitas de praticar atos que contrariam a Constituição Nacional,

sujeitas à deportação em função do enquadramento seja na lei antiterrorista (no. 12.360/2016), seja na do crime organizado (lei no. 12.850/2013). Dessa forma, extingue o foco em direitos humanos da Nova Lei de Migração. Fere também o artigo V Constituição de 1988. Fere ainda as bases de diversos acordos supranacionais dos quais o Brasil é signatário e que defendem a não criminalização da pessoa migrante e sua acolhida, buscando impedir qualquer tipo de detenção por motivos migratórios.

2) Nota do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a respeito da Minga Nacional pela Vida da Colômbia
<http://www.portal.abant.org.br/2019/04/08/nota-do-comite-de-migracoes-edeslocamentos-da-associacao-brasileira-de-antropologia-aba-a-respeito-da-minganacional-pela-vida-da-colombia/>

O Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia vem se juntar às notas de apoio assinadas pela Associação Colombiana de Antropologia, pela Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia e por diversos departamentos de antropologia do país vizinho, que enfatizam a necessidade de que o governo colombiano atenda o chamado ao diálogo realizado pela Minga Nacional pela Vida e evite o uso da força e a criminalização do movimento indígena como resposta ao direito constitucional à mobilização e ao protesto social.

3) Ofício enviado ao Ministério de Relações Internacionais:
<http://www.portal.abant.org.br/2019/08/13/aba-encaminha-oficio-ao-ministerio-dasrelacoes-exteriores-atraves-de-seu-comite-migracoes-e-deslocamentos-com-profundaapreensao-a-noticia-intitulada-governo-bolsonaro-facilita-a-deportacao/>

Certos de que a proteção ao brasileiro no exterior é diretriz da política migratória brasileira conforme determina o artigo 3º, inciso IX, na lei de Migração, e de que é dever constitucional do Estado Brasileiro proteger brasileiras e brasileiros em trânsito no exterior, resguardando-os de qualquer forma de violência estatal no país de acolhimento, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através de seu Comitê Migrações e deslocamentos, solicita ao governo brasileiro, especialmente ao Ministério das Relações exteriores, informações detalhadas sobre essa possível colaboração com o governo dos Estados Unidos, em prejuízo da comunidade brasileira naquele país.

4) Carta-denúncia à proteção e garantia de direitos e dignidade dos indígenas Warao, migrantes venezuelanos hoje residentes em Pernambuco (assinada em conjunto com a Comissão de Assuntos Indígenas em dezembro de 2020)
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBC8ngsU_U0m_yAr6toHpHmTjVIKJo1v7V8SHTJSI1syptnA/viewform

O Comitê Migrações e Deslocamentos também assinou as seguintes notas públicas:

- 1) A revogação da Portaria 666 é um recuo bem-vindo, mas ainda insuficiente. A Portaria 770 permanece sendo uma afronta à Lei de Migração, de 18/10/2019, iniciada pela OG Conectas. <https://igarape.org.br/nota-publica-a-revogacao-da-portaria-666-e-um-recuobem-vindo-mas-ainda-insuficiente-a-portaria-770-permanece-sendo-umaafronta-a-lei-de-migracao/>
- 2) Em defesa das pessoas migrantes e refugiadas face à pandemia Covid 19, iniciada pelo Espacio Sin Fronteras: <https://redesf.org/nota-publica-de-lared-espacio-sin-fronteras-en-defensa-de-las-personas-migrantes-yrefugiadas-ante-la-pandemia-del-covid-19/>
- 3) Petição em prol da aprovação do projeto de lei PL 2699/2020 que prevê a regularização de imigrantes em situação indocumentada no Brasil como parte do esforço de combate ao corona virus, como resultado da campanha “@Regularização Já” iniciada pelo coletivo Equipe de Base Warmis: <https://migramundo.com/peticao-pede-aprovacao-urgente-de-projeto-queregulariza-imigrantes-indocumentados-no-brasil/>

PUBLICAÇÕES

Neste biênio, as atividades do comitê não resultaram, até o momento, em publicações. No entanto, deve-se assinalar publicações realizadas em parceria por membros do comitê, como segue:

- 1) Dossiê Mobilidades e Fronteiras: Perspectivas Antropológicas De Gênero, Sexualidade e Suas Interseções, organizado por Natalia Corazza Padovani e Angela Facundo, junto com a pesquisadora Camila Esquerre Muelle de la Universidad Nacional de Colombia, para a Revista Vivência (PPGAS UFRN), 1 vol..56, jul-dez 2020. O dossiê traz uma apresentação densa e 7 artigos que discutem as interrelações entre regimes de mobilidade com as dimensões generificadas, racializadas e sexualizadas da experiência do deslocamento e de fronteira, assim como reflexões sobre a dimensão da viagem no exercício antropológico <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/issue/view/1086/586>
- 2) Dossier Desplazamientos, Desposesión y Violencias, organizado por Bela Feldman-Bianco e Liliana Sanjurjo, junto com Eduardo Domenech da Universidad Nacional de Cordoba, para a revista Historia y Sociedad da Universidad Nacional de Colombia (no.39, jun-dec 2020). Além do texto de apresentação, o dossiê reúne oito

artigos resultantes de pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas. Sete deles se voltam para a situação latino-americana - com estudos de caso realizados na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México - e um se refere ao contexto europeu. O dossiê está organizado em duas partes. Os artigos que compõem a primeira parte expõem as relações entre tecnologias de governo e os deslocamentos, a despossessão e as violências resultantes de processos de mercantilização da terra e da propriedade em diferentes espaços e tempos históricos do capitalismo na América Latina. A segunda parte reúne artigos que problematizam os efeitos das políticas e processos de securitização das mobilidades e de intensificação dos controles fronteiriços na contemporaneidade.

<https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/88602/75998>

3) “Migrações e Deslocamentos: Balanço Bibliográfico da Produção Antropológica Brasileira entre 1940 e 1980”, de Bela Feldman-Bianco e Liliana Sanjurjo, junto com Douglas Mansur da Silva (UFF) para BIB no.93, 3/2020 que foi publicado na íntegra pela Rede Sem Fronteiras <https://redesf.org/artigo-migracoes-edeslocamentos-balanco-bibliografico-da-producao-antropologica-brasileiraentre-1940-e-2018/>

RECOMENDAÇÕES

Como com a finalização da gestão da diretoria à frente da ABA durante o biênio 2019-2020, esse Comitê se dissolve, gostaríamos de indicar a necessidade de uma melhor articulação entre as Comissões e Comitês da ABA para a promoção tanto de atividades no âmbito da ABA como de ações de incidência política. Com esse objetivo, esse Comitê em conjunto com a Comissão de Assuntos Indígenas, decidiu, durante a última RBA, estabelecer um Grupo de Trabalho para a promoção de atividades junto ao Ministério Público e Defensorias Públicas (por exemplo) como cursos e seminários, com foco na situação dos índios Warao e Guaraní, inclusive já com alguns nomes já acordados. Seria importante dar continuidade a esse GT e, com base nessa primeira experiência, verificar a plausibilidade de outras ações Inter comitês/ comissões. Também gostaríamos de sugerir que se convide representantes do Comitê de Antropólogas/los Negras/os e do Comitê de Antropólogos Indígenas a integrarem o Comitê Migrações e Deslocamentos.

Relatório do Comitê Patrimônios e Museus

Coordenação: Simone Pondé Vassallo (UFF)

Vice-coordenação: Julie Cavignac (UFRN)

Membros: Adriana Russi (UFF), Alexandre Gomes (UFPE), Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp), Antônio Motta (UFPE), Carla Costa Dias (PPGAV/UFRJ), Daniel Reis (Museu do Folclore), Emanuel Bastos Lopes (UFBA), Flávia Maria Silva Rieth (UFPEL), Geslline Giovana Braga (UFPR), Izabela Maria Tamaso (UFG), José Nascimento Junior (Fiocruz), Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Emílio Goeldi/PA), Luciana Gonçalves Carvalho (UFOPA), Luciana Portela (UnB), Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Marília Xavier Cury (USP), Mario de Souza Chagas (UNIRIO/Museu da República) May Waddington (UFSB), Patrícia Silva Osório (UFMT), Regina Abreu (Unirio), Renata de Sá Gonçalves (UFF), Renato Monteiro Athias (UFPE), Rosângela Marques de Britto (UFPA), Simone Pondé Vassallo (UFF).

Representações regionais

Norte: Lucia Hussak van Velthen, Rosângela Britto e Luciana Carvalho;

Nordeste: Renato Athias, Alexandre Gomes e Emanuel Lopes;

Centro-Oeste: Luciana Portela e Manuel Ferreira Lima Filho;

Sudeste: Daniel Reis, Adriana Russi e José Nascimento Jr.;

Sul: Geslline Braga e Flávia Maria Silva Rieth

No biênio 2019-2020, o Comitê de Patrimônios e Museus teve que lidar com novas e inesperadas situações, que trouxeram novas dificuldades e demandas e nos impuseram uma série de mudanças na nossa forma de atuação. Tivemos que agir em meio a um cenário político ultra-conservador de desmonte das políticas culturais democratizantes erigidas nas últimas décadas – dentre elas as de patrimônios e as de museus –, que incentivaram a participação de movimentos sociais e grupos subalternizados e contribuíram para a representatividade de populações até então invisibilizadas pelas grandes narrativas da nação. O contexto da perda de direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade é concomitante ao enfraquecimento das instituições públicas que desenvolvem políticas de atenção a essa população, à perseguição e à criminalização das ONGs, dos movimentos sociais e das associações profissionais, dentre elas a própria ABA. Tivemos a extinção do Ministério da Cultura – trazendo como consequência o enfraquecimento das políticas de cultura e, no caso do IPHAN, a substituição de funcionários ocupando cargos de direção e chefia por pessoas sem nenhuma experiência profissional na área e sem as competências mínimas exigidas para o provimento dos mesmos.

Além disso, em 2020, tivemos que lidar com as restrições provocadas pela pandemia. Ela nos impôs o distanciamento social e com isso a ruptura das trocas e dos encontros presenciais, com toda a sua intensidade e riqueza afetiva e emocional. A

pandemia alterou drasticamente o modo de funcionamento dos museus – sejam eles grandes museus nacionais ou pequenos museus comunitários – e afetou profundamente a vida de indivíduos e grupos detentores dos patrimônios imateriais, como povos indígenas, quilombolas, demais populações tradicionais e rurais, moradores de favelas e de periferias.

Portanto, no último biênio, o Comitê teve que enfrentar os desafios do ultraconservadorismo político, da pandemia e dos seus múltiplos entrelaçamentos. Nossa atuação se politizou, ou melhor, tratou de tornar ainda mais explícita a dimensão política que sempre perpassa as nossas ações. Se um dos principais papéis do Comitê é o de lutar pela garantia dos direitos de populações em situação de vulnerabilidade – como o direito à cultura e à diversidade cultural – entendemos que, cada vez mais, a nossa prioridade deve ser a de chamar a sociedade civil para participar, construir diálogos, parcerias e pontes, convidando lideranças de movimentos sociais, representantes de grupos étnicos e demais indivíduos e grupos em luta por direitos. Também foi preciso estreitar o diálogo com pesquisadores de diferentes áreas e instituições, com representantes de órgãos públicos e de ONGs.

Mas esse cenário adverso revelou um amadurecimento das ações dos integrantes do Comitê. A necessidade de agir e de se posicionar nos levou a nos reinventarmos para poder reexistir. O novo contexto intensificou e fortaleceu a nossa atuação em rede, tanto a virtual (a web) quanto a rede de pessoas que compõem o Comitê. Assim, nossos encontros, reuniões e ações coletivas não mais obedecem a uma lógica da localidade. O modo remoto de atuar traz muitas perdas, mas também oferece ganhos: nos permite uma maior comunicação e integração entre pessoas de diferentes locais e regiões do país e favorece a realização de atividades conjuntas.

Considerando as características desse novo cenário, o Comitê buscou se posicionar e dar visibilidade a eventos cruciais que ocorreram nesses dois anos. Nesse sentido, gostaríamos de destacar algumas ações realizadas:

1) O ciclo de webinars “Patrimônios, museus e reexistências”, realizado quinzenalmente pelo canal do YouTube da TV ABA entre os meses de junho e novembro, cujos convidados eram lideranças locais e de movimentos sociais, com o intuito de compreender como se reinventavam nesse contexto adverso e de aprofundar o diálogo e as parcerias. O ciclo de eventos foi registrado como projeto de extensão pela UFRN e como atividade complementar pela UFF. Ressaltamos que os webinars tiveram ampla repercussão. A título de exemplo, o 1º webinar, “Os museus sociais”, conta hoje, no início de janeiro de 2021, com mais de 1.500 visualizações.

- 2) A participação no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro que, através de uma série de ações junto à comunidade científica, à mídia e ao poder legislativo, procura denunciar a política de desmonte das instituições públicas e das políticas voltadas para a cultura, os patrimônios e os museus, e reverter algumas dessas ações arbitrárias. O Fórum tem se mostrado um potente espaço de luta política e reúne profissionais de diferentes áreas. Recentemente foram também criados fóruns regionais.
- 3) O Mapeamento das coleções etnográficas do Brasil, que visa disponibilizar em plataforma virtual e gratuita informações acerca de objetos e coleções que fazem referência a grupos indígenas, afro-brasileiros e outros. Essa iniciativa está alinhada com debates e iniciativas sobre descolonização dos museus e busca tornar essas informações acessíveis para as coletividades cujo patrimônio integra as coleções, para pesquisadores e para os demais interessados.
- 4) O pré-evento da 32ª RBA, “Antropologia e museologia social: avanços e desafios”, de 12 a 23 de outubro, em formato virtual, que também buscou se aprofundar no novo contexto político e pandêmico e estreitar o diálogo entre pesquisadores universitários, representantes de instituições museais e lideranças de movimentos sociais.
- 5) A criação do Comitê de Patrimônios e Museus da ANPOCS, coordenado pelo prof. Antônio Augusto Arantes, com o intuito de ampliar os debates, as ações e as redes envolvendo patrimônios e museus.

Também aproveitamos para chamar a atenção para uma particularidade dessa gestão: o maior número de integrantes do comitê e as representações regionais, que atendem ao desejo de ampliar e ramificar as formas de participação. Nesse sentido, a composição do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA buscou atender aos seguintes critérios: a) distribuição pelas diferentes regiões que compõem o território nacional; b) distribuição por diferentes áreas de atuação, tais como os patrimônios afrodescendentes, indígenas, urbanos, museus indígenas e comunitários, dentre outros; c) integração de pesquisadores com experiência e representatividade na área de atuação junto com antropólogos mais jovens e ainda em fase de amadurecimento da sua formação.

Para o próximo biênio (2021-2022), sugerimos considerar a participação de antropólogos negros e indígenas na composição do Comitê, bem como intensificar as representações regionais, inclusive para atender às demandas dos fóruns estaduais de defesa do patrimônio cultural, recentemente criados. Também sugerimos a intensificação

e a dinamização dos meios de comunicação, tanto internos ao próprio comitê e/ou com outros pesquisadores universitários voltados para a questão dos patrimônios e museus, quanto as comunicações voltadas para o público mais amplo, ou seja, a sociedade civil. O incentivo à criação e ao fortalecimento de redes de trabalho que incluam pesquisadores, representantes de órgãos públicos voltados para a defesa dos patrimônios e museus e afins, em articulação com os movimentos sociais, deve ser priorizado para que as informações circulem e que o Comitê possa elaborar estratégias de ação.

A seguir, listamos os eventos, publicações, notas e demais atividades que realizamos em 2019 e 2020.

EVENTOS

1) XIII Reunião de Antropologia do Mercosul/RAM, de 22 a 25 de julho de 2019, na UFRGS, em Porto Alegre.

a) *GT 19 - Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo*

Coordenadores: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO), Adriana Russi (UFF), María Marta Roca (Univ. Nacional de La Plata), Willian Alfonso Lopez Rosas (Universidad Nacional de Colombia)

Resumo: Na atualidade os museus ocupam destacado papel no campo dos direitos humanos, na disseminação da diversidade cultural e na defesa de uma sociedade mais igualitária. A relação entre Antropologia e Museus é antiga e nas últimas décadas vem adotando novos e diferentes percursos. Um aspecto a considerar são os "lugares de memória" como categoria museológica. Novas práticas nos "museus etnográficos" suscitam problemáticas como o da representação. Trata-se de um campo repleto de tensões e assimetrias decorrentes, entre outros, da complexidade de produção de sentido. Na América Latina diferentes perspectivas se consolidam como os processos colaborativos e os museus comunitários. A crescente participação de diferentes grupos sociais nos museus se mostra potente forma de enriquecer a pesquisa, dinamizar o acervo e estimular o debate no contexto museológico. Chama a atenção ainda a constituição de um "patrimônio etnográfico", muitas vezes resultante das pesquisas dos antropólogos em seus trabalhos de campo. Assim, nos interessam também reflexões sobre experiências de exposições que incorporam protagonismos variados de seus públicos. Nesse sentido, queremos ensejar uma reflexão sobre a especificidade do "museu etnográfico" e as novas modalidades de museus a ele associados ou dele decorrentes: os "museus indígenas", os "museus sociais", os "eco-museus". Desejamos reunir projetos e boas práticas nesta área visando construir subsídios para enfrentar alguns desafios do contemporâneo.

b) GT 84 - Patrimônios e políticas culturais: saberes e ações em países sulamericanos

Coordenadores: Renata de Sá Gonçalves (UFF), Julieta Infantino (CONICET/UBA), Hernán Morel (conicet/uba)

Debatedores: Simone Pondé Vassallo (UFF), Camila Mercado (CONICET/UBA)

Resumo: Este grupo de trabalho propõe uma abordagem reflexiva sobre saberes, ações e intervenções no âmbito de projetos e políticas culturais contemporâneas e de processos de patrimonialização, traçando suas trajetórias, avanços e limites nas interlocuções estabelecidas entre diversos agentes governamentais e grupos sociais. Buscamos compreendê-las a partir de suas articulações diante das atuais conjunturas políticas, especialmente no Brasil e na Argentina. Para tanto, buscamos fomentar o debate sobre processos de patrimonialização tendo em vista as "epistemologias e modos de pensar o sul", ao mesmo tempo em que propomos repensar a prática política da produção de conhecimento antropológico. O GT proposto está dividido em dois eixos básicos de interesse: 1) etnografias que explorem aspectos das instituições culturais, desde órgãos de governo, associações, grupos culturais; 2) estudos sobre objetos, expressões culturais, artísticas e festivas à luz do debate sobre formas de transmissão de saber, produção de poder e colonialidade para pensarmos os problemas latino-americanos.

c) MR28 - Políticas e práticas patrimoniais em contextos internacionais

Coordenador/a: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Debatedor/a: Simone Pondé Vassallo (UFF)

Palestrantes: Monica Lacarrieu (UBA); Regina Abreu (UNIRIO); Izabela Tamasso (UFG)

Resumo: As ações de patrimonialização nos países latinoamericanos têm importante papel e destaque pela criação de métodos de pesquisa participativos, pela elaboração e desenvolvimento de inventários e de medidas de salvaguarda, baseadas em pesquisas e processos investigativos com viés antropológico. Esta Mesa Redonda pretende destacar duas diferentes dimensões reflexivas sobre os estudos e as ações de preservação do chamado patrimônio cultural. A primeira é refletir sobre a atuação do trabalho realizado por pesquisadores e profissionais da antropologia em interlocução com organismos, grupos e fóruns voltados nacionalmente e internacionalmente para políticas e ações de preservação e salvaguarda, especialmente no Brasil e na Argentina. A segunda é compreender quais são as tensões, conflitos e desconfortos que emergem em suas ações e instituições movidas pela mediação, negociação e interlocução entre agentes envolvidos na gestão de políticas de preservação e de salvaguarda do patrimônio cultural diante dos cenários políticos contemporâneos. Esta mesa é uma iniciativa do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

c) MR30 - Políticas patrimoniais e populações em situação de vulnerabilidade

Coordenador/a: Simone Pondé Vassallo (UFF)

Debatedor/a: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Palestrantes: Carolina Flavia Crespo (UBA); Luciana Gonçalves Carvalho (UFOPa); Artionka Capiberibe (Unicamp).

Resumo: Nos últimos anos, ocorre no Brasil e em outros países da América Latina uma virada política conservadora que, somada ao avanço das políticas de caráter neoliberal e dos projetos desenvolvimentistas, impacta diretamente na vida de populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, bem como na de moradores de periferias urbanas. Uma de suas consequências diretas é o retrocesso dos direitos dessas minorias e uma crise das políticas culturais e patrimoniais que lhes eram destinadas, colocando em risco o seu patrimônio material e imaterial, os seus modos de vida, a sua integridade física e, num sentido mais amplo, ameaçando a garantia da pluralidade étnico-cultural. Essa mesa-redonda, proposta no âmbito das atividades do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, procura refletir sobre os efeitos e os impactos dessa crise.

2) 43º Encontro Anual da ANPOCS, de 21 a 25 e outubro de 2019, no Hotel Glória, em Caxambu/MG

a) *FR05 - O campo do patrimônio e os desafios da antropologia no Brasil contemporâneo*
Coordenação geral: Simone Vassallo (UFF) e Izabela Tamaso (UFG)

1ª sessão: Antropologia, Estado e Patrimônios

Coordenação: Regina Abreu (Unirio)

Palestrantes: Izabela Tamaso (UFG), Silvana Rubino (Unicamp)

2ª sessão: Antropologia e patrimônio imaterial, entre reflexão e ação

Coordenação: Izabela Tamaso (UFG)

Palestrantes: Regina Abreu (Unirio), João Miguel Sautchuk (UNB), Ana Carolina Nascimento (UFRJ)

3ª sessão: Patrimônios e populações em risco

Coordenadora: Simone Vassallo (UFF)

Palestrantes: José Mauricio Arruti (Unicamp), Luciana Carvalho (Ufopa), Nina Bitar (UFRJ)

3) Palestra Consulta prévia e licenciamento ambiental de mineração em territórios quilombolas de Oriximiná/PA, com Luciana Carvalho (UFOPa), em 13/11/19, na UFF
Organização: Comitê de Patrimônios e Museus e Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Organizadoras: Simone Pondé Vassallo (UFF): Renata de Sá Gonçalves (UFF) e Débora Bronz (UFF)

4) Ciclo de webinars "Patrimônios, museus e reexistências", de junho a novembro de 2020, com transmissão pelo canal do YouTube da TV ABA e disponíveis em <https://www.youtube.com/tvaba>. Conforme ressaltamos, o evento registrado como projeto de extensão pela UFRN e como atividade complementar pela UFF. Ressaltamos que os webinars tiveram ampla repercussão. A título de exemplo, o 1º webinar, "Os museus sociais", conta hoje com cerca de 1.500 visualizações.

Grupo curatorial: Simone Vassallo (UFF), Julie Cavignac (UFRN), Izabela Tamaso (UFG), Renata de Sá Gonçalves (UFF), Luciana Carvalho (UFOPA), Regina Abreu (UNIRIO)

a) *Os Museus Sociais*, em 18/06, com: Simone Vassallo (UFF), Julie Cavignac (UFRN), Marília Xavier Cury (MAE/USP), Mário Chagas (UNIRIO), Auricélia Mercês (Museu Casa Bumba meu boi), Dirce Jorge Kaingang (Museu Woricg), Marivelton Baré (FOIRN).

b) *As Festas Populares*, em 02/07, com: Julie Cavignac (UFRN), Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA), Conceição Cano (CES), Hugo Menezes (UFPe), Guila Xukuru, Claudia Regina Santos (Bumba meu boi da Liberdade), Diego Vale.

c) *Monumentos e espaços públicos*, em 16/07, com: Simone Vassallo (UFF), Izabela Tamaso (UFG), Regina Abreu (UNIRIO), Paulo Raposo (ISCTE/CRIA-Lisboa), Casé Angatu Xukuru (UESC), Belchior Canivete (ARPAC-Moçambique), Humberto Adami (CFOAB).

d) *Lugares e Devoções*, em 30/07, com: Izabela Tamaso (UFG), Renata de Sá Gonçalves (UFF), Joana Correa (IMV e UFNMG), Felipe Berocan (UFF), Isabel Casimira (Reinado 13 de maio/ MG), Rafael Lino Rosa (Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos/GO), Heráclito d'Abadia (Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO).

e) *Patrimônios Alimentares*, em 13/08, com: Julie Cavignac (UFRN), Thais Brito (UFRB), Dalila Kalunga, Mãe Manuela d'Ogum, Paula Balduino de Melo (IFB), May Waddington Telles (UFSB), Nitxinawã Pataxó

f) *Cultura, Democracia e Processos Participativos*, em 27/08, com: Izabela Tamaso (UFG), Renata de Sá Gonçalves (UFF), Regina Abreu (UNIRIO), José Nascimento Jr. (Fiocruz), Mirian Grossi (UFSC/ANPOCS), Antônio Motta (UFPe), Ruben Oliven (UFRGS), Sérgio Mamberti (ator e diretor), Américo Córdula (ator)

g) *Coleções etnográficas: os povos indígenas nos museus*, em 10/09, com: Renato Athias (UFPe), Adriana Russi (UFF), Alexandre Gomes (UFPe), Pascale de Robert

(Musée d'Histoire Naturelle/Paris), Nuno Porto (Museu de Antropologia/Vancouver), Suzenilson Santos Kanindé (Museu Indígena Kanindé/CE), Ronaldo Siqueira Kapinawá (Rede Pernambucana de Museus Indígenas)

h) *Sambas e Rodas*, em 01/10, com: Simone Vassallo (UFF), Renata de Sá Gonçalves (UFF), Maria Laura Cavalcanti (UFRJ), Carlos Sandroni (UFPe), Nilcemar Nogueira (Museu do Samba/RJ), Marquinho China (Partido Alto), Rosildo do Rosário (Rede de Samba de Roda/BA)

i) *Culturas e Territórios*, em 08/10, com: Regina Abreu (UNIRIO), Julie Cavignac (UFRN), Maurício Barros de Castro (UERJ), Mestre Paulão Kikongo (Capoeira Kilombarte), Marilda de Souza (Quilombo Bracuy/RJ), Dauro Prado (Fandango Caiçara/SP), Alexandre Pimentel (UFF)

j) *Territórios Negros*, em 26/11, com: Simone Vassallo (UFF), Geslline Braga (UFPR), Angélica Ferrarez (UERJ), Jocélio Teles dos Santos (UFBa), Gracy Mary Moreira (Casa da Tia Ciata/RJ), Brenda dos Santos (Clubes Sociais Negros/PR), Pedro Neto (Ilé Axé Palepá/USP)

5) Antropologia e museologia social: avanços e desafios, pré-evento da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, de 12 a 23 de outubro de 2020, transmitido pelo canal do YouTube da TV ABA e pelo FB do Comitê de Patrimônios e Museus. Divulgação: https://www.instagram.com/pre32rba_patrimoniosemuseus

Organização: Regina Abreu (UNIRIO), Simone Vassallo (UFF), Adriana Russi (UFF)

Realização: Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, Museu da República, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Departamento de Patrimônio Imaterial/IPHAN.

A trajetória da Antropologia Social e/ou Cultural tem sido pautada por forte relação com o universo dos museus. Desde os primórdios de sua formação como área de produção de conhecimento, as concepções sobre a cultura material, o colecionamento e a representação dos povos estudados na coleta de acervo de cultura material e em exposições museológicas multiplicaram-se e trouxeram perspectivas diversas. Dos museus enciclopédicos que visavam um conhecimento científico amplo às segmentações do campo de produção do conhecimento que geraram diferentes tipos de museus, entre os quais os museus antropológicos, passamos por importantes debates sobre o lugar dos museus enquanto dispositivo no conjunto das possibilidades para a pesquisa e a construção do saber sobre as diferentes culturas no contexto da Antropologia Social e/ou Cultural. Um dos enfrentamentos neste campo diz respeito aos processos decoloniais que intensificaram-se no contemporâneo e abriram caminho para debates cruciais no contexto do universo museológico. Os movimentos sociais afirmaram

novos processos de construção identitária e de afirmação dos sujeitos que impactaram a pesquisa e a produção do conhecimento sobre diferentes sociedades e culturas. Nos museus, as consequências tem sido especialmente significativas, abrindo espaço para novas formas de colecionamento, de exposição e de representação, bem como, para repensar o papel e a função dos museus enquanto instituições públicas e ferramentas que se abrem para a criatividade e o protagonismo dos novos sujeitos no contemporâneo. A Museologia Social traduz e expressa algumas das tonalidades e formas deste movimento singular no campo específico dos museus. Museus comunitários e sociais; exposições com curadorias compartilhadas entre museólogos, pesquisadores e interlocutores; participação ativa de movimentos sociais no contexto dos museus; releituras de coleções à luz de interpretações participativas e colaborativas entre diferentes agentes são algumas das Museologia.

Este Simpósio pretende trazer para a roda narrativas de experiências vividas em contextos museológicos entre diferentes sujeitos implicados na construção de um processo de conhecimento ativo e dinâmico que leve em consideração o conjunto de aspirações voltadas para a construção de uma sociedade diversificada e plural. Adotamos o formato de “Rodas de Conversa” com o objetivo de propiciar um ambiente propício à troca de experiências e à reflexão conjunta dos temas propostos.

a) Atividades assíncronas: de 12 a 18 de outubro

12 de outubro (2ª feira)

16h (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro – REMUS-RJ

Exibição das fotos da Exposição “Rio Somos Nós!”, realizada no Museu de Antropologia de Madrid, sobre alguns museus da REMUS-RJ

Exibição do documentário REMUS-RJ

Museus participantes: Museu da Maré, Museu Vivo de São Bento, Museu de Favela, Memórias do Cerro Corá, Museu das Remoções, Museu Sankofa da Rocinha, Ecomuseu de Sepetiba, Raízes de Gericinó- Museu Casa Bumba meu Boi.

13 de outubro (3ª feira)

16h – 16h30 (Youtube/TVABA)

Exibição do filme “Nosso Sagrado”

Direção: Fernando Sousa, Gabriel Barbosa e Jorge Santana

16h30 – 18h (Youtube/TVABA)

Roda de conversa sobre a Campanha Liberte o Nosso Sagrado e a transferência da Coleção “Sagrada Afro-Brasileira” do Museu da Polícia Civil/RJ para o Museu da República.

Mediador: Mário Chagas (Diretor do Museu da República)

Participantes: Mãe Meninazinha de Oxum (Iyalorixá do Ilê Omolu Oxum); Thiago Azeredo (Pai Pequeno do Templo do Vale do Sol e da Lua); Jorge Santana (Diretor do filme Nosso Sagrado).

14 de outubro (4ª feira)

11h (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

Apresentação dos trabalhos dos Pós-Graduandos

16h – 18h (Youtube/ TVABA)

Inauguração da Exposição “Pequena África – Valongo”

Exposição de fotos de Milton Guran e João Maurício Bragança sobre o Cais do Valongo.

Curadoria – Milton Guran

18h – 20h (Youtube/ TV ABA)

Lançamento do portal “Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste”

Dia 15 de outubro (5ª feira)

11h (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

A antropologia e os museus: curadoria e gestão

Esta série apresenta um conjunto de curtos relatos sobre a experiência de antropólogos e sua atuação nos museus e centros de memória e cultura. Seu objetivo é o de abrir um diálogo sobre os desafios, tensões e a especificidade do olhar antropológico no exercício de atividades como a curadoria e gestão de exposições, coleções e instituições.

14h (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

Exibição do vídeo do Mapeamento das Coleções Etnográficas

16h Etnodoc (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

Exibição dos 46 documentários produzidos através das 3 edições do Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial (Etnodoc).

Dia 16 de outubro (6ª feira)

11h (Facebook/Comitê-de-Patrimônios-e-Museus-da-ABA)

Exibição do vídeo "Fazendo canoas" oficina da canoa - povo Katxuyana

Vídeo produzido como ação de pesquisa da extensão da UFF com o povo Katxuyana (aldeia Santidade - Oriximiná/PA), a partir de um objeto deste povo que integra o acervo do Museu Nacional da Dinamarca (Copenhagen).

16h – 19h (Youtube/ TVABA)

Fórum Virtual de Museus Indígenas* - Uma homenagem a Nino Tikuna

Coordenadores: Alexandre Gomes/UFPE e Suzenilson Santos/UNILAB

O Fórum Virtual de Museus Indígenas no Brasil, realizado por meio de uma parceria entre a Rede Indígena de Memória e Museologia Social e o Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia/ABA, reunirá representantes de iniciativas de memória e patrimônio cultural que desenvolvem processos museológicos e educacionais em seus territórios, a fim de dar continuidade às trocas de experiências e saberes, articulação interinstitucional e formação em rede, propiciados pelos encontros e atividades desenvolvidas pela Rede Indígena nos últimos anos.

b) Atividades síncronas: de 19 a 23 de outubro

Dia 19 de outubro (2ª feira)

16h (Youtube/ TVABA)

Abertura:

Maria Filomena Gregori (Presidenta da ABA)

Simone Vassallo (Coordenadora do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA)

16h15 - 18h15 (Youtube/ TVABA)

Roda de Conversa 1: Experiências antropológicas em museus no Rio de Janeiro - relato de experiências

Coordenadora: Regina Abreu (UNIRIO)

Palestrantes: Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ); Claudia Márcia Ferreira (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular); José Carlos Levinho (Pesquisador e Diretor do Museu do Índio entre 1995 e 2019); Angela Mascelani (Museu Casa do Pontal); Mario Chagas (Museu da República e UNIRIO); Comentadora: Regina Abreu (UNIRIO)

Dia 20 de outubro (3ª feira)

11h - 13h (Youtube/ TVABA)

Sessão de debates dos trabalhos dos pós-graduandos

Dia 21 de outubro (4ª feira)

16h - 18h (Youtube/ TVABA)

Roda de Conversa 2: Experiências antropológicas em museus sociais no Rio de Janeiro - Relatos de experiências de lideranças

Coordenadora: Simone Vassallo (UFF)

Palestrantes: Marlucia Santos de Souza (Museu Vivo de São Bento); Auricélia Mercês (Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó); Marjorie de Almeida Botelho (Ecomuseu Rural de Barra Alegre); Cláudia Rose (Museu da Maré); Eunice Batista

Laroque (Museu de Arqueologia de Itaipu) ; Comentador: Mário Chagas (Museu da República e UNIRIO)

Dia 22 de outubro (5ª feira)

11h - 13h (Youtube/ TVABA)

Sessão de debates dos trabalhos dos pós-graduandos

Dia 23 de outubro (6ª feira)

16h - 18h (Youtube/ TVABA)

Roda de Conversa 3: Experiências antropológicas e os museus no Brasil - Relatos de experiências

Coordenadora: Julie Cavignac (UFRN)

Palestrantes: Renato Athias (UFPE); Marília Xavier Cury (USP); Manuel Ferreira Lima (UFG); Ana Vilacy Galucio (Museu Paraense Emílio Goeldi); Hein van der Voort (Museu Paraense Emílio Goeldi); João Pacheco (UFRJ); Comentadora: Adriana Russi (UFF)
18h15 - 19h30 Plenária Final (integrantes do Comitê)

6) 32a Reunião Brasileira de Antropologia, de 30 de outubro a 6 de novembro de 2020 (evento virtual)

a) *SE020 - O campo do patrimônio: desafios, tensões, experiências*

Coordenação: Simone Vassallo (UFF) e Julie Cavignac (UFRN)

Resumo: Desde a década de 1930 até os dias de hoje, as práticas e as políticas de preservação patrimonial se transformaram substancialmente. Se até os anos 1970 os órgãos oficiais compreendiam apenas o patrimônio histórico e artístico nacional, incluem hoje os patrimônios imaterial, genético, intelectual, etc. O diálogo com a antropologia se intensificou e a definição de patrimônio se inspirou na noção antropológica de cultura, entendendo-o a partir das intensas redes de relações que se tecem entre pessoas, objetos, lugares e práticas. As ações de preservação se tornaram mais participativas e requerem a atuação das populações diretamente envolvidas.

Novos atores se inseriram no campo do patrimônio, como antropólogos e lideranças de associações da sociedade civil, os chamados “detentores”. Com isso, as práticas patrimoniais adquirem uma nova conotação política, pois se entrelaçam a outras modalidades de reconhecimento e reivindicação de direitos, como o direito à terra, à diversidade cultural, à democratização da educação, etc. Assim, indivíduos e grupos – com ou sem o apoio de órgãos públicos – realizam os seus próprios processos de patrimonialização em meio às suas lutas por acesso a direitos.

Esse simpósio, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, busca refletir sobre o atual estado das práticas patrimoniais e suas tensões, através da participação

de antropólogos, pesquisadores de áreas afins e lideranças de movimentos sociais diretamente envolvidas nesses processos.

1ª sessão: O campo dos patrimônios e dos museus: balanços e perspectivas

Palestrantes: Antônio Augusto Arantes (Unicamp); Izabela Tamaso (UFG); Antonio Motta (UFPE)

Debatedora: Regina Abreu (Unirio)

2ª sessão: Áfricas em redes – patrimônios, museus e educação

Palestrantes: Dragoss Ouedraogo (Université de Bordeaux); Maria Alice Rezende (UERJ); Livio Sansone (UFBA)

Debatedora: Julie Cavnac (UFRN)

3ª sessão (roda de conversa): Processos de patrimonialização: tensões e experiências na perspectiva dos detentores

Participantes: Raimunda Santana de Azevedo /ASARISAN (Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarem); Tayse Campos (Comunidade Indígena do Aramelão – RN); Francisco Cândido Firmiano Jr. (Comunidade Quilombola de Coqueiros – RN); Maria de Fatima da Silveira Santos (Jongo de Pinheiral – RJ); Mestre Paulão Kikongo (Associação Capoeira Kilombarte – RJ); Rogério Rodrigues Santos (Diretor do Departamento Cultural da Portela – RJ). Mediadora: Simone Vassallo (UFF)

7) 44º Encontro Anual da ANPOCS, de 01 a 11 de dezembro de 2020

a) *CL06: Políticas culturais, patrimônios e museus no contexto da crise política e sanitária*

Coordenadoras: Izabela Tamaso (UFG) e Simone Vassallo (UFF)

Palestrantes: Antônio Motta (UFPE); Regina Abreu (UNIRIO); Suzenilson da Silva Santos (Museu Indígena Kanindé/UNILAB); Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão - Grupo Capoeira Kilombarte/UFRRJ)

PUBLICAÇÕES

TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (orgs.). A Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus. Ed. Imprensa Universitária UFG e ABA Publicações, 2019. (Esse livro é fruto da gestão de Izabela Tamaso e Renata Gonçalves na coordenação do Comitê de Patrimônios e Museus, no biênio 2015 - 2016. Foi um dos finalistas do Concurso Brasileiro ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais 2020).

ABREU, Regina; MACIEL, Maria Eunice (orgs.). Dossiê Antropologia dos Museus – Revista Horizontes Antropológicos – UFRGS, n. 53, 2019. (Esse dossiê é fruto da gestão

de Regina Abreu e Simone Vassallo na coordenação do Comitê de Patrimônios e Museus, de 2017 a 2018). Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-718320190001&lng=pt&nrm=iso

OSÓRIO, Patrícia; VASSALLO, Simone (orgs.). Dossiê Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia - Revista ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste - Vol. 6, Nº11, JAN/JUL 2019. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/issue/view/515>

ABREU, Regina; RUSSO, Jane; VASSALLO, Simone; TAMASO, Izabela; AZIZE, Rogério; CARRARA, Sérgio. “Sobre a cidade”. Carta de apresentação da cidade do Rio de Janeiro publicada no site da 32a Reunião Brasileira de Antropologia, de 30 de outubro a 6 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.32rba.abant.org.br/cidade>

CAVIGNAC, Julie; VASSALLO, Simone; ABREU, Regina (orgs.). Patrimônios e museus: futuros possíveis. Ed. UFRN e ABA Publicações (em elaboração).

DIVERSOS

1) Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil

Equipe: Adriana Russi (UFF), Lucia Van Velthen (Museu Paraense Goeldi), Priscila Faulhaber (MAST), Renato Athias (UFPe), Alexandre Gomes (UFPe), Marília Xavier Cury (USP), Daniel Reis (Museu do Folclore Édison Carneiro), Elizabete Mendonça (UNIRIO), Geslline Braga (UFPR)

Em dezembro de 2018 o Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia realizou o Seminário Antropologia e Museus: desafios do contemporâneo. Ao final deste evento, entre outras deliberações, o Comitê se lançou no desafio de realizar um mapeamento das coleções etnográficas no Brasil. A iniciativa do mapeamento visa identificar objetos e coleções etnográficas que estejam sob a guarda de museus, centros culturais e outras iniciativas culturais comunitárias. De acordo com o IBRAM, o Brasil tem hoje 3.898 instituições museais. Centenas delas possuem artefatos que podem ser considerados “etnográficos”. Eles podem ser objetos isolados ou coleções fazendo referência a diferentes grupos sociais, como indígenas, afro-brasileiros, imigrantes de diferentes origens, bem como objetos de arte de da cultura popular, representativos do cotidiano ou de momentos festivos e especiais desses inúmeros grupos.

Os movimentos de descolonização dos museus e suas coleções estão imbuídos de um comprometimento ético e social em relação aos grupos cujo patrimônio é parte de suas coleções. Por isso, o principal objetivo deste mapeamento é conseguir congreg

numa única plataforma digital, de acesso gratuito, informações gerais sobre estas coleções. A intenção é que no futuro tais informações poderão ter distintos usos e desdobramentos, quer entre as comunidades representadas nas coleções, quer para os próprios museus, quer entre pesquisadores ou mesmo para a sociedade de forma geral. A equipe conta hoje com mais de 30 pessoas envolvidas, subdivididas pelas diferentes regiões do país. A coleta de dados para a primeira fase do mapeamento deverá ocorrer em 2021 e 2022 através de parceria a ser celebrada com o IBRAM.

Destacamos o vídeo de apresentação do projeto, produzido pela equipe e lançado durante o pré-evento do Comitê na 32a RBA. O vídeo está disponível no FB do Comitê de Patrimônios e Museus, no link: <https://www.facebook.com/830797110290298/videos/366306674559969>

2) Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e Fóruns Estaduais de Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Desde 2016 e, mais criticamente, após o início do atual governo brasileiro, em 2019, o Brasil passa por um período de muitos retrocessos nas esferas social, ambiental e cultural, com a extinção ou a interferência política em instituições, ministérios e conselhos participativos. A estrutura administrativa do Iphan tem sofrido, neste período, diversos ataques que fragilizam sua atuação histórica frente às realidades plurais do patrimônio na sociedade. Exemplo disso foi a nomeação para a Presidência do Iphan de pessoa sem a necessária formação e experiência profissional, em flagrante ação de deslegitimação do saber científico e técnico que sempre caracterizou a instituição. Essa nomeação para o cargo mais importante do órgão ocorre em meio a muitas outras, realizadas nos últimos meses, para os cargos de chefia das Superintendências do Iphan e para outros cargos técnicos de chefia, sem que fossem atendidos os critérios e o perfil profissional mínimo exigidos para o exercício das funções. Sem o necessário conhecimento técnico nos postos-chave, coloca-se em risco todo o funcionamento da estrutura de preservação do patrimônio material, imaterial e ambiental - incluindo o patrimônio indígena e o quilombola - , provocando perdas irreparáveis.

O Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro foi criado em fins de 2019 para fazer frente a esse cenário de desmonte das políticas relacionadas à proteção do patrimônio cultural. O Fórum é composto de 18 entidades, dentre elas a ABA, representada pelo Comitê de Patrimônios e Museus. Dentre as entidades que compõem o Fórum podemos citar: ANPOCS, ABEA, ANPUH, ANPEGE, DOCOMOMO Brasil, IAB, ICOM Brasil e SAB. Desde a sua criação, o Fórum procura atuar em 3 frentes: 1) junto à comunidade científica nacional e internacional; 2) junto ao poder legislativo; 3) na grande imprensa. Para tanto, vem realizando lives, manifestos e várias outras ações. No 2º semestre de 2020 foram criados fóruns regionais em cada

estado da federação, com o intuito de ampliar a rede e fortalecer as ações. No entanto, a ABA ainda não possui representante em diversos fóruns regionais e no biênio 2021-2022 será necessário ampliar essa representação. Dentre as atividades realizadas pelo Fórum, podemos citar:

a) *Live Salve Cultura: unidos pelo patrimônio*, em 24/05/20, às 17h, transmitida pelo FB IAB.org.br, com a participação de : Zeca Baleiro, Ana de Hollanda, Juca Ferreira, João José Reis, Marcelo Calero, Boi da Maioba, Mestre Paulão Capoeira Kicongo e mais;

b) *Live Em Defesa do Patrimônio Imaterial*, em 17/12/20, às 19h, transmitida em youtube.com/c/forumpatrimoniobr, com: Márcia Santanna, Hermano Queiroz, Antônio Augusto Arantes, Nivaldo Andrade e outros.

3) Criação do Comitê de Patrimônios e Museus da Anpocs

O Comitê de Patrimônios e Museus da ABA esteve à frente dessa importante ação, apoiando a iniciativa de Miriam Grossi, então diretora da ANPOCS, e de Cornélia Eckert, representante da ANPOCS no Fórum Nacional de Defesa do Patrimônio Cultural. A criação do Comitê ocorreu no 2º semestre de 2020 e já foi acatada pela nova diretoria da ANPOCS, tendo o antropólogo Antônio Augusto Arantes como coordenador.

4) Jornadas Republicanas no Museu da República - Rio de Janeiro

Coordenação: Mário Chagas

a) *66ª Jornada Republicana - Museu Afro Digital: memórias plurais e imagens afrodiaspóricas*, em 22/09/2020. Debatedoras: Ana Paula Alves Ribeiro e Maria Alice Rezende Gonçalves. Mediação de Maria Helena Versiani. Evento on-line disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?v=791063808315467&ref=watch_permalink

b) *67ª Jornada Republicana – Cuidando do Nosso Sagrado*, em 29/10/2020. Debatedores: Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce d'lansã e Mario Chagas. Mediação de Maria Helena Versiani. Evento on-line disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?v=442268626745160&ref=watch_permalink

c) *69ª Jornada Republicana – Cuidando do Sagrado Afro-Brasileiro: em defesa das liberdades religiosas*, em 30/11/2020. Debatedores: Thales Vieira e Fernando Sousa. Mediação de Mario Chagas. Evento on-line disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?v=689257221765603&ref=watch_permalink

d) *Live – Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo*, Museu Vivo do São Bento e Museu da República, em 10/11/2020. Debatedoras: Maria Helena

Versiani e Graça Teixeira. Mediação de Deise Guilhermina. Evento on-line disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jo5En_YQxBQ

e) *Live – Cuidando do Nosso Sagrado: fazendo justiça ao sagrado*, Museu Vivo do São Bento e Museu da República, em 04/11/2020. Debatedores: Mario Chagas e Julio José Araújo Junior. Mediação de Deise Guilhermina. Evento on-line disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=24Mca4c91il>

f) *Live – A língua apátrida*, Museu da República, em 28/08/2020. Palestrante: Francisco César Manhães Monteiro. Mediação de Maria Helena Versiani. Evento on-line disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qm_ml1KKJVw&t=693s

5) Notas, cartas e moções

a) *Nota de apoio à decisão do Museu Americano de História Natural* de não sediar evento em homenagem ao Presidente da República promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em 16 de abril de 2019, disponível em <http://www.portal.abant.org.br/2019/04/25/informativo-n-07-2019-25-04-2019/>

b) Nota de defesa do IPHAN intitulada “*IPHAN, patrimônio brasileiro em risco*”, de 23 de setembro de 2019, disponível em <http://www.portal.abant.org.br/2019/09/23/iphan-patrimonio-brasileiro-em-risco/>

c) *Manifesto em defesa do IPHAN*, elaborado pelo Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro em 12 de maio de 2020, publicado em 4 línguas e assinado pela ABA. Disponível em <http://www.portal.abant.org.br/manifestacoes/> e em http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec5606c8f533.pdf para a versão em português.

d) *Nota de repúdio à destituição de Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*, de 04 de dezembro de 2020, disponível em <http://www.portal.abant.org.br/2020/12/07/nota-de-repudio-do-comite-patrimonios-emuseus-da-aba/>

Relatório do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Coordenação: Deborah Bronz (UFF).

Membros: Andréa Zhouri (UFMG), Sônia Magalhães (UFPA), Stephen Baines (UnB), Ana Flávia Santos (UFMG) e Raquel Oliveira (UFMG).

Nestes dois últimos anos, a atuação do Comitê lidou com importantes transformações nas políticas ambientais do país e com situações de ameaças aos direitos socioambientais de todos os brasileiros, sobretudo de povos e comunidades tradicionais. O presente relatório visa apresentar uma síntese dos temas endereçados nas atividades e manifestações do Comitê. Nossas ações, ora narradas em retrospectiva, contam também sobre o envolvimento dos integrantes do Comitê com esse campo e sobre nossa aproximação com situações de pesquisa associadas a conflitos socioambientais, grandes projetos, desastres e seus efeitos sobre povos e comunidades tradicionais.

Iniciamos 2019 dando continuidade a algumas questões que já se faziam presentes no cenário nacional, fomentando os debates sobre a “desregulação” da legislação ambiental presentes na agenda pública desde o início da presente década. Na gestão anterior, como integrantes da ABA e do próprio Comitê, vimos denunciando as propostas de revisão da Lei do Licenciamento Ambiental e dos códigos Florestal, da Mineração, de Unidades de Conservação etc.

Neste mesmo ano, o Presidente Jair Messias Bolsonaro assumiu o Governo Federal. Ao mesmo tempo em que deu continuidade aos projetos de revisão legal, imprimiu mudanças importantes no rumo das políticas ambientais do país. Vimos o antiambientalismo e o anti-indigenismo ganhar força como ideologias assumidas por importantes quadros deste governo – considerando, sob o “guarda-chuva” dessa última expressão, as atitudes e expressões contrárias aos direitos indígenas e quilombolas, assim como as manifestações racistas expressas a respeito de tais grupos. Em 01 de agosto de 2019, publicamos pela ABA e pelo Comitê uma nota intitulada Contra o desmanche ambiental e a violência decorrente. Reunimos na nota uma série de processos que não se restringiam mais apenas às propostas de revisão legal tramitadas no legislativo, mas outras ações movidas para desmanchar, fazer desaparecer os objetivos e os pressupostos dos direitos socioambientais duramente conquistados desde a CF de 1988.

Em outubro de 2019, o Comitê participou ativamente da organização do Fórum da ABA na ANPOCS, intitulado “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal. Fórum de debates sobre o acirramento dos conflitos socioambientais e urbanos”. Convidamos outros pesquisadores para dialogar com os integrantes do Comitê sobre as mudanças em curso. Algumas ideias foram sendo consolidadas em torno aos processos de desregulação e desmanche da política ambiental. Sintetizamos em seguida algumas das ações nesta direção, incorporadas nos documentos e nos debates promovidos pelo Comitê:

- 1) Sucateamento de órgãos públicos ambientais e de defesa dos direitos de povos;

tradicionais: sem funcionários, concursos, sem recursos;

- 2) Criminalização das práticas de funcionários públicos;
- 3) Criminalização dos movimentos sociais, de lideranças indígenas e quilombolas;
- 4) Anistia de multas por crimes ambientais;
- 5) Paralisia nos julgamentos da reparação de desastres;
- 6) Mudanças na estrutura administrativa do Estado: secretarias, ministérios, órgãos da administração direta e indireta;
- 7) Mudanças ou ocupação dos cargos executivos por militares, representantes da ala ideológica do governo e representantes dos setores do agronegócio e da mineração;
- 8) Aumento significativo do número de reformas infralegais que independem da aprovação no congresso – instruções normativas, decretos, pareceres, liberação de licenças etc.;
- 9) Pressão para votação das reformas legais no congresso;
- 10) Questionamento dos dados e pesquisas científicas produzidas por instituições públicas de pesquisa;
- 11) Conflitos diplomáticos envolvendo países com destaque na cena ambientalista e comprometendo recursos para conservação da Amazônia.

Todo esse arsenal montado na guerra contra o aparato estatal voltado para a defesa dos direitos socioambientais vem causando, como todos sabemos, destruição em massa. Os crimes dessa guerra são o ecocídio e o genocídio (noções também posteriormente abordadas no Simpósio Especial que organizamos na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, em novembro de 2020).

A partir do aumento das queimadas na Amazônia, observado em agosto de 2019, no dia 11 de setembro de 2019, publicamos pela ABA e pelo Comitê uma carta de apoio à denúncia da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) e pelo World Council of Anthropological Associations (WCAA) ao Tribunal Penal Internacional contra o governo brasileiro por ecocídio na Amazônia e o genocídio cultural decorrente. A denúncia ao tribunal internacional exigia medidas imediatas de prevenção a novos focos de incêndios, de recuperação das áreas degradadas e de compensação socioambiental aos povos habitantes da floresta amazônica.

Durante a pandemia de COVID, vimos aprofundar o fosso das políticas ambientais, e ampliarem os efeitos socioambientais da desregulação ao desmanche. A fala do ministro de Meio Ambiente Ricardo Salles, na reunião ministerial realizada no dia

22 de abril de 2020, sugerindo às autoridades presentes que aproveitassem o momento para “ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento, ir simplificando normas” (STF..., 2020), de certo modo, sintetizava aquilo que vínhamos tratando e denunciando como Comitê. Foi uma espécie de testemunho ou confissão. Mais uma nota foi publicada pelo Comitê nesse momento, *NOTA DE REPÚDIO DA ABA ÀS DECLARAÇÕES DO MINISTRO RICARDO SALLES*, em 25 de maio de 2020.

Na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia organizamos o Simpósio Especial “Direitos dos Povos Tradicionais e Antropologia na atual conjuntura brasileira: ameaças e perspectivas”. Na proposta do simpósio fizemos menção ao nosso engajamento na defesa dos direitos constitucionalmente reconhecidos e ao fato da formação de Comitês no interior da Associação Brasileira de Antropologia ser uma evidência desse movimento entre reflexão teórica e ação coletiva, que se agudiza em momentos de crise. Na ocasião, fizemos um balanço das interpretações e dos efeitos das mudanças indicadas, dos desafios e das perspectivas, das formas de resistência e do nosso papel como antropólogos atuando em tais cenários. Nosso simpósio teve a presença de acadêmicos, de representantes de coletivos e movimentos sociais, assim como do MPF.

Claro está que Notas de Repúdio, Moções, Cartas de Apoio e demais documentos desse tipo não produzem o efeito de fazer valer nossas palavras de denúncia, repúdio ou condenação. Mas produzem outros efeitos importantes como: evidenciar e documentar um posicionamento institucional claro de nossa associação, construindo um registro histórico desse posicionamento; estabelecer um consenso profissional e associativo em torno às pautas políticas relevantes e às lutas que precisam ser travadas; e, ainda, condensar ideias e dar sentido pragmático às nossas teorias. As notas constituem parte de nossa produção técnica e de nosso arcabouço conceitual. São resultado de um árduo trabalho de elaboração e de síntese. Através delas exigimos justiça e nos relacionamos diretamente com o sistema burocrático e legal do Estado, sendo deslocados do mundo privado dos nossos “campos” e nos constituindo como “comunidades políticas”, de modo a contribuir para a ressignificação dos sentidos da política socioambiental e de suas concepções morais.

Em seguida, apresentamos uma lista completa das atividades e documentos que foram organizados ou tiveram a participação do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grand Projetos na gestão 2019-2020 da ABA.

AÇÕES DO COMITÊ ENTRE 2019 E 2020

1) Notas redigidas pelo Comitê

a) *Nota de repúdio da aba ao desastre da Vale em Brumadinho/MG e de solidariedade aos atingidos* - Brasília/DF, 29 de janeiro de 2019.

b) *Contra o desmanche ambiental e a violência decorrente* - Brasília, 01 de agosto de 2019.

c) *Apoio à denúncia da IUAES e da WCAA ao Tribunal Penal Internacional*

d) *Contra o governo brasileiro por ecocídio na Amazônia e o genocídio cultural decorrente* - Brasília/DF, 11 de setembro de 2019

e) *Nota de repúdio da ABA às declarações do Ministro Ricardo Salles* - Brasília, 25 de maio de 2020.

f) *Nota pública da ABA em solidariedade ao Procurador da República Wilson Rocha* – 18 de agosto de 2020.

g) *Nota de pesar pelo falecimento de José Carlos Arara*, liderança indígena do movimento de resistência à hidrelétrica Belo Monte – 11 de junho de 2020.

h) *Moção contra o desmanche ambiental e pela proteção dos territórios tradicionais do Brasil*, aprovada pela assembleia geral da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 5 de novembro de 2020.

2) Notas assinadas pelo Comitê através da ABA

a) *Nota sobre o projeto Barão do Rio Branco* - Brasília, 28 de maio de 2019.

b) *Assinatura de Nota sobre a Construção da Central Nuclear do Nordeste*, elaborado pela Eletrobrás/Eletronuclear e planejado para ser implantado nas margens do Rio São Francisco, no município de Itacuruba, Sertão de Itaparica, Pernambuco. Novembro de 2019.

c) Assinatura da *carta elaborada pela Sociedade de Botânica do Brasil* que solicita a Revogação do Decreto Nº 10.084, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, que trata do cultivo da cana de açúcar na Amazônia. Dezembro de 2019.

d) Carta da ABA em *Apoio e solidariedade ao povo Waimiri Atroari*, reiterando a nota pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns, datada de 04 de junho de 2019.

e) Ofício enviado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA): Ref.: *invasões de madeireiros, garimpeiros e caçadores irregulares em terras indígenas e unidades de conservação*. Abril 2020.

f) *Moções elaboradas por outros comitês durante a 32ª RBA (Moção contra o desmonte das políticas de implementação dos direitos dos povos indígenas no Brasil; Moção de apelo da ABA ao STF contra o estabelecimento de um marco temporal para o reconhecimento de terras indígenas no Brasil)*

3) Cartas, Manifestos e Abaixo-Assinados com a assinatura do Comitê

- a) *Carta em defesa da vida e em repúdio ao projeto de implantação de novas usinas nucleares no Brasil, em especial no município de Itacuruba, Pernambuco* – 28 de maio de 2019 disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/CARTA%20USINA%20NUCLEAR%20COM%20ADES%C3%95ES%20AMPLIADAS%20JUNHO.pdf>
- b) *Apoio contra o desmonte do Sistema Nacional de Meio Ambiente*. Subscrição de representação à Procuradoria Geral da República. PROAM – julho de 2019 disponível em: <http://www.proam.org.br/2008/imagens/documentos/150.pdf>
- c) *Carta aberta sobre os recentes eventos na E. E. Jureia-itatins, São Paulo* – 25 de julho de 2019. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/carta_aberta_em_defesa_da_familia_prado_-_jureia_2019.pdf
- d) Nota Técnica sobre projeto de lei de licenciamento ambiental no Brasil. *Kataguirí interrompe negociações e propõe graves retrocessos no Licenciamento Ambiental* – 13 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2019/08/Nota-Licenciamento-Ambiental-Vers%C3%A3o-final-com-assinaturas.pdf>
- e) Amazon Watch. *Declaração em solidariedade aos povos indígenas frente ao novo coronavírus*. Abaixo-assinado em apoio aos Povos Indígenas da Amazônia frente à COVID-19 – 10 de abril de 2020. Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2020-04-covid-moratorium-letter-pt.pdf>

ATIVIDADES ORGANIZADAS PELO COMITÊ EM EVENTOS

1) Fórum ABA/ANPOCS – outubro de 2019

- a) *FR01 Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal. Fórum de debates sobre o acirramento dos conflitos socioambientais e urbanos* (coordenação geral: Deborah Bronz (UFF), Adriana Vianna (MN/UFRJ), Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA).

O Comitê organizou e participou das duas primeiras sessões do Fórum:

1ª sessão: Desastres, violências e violações socioambientais (22/10/2019)

Palestrantes: Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Horácio Antunes de Sant'Ana Junior (UFMA) e Raquel Oliveira (UFMG). Debatedora: Edna Castro

2ª sessão: Políticas de Estado para o desenvolvimento, desregulação ambiental e seus efeitos sociais e territoriais (23/10/2019)

Palestrantes: Thereza Meneses (UFRRJ), Stephen Baines (UNB), Sônia Magalhães (UFPA). Debatedora: Andrea Zhouri

2) Webinário: Povos Tradicionais e contrapolíticas em tempos de pandemia – 17 de agosto de 2020

Coordenação: Sônia Magalhães (UFPA)

Integrantes da mesa: Putira Sacuena (Doutoranda em Antropologia na UFPA, assessora da Associação de Povos Indígenas Estudantes na UFPA); Antonia Melo (Coordenadora do Movimento Xingu Vivo pra Sempre); Thais Santi (Procuradora da República em Altamira/ PA), Andrea Zhouri (UFMG).

Mediação: Deborah Bronz (UFF)

3) 32ª Reunião Brasileira de Antropologia

a) Simpósio Especial 011 – *Direitos dos Povos Tradicionais e Antropologia na atual conjuntura brasileira: ameaças e perspectivas*

Coordenador(es): Deborah Bronz (UFF), Andrea Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Antropologia, colonialidade e ‘desenvolvimento’

Participante(s): Deborah Bronz (UFF); Raquel Giffoni Pinto (UFF); Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor/a: Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

Sessão 2 - Povos Tradicionais e Antropólogos: ações e reflexões sobre ecocídio e etnocídio

Participante(s): Henyo Trindade Barretto Filho (DAN/UnB), Thais Santi Cardoso da Silva (Ministério Público Federal)

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Sessão 3 - Roda de conversa: A defesa dos direitos frente aos grandes projetos e desastres

Participante(s): Luzia Nazaré Motta Queiroz (Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana); Raimunda Gomes da Silva (Conselho Ribeirinho); Raquel Oliveira Santos Teixeira (GESTA-UFMG)

Debatedora: Antonia Melo (MOVIMENTO XINGU VIVO)

b) GT 27 - *Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais*

Coordenação: Stephen Grant Baines (UNB) e Andréa Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas antiindígenas.

Debatedor: Stephen Grant Baines (UNB)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização. Debatedora: Andréa Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso. Debatedora: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA).

4) Outras participações dos integrantes do Comitê em atividades

a) 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Campo Grande, 25 de julho de 2019. *Desregulação ambiental e a produção continuada de desastres*. Conferência apresentada por Andrea Zhouri.

b) 72ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mesa virtual transmitida pela TV ABA, 4 de dezembro de 2020. *Violência estatal, violação de direitos e criminalização das lutas sociais no Brasil (ABA)*. Coordenação de Maria Filomena Gregori e participação de Deborah Bronz.

c) *Conselho Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais*, 6ª Câmara Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão – 6ª CCR), do Ministério Público Federal (MPF). Participação de Stephen Baines como representante titular da ABA, Gestão 2019-2000. O comitê realizou uma série de reuniões, incluindo: reuniões na 6a Câmara do MPF, IV Oficina da Plataforma de Territórios Tradicionais (no auditório do Conselho Superior, Procuradoria Geral da República - PGR), 2a reunião do Conselho Gestor da Plataforma Digital de Territórios Tradicionais. Um relatório detalhado dessa participação foi encaminhado à ABA por Stephen Baines.

d) *Brazilian Anthropology Day*, evento organizado pela Royal Anthropological Institute na British Academy, Londres, em 22 de fevereiro de 2019. Participação de Andréa Zhouri.

e) *Aula Magna no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba* sobre desregulação ambiental e a emergência do antiambientalismo no Brasil por Andréa Zhouri.

f) *Conferência internacional: The Rise of Anti-Environmentalism in Brazil: From Deregulation to Institutional Dismantling*. Global-Cultural Environmental Justice: Transdisciplinary & Transcultural Perspectives Imagining Climate Change / SONGS Initiatives - University of Florida. Conferência apresentada por Andrea Zhouri em 20 de Outubro de 2020.

g) *Simpósio do Conversatório Virtual Pueblos Indígenas Fronterizos y el Impacto de Covid-19: Los pueblos transfronterizos de Brasil, Colombia, Ecuador y Perú y el impacto del COVID 19*. Palestra apresentada por Stephen Baines, em 2020. Flacso, Equador.

h) 2019 SALSA XII Sesquiannual Conference – Vienna, Austria, 2019. Policy Setbacks and Rights Reversals faced by Indigenous Brazilians under Bolsonaro and how to Fight Back. Simpósio apresentado por Stephen Baines.

i) AAA - CASCA Annual Meeting, *Changing Climates*. apresentação oral.

j) *Criminalisation of Indigenous People in Roraima State, Brazil: the reinforcement of injustices and inequalities*. Apresentação realizada por Stephen Baines em 2019.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO

1) Consolidação de resultados e bases para o fortalecimento do Comitê

Considerando a atualidade da agenda pública em torno dos temas socioambientais no Brasil – as queimadas na Amazônia e no Pantanal, o avanço do neoextrativismo mineral sobre biomas relevantes e territórios de povos e comunidades tradicionais, o incremento da política energética nuclear e das grandes barragens hidrelétricas, os recorrentes desastres da mineração, a intensificação das obras de infraestrutura na Amazônia (estradas, portos e ferrovias), o avanço do agronegócio, entre outros tópicos com repercussões nas relações entre o Brasil e outros países – e com base no acúmulo de debates em torno dos temas da desregulação e do desmonte ambiental, sugerimos a publicação de uma coletânea sobre o assunto, com o apoio da ABA, a ser organizado pelos atuais integrantes do Comitê, contendo artigos de nossa autoria e de pesquisadores convidados, sobretudo aqueles que participaram das atividades promovidas pelo Comitê entre 2019 e 2020.

No balanço feito pelos integrantes ao final da gestão, concluímos que seria importante ampliar a rede de antropólogos vinculados ao Comitê, do ponto de vista numérico e da representação regional, considerando a diversidade de territórios, povos e comunidades envolvidos em situações de conflitos socioambientais, que sofrem os efeitos da implantação de grandes projetos, da desregulação e do desmonte ambiental. Para isso, propomos a realização de um seminário no início da próxima gestão, que reúna antropólogos filiados à ABA de diferentes universidades e regiões do país. O seminário seria uma oportunidade para consolidar pautas e agendas de trabalho e para ampliar a formação do Comitê.

2) Demandas para a próxima Gestão

No mês de agosto de 2020 fomos procurados pela antropóloga Edilma Monteiro, associada da ABA, que manifestou interesse em compor o Comitê. Considerando que estávamos em etapa final de gestão, convidamos Edilma para participar das atividades promovidas na 32ª RBA e indicamos que seu interesse em compor o Comitê seria repassado à próxima Diretoria. Edilma é doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC, integrante do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA e integrante

dos Grupos de Pesquisa e trabalho CRIAS -UFPB; NEPI-INCT Brasil Plural e ROMANI STUDIES. A pesquisadora especificou seu interesse em participar do Comitê em função de sua trajetória de pesquisas etnográficas junto aos povos ciganos, e da possibilidade de propor pautas ligadas a esses povos tradicionais.

Relatório do Comitê Quilombos

Coordenadora: Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Vice-coordenador/a: Raquel Mombelli (UFSC) e Sandro José da Silva (UFES)

Consultores: Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Ilka Boaventura Leite (UFSC) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA), Aderval Costa Filho (UFMG), Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB), Cíntia Beatriz Muller (UFBA), Cynthia Carvalho Martins (UEMA), Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Cid Fernandes (UFPR), Sônia Regina Lourenço (UFMT).

Nesse período vivenciamos no Brasil uma conjuntura hostil para as comunidades quilombolas, com a configuração de estruturas de governo opostas ao desenvolvimento de políticas públicas, aumento da violência contra os povos tradicionais e de avanço da legislação para exploração dos territórios pelo mercado.

Pela Medida Provisória nº 870/2019, editada nos primeiros dias de governo Bolsonaro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela titulação dos territórios, foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa). Tanto o mais alto cargo da pasta quanto a secretaria responsável pela titulação passaram ao comando de expoentes vinculados ao agronegócio e opositores à política de titulação quilombola: a ministra de Tereza Cristina (PSL) e o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Nabhan Garcia, respectivamente. O orçamento do governo federal para a titulação de territórios quilombolas em 2019 totalizou a cifra de R\$ 3.423.082,00. O valor representou aproximadamente 13% da demanda de recursos para viabilizar as desapropriações em 17 comunidades quilombolas.

Representantes do governo brasileiro presentes na audiência do 171º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada em 13 de fevereiro de 2019, em Sucre, Bolívia, não responderam aos questionamentos dos comissários e das organizações sociais peticionárias da agenda sobre as crescentes violações sofridas por comunidades quilombolas brasileiras e nem mesmo enviaram representantes do INCRA e da Fundação Cultural Palmares para apresentar propostas

ou plano para acelerar os processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Os problemas territoriais que afetam diretamente os quilombolas de todos os cantos do país agravaram-se durante a pandemia de COVID-19. A ausência de normativas que assegurem a não realização de despejos e remoções durante esse período tem acentuado a vulnerabilidade das comunidades quilombolas. Até o momento não foram formuladas e implementadas medidas pelo Estado de proibição de despejos durante o período da pandemia.

Uma construção coletiva que reuniu advogadas e advogados quilombolas de diferentes organizações de direitos humanos, e entidades da sociedade civil resultou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742 que atualmente tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Marco Aurélio Mello. A peça jurídica aborda diversas violações aos direitos dos quilombolas, entre elas a falta de assistência médica e o acesso a materiais preventivos contra a COVID-19, a falta de soberania alimentar e as tentativas de despejo em plena pandemia. Protocolada em 09 de setembro, o ministro relator despachou a ação para julgamento pelo colegiado.

Um mês depois esse mesmo conjunto de organizações e entidades, representadas pela CONAQ e Terra de Direitos apresentou numa audiência virtual da Comissão Interamericana de Direitos a denúncia de que o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos vem sendo sistematicamente violado pelo Estado brasileiro, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Casos como o da Base de Lançamento Espacial que pode resultar no despejo de até 800 famílias quilombolas e a retomada das obras de duplicação da BR-135, ambos no Maranhão, são exemplos emblemáticos das violações provocadas pelo governo federal.

Nesse período de dois anos temos colaborado com outros comitês da ABA (de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Assuntos Indígenas) na elaboração de notas e atividades.

EVENTOS CIENTÍFICOS

As atividades do Comitê se concentraram na realização de GTs, Mesas Redondas, e painéis em reuniões científicas, com participação significativa de antropólogos, elencadas a seguir. É importante ressaltar que houve diversas participações em eventos científicos de antropólogos e antropólogas integrantes do nosso Comitê, como propostas independentes, as quais divulgamos e estimulamos, mas que podem não estar elencadas aqui.

1) Participação em eventos diversos

a) Participação de Cynthia Carvalho Martins na reunião da CONAQ em Brasília, 18 de março 2019.

b) XII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, 2019. Participação de Ana Paula Comin de Carvalho com apresentação do trabalho: Os antropólogos e a identificação de terras quilombolas no Brasil (1997-2015). 2019.

c) VI Reunião Equatorial de Antropologia. Violação de direitos, lutas e autoafirmação de comunidades remanescentes de quilombos. Salvador. 2019.

d) GT 41: Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistência e desafios antropológicos. Coordenação: Ana Paula Comin de Carvalho e Raquel Mombelli. Participação de Osvaldo Martins de Oliveira, Aderval Costa Filho, Cynthia Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior e Cintia Beatriz Muller com apresentação de trabalhos e debate.

e) Mesa Redonda: “Processos Contemporâneos de autoafirmação identitária, luta por territórios, obras, empreendimentos e desastres: violação de direitos”. Aderval Costa Filho, Ana Paula Comin de Carvalho, Cynthia Carvalho Martins e Osvaldo Martins de Oliveira.

f) Participação de Sandro José da Silva na Audiência Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Assembleia Legislativa do Espírito Santo – 22/12/2020: Tema Regularização fundiária dos territórios quilombolas no Espírito Santo.

2) 32º Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro) Local: on line, 2020.

a) *GT 72 - Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos*. Coordenadoras: Raquel Mombelli e Cintia Beatriz Muller. Apresentação de trabalhos das coordenadoras, Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira, Sandro José da Silva, Cynthia Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior.

b) *MR 032. Quilombos Contemporâneos: sobreposições territoriais e retrocessos socioambientais*. Coordenador(es): Raquel Mombelli (UFSC). Participante(s): Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA); Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA); Cintia Beatriz Muller (UFBA) e Aderval Costa Filho (UFMG).

c) *Simpósio Especial Quilombos: das ameaças às garantias dos direitos territoriais e socioculturais*. Ana Paula Comin de Carvalho (Coordenador/a); Osvaldo Martins de Oliveira (Coordenador/a); Alfredo Wagner Berno de Almeida (Participante); Cynthia Carvalho Martins (Participante) e Eliane Cantarino O'dwyer (Participante).

d) *Roda de Conversa “Comunidades Remanescentes de Quilombos: direitos territoriais e socioculturais “Análise de Conjuntura Atual”* Alfredo Wagner, José Maurício Arruti, Cynthia Carvalho Martins

e) Participação de Cynthia Carvalho Martins no GT 22 – *Cartografia Social, Megaempreendimentos*, Conflitos Coordenado por Alfredo Wagner e Patrícia Portela. Trabalho apresentado: A Afirmação Identitária de quilombolas e os conflitos étnicos.

NOTAS TÉCNICAS, MOÇÕES, MANIFESTAÇÕES E OFÍCIOS

1) Em abril de 2019 elaboramos uma nota em repúdio a violação dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas de Alcântara e apoio a regularização de seus territórios como previsto em lei que foi publicada no site da ABA.

2) Em julho de 2019 elaboramos uma nota em repúdio aos atos de violência de que têm sido vítimas as famílias da Comunidade Quilombola de Quingoma, localizada em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, estado da Bahia que foi publicada no site da ABA.

3) Em agosto de 2019 elaboramos resposta ao Ofício n.12/22019 – DPU/GTPE DPGU, referente ao processo n. 08132.000215/2017-93 – Ação de destituição familiar de Maria das Graças – Comunidade quilombola de Santa Cruz Toca- SC.

4) Elaboramos nota para o MPF com o objetivo de apurar responsabilidades em face do asfaltamento da estrada Conceição da Barra-Itaúnas considerando os direitos das comunidades quilombolas de Linharinho e Angelim. 2019.

5) Em novembro de 2019, endossamos nota conjunta da Comissão de Assuntos Indígenas; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e Comitê Quilombos sobre preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pelo Programa Barão do Rio Branco (PBRB), planejado para ser implantado no Norte do estado do Pará, na região referida como Calha Norte. Além de publicada no site da ABA, a nota foi encaminhada aos seguintes órgãos: Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJ, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério de Minas e Energia – MME, Ministério Público Federal – MPF, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

6) Neste mesmo mês endossamos nota conjunta da Comissão de Assuntos Indígenas; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e Comitê

Quilombos de manifestação de extrema preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pelo Projeto da Central Nuclear do Nordeste, elaborado pela Eletrobrás/Eletronuclear e planejado para ser implantado nas margens do Rio São Francisco, no município de Itacuruba, Sertão de Itaparica, Pernambuco. A nota foi publicada no site da ABA.

7) Em dezembro de 2019 elaboramos notas sobre os assassinatos de seu Vermelho, da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, Simões Filho, Bahia, e Elitânia Souza da Hora, da Comunidade Quilombola Tabuleiro da Vitória, Cachoeira, Bahia; publicadas no site da ABA.

8) Nesse mesmo mês endossamos nota conjunta contra a manifestação do Ouvidor Geral do Ministério Público Estadual do Pará, elaborada pelos Comitês Quilombos, Laudos Antropológicos e Assuntos Indígenas e publicada no site da ABA.

9) Ainda nesse mês endossamos a carta elaborada pela Sociedade de Botânica do Brasil que solicita a revogação do Decreto Nº 10.084, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, que trata do cultivo da cana de açúcar na Amazônia.

10) Em abril de 2020, endossamos Ofício da ABA ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a respeito do perigo representado pelas reiteradas invasões de madeireiros, garimpeiros e caçadores irregulares em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e solicitação de informações sobre a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) neste contexto.

11) Em maio de 2020, elaboramos notas (publicadas no site da ABA) de:

a) *Repúdio ao início das obras da BR 135, entre os municípios de Bacabeira e Miranda do Norte, no estado do Maranhão*, sem realização de consulta prévia as dezenas de comunidades quilombolas atingidas, conforme compromisso assumido anteriormente pelo governo federal, e em plena pandemia do Covid -19.

b) *Repúdio a aprovação da Medida Provisória n. 910, de 10 de dezembro de 2019*, e solicitação de sua impugnação pelos deputados federais, uma vez que a mesma pode incentivar as ações de invasores nas terras de comunidades tradicionais, dentre elas, as quilombolas.

c) *Repúdio a omissão e pedido de providências as autoridades competentes em relação a barragem existente no interior do território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho, estado da Bahia.*

d) *Pesar pelo assassinato de Antônio Corrêa dos Santos, agricultor familiar e liderança da comunidade Quilombola do Barroso, município de Camamu, Baixo Sul da Bahia.*

12) Em setembro de 2020 elaboramos nota de apoio ao IPEAFRO e de respeito a memória de Abdias Nascimento.

13) Em novembro de 2020 elaboramos uma moção contra o desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, omissões e violações de direitos no contexto pandêmico. A mesma foi enviada pela ABA à Presidência da República; ao Supremo Tribunal Federal; ao Superior Tribunal de Justiça; à Procuradoria Geral da República; à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

SITUAÇÕES EM ANDAMENTO

1) Organização de e-book da ABA e dossiês para periódicos. Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira e Ana Paula Comin de Carvalho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessas atividades. Alguns capítulos do livro já foram reunidos, mas para incluir os efeitos sociais da pandemia lançaremos nova chamada.

2) Projeto sobre os efeitos sociais da pandemia em comunidades quilombolas e outras populações tradicionais. Cynthia Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior e Ana Paula Comin de Carvalho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessa atividade. Contatos com os Comitês de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Assuntos Indígenas, Antropólogos (as) Negros (as) e Antropólogos Indígenas já foram realizados para envolvê-los no desenvolvimento dessa atividade.

3) Relatório para embasar denúncia internacional sobre a violação de direitos das comunidades quilombolas. Cintia Beatriz Muller, Raquel Mombelli e Aderval Costa Filho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessa atividade. Contatos com a CONAQ e com Terra de Direitos estão sendo realizados para definir se nos somaremos a denúncias já realizadas por essas organizações ou se subsidiaremos uma nova.

PROPOSTAS E DESAFIOS PARA O BIÊNIO 2021-2022

- 1) Publicação de um livro reunindo artigos relativos às situações dos quilombos, incluindo aspectos relacionados às medidas restritivas de direitos, situações conflituosas e o atual contexto face à Covid 19. As reflexões poderão subsidiar a redação de uma Carta Denúncia a ser encaminhada para organismos internacionais.

- 2) Finalizar a migração dos dados sobre quilombos para a web da ABA para construção do link ACERVO QUILOMBOS/ABA, contendo dados sobre as comunidades quilombolas no Brasil, identificando a etapa do reconhecimento territorial, principais especificidades, e violação de direitos humanos. O link abrigará as informações a serem levantadas em relação à situação dos recentes atos de estado homologados em plena pandemia Covid 19. Outrossim, incluirá os dados já sistematizados no Catálogo de Fontes Documentais e Arquivísticas sobre Comunidades no Brasil, publicado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Esse documento cataloga os atos do Congresso Nacional; as proposições Legislativas; os discursos proferidos no âmbito da Câmara dos Deputados e Senado Federal; as agências governamentais e suas ações; os documentos do judiciário e do Ministério Público Federal.

- 3) Estimular a formação teórica dos antropólogos através de disciplinas curriculares nos cursos universitários, minicursos e oficinas que articulem conteúdos relacionados: a) contextualização do assunto; b) trabalho de campo etnográfico; c) perícia antropológica e ética; d) teorias antropológicas; e) metodologias de pesquisa compatíveis aos relatórios sócio-antropológicos. Cabe salientar que esta ação não enseja custos pela ABA, tendo em vista tratar-se de estímulo e apoio (organização/divulgação) a eventos realizados pelos membros do Comitê nas suas respectivas Instituições e Núcleos de Pesquisa.

- 4) Elaborar e executar o Projeto de Formação de Lideranças com a CONAQ. Esse projeto começou a ser acordado entre a coordenação do Comitê Quilombos/ABA, CONAQ e Fundação Ford. Trata-se de formação para lideranças com ênfase em jovens e mulheres. Além da CONAQ e suas subsidiárias estaduais, sugere-se incluir as próprias famílias quilombolas e outras entidades de apoio às comunidades dos quilombos, visando ampliar a formação sobre os direitos culturais e territoriais de comunidades quilombolas e sobre os desafios à implementação desses direitos a outros profissionais, tais como defensores públicos, promotores, procuradores e operadores do direito em geral, associações e instituições públicas, ONG's e movimentos sociais. Esta ação provavelmente demandará celebração de Termo Aditivo ao Convênio com a Fundação Ford, visando realização das reuniões preparatórias, oficinas de formação, bem como avaliação.

- 5) Criar espaços de debates e proposições para o fortalecimento a autonomia do exercício antropológico e de legitimidade dos estudos que fundamentam os processos administrativos e jurídicos referentes aos direitos territoriais das comunidades tradicionais; monitorar os processos de criminalização e ataques aos colegas indiciados promovidos pela CPI FUNAI INCRA. Estimular debates sobre o tema Perícia Antropológica através da promoção de seminários, oficinas, palestras, etc;
- 6) Solicitar a liberação dos direitos de publicação de laudos e relatórios produzidos para instituições públicas e privadas, desvinculando-os exclusivamente dos processos e propiciando que o seu conteúdo alcance o domínio público. Esta ação demandará também constituição de comissão editorial especializada na temática, e resultará na implementação do link “Laudos” do item “Bibliotecas” do portal da Associação Brasileira de Antropologia. Proposição e criação de uma linha editorial da ABA que propicie a divulgação dos melhores laudos e relatórios realizados no Brasil, escolhidos através da comissão editorial supracitada, divulgado através do ACERVO QUILOMBOS ABA.
- 7) Retomar as negociações com o BNDES, para aplicação dos recursos do “Fundo Amazônia” para elaboração de Relatórios Antropológicos e implementação de projetos de formação, visando contribuir para uma maior celeridade aos processos de regularização fundiária, sob o abrigo do Termo de Cooperação ABA/INCRA. A participação da ABA poderia se dar na constituição de rede de antropólogos para elaboração dos referidos relatórios, realização de cursos de capacitação para os mesmos, assessoria aos mesmos na elaboração dos relatórios, avaliação processual, elaboração de notas técnicas avaliativas e propositivas visando aprimoramento dos produtos finais, avaliação final do projeto. Quanto aos processos formativos, os recursos poderiam contribuir para um maior entendimento dos marcos, etapas e procedimento legais e teórico-metodológicos de regularização fundiária, suprimindo necessidades de capacitação de lideranças, organizações representativas e de apoio e estabelecendo condições propícias à realização dos trabalhos técnicos nas comunidades/territórios contemplados.
- 8) Dar continuidade ao diálogo da ABA com o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal Federal através de renovação do convênio, trocas de informações e documentos públicos, assim como a proposições de parceria de eventos relacionados ao tema da autonomia científica, criminalização dos movimentos sociais, desmonte das políticas públicas e combate aos retrocessos quanto à efetividade de direitos territoriais quilombolas.

- 9) Divulgar permanentemente a Campanha pela titulação dos territórios dos quilombos, com ampla divulgação aos associados, Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Departamentos e associações científicas, inclusive com solicitação de adesão dos mesmos.

- 10) Divulgar editais e chamadas e solicitar proposição de ações de eventos, pesquisa e extensão pelos membros do Comitê Quilombos, pulverizando assim as ações do mesmo por meio dos projetos de seus integrantes em diferentes estados do Brasil, com o apoio da ABA/Comitê (organização/divulgação), capitaneando ações desenvolvidas pelos membros durante a gestão.

- 11) Articular politicamente para que a questão quilombola seja incluída nos debates da Comissão da Verdade.

- 12) Propor ao MPF 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais a organização de eventos para promoção do debate sobre o tema Aplicação do ECA e comunidades quilombolas;

- 13) Ampliar a rede de relações com os pesquisadores com dedicação a situação quilombola de modo a criar um incorporá-los nos debates relativos à questão;

- 14) Realização de lives com agentes sociais das próprias comunidades afetadas por ações institucionais e privadas. Estamos programando uma live por bimestre. A primeira a ser realizada em fevereiro de 2021 pretende trazer para discussão sobre as situações de remoção de famílias, reintegrações de posses e intrusão de territórios quilombolas em plena pandemia. As situações sociais a serem abordadas nessa primeira live são as seguintes: Situação dos quilombolas de Alcântara afetados pela implantação do Centro e Lançamento de Alcântara; a situação da ampliação da BR 135 e a intrusão dos territórios quilombolas; o quilombo Lemos e os atos de estado e a situação de Matões, quilombo do Maranhão que vem sofrendo ameaças de expulsão de suas terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações previstas pela atuação do Comitê quilombos visaram dar consecução aos objetivos propostos pela ABA. Diante da atual conjuntura de retrocessos de direitos e desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas e de desmonte das universidades, acreditamos ser de máxima urgência a retomada das

articulações e o fortalecimento das relações de pesquisa e de atuação com o MPF, DPU para fortalecimento do diálogo interinstitucional, de forma a combater os retrocessos ocorridos tanto no que diz respeito aos direitos quilombolas quanto à atuação dos profissionais em antropologia. Tal esforço será assegurado com o envolvimento direto da Diretoria da ABA, dos seus Conselhos, Comissões e Comitês envolvidos, sobretudo das Assessorias Especiais de Apoio à Presidência (Laudos Periciais e Assessoria sobre Meio Ambiente).

Para finalizar, informo à presidência da ABA que na última reunião do Comitê Quilombos realizada no decorrer, a coordenação do Comitê para o biênio 2021-2022 ficou composta como segue: Coordenadora – Cynthia Carvalho Martins (UEMA) e como vice -coordenadora e Raquel Mombelli (UFSC). Houve ainda a aprovação de inclusão de Davi Pereira Júnior (UT AUSTIN) e Mariana Balen Fernandes (UFRB).

OUTROS RELATÓRIOS

Relatório de atividades no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

Elaboração: Nurit Bensusan

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen, estabelecido pela Lei 13.123/2015 e cuja composição está explicitada no Decreto 8772/2016, teve suas atividades retomadas, após a posse do último governo, apenas em agosto de 2019. Em parte isso se deveu a extinção de vários dos ministérios que faziam parte do CGen e a demora na nomeação dos novos representantes dos ministérios que ainda subsistem.

A primeira reunião aconteceu no dia 7 de agosto e foi precedida como de costume pelas reuniões da Câmara Setorial dos Detentores de Conhecimento Tradicional e da Câmara Setorial da Academia, das quais a ABA faz parte. A primeira congrega os detentores de conhecimento tradicional, representados pelos segmentos de povos indígenas (APIB), povos e comunidades tradicionais (CNPCT) e agricultores familiares (Condraf), e membros de outras organizações que apoiam os detentores, como a Funai, o Iphan e o Instituto Socioambiental. A Câmara da Academia, por sua vez, reúne dois representantes de cada uma das entidades ligadas à academia representadas no CGen - SBPC, ABC e ABA -, além de alguns ministérios, como o MAPA, o MJ, o MS e o MCTIC. Vale lembrar que as reuniões das câmaras acontecem na véspera das reuniões plenárias do CGen.

O detalhamento de cada reunião oficial pode ser encontrado nas atas disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente. Durante o ano de 2020, diante da pandemia do coronavírus, só houve duas reuniões, uma anterior à pandemia e uma apenas de informes, em dezembro de 2020.

REUNIÕES DO CGEN E SUAS CÂMARAS

1) 19ª Reunião do CGen (7/8/2019):

Reunião preliminar da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional

Os temas debatidos foram:

- a) Preparação para uma reunião agendada com mediação da CONAQ para conversar sobre projeto desenvolvido pelo Instituto Atá (vinculado ao chef de cozinha Alex Atala) em parceria com a Associação Quilombo Kalunga (AQK) e a comunidade kalunga e o registro da marca “Baunilha do Cerrado”, por parte do Instituto Atá.
- b) Registro de marcas ligadas ao conhecimento tradicional junto ao Instituto Nacional Propriedade Industrial (INPI).
- c) Orientação Técnica sobre obtenção de consentimento prévio informado para acesso à Conhecimento Tradicional Associado de fonte secundária.
- d) Solicitação de um estudante de nível médio de consentimento prévio informado para o uso do pequi em sua pesquisa.

2) Reunião preliminar da câmara setorial da academia:

Os temas debatidos foram:

- a) IBICT como parceiro brasileiro para estrangeiros que estudam a biodiversidade brasileira no caso de pesquisa científica.
- b) Integração do Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional (SisGen) com outras plataformas e sistemas.
- c) Inclusão do padrão Darwin Core na nova versão do SisGen.
- d) Autorização e anuência do Conselho de Defesa Nacional e do Comando da Marinha, conforme o art. 13 da Lei 13.123/15 e o art. 27 do Decreto 8.772/16.
- e) Pesquisa com patógenos e amostras clínicas.
- f) Revisão de Orientações Técnicas (OT) e resoluções da Câmara.

3) Reunião do Plenário do CGEN

a) Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece procedimentos para que a Secretaria-Executiva do CGen cancele os cadastros de acesso, remessa ou notificação, nos casos em que especifica: foi aprovada essa resolução modificada de forma que o Sistema permita que usuário exclua seu cadastro voluntariamente. Fica garantido o registro desse cancelamento no SisGen.

b) Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece forma de cumprimento da exigência de apresentação de Relatório de Atividades: foi aprovada essa resolução com modificações.

c) Revisão da Resolução nº 9/2018, a pedido da Câmara setorial da academia. A alteração foi permitir que os dispositivos da resolução se apliquem também aos casos de atividades de acesso iniciadas após a entrada em vigor da Lei nº13.123, de 2015.

d) Revisão da Resolução nº 14/2018, a pedido da CNI. Essa resolução trata de como preencher o SisGen no caso de não haver o número de cadastro de acesso que deu origem ao produto intermediário, obtido de terceiros. As alterações sugeridas geraram dúvidas entre os conselheiros e optou-se por aprovar uma nova resolução remetendo a questão para a nova versão do SisGen e consultar a consultora jurídica do MMA para saber se a resolução 14 original deve ser mantida.

4) 20ª Reunião do CGen (2/10/2019)

Reunião preliminar da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional. Os temas debatidos foram:

a) Revisar programação simpósio interfaces RJ

b) Revisão da memória da reunião da CSD de agosto.

c) Informes sobre o seminário internacional ABS em Brasília

d) Distribuição e leitura do artigo do “Sabonete da discórdia”

e) Discussão sobre o processo Tawaya em pauta na próxima reunião do CGen

5) Reunião preliminar da câmara setorial da academia. Os temas debatidos foram:

a) IBICT como parceiro brasileiro de pesquisadores estrangeiros

b) Integração do SisGen com outras plataformas

c) Credenciamento das coleções biológicas que estão aguardando homologação

d) Revisão da composição da CSA

e) Revisão da Orientação Técnica Nº 8 de 18 de setembro de 2018

6) Reunião do plenário do CGen:

- a) Apresentação do parecer da conselheira representante do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais sobre o caso de acesso indevido ao conhecimento tradicional Ashaninka pela antiga Tawayá Sabonetes e encaminhamentos. A votação foi unânime e deu ganho aos Ashaninka.
- b) Análise e deliberação sobre revisão da Resolução CGen nº 23, de 2019, que esclarece sobre “data de disponibilização do cadastro pelo CGen”, nos casos em que a procedência do patrimônio genético seja produto intermediário oriundo de acesso obtido de terceiro.
- c) Análise e deliberação sobre revisão da Resolução CGen nº 20, de 2019, que estabelece procedimentos para que a Secretaria-Executiva do CGen cancele os cadastros de acesso, remessa ou notificação, nos casos em que especifica.
- d) Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece data para o descredenciamento das instituições credenciadas como fiéis depositárias durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.
- e) Análise e deliberação sobre proposta de revisão da Deliberação CGen nº 5, de 2017, que cria a Câmara Setorial da Academia.

7) 21ª Reunião do CGen (4/12/2019)

Reunião preliminar da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional. Os temas debatidos foram:

- a) Impressões e avaliação do “I Simpósio Brasileiro de Acesso ao Patrimônio genético e Conhecimento Tradicional Associado: interfaces entre comunidades, academia, empresas e governo”
- b) CESAM - Centro de Saúde Alternativa de Muribeca
- c) Informe sobre o Inception Workshop, reunião de abertura do projeto Gef Fitoterápicos.
- d) Discussão sobre as interfaces entre o TIRFAA e o Protocolo de Nagoya
- e) Discussão das pautas do CGen: Processos a serem distribuídos e orientação técnica sobre ‘fabricante do produto acabado’
- f) Breve avaliação das reuniões da CSD 2019

- Planejamento CSD 2020 em diretrizes (esse planejamento ficou prejudicado por conta da pandemia)

- Mapeamento de pendências
- Elaboração de OTs: rastreabilidade, sigilo e origem não identificável
- Mapeamento qualitativo dos cadastros do SISGen de CTA e PG
- Levantamento dos povos e comunidades tradicionais no SISGen
- Publicações pendentes:
 - Guia para os usuários de como se relacionar com os PIPCTAFs
 - Elaboração das metodologias para a formações com a base sobre a Lei 13.23/15
 - Realizar as formações com a base sobre a Lei 13.23/15
 - Viabilizar com os parceiros a presença dos representantes de PIPCTAFs das bases a depender dos temas que serão discutidos.
 - Acompanhamento das discussões internacionais

8) Reunião preliminar da câmara setorial da academia

Os temas debatidos foram

- a) Revogação da Orientação Técnica CGen nº 8, de 2018, que esclarece o significado dos termos “envio” e “remessa”.
- b) IBICT como parceiro brasileiro de pesquisadores estrangeiros
- c) Integração do SisGen com outras plataformas
- d) Declaração de que o usuário está ciente sobre a necessidade de cumprimento da legislação de acesso e repartição de benefícios e de cadastro no SisGen nas Plataforma Brasil e CIUCA.
- e) Discussão sobre o Protocolo de Nagoia e o compartilhamento de patógenos no contexto da saúde pública
- f) Revisão da composição da CSA

9) Reunião do plenário do CGen

- a) Análise e deliberação sobre proposta de criação de Câmara Temática para discutir o uso do óleo de babaçu para produção de sabões e produtos de limpeza, no âmbito da legislação de acesso e repartição de benefícios.

b) Informe sobre assinatura do contrato entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES para implementação do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios –FNRB.

c) Informe sobre erros de configuração do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado –SisGen –e sobre o desenvolvimento da nova versão do Sistema.

10) 22ª Reunião do CGen (19/2/2020)

Reunião preliminar da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional. Os temas debatidos foram:

a) COP 2020 China

b) Formação Projeto GEF ABS

c) Construção de uma Orientação Técnica para os usuários sobre como categorizar o conhecimento tradicional associado em de origem identificável e não-identificável, mesmo se obtido de fonte secundária

d) Rastreabilidade dos cadastros no SISGen

e) Acompanhamento mais efetivo sobre o artigo 8j da CDB

f) Preparação dos materiais de apoio

g) Estudos de caso: stevia, açaí como corante, cupuaçu, jambu, aguapé, baunilha do Cerrado, copaíba

h) Sigilo: quando, por que e para quem.

i) Apoio e discussão junto ao Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, para gerar uma ponte, discussões, informações etc.

j) Aproximação com a academia para propor resoluções e orientações técnicas conjuntas

k) Comunicação: como criar uma identidade de comunicação da câmara setorial

11) Reunião preliminar da câmara setorial da academia

a) Módulo para pesquisa que não tenha por finalidade exploração econômica CNPq/SisGen.

b) Associação de instituição estrangeira com instituição brasileira

c) Avaliação sobre a legalidade da Revogação da OT nº 84.

d) Indicações dos representantes da CSA por parte da ABC

12) Reunião do plenário do CGen

- a) Análise e deliberação sobre proposta de atividades de acesso realizadas por pessoa jurídica estrangeira quando esta não estiver associada a pessoa jurídica nacional
- b) Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que “Dispensa a realização de depósito de subamostra do patrimônio genético em instituições fiéis depositárias”
- c) Análise e deliberação sobre proposta de Orientação Técnica fixando que a conversão de polímeros renováveis em artigos não configura acesso a patrimônio genético.
- d) Informe sobre a declaração da receita líquida anual nos Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado SisGen.
- e) Informe sobre a situação atual do funcionamento do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB, e de seu comitê gestor.

13) 23ª Reunião do CGen (02/12/2020)

Durante a pandemia não houve nenhuma reunião da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional e apenas uma extraordinária da Câmara Setorial da Academia à qual não pude comparecer.

14) Reunião do plenário do CGen

Essa reunião consistiu apenas em um conjunto de informes e na aprovação do calendário de reuniões do ano que vem. As reuniões acontecerão nas seguintes datas, sempre às quartas-feiras: 24 de fevereiro, 14 de abril, 25 de agosto, 24 de novembro.

OUTRAS REUNIÕES

- 1) Seminário Internacional sobre Acesso e Repartição de Benefícios – Intercâmbio de Experiências Regulatórias – 18 e 19/9/2019
- 2) I Simpósio Brasileiro sobre Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado: interfaces entre detentores de conhecimento tradicional associado (CTA), academia, empresas e Governo” - 5 a 7/10/2019
- 3) Oficina de construção participativa do projeto político-pedagógico de formação dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares em acesso e repartição de benefícios – 12/2/2020

Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Março/2019)

Autora: Ludmila Moreira Lima/Representante da ABA no CEDIND-RJ

Local: Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim/Estr. de Paraty Mirim, Paraty, s/nº - Paraty

No dia 29 de março de 2019, entre 10h00 e 16h00, na Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim, o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND/RJ realizou sua VI Reunião Ordinária, cuja pauta, redefinida excepcionalmente no grupo de WhatsApp, devido à ocorrência de eventos hostis e ações governamentais intempestivas e de impactos graves e negativos tanto para as sete aldeias do Rio de Janeiro, como para as demais de todo o Brasil, previu a discussão dos seguintes pontos: I) Posicionamento do CEDIND frente às ações do Ministério da Saúde quanto ao congelamento de recursos destinados a SESAI, sua possível dissolução e suspensões de pagamento de convênios firmados com empresas contratadas para prestação de serviços voltados à saúde indígena; II) Elaboração de resposta do CEDIND frente a novo ataque organizado pelos deputados do PSL, Rodrigo Amorim e Alexandre Kinoploch, em 22 de março de 2019, contra a Aldeia Maracanã-Museu do Índio; III) Busca de ampliação da rede de apoio às aldeias de Paraty Mirim e Araponga (a exemplo do estreitamento dos contatos com o chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina) e encaminhamentos visando à resolução de problemas vividos pelos moradores da Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim; IV) Informes e encaminhamentos referentes às ações das Comissões Permanentes aprovadas em reunião ordinária de 22 de novembro de 2018.

Antes de passarmos a um breve relato sobre o que de fundamental foi discutido e acordado durante a reunião, destaco que a definição da pauta, durante conversa no WhatsApp entre alguns integrantes do Conselho, foi objeto de diversos questionamentos acerca do que seria prioritário discutir e propor como respostas imediatas e urgentes, haja a vista o volume de problemas há bastante tempo acumulados, somados aos ataques que, em curto intervalo de tempo, desde a posse do novo governo, em âmbito federal e estadual, incluindo seus aliados no campo social e parlamentar, foram dirigidos aos indígenas - aldeados e não-aldeados - do Rio de Janeiro e do Brasil.

Conforme proposto na última reunião de 2018 e confirmado no correr das conversas tidas no WhatsApp ficou estabelecido que as reuniões do CEDIND, em 2019, seriam realizadas num sistema de rodízio nas sete aldeias indígenas do RJ. Assim, os conselheiros teriam uma visão dos problemas enfrentados por todas as comunidades, para procederem ao encaminhamento de propostas, solicitações, denúncias, atendimento a demandas e debates sobre as expectativas locais quanto a melhorias na prestação de serviços básicos e implementação de políticas públicas.

Estiveram presentes à reunião, além do Cacique Pedro Benite e moradores da Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim, representações e lideranças de aldeias próximas, localizadas no município de Angra dos Reis e Maricá. Participaram ativamente da reunião, com denúncias e apelos, cacique Augustinho, da aldeia Araponga e seu filho, vice-cacique, Nino Benite (um dos Presidentes do CEDIND, representando os índios aldeados); Cacique Carlos TuKano (um dos fundadores da Aldeia Indígena Maracanã/AIAM e segundo Presidente do CEDIND, representando os índios em contexto urbano). Houve pronunciamentos de: Sr^a Marize Guarani Oliveira (representando a Aldeia Jacutinga e fundadora e Presidente da Aldeia Indígena Maracanã/AIAM); Índia Baré, do Centro Cultural Aldeia Maracanã; Sr^a Carmelita, do Movimento de Ressurgência Puri; Sr. Sérgio Ricardo, GRUMIN; Sr^a Luana Braz e Sr^a Monalysa Alves, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos (Secretaria que coordena as atividades do CEDIND); Sr^a Roseday, representando a Secretaria de Educação; Sr. Celso, representando a Secretaria de Saúde; Sr^a Diana, representando a Secretaria de Cultura; Sr^a Rosângela Nunes, representando a FUNAI regional e Toni Lotar (representando a Fundação Darcy Ribeiro). Participaram também, na construção de propostas de ação, os Professores Luiz Pellon e Carla Albuquerque (representando a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO; Prof. André Videira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ e Prof^a Ludmila Moreira Lima (UNIRIO, porém, no CEDIND, representando a Associação Brasileira de Antropologia-ABA, que assina este relatório). Como convidados, estiveram presentes, representantes da Secretaria de meio Ambiente, de Saneamento e de Obras da Prefeitura de Paraty; o Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina/ICMBio, Sr. Mario Douglas Fortini, e a Chefe da APA Cairuçu, Sr^a Lilian Hangae.

Em relação ao primeiro ponto de pauta, que trataria de um posicionamento do CEDIND frente às ações do Ministério da Saúde quanto ao anúncio da dissolução da SESAI, vale lembrar que, durante a semana que precedeu a reunião, devido às diversas pressões dos movimentos indígenas, somadas aos apoios plurais vindos de parceiros e aliados de suas lutas na sociedade civil, o Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta, recuou de sua decisão, após reunião com lideranças em 28/03. No dia 29/03/2019, data da reunião do CEDIND em Paraty-Mirim, todos os presentes comemoraram a decisão da manutenção da SESAI e dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) existentes no país, por ela administrados.

Sobre o segundo ponto de pauta, embora em conversas estabelecidas no WhatsApp alguns Conselheiros defendessem que seria mais produtivo avaliar e decidir, no dia da reunião em Paraty Mirim, qual deveria ser a melhor forma de reagir ao novo ataque, ocorrido em 22 de março de 2019 e organizado pelos deputados do PSL, Rodrigo Amorim e Alexandre Kinoploch, contra a Aldeia Maracanã-Museu do Índio, outros membros do CEDIND se anteciparam e tomaram a iniciativa de realizar, com o apoio de outras lideranças da Aldeia Maracanã, um ato público de repúdio à reincidência das hostilidades lideradas pelos parlamentares acima citados. Neste ato, ocorrido no dia 27/3/2019, às 13h, lideranças indígenas e aliados de luta estiveram no Palácio

Tiradentes (sede da ALERJ) para pressionar o deputado André Ceciliano, Presidente da ALERJ a DESENGAVETAR o pedido de investigação contra os dois parlamentares do PSL. Convém lembrar que, em 31/1/2019, os movimentos indígenas fluminenses e membros do CEDIND já haviam protocolado, no gabinete do Presidente da ALERJ, Deputado André Ceciliano (PT), um pedido de investigação, na Comissão local de Ética, para apurar a quebra de decoro parlamentar do Dep. Rodrigo Amorim (PSL) que, novamente, em 22/3, juntamente com o deputado Alexandre Knoploch (PSL), acompanhados de seguranças armados, se impuseram no local, disseminando discurso de ódio e racismo institucional, além de injúria e difamação contra a Aldeia Maracanã. Foram então divulgados a todos os presentes, na reunião de Paraty Mirim, informes e detalhes sobre o ato público “DESENGAVETA ANDRÉ CECILIANO, Presidente da ALERJ: pela abertura do processo de QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR. Contamos com seu apoio e Solidariedade aos povos indígenas do Brasil”.

Em relação ao terceiro ponto de pauta, que tratou da ampliação da rede de apoio às aldeias de Paraty Mirim e Araponga e encaminhamentos até então feitos visando à solução de problemas vividos pelos moradores da Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim, destacaram-se as manifestações de apoio e determinação de acolhimento das demandas indígenas anunciadas pelos convidados: Sr. Mario Douglas Fortini, Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina/ICMBio e Sr^a Lilian Hangae, Chefe da APA Cairuçu. Em razão da existência de sobreposição “Aldeia-Parque”, uma vez que a Aldeia Araponga está situada dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina, ações solicitadas pelos índios para a melhoria dos acessos e recuperação das trilhas no entorno da Aldeia, bem como voltadas para a efetividade de políticas públicas de apoio, mas com impactos locais, segundo informou o Sr. Mario Douglas Fortini, Chefe do Parque, deveriam ser objeto de planejamento ambiental conjunto, já que a legislação impõe obrigações mútuas quanto à gestão do Parque. O pronunciamento de ambos foi muito aplaudido e, a partir das falas, ficou confirmada a intenção do estreitamento dessa parceria institucional com as aldeias da região.

Um dos problemas mais enfatizados como merecedores de urgente solução nas aldeias de Paraty Mirim e de Araponga, foi em relação à ausência de professores para as crianças que até então estavam sem aula. O vice-cacique Nino solicitou que se manifestasse a Secretaria Estadual de Educação, uma vez que as inúmeras solicitações encaminhadas ao Município eram “engavetadas”, sedimentando o “absurdo e a ilegalidade do descaso em relação às crianças indígenas”. Além disso, sugeriu que o CEDIND convidasse um representante do Ministério Público, em Paraty, para conversar sobre a pouca importância que a Prefeitura local confere às políticas públicas para as aldeias. O vice-cacique Nino acentuou que, em 2017, houve uma audiência pública na ALERJ, no auge da “falência financeira” decretada pelo governo Pezão, em que o MP se posicionou contra a precarização da saúde e da educação indígenas em Paraty. Na ocasião, dois ônibus com indígenas e crianças foram enviados ao Rio de Janeiro para participarem da audiência, no sentido de sensibilizar e pressionar o governo para que apresentasse soluções aos problemas denunciados. Nesta audiência, ficou acordado

que o GOERJ contrataria emergencialmente professores indígenas. Todavia, o compromisso não resultou em ações concretas. A partir desse relato, endossado por outros, cobrou-se um posicionamento tanto da representante da Secretaria Estadual de Educação, quanto do MPF de Paraty. A representante da Secretaria de Educação, Sr^a Roseday, presente na reunião, assumiu o compromisso de buscar soluções para o impasse.

Houve ainda queixas em relação ao problema da escassez de água na aldeia de Paraty Mirim. Indagado sobre isso, o representante (convidado) da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, Sr. Paulo, informou que o problema do déficit de água atingia toda a região do município e existia devido à multiplicação de redes de captação clandestina e de perfurações indevidas de inúmeros poços artesianos, como consequência da expansão urbana da cidade de Paraty e distritos do município. Segundo sua avaliação, tentativas parciais de resolução do problema estavam sendo construídas, embora todos considerassem a situação crítica, sobretudo levando-se em consideração a continuidade da expansão. Queixas e cobranças referidas a promessas de solução para problemas de saneamento e construção de banheiros também foram evocadas. Quanto a isso, houve pronunciamentos sobre a “obrigação de fazer” há bastante tempo cobrada da Eletronuclear, inclusive judicialmente, como parte dos compromissos de compensação ambiental assumidos pela empresa. A retrospectiva apresentada sobre esse processo informou que apenas a aldeia de Paraty Mirim teve uma solução parcial do problema, com a construção de dois banheiros. As demais aldeias aguardam até hoje o cumprimento da determinação. Quando solicitada a se pronunciar, a Eletronuclear não comparece e adia seus compromissos.

Por fim, sobre o último ponto de pauta (Informes sobre as ações das Comissões Permanentes aprovadas), foram anunciadas, a todos os presentes, as Comissões formadas, bem como apresentados seus respectivos integrantes, conforme definido no Regimento Interno do CEDIND, aprovado em 22 de novembro de 2018, em plenária Ordinária, que estabeleceu, em Parágrafo Único, que as Comissões Permanentes seriam constituídas por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros titulares e no máximo 05 (cinco) conselheiros titulares, sendo facultada a participação de até 02 (dois) convidados, conforme Artigo 04, Parágrafo primeiro do Decreto Estadual nº 46.218, 11/01/2018.

São elas: A) Planejamento, monitoramento e avaliação (Coordenação: Dilmar José. Titulares: 1. Marize Oliveira – Aldeia Jacutinga; 2. Dilmar José/AULA; 3. Tânia/Aldeia Pataxó; 4. Júlio – Movimento Indígena da Costa Verde). B) Educação e Cultura (Coordenação: Marize Oliveira. Titulares: 1. Marize Oliveira – Aldeia Jacutinga; 2. Reinaldo Cunha – AULA; 3. Eva Benites - Itaxim de Paratymirim; 4. Secretaria de Estado de Educação; 5. Secretaria de Estado de Cultura. Convidada: Ludmila Moreira – Associação Brasileira de Antropologia). C) Saúde e Saneamento (Coordenação: Pedro Benite - Itaxim de Paratymirim. Titulares: 1. Graciela Pagliaro – Secretaria de Estado de Saúde; 2. Nino Benite – Aldeia Araponga; 3. Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira/ Mata Verde Bonita; 4. Pedro Benite - Itaxim de Paratymirim; 5. Eliane Potiguara

– GRUMIN. Convidado: Luiz Pellon – UNIRIO). D) Território, Meio Ambiente, Agricultura e habitação. (Coordenação: Carmelita Lopes. Titulares : 1. Carmelita Lopes – Movimento de Resistência Puri ; 2. Dilmar José – AULA; 3. Carlos Tukano – AIAM; 4. Açucena Ribeiro – Pataxô; 5. Eliane Potiguara – GRUMIN; 6. Rosani/Secretaria de Agricultura. Convidada: Rosangela Nunes – FUNAI). E) Economia Solidária, Trabalho e Renda. (Coordenação: Rosani Staneck – SEAPC. Titulares: 1. Verônica Nascimento / Secretaria de Cultura; 2. André Videira /UFRRJ; 3. Rosani Staneck – EMATER/SEAPC. Convidado: Toni Lotar – FUNDAR). F) Orçamento (Coordenação: Monalyza Alves. Titulares: 1. Monalyza Alves /SEDHDS; 2. João Mendonça Martins Filho / Rio Pequeno; 3. Suzana / Mata Verde. Convidada: 1. Rosangela Nunes/ FUNAI. G) Comunicação. (Coordenação: Reinaldo de Jesus Cunha. Titulares: 1. Reinaldo de Jesus Cunha / AULA; 2. Nino Benites/Aldeia Araponga; 3. Aldo/Aldeia Sapukai).

Embora as Comissões permanentes já tivessem sido instaladas desde o final de 2018, nenhuma, até então, conseguiu agendar reuniões e formular planejamentos de ação, tendo em vista o fato de que todos os integrantes atuam em frentes profissionais com exigências diversas, o que dificulta certamente a articulação e definição de agendas de trabalho. Estas peculiaridades e dificuldades foram expostas a todos os presentes, configurando-se como verdadeiro desafio face ao volume e diversidade de problemas vivenciados pelos indígenas em suas aldeias. Além disso, sua solução não depende apenas da boa vontade e capacidade de iniciativa dos conselheiros do CEDIND, mas da articulação e envolvimento de inúmeros atores institucionais e políticos, cujas decisões envolvem certamente vontade política, mas igualmente negociações e respeito a procedimentos administrativos, normativos e legais, que se processam numa temporalidade própria e sempre aquém das expectativas e necessidades indígenas.

Para os que, no CEDIND, certamente desejam ver tudo rapidamente resolvido, ouvir desabaços como -“... por que nunca acontece o que queremos?”; “... quero morrer com 130 anos e quero ver o que Juruá vai trazer para minha aldeia...”; “não podemos deixar tirar o pouquinho que conseguimos...”; “querem acabar com a gente, mas nós estamos sempre vivos”; pode soar doloroso, sobretudo em tempos tão sombrios. Todavia, esses desabaços são também ensinamentos incansáveis e, por isso mesmo, impulsos potentes de resistência.

Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Agosto/2019)

Autora: Ludmila Moreira Lima/Representante da ABA no CEDIND-RJ

A criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND, cuja posse ocorreu em 17 de maio de 2018, foi um importante passo para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano dos municípios e estado

do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto Governamental No 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o CEDIND é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado, no momento de sua instalação, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e, atualmente, com a posse do novo governo em 2019, passou a ter suas atividades coordenadas pela Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, esta vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. No CEDIND possuem assento: lideranças e representantes das comunidades indígenas aldeadas; organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano do Estado do Rio de Janeiro; representantes da administração pública direta e indireta; representantes de universidades e de instituições, públicas ou privadas, com atribuições afetas à questão indígena.

Desde sua criação, o CEDIND já realizou uma dezena de encontros e reuniões ordinárias. As primeiras, ocorridas em 2018, priorizaram a escuta das principais pautas e reivindicações de lideranças e representações de grupos aldeados e não-aldeados do estado do Rio de Janeiro; a efetividade institucional e a formulação do regimento interno, aprovado em dezembro de 2018. Nesta ocasião foram também criadas as seguintes Comissões Permanentes: Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Território, Meio Ambiente, Agricultura e Habitação; Economia Solidária, Trabalho e Renda; Orçamento; Comunicação. No início de 2019, as primeiras mobilizações do CEDIND visaram à construção de articulações como forma de interpor, junto a instâncias cabíveis, repostas imediatas a ataques sofridos tanto pela “Aldeia Maracanã”, como pela “Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã” (São José de Imbassaí, Maricá). (Ver relatório anterior publicado no boletim da ABA de março de 2019).

Conforme proposto na última reunião de 2018, ficou estabelecido que as reuniões do CEDIND, em 2019, seriam realizadas num sistema de rodízio nas sete aldeias indígenas do RJ. Nesse sentido, estas reuniões foram programadas para acontecerem, em sequência e mensalmente, nas aldeias (I) Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá); (II) Itaxim de Paratymirim (Paraty Mirim, Paraty); (III) Araponga (Patrimônio, Paraty); (IV) Rio Pequeno - Tekoã Ily (Barra Grande, Paraty); (V) Pataxó de Iriri (Paraty); (VI) Sapukai (Bracuí, Angra dos Reis); (VII) Céu Azul – Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá) e, por fim, com os diversos grupos não aldeados que vivem em contexto urbano.

Com isso pretendia-se que os Conselheiros dialogassem diretamente com as comunidades para um entendimento mais apurado dos problemas enfrentados e, a partir de então, elaborassem diagnósticos para procederem ao encaminhamento de solicitações, denúncias, demandas e debates sobre as expectativas locais quanto a melhorias na prestação de serviços básicos e implementação de políticas públicas. A última reunião ordinária, no final de 2019, seria realizada na cidade do Rio de Janeiro, para escuta e atendimento das demandas dos indígenas em contexto urbano.

Recapitulando, em 27 de fevereiro de 2019, o CEDIND reuniu-se com a comunidade da Aldeia Mata Verde Bonita (São José de Imbassaí, Maricá). Em 29 de março de 2019, a reunião ocorreu na Aldeia Itaxim Guarani M'Biá (Paraty Mirim, Paraty). Diversos encaminhamentos foram deliberados a partir dessa visita (ver detalhamento dessas reuniões nos relatos anteriores publicados nos boletins da ABA de março e maio de 2019).

Na sequência, em 31 de maio de 2019, o CEDIND reuniu-se com a comunidade da Aldeia “TekoáGuyraitapuPygua”, conhecida como Aldeia Araponga, localizada no distrito de Patrimônio, município de Paraty. Em 28 de junho de 2019, foi a vez da visita e reunião na Aldeia Rio Pequeno - Tekoã Ily, no distrito de Barra Grande, também em Paraty. Por motivos de agenda e compromissos de trabalho, a representante da ABA não pode comparecer a estas reuniões. Entretanto, a partir de comentários dos Conselheiros presentes, foi possível verificar, resumidamente, que problemas relacionados à ausência de professores qualificados e ao atendimento educacional diferenciado, bem como referente a acesso à energia elétrica, abastecimento de água e saneamento foram pontuados como permanentes e urgentes na maioria das aldeias.

Segundo relato disponibilizado pelo Conselheiro Reinaldo de Jesus Cunha (representante da Associação Universitária Latinoamericana-AULA, no CEDIND), que esteve nas duas reuniões, um dos grandes impasses vividos nas duas aldeias diz respeito à precariedade e urgência para o atendimento educacional a que as crianças têm direito. Em Araponga, conforme este relato, o vice-cacique Nino Benites (Presidente do Conselho, representando as comunidades aldeadas) foi enfático ao denunciar que “... A escola-extensão de Araponga, não tem nada; nem professor, material didático ou recurso para a escola funcionar”. Presente à reunião, Argemiro, do Conselho de Educação Indígena, afirmou que a situação da educação indígena se precariza mais ainda em razão da falta de quórum e da participação do governo nas reuniões do Conselho Estadual Indígena do Estado do RJ. Além disso, ainda segundo Argemiro, a ausência de professores indígenas capacitados atrasa o início do ano letivo. Por mais que as lideranças se esforcem, há problemas de dotação orçamentária para formação de professores, além de dificuldades de deslocamento para aqueles que se inscrevem no único curso de capacitação existente. Aliás, é possível constatar que, em todas as aldeias do estado até agora visitadas, impera a precariedade quanto a políticas públicas na área de educação, com denúncias locais que vão desde a absoluta ausência de professores contratados e capacitados para atender as especificidades que cada aldeia e grupo requisitam, passando pela precariedade de transporte e deslocamento de candidatos indígenas para o local onde cursos preparatórios são ministrados, até desabafos relacionados a preconceitos e ofensas sofridas pelos estudantes, quando inseridos na rede municipal.

Em relação à demanda de energia elétrica, segundo Toni Lotar, representante da Fundação Darcy Ribeiro no CEDIND, que há anos acompanha a luta dos Guarani em várias frentes, após a extinção do Programa “Luz para Todos”, foi proposta a instalação

de placas solares na aldeia Araponga, vinculada ao edital de distribuição de energia elétrica pela Enel (empresa italiana que atua no Brasil na geração e distribuição de energia elétrica e na distribuição de gás natural), mediante acordo firmado entre esta concessionária com a Prefeitura de Paraty para fornecimento de energia alternativa a comunidades isoladas, onde não é possível chegar por cabeamento. Recentemente foi protocolado, no gabinete da Presidência da Enel, ofício do CEDIND solicitando urgência na instalação das placas e agendamento de reunião com o presidente para reforçar o pedido. Todavia, problemas de agenda e outros imprevistos levaram ao cancelamento da reunião prevista e, até agora, não se conseguiu remarcar nova data.

Sobre a questão do saneamento, segundo avaliação do Conselheiro Sérgio Ricardo (ecologista, planejador ambiental, membro-fundador do Movimento Baia-Viva e, no CEDIND, representante da Rede GRUMIN), publicada no Jornal diário do Rio.com em 30/08/2019, “... Em todas estas comunidades, nota-se uma grande preocupação com a ausência de saneamento básico, coleta e tratamento dos esgotos, o que ameaça contaminar as nascentes e rios que abastecem as aldeias fluminenses: o Conselho deliberou, em julho, solicitar por ofício ao Ministério Público Federal de Paraty a revisão do TAC (termo de ajustamento de conduta) firmado em 2001 pelo INEA, IBAMA, a ELETRONUCLEAR e o próprio MPF durante o processo de licenciamento ambiental do Complexo Nuclear localizado em Angra dos Reis que, estranhamente em sua última versão, excluiu uma cláusula específica que obrigava a ELETRONUCLEAR a financiar o saneamento ecológico das aldeias de Angra e Paraty”.

A partir dessa síntese e recapitulação do que resultou como diagnóstico e parte dos encaminhamentos acordados nas reuniões ordinárias do CEDIND ocorridas no primeiro semestre de 2019, passemos a uma breve avaliação das principais pautas discutidas e resoluções aprovadas nas duas últimas reuniões ocorridas, respectivamente, nos dias 29 e 30 de setembro, na Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty e na Aldeia de Sapucay, em Bracuí, em Angra dos Reis. A representante da ABA esteve presente em ambas.

Além das comunidades, cuja participação foi expressiva e marcada por denúncias e inúmeras reivindicações, nestas reuniões também estiveram presentes: a coordenadora e assistente da SEDSODH, respectivamente, Luana Braz e Jade Agualuza; a representante do Movimento de Ressurgência Puri, Carmelita Lopes; a representante da Secretaria de Cultura, Marluce Braz; a representante da AIAM, Marize Vieira; o representante da AULA, Reinaldo Cunha; o representante da Rede GRUMIN, Sérgio Ricardo; representantes indígenas das Aldeias de Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá) e de Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá), Amarildo Karay e Vanderley; o representante da UNIRIO, Prof. Luiz Pellon; a representante da Defensoria Pública, Índia Baré; o Presidente do CEDIND, CarlosTukano; a representante da FUNAI, Rosangela Nunes. Foram também convidados: a representante do CRAS, Cassia Marques; o representante da Secretaria

de Meio Ambiente de Paraty, Luis Paulo e o representante da Secretaria Estadual de Agricultura, pecuária, Pesca e Abastecimento-SEAPPA, Edmir Amanajá.

No dia 29 de agosto, o CEDIND reuniu-se com os Pataxó da Aldeia Pataxó de Iriri, em Paraty. Segundo informado, neste território, cujo processo de regularização fundiária ainda não foi finalizado, cerca de 60 pessoas vivem em situação de absoluta insegurança jurídica, já que a ausência de reconhecimento oficial da titularidade da área resulta em diversos obstáculos para o atendimento de demandas e implementação de ações que favoreçam a comunidade. Além da denúncia acerca da morosidade do processo de homologação da terra, o problema do fornecimento de energia também foi enfatizado e cobrado dos representantes da FUNAI e da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty. A justificativa foi a de que a SMA já havia realizado o licenciamento ambiental exigido no processo e encaminhara, há um ano, solicitação à FUNAI para que o órgão oficiasse a Enel, que é a concessionária responsável pelo fornecimento e distribuição de energia na região. A representante da FUNAI afirmou não ter segurança para responder por não ter acompanhado o processo. A partir dos diálogos, ficou subentendido que o processo se “perdera” ou na própria FUNAI, ou na empresa concessionária que, segundo comentários, por vezes “burla a legislação”, o que frequentemente resulta em recursos ao Ministério Público.

O representante da Fundação Darcy Ribeiro que, conforme mencionado, há anos acompanha processos que envolvem a Enel, sobre a qual impera a obrigação legal de atender a comunidades isoladas quanto a fornecimento de energia, afirmou que a empresa está sempre a alegar problemas quanto a subcontratações para fornecimento e instalação de placas solares, bem como desmarcando reuniões agendadas pelos interessados.

Além dos problemas referentes à regularização da área e ao fornecimento de energia, houve inúmeras falas denunciando discriminações, ofensas e práticas de racismo institucional quanto ao atendimento de saúde e educação nas redes municipais. Novamente foram sublinhados pedidos de tratamento diferenciado que levassem em consideração especificidades culturais locais, dificuldades materiais e cotidianas enfrentadas pelas comunidades. O representante da UNIRIO, pesquisador na área de saúde e metodologias sustentáveis de saneamento e integrante da Comissão de Saúde do CEDIND, prof. Luiz Pellon, propôs a realização de oficinas com profissionais da rede municipal hospitalar de Paraty a fim de orientá-los sobre a necessidade de atenção diferenciada de saúde indígena e de sua capacitação para o atendimento das etnias Guarani e Pataxó. Essa proposta foi acatada, juntamente com a sugestão de que seria imprescindível a produção de materiais informativos sobre os direitos indígenas para profissionais que atuam na linha de frente de atendimentos diversos.

Segundo avaliação do prof. Luiz Pellon sobre o problema do saneamento básico, apesar da SESAI ter feito algumas fossas com sumidouro, algumas estão transbordando na aldeia Iriri Pataxó. Para ele, uma questão preocupante é que a região possui lençol freático rico e muita água superficial, o que merece ser considerado para se reavaliar o

modelo de saneamento, para que não se gere poluição das águas. Citou o exemplo dos sumidouros de Araponga, que se encontram saturados e sem drenagem adequada, podendo alcançar águas superficiais e subterrâneas devido ao alto volume pluviométrico da região. O prof. Luiz Pellon destacou que a SESAI fez compra de material que aguarda instalação, mas que, para tanto, é imprescindível avaliação prévia antes do fechamento de um sumidouro para abertura de outro, sem a qual, segundo ele, haverá solução paliativa que não resolverá o problema. Sugeriu ainda que na próxima reunião da Comissão de Saúde do CEDIND esse tema seja retomado com a presença do representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, Sr. Luis Paulo.

Após a escuta de todos os problemas trazidos para a reunião, representantes do CEDIND e das Comissões Permanentes das áreas de Educação, Saúde e Território se comprometeram com a busca de articulações institucionais para a solução dos impasses vividos Aldeia Pataxó de Iriri.

No dia seguinte, 30/8, o CEDIND seguiu para a Aldeia Sapukay, cuja homologação da terra já foi concluída. Situada em área serrana, no distrito de Bracuí, Angra dos Reis, segundo informações locais, vivem na comunidade 86 famílias. Na abertura da reunião, uma das lideranças locais, membro do Conselho Distrital de Saúde, Lucas, informou que a solicitação à Prefeitura de construção de banheiros para as residências (em torno de 50) ainda não fora atendida e que o posto de saúde ali localizado está com as paredes rachadas, necessitando de obras urgentes para que acidentes não aconteçam.

Além disso, questionou a representante do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, presente à reunião, sobre a burocracia envolvendo o agendamento de reuniões, protocolos para registro de demandas e ausência de projetos de capacitação indígena e outros apoios. Sobre a burocracia, embora reconhecendo a existência de “lógicas” em confronto, bem como as particularidades e dificuldades indígenas no que se refere a acesso às instituições onde buscam apoio a seus pleitos, a representante do CRAS insistiu na importância de se respeitarem certas formalidades, tendo em vista as necessidades institucionais de agendar e formalizar atendimentos frente à pluralidade de demandas que diariamente chegam ao CRAS. Sobre a ausência de projetos na aldeia a justificativa foi atribuída fundamentalmente à indisponibilidade de transporte disponível para acessar a aldeia e também à recorrência de chuvas na região que, em determinados períodos, impossibilita a passagem de veículos. Antes de deixar a reunião, a representante do CRAS se comprometeu a apoiar a comunidade.

As estruturas locais de saneamento básico foram novamente objeto de preocupação. Segundo Prof. Luiz Pellon, a Bacia de Evapotranspiração, responsável por tratar o esgoto dos escolares, nas unidades construídas perto da aldeia, estava inoperante e muito encharcada, demonstrando haver problema de subdimensionamento e falta de vegetação para drenar a água, o que merece ser revisado e repensado junto com lideranças e moradores, com auxílio técnico e em caráter de urgência.

No que se refere ao atendimento educacional, a coordenadora da Comissão de Educação do CEDIND, Sra. Marize Vieira, questionou sobre o que fora investido nas salas de extensão, a partir dos recursos recebidos pelo colégio de Bracuí, assim como afirmou que a regional da FUNAI (cuja representante infelizmente não pode comparecer à reunião em Sapucay) deveria se pronunciar para justificar as razões pelas quais houve renovação de contratos somente para Bracuí. Argemiro, professor na área de capacitação de professores indígenas, alegou falta de recursos para confecção de material pedagógico e de projetos específicos para elaboração de material didático, além da dificuldade de diálogo com profissionais da rede.

Ao término da reunião foram discutidos, com os representantes das aldeias de Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá), Amarildo, e também de Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá), Vanderley, encaminhamentos para realização, em data próxima, de reunião extraordinária, junto com a Prefeitura de Maricá e com representantes da Comissão de Territórios do CEDIND, para que finalmente seja deliberado, após nova consulta às comunidades, sobre a permanência e/ou transferência para novas áreas, haja vista todos os problemas ali vivenciados. (Ver detalhes no Informativo/ABA de março). Além desse ponto, foi solicitado pela Comissão Executiva do CEDIND que as comissões permanentes se mobilizassem para o encaminhamento de demandas, tendo em vista que as Prefeituras e Governo já estão em período de fechamento do orçamento para 2020.

Para proceder aos encaminhamentos tirados na reunião da aldeia Sapukai, foi convocada reunião da mesa diretora do CEDIND, no dia 05/09/2019, com a seguinte pauta: I) Preparar e validar todos os ofícios às prefeituras de Paraty, Angra e Maricá, convocando reunião com Prefeitos e as Secretarias que possam colaborar no atendimento das reivindicações das aldeias indígenas da Costa Verde (Secretarias de Saúde e Educação; regional responsável pelas escolas e salas de extensão; Assistência Social e de Direitos Humanos, Cultura, Turismo, Agricultura/Meio Ambiente, Assuntos Fundiários, etc); II) Análise do expurgo dos conselheiros e convidados omissos que não tem participado das reuniões; III) Discussão sobre convite a novos conselheiros titulares e suplentes, bem como aos novos membros convidados que poderão reforçar a atuação do CEDIND: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/RJ; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro-FIPERJ e Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro-ITERJ. Foram convocados para esta reunião: Presidência: Carlos Tukano e Nino Benites; Secretaria de Cultura e Economia Criativa – Marluce Braz; Secretaria de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos – Luana Braz; os Coordenadores das Comissões: Dilmar José (Planejamento, Monitoramento e Avaliação); Marize Oliveira (Educação e Cultura); Pedro Benite (Saúde e Saneamento); Edmir Amanajás (Economia Solidária, Trabalho e Renda); Reinaldo de Jesus Cunha (Comunicação); Monalyza Alves/Luana Braz (Orçamento).

Enfim, o CEDIND se insere num complexo campo de disputas e rede de relações institucionais, econômicas e de poder, assim como, desde sua criação, tem enfrentado

grandes desafios quanto a fazer valer suas competências; ao atendimento das inúmeras reivindicações e pautas definidas por seus beneficiários e quanto às expectativas que lhe foram depositadas desde a sua criação.

Além disso, a solução de uma pluralidade de problemas não depende apenas da boa vontade e capacidade de iniciativa dos Conselheiros, mas também da articulação e envolvimento de inúmeros atores institucionais, cujas decisões envolvem vontade política, além de negociações e respeito a procedimentos administrativos, normativos e legais, que se processam em temporalidades e ritos próprios, sempre aquém das expectativas e necessidades indígenas. Para os que, no CEDIND, certamente desejam ver tudo rapidamente resolvido, ouvir desabafos como “... por que nunca acontece o que queremos?”; “... quero morrer com 130 anos e quero ver o que Juruá vai trazer para minha aldeia...”; “não podemos deixar tirar o pouquinho que conseguimos...”; “querem acabar com a gente, mas nós estamos sempre vivos”, pode soar doloroso, sobretudo em tempos tão sombrios. Todavia, esses desabafos são também ensinamentos incansáveis e, por isso mesmo, impulsos potentes de resistência.

Vale lembrar que o CEDIND surge a partir de um histórico de lutas do movimento indígena do Rio de Janeiro e de seus diversos parceiros. Tais lutas representam dissonâncias e mobilizações produzidas por grupos que desafiam silenciamentos, reelaboram identidades e tornam visíveis as fronteiras que os aproximam e separam de outros grupos e da sociedade abrangente, o que envolve uma complexidade de mediações e formas de afirmação não só de anseios e de reconhecimento de direitos, mas também de fortalecimento de sistemas culturais locais.

Considerando o que vem sendo anunciado e protocolado, desde o início de 2019, pelos governantes e parlamentares eleitos, em esferas estaduais e federais, cabe fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos daqueles que sempre estiveram, no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, o CEDIND, apesar de reunir “vontade política” e de já ter avançado em encaminhamentos indiscutivelmente relevantes, enfrentará, em seus horizontes, imprevisibilidades e imensos desafios.